

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
2020

Camil Alimentos S.A.
Versão 4

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições Não Contábeis 7

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 18

3.7 - Nível de Endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras Informações Relevantes 21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 43

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 51

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 64

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 65

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 66

4.7 - Outras Contingências Relevantes 68

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 71

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 72

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 78

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 81

5.4 - Programa de Integridade 84

5.5 - Alterações significativas 87

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 88

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 90

6.3 - Breve Histórico 91

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 94

6.6 - Outras Informações Relevantes 95

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 96

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 99

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 100

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 104

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 121

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 122

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 124

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 125

7.8 - Políticas Socioambientais 128

7.9 - Outras Informações Relevantes 129

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 164

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 165

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 166

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 167

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 168

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 169

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 172

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 176

9.2 - Outras Informações Relevantes 177

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 178

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 231

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 240

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 242

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 244

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 247

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 248

10.8 - Plano de Negócios 249

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 251

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 252

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 253

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 254

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 269

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 276

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 279

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 280

12.7/8 - Composição Dos Comitês 287

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 293

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 297

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 300

12.12 - Outras informações relevantes 301

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 303

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 313

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 317

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 320

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 325

13.6 - Opções em Aberto 329

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 330

13.8 - Precificação Das Ações/opções 331

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 333

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 334

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 335

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 336

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 337

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 338

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 339

13.16 - Outras Informações Relevantes 340

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 343

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 346

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 347

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 349

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 350

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 351

15.3 - Distribuição de Capital 355

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 356

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 357

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 362

15.7 - Principais Operações Societárias 364

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 370

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 371

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 373

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 379

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 380

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 381

17.2 - Aumentos do Capital Social 382

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 383

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 384

17.5 - Outras Informações Relevantes 385

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 386

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 387

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 388

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 389

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 390

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 396

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 397

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 398

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 399

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 400

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 402

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 403

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 404

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 426

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 427

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 428

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 429

20.2 - Outras Informações Relevantes 430

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 432

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 434

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 436

21.4 - Outras Informações Relevantes 437

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luciano Maggi Quartiero**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Flávio Jardim Vargas**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

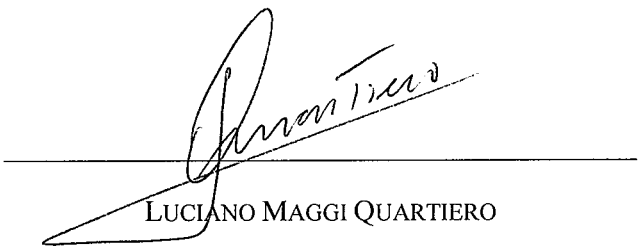
1.1 - Declaração do Diretor Presidente

LUCIANO MAGGI QUARTIERO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 20.280.735-6, expedida pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, inscrito no inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 176.015.658-23, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas) nº 8501, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor Presidente da CAMIL ALIMENTOS S.A., sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070 ("Companhia"), de acordo com o Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480"), para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

(i) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



LUCIANO MAGGI QUARTIERO

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Gerente de Relações com Investidores e Representante Legal da Companhia

FLAVIO JARDIM VARGAS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 11.836.637-3 expedida pela Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, inscrito no inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 165.910.258-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CAMIL ALIMENTOS S.A., sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12° andar, Pinheiros, CEP 05425-070 ("Companhia"), de acordo com o Anexo 24 da de acordo com o Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480"), para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

(i) reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



FLAVIO JARDIM VARGAS

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/1994
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS), relativas aos exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2020. 28 de fevereiro de 2019 e 28 de fevereiro de 2018 e revisão das Informações Contábeis Intermediárias Condensadas, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB, referentes aos períodos findos em 31 de maio, 31 de agosto e 30 de novembro de 2019 dos referidos exercícios sociais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O total da remuneração aos auditores contratada no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, correspondeu a R$1.853.281,65 em serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/06/2019	197.375.598-00	Av. Juscelino Kubitscheck, nº 1.909, Torre Norte, 7º andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543 -011, Telefone (11) 25733048, Fax (0000) 0000000000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é responsável por opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como opinar sobre a remuneração dos auditores independentes e os termos propostos de sua contratação. Após a contratação da auditoria externa independente, o CAE fica responsável por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada com a política da Companhia de assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (29/02/2020)	Exercício social (28/02/2019)	Exercício social (28/02/2018)
Patrimônio Líquido	2.249.372.000,00	2.169.115.000,00	1.821.097.000,00
Ativo Total	4.809.389.000,00	4.436.660.000,00	3.781.173.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	5.396.112.000,00	4.748.825.000,00	4.662.940.000,00
Resultado Bruto	1.250.837.000,00	1.221.757.000,00	1.150.471.000,00
Resultado Líquido	239.628.000,00	362.387.000,00	250.665.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	370.000.000	404.230.305	407.349.976
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	6,080000	5,370000	4,470000
Resultado Básico por Ação	0,610000	0,900000	0,620000
Resultado Diluído por Ação	0,61	0,90	0,62

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas e receitas financeiras, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBTIDA e a Margem EBITDA também não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecida por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, entende-se que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos 29 de fevereiro de 2020, 28 de fevereiro de 2019 e 29 de fevereiro de 2018:

	Exercício Social findo em		
	28.02.2018	**28.02.2019**	**29.02.2020**
EBITDA	489.786	483.397	441.719
Margem EBITDA	10,5%	10,2%	8,2%

3.2 - Medições Não Contábeis

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro líquido divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados:

Reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

	Exercício Social findo em:		
	28.02.2018	**28.02.2019**	**29.02.2020**
Lucro Líquido	**250.665**	**362.387**	**239.628**
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	74.506	3.625	3.472
(+) Depreciação e Amortização	90.212	101.416	143.479
(+/-) Resultado financeiro líquido ((+) despesas financeiras (-) receitas financeiras)	74.403	15.969	62.084
EBITDA	**489.786**	**483.397**	**441.719**

Reconciliação da Dívida Líquida	**Em 28 de fevereiro de 2018**	**Em 28 de fevereiro de 2019**	**Em 29de fevereiro de 2020**
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - circulante	159.963	514.114	560.639
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - não circulante	1.125.811	914.745	1.042.255
Dívida Bruta	**1.285.774**	**1.428.859**	**1.602.894**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(276.466)	(365.302)	(537.764)
(-) Aplicações financeiras - circulante	(406.305)	(31.242)	(32.292)
(-) Instrumentos financeiros – derivativos – ativo circulante	-	(511)	(605)
(-) Aplicações financeiras - não circulante	(31.865)	(217)	-
Dívida Líquida[1]	**571.138**	**1.031.587**	**1.032.233**

[1] A dívida líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de caixa e equivalentes à caixa com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante); com (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado das empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, se entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

A Administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Identificar e comentar evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, foi 12 de maio de 2020. As informações prestadas neste item referem-se aos mesmos eventos subsequentes que constaram nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas em 12 de maio de 2020 via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM.

a) Financiamento para viabilização da aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile

Em 2 de março de 2020, a controlada Empresas Tucapel S.A. firmou contrato de financiamento de CLP37.000.000, equivalente a R$204.277 ou USD45.449, à taxa de juros de 3,95% a.a., a fim de viabilizar a aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA.

O fluxo de amortização do principal será realizado em 9 parcelas semestrais, iniciando em 2 de março de 2022 e findando em 2 de setembro de 2025. Já a amortização dos juros seguirá em parcelas semestrais, a contar de 2 de setembro de 2020.

b) Outorga de novas opções de compra de ações

Em 2 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a quarta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017.

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.127.666 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente nesta data a 1,12% do capital social da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R$7,98 (sete reais e noventa e oito centavos) por ação.

c) Impacto COVID-19

A Companhia está monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu qualquer impacto material financeiro. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil e nos demais países da América do Sul em que atua. Como empresa do setor de alimentos, a Companhia deve garantir à população acesso aos alimentos, sem perder de vista a segurança e saúde de seus colaboradores e das comunidades com que se relaciona. Desta forma, a Companhia elaborou e colocou em prática um plano de contingência abrangendo diversas medidas preventivas necessárias para garantir a continuidade de seus negócios e a segurança de seus colaboradores e clientes.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Frente às dificuldades apresentadas, a Companhia segue as orientações dos Ministérios da Saúde e entidades governamentais de cada país, adaptou sua rotina protegendo e promovendo ações educativas para os colaboradores relativamente às ameaças da doença. Dentre as principais medidas destaca-se: criação de um Comitê de Crise para a gestão diária da evolução do COVID-19 e dos possíveis impactos e medidas necessárias para garantir a segurança dos colaboradores da Companhia, além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes nas regiões em que tem operação, realização de intensa comunicação, fóruns de discussão e orientação sobre prevenção ao vírus, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia reforçou a gestão do nível de estoque de matérias-primas, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, substituímos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotou o trabalho remoto no escritório corporativo.

No âmbito financeiro, a Companhia e suas controladas, de forma preventiva diante das incertezas econômicas, fortaleceram sua liquidez de curto prazo captando R$1.124.524.

A Companhia entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora as operações industriais, vendas ou situação financeira da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

A Companhia continua operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos seus colaboradores, garantindo o atendimento de seus clientes e o abastecimento nas comunidades e regiões onde atua na América do Sul.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2019	2018	2017
a. Regras sobre a retenção de lucros	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração,	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração,	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	

a.i Valores das retenções de lucros	Em 30 de junho de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020, correspondente ao montante de R$239.628.312,93, da seguinte forma: (i) R$5.372.554,59 para constituição da Reserva Legal; (ii) R$132.177.221,06 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$60.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (iv) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R$4.155.663,61, totalizando o montante de R$41.148.644,09 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de	Em 26 de junho de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, correspondente ao montante de R$362.387.360,43, da seguinte forma: (i) R$12.747.975,55 para constituição da Reserva Legal; (ii) R$107.427.849,34 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$65.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iv) distribuição de dividendos complementares no valor de R$26.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (v) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido	Em 29 de junho de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, correspondente ao montante de R$250.664.976,14, da seguinte forma: (i) R$12.533.248,81 para constituição da Reserva Legal; (ii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$40.838.757,12, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iii) distribuição de dividendos complementares no valor de R$24.161.242,88, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iv) ratificar a constituição da reserva de incentivos fiscais da Companhia no valor de R$78.895.889,58; e (v) destinar o saldo remanescente do lucro líquido, acrescido

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	capital.	do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R$4.145.700,37, totalizando o montante de R$181.357.235,91 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.	do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R$4.119.190,74, totalizando o montante de R$98.355.028,49, à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 2,2% Reserva de Incentivos Fiscais: 55,2% Reserva de Retenção de Lucros: 17,2%	Reserva Legal: 3,5% Reserva de Incentivos Fiscais: 29,6% Reserva de Retenção de Lucros: 50,0%	Reserva Legal: 5% Reserva de Incentivos Fiscais: 31,5% Reserva de Retenção de Lucros: 39,2%

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo	Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo	Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.	obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.	obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	No exercício findo em fevereiro de 2019, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 5ª, 6ª e 7ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	No exercício findo em fevereiro de 2018, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 3ª, 4ª (até a sua liquidação em outubro e novembro de 2017, respectivamente), 5ª, 6ª e 7ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não há.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 29/02/2020	Exercício social 28/02/2019	Exercício social 28/02/2018
Lucro líquido ajustado	239.628.312,93	362.387.360,43	250.644.976,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	25,110000	39,790000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	10,650000	16,710000	13,760000
Dividendo distribuído total	60.000.000,00	91.000.000,00	165.000.000,00
Lucro líquido retido	41.148.644,09	181.357.235,91	98.355.000,00
Data da aprovação da retenção	30/06/2020	26/06/2019	29/06/2018

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio							
Ordinária		15.000.000,00	16/07/2019	20.000.000,00	11/09/2018	65.000.000,00	28/12/2017
Ordinária		15.000.000,00	12/09/2019				
Ordinária		15.000.000,00	23/12/2019				
Ordinária		15.000.000,00	12/03/2020				
Ordinária				45.000.000,00	10/12/2018		
Ordinária				20.000.000,00	17/04/2019		
Ordinária				6.000.000,00	11/07/2019		
Outros							
Ordinária						100.000.000,00	25/05/2017

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

No exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de R$15.000 mil aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, os quais foram distribuídos e pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, à conta de saldo da Retenção de Lucros aprovada na Assembleia Geral Ordinária que aprovou as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, conforme reunião do Conselho da Administração da Companhia realizada em 26 de junho de 2019.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprios relativos à reservas constituídas em exercícios anteriores. Em 26 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R$20.000 mil a título de juros sobre capital próprio, referente ao 3º trimestre de 2018, findo em 30 de novembro de 2018. O pagamento foi efetivado em 17 de abril de 2019. Em 26 de junho de 2019, houve a aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de R$6.000 mil relativos ao lucro apurado no 4º trimestre de 2018, findo em 28 de fevereiro de 2019 e a respectiva liquidação financeira foi efetivada em 11 de julho de 2019. Ambas as distribuições foram registradas à conta de reserva de lucros quando incorridas.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia ratificou a aprovação e distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros no valor de R$100.000 mil, os quais foram pagos em sua totalidade, nos termos da ata de reunião do conselho de administração realizada em 25 de maio de 2017.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
29/02/2020	2.560.017.000,00	Índice de Endividamento	1,14000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (29/02/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		10.668.547,31	17.269.230,60	5.861.248,22	0,00	33.799.026,13
Empréstimo	Quirografárias		112.966.156,24	69.672.614,93	21.002.986,14	1.970.413,20	205.612.170,51
Títulos de dívida	Quirografárias		437.004.285,53	331.966.095,93	269.043.841,23	325.469.060,76	1.363.483.283,45
Total			560.638.989,08	418.907.941,46	295.908.075,59	327.439.473,96	1.602.894.480,09
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em razão de determinadas cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) estabelecidas em contratos de empréstimo e de financiamento celebrados pela Companhia, incluindo obrigações quanto ao cumprimento e observância de índices financeiros, a Companhia estará impedida de, em determinadas circunstâncias ou eventos, assumir novas dívidas financeiras.

A violação de qualquer *covenant* pode ser caracterizado como evento de inadimplemento, o que pode resultar no vencimento antecipado do saldo devedor e dos respectivos juros remuneratórios, tornando-a imediatamente exigível, além da imposição de penalidades contratuais, se existentes.

Adicionalmente, um evento de vencimento antecipado também pode resultar no vencimento antecipado cruzado de outras dívidas da Companhia (i.e. *cross default*). Em caso de vencimento antecipado de dívidas da Companhia, a Companhia poderá não ser capaz de adimplir o saldo devedor.

I - Covenants - Índices Financeiros:

Destacamos a seguir os índices financeiros que devem ser observados pela Companhia em razão do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A. (que lastreiam os Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 91ª (nonagésima primeira) e da 92ª (nonagésima segunda) Séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.), do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, da Camil Alimentos S.A. (que lastreiam os Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) Séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.), do Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A. (que lastreiam os Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) Série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.), do Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A. (que lastreiam os Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Série da 5ª (quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.):

Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três) vezes.

Para fins dos índices financeiros acima, as seguintes definições se aplicam:

- *Dívida líquida*: corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica

3.9 - Outras Informações Relevantes

que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia.

- *Ebtida*: significa o lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que, na data deste Formulário de Referência, possam afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente, ou considerados não materiais pela Companhia neste momento, também poderão afetar a Companhia adversamente caso se materializem.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Gerenciamento de riscos e controles internos", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na participação de mercado, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a) à Companhia

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de negócios, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de crescimento e suas operações poderão ser adversamente afetadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A capacidade da Companhia de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- Gerir suas marcas e sua cultura;

- Alavancar vendas e aumentar a rentabilidade de suas operações; e

- Expandir seus negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, inclusive crescimento em categorias de produtos, regiões e países diferentes daqueles em que atua.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. O insucesso em implementar sua estratégia pode impactar adversa e materialmente os negócios da Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter a reputação e o reconhecimento das suas marcas ou desenvolver novas marcas com sucesso, o que poderá afetá-la adversamente.

As marcas da Companhia possuem valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas.

A Companhia tem a intenção de expandir seu negócio também por meio da aquisição de linhas de negócios complementares às suas operações e pelo desenvolvimento de marcas dentro dessas linhas de negócios. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos, ou em caso de potencial conflito de interesses entre marcas próprias (*private labels*) dos canais de distribuição.

Além disso, as marcas da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desvalorização caso surja quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois, a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, qualidade do produto, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor.

Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

A Companhia pode não conseguir integrar e captar sinergias de aquisições e associações, afetando de maneira adversa sua estratégia de crescimento.

A Companhia busca, constantemente, capturar as sinergias das aquisições e associações que realiza. Contudo, as aquisições envolvem riscos e desafios, como

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aqueles relacionados à integração das operações, sistemas, pessoal, produtos e base de clientes entre as companhias e à geração de retorno esperado sobre os investimentos e a exposição aos passivos das empresas adquiridas. Assim, a integração dos negócios adquiridos, como a incorporação da SLC Alimentos no Brasil, com os nossos negócios e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

De acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012 (Nova Lei Concorrencial) trata sobre a ordem econômica, bem como quaisquer operações que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja por meio de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, em que haja posição dominante (presumindo sua existência sempre que uma empresa ou grupo de empresa for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante). Nesse contexto, deverão ser previamente submetidas ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (SEFEL) do Ministério da Economia e pela Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência (SEPRAC) do Ministério da Economia, com as atribuições previstas na Nova Lei Concorrencial, acima definida, como condição prévia para que possa produzir efeitos, as operações de concentração econômica em que: (a) qualquer dos grupos econômicos participantes (comprador ou vendedor) tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação equivalente ou superior a R$750 milhões; e (b) qualquer outro grupo econômico envolvido tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$75 milhões, cumulativamente. O SBDC determina se uma operação específica teria um efeito negativo nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo nos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem estar sujeitas a restrições como condição para a autorização destas operações e obtenção da aprovação do SBDC e CADE, incluindo aquelas que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos. Assim como não é possível assegurar que a Companhia conseguirá aproveitar oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo para a Companhia no futuro. A incapacidade da Companhia de consumar aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode afetá-la adversamente. Ainda, caso a Companhia venha incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados.

A incapacidade da Companhia de honrar as suas obrigações financeiras, observar as restrições contratuais e obter capital adicional necessário para seu crescimento futuro, poderá afetar adversamente seus negócios.

Os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a sua capacidade e a capacidade de suas controladas de contrair ou garantir dívidas adicionais, exigindo observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, emitir ou vender participações acionárias em empresas controladas, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Os índices financeiros que devem ser mantidos pela Companhia nos referidos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários estão descritos nos itens 10.1 e 18.12 deste Formulário de Referência. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros.

Além disso, a Companhia poderá precisar levantar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente sua liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira, o resultado de suas operações e sua estratégia de expansão.

Surtos de doenças contagiosas ou pandemias de enfermidades epidêmicas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de comércio e consumo, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estado da contaminação pela COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus, - *"Sars-Cov-2"*) ao nível de pandemia, cabendo aos países membros estabelecerem ações de prevenção e enfrentamento ao vírus, assim como de tratamento aos infectados, com base nas melhores práticas sanitárias de prevenção e controle de enfermidades epidêmicas. A pandemia resultou em adoção de medidas restritivas ao fluxo de pessoas e mercadorias ao redor do mundo (isolamento social, "*lockdown*"), incluindo o Brasil. Como consequência de tais medidas, os países impuseram o fechamento de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fronteiras, portos e aeroportos, assim como restrições de circulações internas e/ou utilização de transportes coletivos/públicos, assim como interdição prolongada de atividades comerciais não essenciais e de locais de trabalho, resultando em interrupções na cadeia de suprimentos e de consumo, com redução de maneira geral do consumo em uma escala global, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e insumos, especialmente em commodities e, consequentemente, de produtos acabados, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global, incluindo a brasileira.

A dimensão e os impactos da pandemia de COVID-19 permanecem incertos, no entanto, a evolução na deterioração do cenário econômico global, com aumento dos índices de falência e níveis de desemprego, tende a alterar os padrões de comércio e consumo, com intensificação de busca por produtos básicos e com preços mais acessíveis (movimento de "*trade down*"). A Companhia possui marcas de ocupação e que atendem ao padrão de consumo esperado, no entanto, a intensificação pela busca de tais marcas pode afetar adversamente os seus resultados financeiros, especialmente sua rentabilidade (EBITDA).

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, tiveram um impacto adverso no mercado de capitais global e no Brasil, inclusive causando seis paralisações ("*circuit-breakers*") das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, na qual a Companhia também se encontra listada, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Adicionalmente, qualquer mudança relevante nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a sua cotação.

Ademais, o aumento do número de casos de COVID-19, conforme registrado no Brasil ao longo dos últimos meses, podem ensejar medidas restritivas às unidades e operações da Companhia por parte das autoridades competentes, como a celebração de termos de ajustamento de conduta ou termos de compromisso para estabelecer obrigações de fazer relativas a condições sanitárias de saúde e segurança, movimentação e circulação de pessoas ou até mesmo determinação da paralisação de unidades da Companhia como medida de prevenção à disseminação do vírus nas localidades em que estão instaladas.

Para mais informações sobre os processos, efeitos e medidas tomadas pela Companhia, consulte os itens 4.3, 4.7, 5.6, 10.1, 10.2.ii e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos de conduta antiética, fraude, não aderência às regras e corrupção.

A Companhia, assim como outras empresas de mesmo porte e com uma grande quantidade de profissionais, está sujeita a riscos relacionados à conduta antiética, fraude e não aderência às regras. Ainda que a Companhia busque constante aprimoramento dos seus sistemas de gerenciamento de riscos, por meio do fortalecimento do ambiente de controles internos, deve-se reconhecer as limitações inerentes ao se considerar a eficácia de qualquer ambiente de controle, tais como a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

possibilidade de ocorrência da falha humana, interpretação errônea de instruções, negligência, conluio, etc. Desta forma, pode ser que o sistema de gerenciamento e controle de riscos da Companhia não seja suficiente para detectar e prevenir algumas dessas situações.

Além disso, atos ilícitos definidos pela Lei nº 12.846/2013, que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014 ("Lei Anticorrupção") podem ser praticados isoladamente por qualquer administrador, colaborador, terceiros, prestadores de serviços, dentre outros vinculados à Companhia, ainda que sem o consentimento ou conhecimento da Administração (ou demais administradores, conforme o caso) da Companhia. A prática desses atos ilícitos podem sujeitar a Companhia às hipóteses de punibilidade previstas na Lei Anticorrupção, incluindo o pagamento de multas relevantes. No caso de violações a tal lei, a Companhia não pode prever o impacto em seus negócios.

As operações dos sistemas tecnológicos da Companhia estão sujeitas a riscos de descontinuidade, capacidade e disponibilidade.

O centro de dados da Companhia ou o sistema de *backup* podem não funcionar corretamente, seja em virtude de indisponibilidade e ou desatualização de sistemas, vírus, violações físicas ou eletrônicas, obsolescência dos recursos de tecnologia da informação, falta de capacidade no processamento de dados ou outros eventos inesperados, o que pode provocar interrupções nos sistemas, morosidade de processamento ou perda de dados críticos, impedindo a Companhia de operar tempestivamente ou limitando o acesso aos sistemas de venda e demais sistemas e diretórios internos operados pela Companhia, causando desligamento parcial ou total dos mesmos, o que pode afetar de forma negativa e substancial suas operações e seu resultado.

Ataques cibernéticos que resultem em violações de segurança de dados, podem vir a causar perda de receita, danos à reputação, bem como prejudicar as operações e resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.

A Companhia gerencia e armazena diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes aos seus clientes e às suas operações. A Companhia está sujeita a violações dos sistemas de tecnologia de informações por ela utilizados, os quais são vulneráveis a vírus, *worms* e outros softwares mal-intencionados, inclusive *bugs* e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação dos sistemas.

Adicionalmente, a Companhia também depende de determinados provedores externos, cujas limitações de capacidade e possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito sob a segurança da informação da Companhia e de seus clientes.

Desta forma, um eventual ataque cibernético nos sistemas ou mesmo nos provedores podem afetar negativamente a Companhia, ocasionando interrupções e atrasos nos sistemas e danos à sua reputação, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais alterações da legislação e regulamentação de privacidade de dados, bem como da interpretação desta, podem gerar custos expressivos para a Companhia bem como obrigá-la a alterar suas práticas de negócios.

A Companhia conta com a coleta de dados de seus clientes de maneira anônima para promover efetivamente os seus sites, ofertas de produtos e serviços. O uso e manutenção dos dados de clientes, bem como a publicidade digital, são regulados no Brasil por meio de legislação e regulamentação específica, em parte pela Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet). A legislação e regulamentação relacionada a privacidade, proteção de dados, proteção dos consumidores e o negócio de publicidade digital estão evoluindo e estão potencialmente sujeitas a mudanças de interpretação e possivelmente trarão impactos, assim como a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados). Eventuais alterações da legislação e regulamentação referida acima, bem como da interpretação desta, podem gerar custos expressivos para a Companhia bem como obrigá-la a alterar suas práticas de negócios.

A edição de nova legislação ou regulamentação aplicável à Companhia pode criar obrigações não previstas anteriormente pela Companhia, interferindo em tempo hábil necessário para implementar alterações e ou controles operacionais e sistêmicos, fazendo com que esta incorra em custos adicionais ou tenha suas operações restringidas.

A interrupção das atividades ou perda de unidades operacionais da Companhia, especialmente de produção, comercialização e distribuição, pode afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados da Companhia.

A Companhia está envolvida na produção e distribuição de seus produtos, assim como pesquisa e desenvolvimentos de novos produtos ou aprimoramento dos atualmente comercializados, e está sujeita aos riscos inerentes ao desenvolvimento de tais atividades, incluindo acidentes industriais, ações ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, interrupções na logística, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, perda total ou parcial de unidades operacionais, controle de qualidade de produtos, segurança, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como a desastres naturais e outros fatores externos sobre os quais não temos qualquer controle.

Apesar das práticas de segurança da Companhia, que incluem treinamentos, procedimentos, instruções de trabalho e manutenções e protocolos eventuais acidentes em unidades operacionais da Companhia, especialmente em plantas industriais, a Companhia está exposta ao risco de interrupção parcial ou total de suas atividades, afetando adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

A Companhia está exposta a riscos que podem comprometer a sua eficiência operacional.

A eficiência operacional é essencial para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e, existem diversos processos operacionais necessários para a viabilização do negócio em todas as etapas, como aquisição de matérias-primas e insumos, fabricação, comercialização, distribuição, pesquisa e desenvolvimento de produtos, dentre outras. A ausência da observância de tais procedimentos e/ou não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

formalização desses processos, sua errônea execução ou a limitação da tecnologia empregada nos mesmos podem interferir diretamente na eficiência da Companhia, gerando custos superiores aos ideais, ineficiência operacional e baixa competitividade frente aos seus concorrentes.

Incêndios ou outros desastres podem afetar a produção, instalações e estrutura de custos da Companhia, o que poderia causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A ocorrência de incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar ou destruir a produção ou instalações, matérias primas e estoques da Companhia. Interrupções duradouras no fornecimento de água, energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas unidades industriais da Companhia podem implicar em aumentos significativos nos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. A ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para a Companhia.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia possui apólices de seguro junto a seguradoras com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes, como exemplo, cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros.

Determinados tipos de riscos, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades, não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para recompor e ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios ou decorrente de indenização a terceiros, o que poderá impactar nos resultados operacionais da Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro, ou mantê-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar uma perda significativa nos resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais, arbitrais e em procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e de direito do consumidor, dentre outras, e não pode garantir que no futuro não será arrolada em demais processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos. As decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetá-la adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem.

Adicionalmente, dependendo do objeto dos processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado final. Esse é o caso, por exemplo, de eventuais processos envolvendo alegadas violações às regras sanitárias ou ao direito do consumidor, que questionem a qualidade dos seus produtos e que possam afetar a imagem da Companhia e/ou de seus produtos diante dos seus consumidores, implicando em eventual perda de valor de suas marcas e *market share*, afetando de forma adversa e significativa os resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais, arbitrais e administrativos envolvendo a Companhia e suas controladas, assim como os “Termos de Ajustamento de Condutas – TAC” por elas celebrados, vide os itens 4.3 a 4.6 deste Formulário de Referência.

A instabilidade política e econômica pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. Medidas que o governo adote ou deixe de adotar podem, ainda, gerar insatisfação popular, culminado em greves, como foi o caso da greve dos caminhoneiros iniciada em todas as regiões do Brasil em maio de 2018. Além disso, crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, que podem ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os resultados operacionais e condição financeira da Companhia têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento da economia brasileira, uma vez que, fração significativa das receitas líquidas da Companhia são provenientes do Brasil e a Companhia não pode garantir que o “Produto Interno Bruto – PIB” irá aumentar ou permanecer estável no futuro, assim como não pode prever os impactos econômicos aos mercados globais, incluindo o Brasil, em virtude da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (COVID-19). A ocorrência de recessão econômica, na economia brasileira, implica em uma retração geral na atividade econômica, por um certo período de tempo, com queda no nível de produção, aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro, aumento do número de falências e concordatas, aumento da capacidade ociosa e queda do nível de investimento e, por consequência, afeta adversa e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante deste cenário, a expectativa para o ano de 2020 é de agravamento de referidas incertezas em virtude dos impactos sofridos na economia brasileira e global em decorrência da pandemia ocasionada pela COVID-19.

Atualmente, os mercados brasileiros seguem enfrentando um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a diversas investigações de corrupção em curso. Tais investigações têm tido impactos negativos sobre a economia e o ambiente político brasileiros. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas, estão sendo processados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes. A Companhia não pode prever se desdobramentos de investigações em andamento ou futuras investigações poderão causar à Companhia danos ou prejuízos à sua imagem e reputação, atingindo, inclusive, seu patrimônio e/ou suas atividades, direta ou indiretamente, o que poderá impactar negativamente o preço de suas ações.

Ressalta-se que o potencial resultado das investigações sobre os esquemas de corrupção é incerto, mas as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas implicadas e sobre a percepção geral do mercado brasileiro. A Companhia não pode prever se tais alegações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações poderão envolver a Companhia, suas subsidiárias, subcontratados ou parceiros comerciais, impactando negativamente sua imagem e sua reputação.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina, países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de nossas ações. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Mudanças na alta administração da Companhia e a eventual dificuldade para reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente seus negócios e resultados.

A Companhia depende da capacidade, experiência e qualificação profissional da sua alta administração, para a implementação de sua estratégia nos setores de sua atuação, de modo que seus executivos devem atuar com agilidade e precisão na tomada das decisões, a fim de buscar novas oportunidades de negócio. Não obstante, a Companhia não pode garantir a retenção ou atração de colaboradores qualificados para seus cargos da alta administração ou posições chaves.

A eventual perda dos seus principais executivos, bem como qualquer dificuldade em atrair e repor tempestivamente profissionais qualificados pode causar efeito adverso sobre os negócios e resultados da Companhia.

b) ao controlador direto ou indireto ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm, direta e indiretamente, poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou realizar outras operações contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de sua emissão.

c) aos acionistas da Companhia e ações de sua emissão

Os titulares das ações da Companhia poderão não receber dividendos

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que uma companhia aberta, como a Companhia, não realize a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária - AGO que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais, bem como estar sujeita a restrições à distribuição de dividendos contidas em contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Para mais informações sobre as restrições de pagamento de dividendos decorrentes de contratos financeiros, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia.

A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

d) às sociedades controladas e coligados da Companhia

Parte dos resultados da Companhia depende dos negócios, situação financeira e resultados operacionais de determinadas controladas, que, caso deteriorem-se, poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia desenvolve parte de seus negócios por meio de controladas com sede no exterior. Eventual redução da capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa de referidas controladas poderá provocar a redução dos dividendos pagos à

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios, resultados e condição financeira. Adicionalmente, algumas das controladas podem requerer novos investimentos originalmente não previstos, bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para a Companhia ou, ainda, poderão sofrer restrições de remessa de dividendos ao exterior. Ainda, caso ocorra desvalorização cambial em um ou mais países em que as controladas da Companhia atuam, o resultado das controladas sofrerá redução.

Assim, não há como garantir que as controladas gerarão resultado suficiente para distribuir dividendos à Companhia e, mesmo que gerem resultado suficiente, não há garantias que tais recursos serão transferidos à Companhia, o que poderá gerar efeito adverso nos seus resultados.

e) aos fornecedores da Companhia

Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia adquire a maioria do açúcar que empacota e comercializa da Raízen Energia S.A. ("Fornecedor"), atualmente seu principal e mais relevante fornecedor de açúcar refinado, com o qual celebrou um contrato de fornecimento de longo prazo, pelo qual o Fornecedor se obrigou a fornecer à Companhia e a Companhia se obrigou a adquirir do Fornecedor, açúcar em volumes e condições acordados periodicamente e a preço de mercado ("Contrato de Fornecimento") – maiores informações vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Nas hipóteses de término ou rescisão antecipada do Contrato de Fornecimento, de o Fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda do produto para a Companhia, ou, ainda, entregar à Companhia quantidade reduzida de açúcar, por qualquer motivo, a Companhia poderá não ser capaz de encontrar fornecedores substitutos ou volumes complementares de açúcar no mercado e, caso consiga, não pode assegurar que o fará tempestivamente e nas mesmas condições de preço e qualidade. Eventual redução do volume de açúcar fornecido pelo Fornecedor ou escassez de açúcar no mercado, poderá afetar negativamente os negócios de açúcar da Companhia, reduzindo ou limitando o volume de açúcar comercializado pela Companhia, de forma que a Companhia poderá ter sua estratégia de crescimento, receita, rentabilidade e imagem junto a clientes e consumidores negativamente afetadas.

A Companhia é vulnerável a riscos de transporte e logística e depende de fornecedores terceirizados para garantir sua cadeia de suprimentos ("supply chain").

A Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, abastecer suas fábricas com matérias-primas e insumos produtos e atender a demanda de seus clientes (*"supply chain"*), através da distribuição de seus produtos, e qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento e distribuição da Companhia. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados, assim como implicou em aumento de custos operacionais e logísticos. A Companhia não pode garantir que os caminhoneiros não tentarão realizar novas greves e que o governo brasileiro ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que tal greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação de suas unidades de produção e distribuição.

Ademais, qualquer outra redução na disponibilidade de serviços logísticos ou um aumento significativo nos custos de serviço de transporte, bem como inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderiam prejudicar a capacidade da Companhia de satisfazer os requisitos da cadeia de suprimentos e entregar os produtos aos seus clientes. Qualquer interrupção nos serviços de transporte e/ou logística de que a Companhia depende para suas atividades poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais e condição financeira.

f) aos clientes da Companhia

O aumento na concentração do mercado varejista pode forçar empresas do setor a reduzir suas margens ou diminuir seu poder de negociação frente aos seus clientes, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O resultado da Companhia depende de maneira relevante de algumas grandes redes varejistas, uma vez que, parcela relevante da sua receita líquida de vendas decorre da receita gerada por um número limitado de grandes redes varejistas.

O porte desses clientes permite que eles estejam em uma posição privilegiada nas negociações com relação aos preços dos produtos da Companhia. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de suportar as pressões que vier a sofrer dos seus clientes para reduzir ou não reajustar os preços dos seus produtos, ou venha a reajustá-los de maneira que não seja compatível com o incremento de seus custos, a Companhia poderá ter sua lucratividade adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia não seja capaz de manter o relacionamento comercial com esses clientes, ou substituí-los por clientes do mesmo porte, a Companhia poderá ter sua receita negativamente afetada.

Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia.

O setor de alimentos, em geral, está sujeito a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, as quais ocorrem frequentemente e, caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a tais mudanças, poderá ocorrer uma redução na procura e nos preços de seus produtos, podendo ter

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A interrupção dos transportes e serviços de logística, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo portos, armazéns, rodovias e todos os meios de transporte operados pela Companhia, seus provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou a fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer razão, poderá afetar negativamente os resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia.

No Brasil, são necessários investimentos substanciais em infraestrutura logística para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da produção agrícola brasileira ainda é transportada por caminhões, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessárias para manutenção da infraestrutura do Brasil podem não ser feitas ou não ocorrerem no momento oportuno, o que pode deteriorar sua situação, prejudicando a demanda ou os preços dos produtos da Companhia, impedir sua entrega, impor custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre os seus negócios, condição financeira e resultados de operações.

A Companhia atua em um setor competitivo e sua consolidação poderá intensificar a concorrência.

O setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente competitivo. A Companhia enfrenta a concorrência de empresas de portes variados, e com mais recursos que a Companhia. Em geral, a competição no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é determinada, dentre outros, pela qualidade dos produtos, reconhecimento da marca, agilidade e preço dos serviços de entrega e relacionamento com clientes. Atualmente, o setor de alimentos na América do Sul é altamente fragmentado, especialmente o brasileiro, sendo que nenhuma empresa detém, por exemplo, uma parcela muito superior à 10% de participação em volume produzido entre os principais fabricantes de arroz no Brasil. Em razão do processo de consolidação do mercado, a Companhia não pode garantir que novos competidores não ingressarão no setor de alimentos ou que os atuais não se tornarão mais competitivos.

Ademais, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a sua participação de mercado no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul, muito menos que os atuais e novos competidores não adquirirão experiência e *know-how* para desenvolver produtos de qualidade a preços competitivos. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em se posicionar em relação à sua concorrência, poderá ter sua capacidade financeira afetada e diminuição da sua receita.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de surtos epidêmicos na Companhia ou em sua cadeia de suprimentos, pode afetar de forma adversa e significativa seus resultados operacionais, especialmente quanto a sua eficiência operacional e logística.

A ocorrência de surtos de doenças contagiosas ou pandemias de enfermidades epidêmicas, com risco potencial à saúde humana, como o novo coronavírus (COVID-19), nos países em que atuamos ou em nossa cadeia de suprimentos, pode afetar de forma adversa e significativa nossas operações e, consequentemente, os resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A fim de atender as regras sanitárias e seus valores, a Companhia pode vir a adotar ações visando o bem-estar e saúde de seus colaboradores, em detrimento de sua eficiência operacional e/ou logística, como afastamento remunerado de parte de sua mão-de-obra (aqueles que compõe os grupos de riscos, como idosos, gestantes e portadores de doenças crônicas) e eventual contratação de temporários, distanciamento social e espaçamento de suas linhas de produção, especialmente em pescados onde grande parte do processo é manual, entre outras.

Os padrões sanitários mais rígidos, associados à quadros de contaminação de nossa força de trabalho, pode implicar em sanções pelos órgãos reguladores, desde advertências e ajustamento de conduta, até a interdição parcial ou total de plantas operacionais e/ou centros de armazenagem e distribuição, afetando de maneira material e adversa o negócio.

A Companhia não pode assegurar que na ocorrência de surtos epidêmicos nas localidades onde atua, será capaz de evitar a contaminação de sua força de trabalhou e, caso tenha contaminações em suas unidades, que não será alvo de sanções de órgãos reguladores, especialmente, que conseguirá evitar eventuais interdições de suas plantas operacionais ou de armazenagem e logística.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atue

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez. A Companhia é titular de benefícios fiscais concedidos por diversos estados, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos.

A Companhia apresentava aproximadamente R$ 360 milhões em tributos a recuperar para o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, como imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), PIS, COFINS e ICMS. Caso a Companhia deixe de cumprir determinadas obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e a Companhia poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios.

Além disso, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. A Companhia não pode garantir que terá sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade da Companhia e os preços de seus produtos, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais, incluindo, mas não se limitando, a regulamentação aplicável às reestruturações societárias, incluindo o aproveitamento de ágio advindo de tais operações. A Companhia poderá ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. Para informações sobre questionamento por parte da Receita Federal quanto à contabilização e amortização do ágio pela Companhia, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Falta ou atrasos na obtenção e/ou renovação das licenças, autorizações, alvarás e registros necessários pode prejudicar o regular funcionamento das operações da Companhia.

O funcionamento regular das plantas da Companhia (e de terceiros que forneçam produtos à Companhia) e de seus centros de distribuição depende da obtenção e manutenção, dentre outros, de várias licenças, autorizações, alvarás e registros de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos demais países onde a Companhia opera, incluindo, dentre outros, (1) de instalação e funcionamento, (2) do corpo de bombeiros, e (3) de vigilância, controle e fiscalização sanitários. Adicionalmente, a expansão das operações da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pode exigir que a Companhia obtenha outras licenças, autorizações, alvarás e/ou registros, perante as autoridades competentes, que também poderão determinar que a Companhia realize mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto efetivo ou potencial gerado pelas atividades da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou renovar suas licenças, autorizações, alvarás e registros, ou que as autoridades competentes não se recusarão a emiti-los ou renová-los ou não atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que (i) os processos para obtenção, ajuste ou renovação dessas licenças, autorizações, alvarás e registros não se tornarão mais dificultosos, a exemplo da exigência da compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado ou a execução de mudanças operacionais, a fim de limitar impactos ou potenciais impactos gerados pelas atividades praticadas pela Companhia, ou (ii) que não serão impostas licenças, autorizações, regulamentações, alvarás e registros adicionais pelas autoridades competentes.

Qualquer desses fatores pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, o que pode obrigá-la a desviar recursos destinados à sua estratégia de expansão para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, ou comprometer o regular funcionamento das suas plantas e centros de distribuição. Ainda, o desenvolvimento de atividades sem as devidas licenças ou em desconformidade com as licenças e suas exigências técnicas pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação das licenças atuais e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

i) aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a países onde opera e para os quais exporta.

A Companhia possui controladas relevantes no Chile, Peru e Uruguai e pode expandir suas operações para outros países. A Companhia está sujeita a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América do Sul nos quais atua ou venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar. Sendo assim, a Companhia poderá ser adversamente afetada por fatores que estão além do seu controle, principalmente:

• Aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor alimentício, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;

• Alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;

• Interferência dos governos locais nas políticas econômicas, especialmente em regimes fiscais e tributários;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;

- Liquidez nos mercados de capitais, financeiros e de empréstimos;

- Greves nos portos, alfândegas, receita e polícia federal e outras interrupções no transporte dos seus produtos; e

- Desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países da América do Sul nos quais a Companhia atua ou que venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar, poderão afetar o desempenho financeiro da Companhia no mercado.

j) à questões socioambientais

A Companhia está sujeita a normas ambientais, alimentares e sanitárias.

As sociedades que realizam o beneficiamento de alimentos, como a Companhia, estão sujeitas à regulamentação ambiental, alimentar e sanitária prevista na legislação e à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e demais países em que atuam.

A Companhia produz e vende alimentos para consumo humano e está sujeita a riscos relativos a seus produtos envolvendo questões de nutrição e saúde, incluindo contaminação, adulteração ou deterioração de alimentos. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall, isto poderá impactar negativamente a imagem das marcas, a sua reputação e suas atividades. Ademais, qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos produtos comercializados pela Companhia ou mesmo por seus concorrentes poderão acarretar publicidade negativa, podendo causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e qualidade de seus produtos ou até mesmo dos seus setores de atuação em geral.

A regulamentação ambiental dispõe, entre outros temas, sobre (i) reparação dos impactos gerados pelas atividades da Companhia, através do licenciamento ambiental, (ii) manuseio, tratamento, transporte e descarte de resíduos, (iii) descargas de poluentes na água, ar e solo, e (iv) utilização de substâncias controladas para limpeza de equipamentos. Além disso, empresas que a Companhia contrata para realizar a coleta, tratamento, transporte e descarte final de resíduos que gera também devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação ambiental aplicável. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados dos resíduos gerados pressupõe prévia aprovação dos órgãos ambientais competentes.

Caso a Companhia, seus administradores ou terceiros que venham a ser contratados pela Companhia não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, a Companhia estará sujeita à imposição de sanções

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

administrativas e penais, incluindo detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos à saúde humana ou ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento e/ou à suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito. Tais incidentes poderão resultar em custos significativos com processos judiciais e administrativos, pagamentos de indenizações, recall de produtos e impacto negativo na imagem da Companhia, o que pode afeta-la adversamente.

Ademais, a Companhia não pode garantir que as legislações e regulamentações sanitária e ambiental não se tornarão mais severas ou à sujeitarão a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. A Companhia também não pode garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre tais legislações e regulamentações. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação sanitárias e ambiental podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras da Companhia, assim como sua margem e competitividade frente aos seus concorrentes.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado que são inerentes às atividades que executa, conforme descritos quantitativa e qualitativamente abaixo.

Os riscos de mercado estão relacionados ao potencial impacto negativo sobre o valor de ativos e passivos da Companhia, decorrente de alterações adversas em parâmetros de mercado, como flutuações de valores de commodities negociadas pela Companhia, assim como em crédito e liquidez e taxas de juros e câmbio .

Risco de Commodities

O risco de commodities está ligado a perdas causadas pela oscilação de preços das *commodities* negociadas pela Companhia, sendo este também impactado pelos riscos de taxas de juros e câmbio. Como exemplos desse risco têm-se a compra, venda e fixação do preço de *commodities*, o fechamento de câmbio e os contratos a termo atrelados à operação, quando associados à indexadores financeiros/taxa de juros.

As flutuações nos valores de grãos, especialmente arroz e açúcar (principais *commodities* negociadas pela Companhia), em função de políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidades de safras e efeitos climáticos, ou decorrentes de oscilações nas taxas de juros e câmbio, podem acarretar em perda financeira para a Companhia.

Risco de Crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber. As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira para a Companhia. A Companhia e suas controladas estão expostas ao cumprimento da contraparte nas operações de crédito com seus clientes (contas a receber).

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Caixas e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Disponibilidades	**2.029**	1.343	**73.967**	33.527
Aplicações financeiras	**403.572**	310.684	**463.797**	331.775
	405.601	312.027	**537.764**	365.302

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 100,01% do CDI (99,62% em 28 fevereiro de 2019)com rendimento médio de 99,62% do CDI (98,89% em 28 fevereiro de 2018) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

Aplicações Financeiras

		Controladora e Consolidado	
	Taxa média anual	29/02/2020	28/02/2019
Circulante			
Investimentos em renda fixa, sem carência, com restrição	99,12% do CDI	**32.292**	31.242
		32.292	31.242
Não circulante			
Investimentos em renda fixa, com carência		**-**	217
		-	217
		32.292	31.459

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.
As aplicações financeiras do grupo da Companhia estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de rating dos valores aplicados:

	Controladora		Consolidado	
Rating	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
AAA	-	217	-	217
AA+	-	-	60.225	21.091
A-1+	435.864	341.926	435.864	341.926
	435.864	**342.143**	**496.089**	**363.234**

Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas em bancos listados entre os 10 maiores do país.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela abaixo resume as contas e títulos a receber (valores em R$ mil):

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Títulos a vencer	**517.195**	448.621	**687.869**	670.019
Títulos vencidos até 30 dias	**2.703**	3.250	**34.247**	27.323
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	**707**	561	**7.831**	6.702
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	**579**	312	**4.600**	1.785
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	**1.037**	2.669	**5.026**	3.449
Títulos vencidos há mais de 181 dias	**5.229**	3.216	**11.941**	9.965
	527.450	458.629	**751.514**	719.243
Descontos concedidos (a)	**(18.675)**	(18.172)	**(18.675)**	(19.772)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(5.667)**	(5.650)	**(7.577)**	(8.935)
	503.108	434.807	**725.262**	690.536

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais com clientes específicos.

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	**(18.172)**	(28.207)	**(19.772)**	(28.207)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	**(1.600)**	-	**-**	-
Adições	**(177.223)**	(158.634)	**(177.223)**	(165.861)
Reversões / Baixas	**178.320**	168.669	**178.320**	174.296
Saldo final	**(18.675)**	(18.172)	**(18.675)**	(19.772)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	**(5.650)**	(4.487)	**(8.935)**	(7.545)
Variação cambial	**-**	-	**(514)**	(330)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	**(315)**	-	**-**	-
Adições	**(4.566)**	(4.160)	**(4.693)**	(5.844)
Reversões	**4.104**	1.686	**5.573**	2.302
Baixas	**760**	1.311	**992**	2.482
Saldo final	**(5.667)**	(5.650)	**(7.577)**	(8.935)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de perda de capital ou pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável, sem perda de valor, para honrar os compromissos assumidos, especialmente os financeiros. Este risco surge das dificuldades de (*i*) encontrar potenciais compradores ao ativo em um prazo hábil, sem a necessidade de conceder um grande desconto; (*ii*) captação de recursos para financiar os ativos, conduzindo normalmente ao acréscimo dos custos de captação, podendo implicar também uma restrição do crescimento dos ativos; e/ou (*iii*) liquidação de obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. No entanto, não se pode garantir que a receita da Companhia não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa; ou ainda, que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Sendo assim, qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar adversamente a sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações.

A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a indexadores de taxa de juros de cada país, como por exemplo o CDI no Brasil. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação de seus indexadores:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Tipo de empréstimos	Moeda / Indexador	Taxa média anual 29/02/2020	Controladora		Consolidado	
			29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Capital de giro (a)						
Moeda nacional	-	5,43%	13.912	-	13.912	129.464
Moeda nacional	IPCA	4,00%	9.416	-	9.416	9.654
Moeda estrangeira (*)	USD	1,31%	28.162	20.828	28.162	92.011
Moeda estrangeira (**)	CLP	4,00%	-	-	338	7.166
Moeda estrangeira (***)	PEN	4,59%	-	-	115.114	109.085
FINAME (a)	-	4,35%	33.799	41.968	33.799	51.165
Financiamento ativo imobilizado - moeda estrangeira (****)	USD	3,90%	-	-	38.668	50.176
			85.289	62.796	239.409	448.721
Debêntures - Garantia Quirografária (b)						
Emitida em 23/11/2016 - 1ª série (b.i)	CDI	99% CDI a.a.	-	218.917	-	218.917
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série (b.i)	CDI	100% CDI a.a.	190.765	191.864	190.765	191.864
Emitida em 19/05/2017 - 1ª série (b.ii)	CDI	97% CDI a.a.	239.057	239.674	239.057	239.674
Emitida em 19/05/2017 - 2ª série (b.ii)	CDI	98% CDI a.a.	167.715	168.152	167.715	168.152
Emitida em 15/12/2017 - Série única (b.iii)	CDI	98% CDI a.a.	169.412	170.130	169.412	170.130
Emitida em 16/04/2019 - 1ª série (b.iv)	CDI	98% CDI a.a.	276.024	-	276.024	-
Emitida em 16/04/2019 - 2ª série (b.iv)	CDI	101% CDI a.a.	334.081	-	334.081	-
Custo da transação			(13.569)	(8.599)	(13.569)	(8.599)
			1.363.485	980.138	1.363.485	980.138
			1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859
Circulante			490.880	254.079	560.639	514.114
Não circulante			957.894	788.855	1.042.255	914.745

(*) USD - Dólar Americano
(**) CLP - Pesos Chilenos
(***) PEN - Novo Sol / Peru
(****) Financiamento contratado pela controlada SAMAN.

Risco de Câmbio

O risco de câmbio consiste na incerteza frente ao valor da moeda como resultado das oscilações da taxa de câmbio. Logo, pode ser entendido como a possibilidade das taxas de câmbio entre moedas dos países exportadores e importadores se moverem adversamente entre a data da cotação e a data da liquidação de um negócio, ou a possibilidade de uma perda ou de um ganho resultante de uma variação nas taxas de câmbio entre moedas.

A Companhia divulga os seus resultados consolidados em reais e, no exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, 27,5% de suas receitas líquidas de vendas e serviços foram geradas por companhias operacionais que têm moedas funcionais diferentes do real, sendo: dólar norte americano; peso chileno; e novo sol – Peru, ou seja, na maioria dos casos, a moeda local da respectiva companhia operacional. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio entre as moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia e o real afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado. As variações das moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia frente ao real poderão reduzir as contribuições dessas sociedades operacionais na demonstração de resultado consolidado da Companhia e no seu balanço patrimonial consolidado.

A Companhia também incorre em riscos de operações de câmbio se uma de suas companhias operacionais celebrar operações usando moedas que não sejam suas respectivas moedas funcionais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica “Ganhos/Perdas - Derivativos”, líquidas.

Análise de Sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

(i) Dívidas e Aplicações Financeiras. As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$	Cenário 2 (-) 25% R$	Cenário 3 (-) 50% R$
Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Flutuação do CDI	4,21%	(57.974)	(72.467)	(86.961)
Total				**(57.974)**	**(72.467)**	**(86.961)**
Variação (perda)					**(14.493)**	**(28.987)**

(ii) Investimentos de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (Desvalorização das Taxas de Juros)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Cenário 1 Provável R$	Cenário 2 (-) 25% R$	Cenário 3 (-) 50% R$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	4,21%	18.340	13.755	9.170
Total				**18.340**	**13.755**	**9.170**
Variação (perda)					**(4.585)**	**(9.170)**

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(iii) Dívida (Variação Cambial)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$	Cenário 2 25% R$	Cenário 3 50% R$
Financiamentos	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	4,5000	(19)	(16.732)	(33.444)
Financiamentos	Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3013	(5.418)	(35.551)	(65.685)
Financiamentos	Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0052	-	(85)	(169)
Total				**(5.437)**	**(52.368)**	**(99.298)**
Variação (perda)					**(46.931)**	**(93.861)**

(*) PEN - Novo Sol / Peru
(**) CLP - pesos Chilenos

(iv) Derivativos Designados como "Hedge" (Depreciação do Real)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$	Cenário 2 (-) 25% R$	Cenário 3 (-) 50% R$
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/USD	4,5000	23	(20.049)	(40.075)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	4,8582	(170)	(2.274)	(4.717)
Total				**(147)**	**(22.323)**	**(44.792)**
Variação (perda)					**(22.176)**	**(44.645)**

*As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

(v) Gestão do Capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Devedora. A Companhia possui contratos de

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("*covenants*"): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia).

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Patrimônio líquido	2.249.372	2.169.115	2.249.372	2.169.115
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	(405.601)	(312.027)	(537.764)	(365.302)
Aplicações financeiras (Nota 5)	(32.292)	(31.242)	(32.292)	(31.242)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859
Passivo de arrendamento (Nota 13)	74.898	-	91.433	-
Capital total	**3.335.151**	**2.868.780**	**3.373.643**	**3.201.430**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, com probabilidade de perda provável, possível e remota, cujo montante contingente em 31 de maio de 2020, classificados por nossos consultores jurídicos como perda provável e para os quais foram constituídas provisões, resultava em, aproximadamente, R$25.485.000,00.

(i) Trabalhistas

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0000642-29.2011.5.01.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/05/2011
Partes no processo	**(Autor)** Ministério Público do Trabalho **(Réu)** D.A. S.A. (incorporada pela Companhia) R.T. S.A. R.E. S.A. C. S.A. Cosan S.A. Indústria e Comércio IBL – I.L. Ltda. AGMSBS T. Ltda. AGM A.G.M. Ltda. CATCD R.B.F.C.D. Ltda. J.T. Ltda. C.T.C.B. RJ Ltda. SINTRAMAERJ -
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$12.652.060,13 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em maio de 2020)
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho de Rio de Janeiro alega que as empresas rés praticaram terceirização irregular e adotaram práticas trabalhistas análogas às de escravidão e requereu (i) a regularização das condições de trabalho de todos os trabalhadores que lhes prestam serviços; (ii) a rescisão dos contratos com as empresas corrés que fornecem mão de obra; (iii) a abstenção de utilizar mão de obra intermediada por pessoas interpostas para prestação de serviços ligados a suas atividades-fim ou meio; (iv) a contratação de todos os trabalhadores que exercem as atividades de transporte, “lonamento”, “paletização” e carga e descarga de mercadorias; (v) o respeito aos limites da jornada de trabalho; (vi) o correto pagamento de salários; (vii) o

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; e (viii) o pagamento de indenização no valor histórico de R$5.000.000,00, a título de reparação, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A D.A.S.A apresentou defesa aduzindo que segue rigorosamente a legislação trabalhista, que as atividades de transporte questionadas se tratam de atividades meio, podendo, portanto, serem terceirizadas. A Companhia se apresentou nos autos, em 24/04/2016, informando que incorporou a D.A.S.A, bem como que, à época dos fatos, a D.A.S.A era empresa dormente. Requereu, por fim, sua exclusão do polo passivo. A ação foi julgada improcedente em julho de 2018 e o Ministério Público interpôs recurso ordinário. A Companhia apresentou contrarrazões ao recurso ordinário e atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multas e honorários advocatícios, bem como poderá haver dano à imagem e impactos operacionais e financeiros causados por obrigações de fazer ou de não fazer.

Processo nº 0001550-50.2013.5.15.0125	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Sertãozinho, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Instância	2ª Instância
Data de instauração	14/08/2013
Partes no processo	**(Autor)** Ministério Público do Trabalho **(Réu)** D.A. S.A. (incorporada pela Companhia). B.B.S.A. U.S.F. S/A U.S.A. S/A C.P.C.O.E.S.P.. S.T.M.M.G.S.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$955.144,41 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em maio de 2020)
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pretende que o Sindicato se abstenha de fazer a intermediação de mão de obra às empresas tomadoras, bem como de fornecer mão de obra não eventual, sob a nomenclatura de trabalho avulso, na forma da Lei n° 12.023/2009. Adicionalmente, o Ministério Público do Trabalho requereu o vínculo empregatício entre os empregados avulsos e

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	as empresas que se utilizam desses serviços, bem como o pagamento de indenização por dano moral coletivo. A ação foi julgada procedente em parte para condenar as rés a contratar avulsos de forma não eventual, bem como ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em R$50.000,00. Foi interposto recurso ordinário ao qual foi dado provimento, sendo julgada improcedente a ação. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais não foram conhecidos. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual está pendente de julgamento no TST.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia deverá reconhecer o vínculo empregatício dos trabalhadores o que poderá afetar sua situação financeira adversamente, considerando os custos de reconhecimento de vínculo empregatício, acrescido de eventual indenização por dano moral coletivo, eventuais honorários advocatícios, bem como poderá causar impactos operacionais causados pelas obrigações de fazer ou de não fazer.

Processo nº 0020425-57.2019.5.04.0871	
Juízo	Vara do Trabalho de São Borja – Posto de Itaqui, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/09/2019
Partes no processo	**(Autor)** SINDIMERCOSUL (RS) **(Réu)** Ciclo Logística Ltda. (“Reclamada”)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$14.487.257,86 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de ação coletiva ajuizada pelo SINDIMERCOSUL requerendo pagamento de diferenças salariais consistente no pagamento de comissão de 10% sobre o valor bruto dos fretes realizados pelos motoristas da Reclamada e o pagamento dos reflexos trabalhistas decorrentes da integração das comissões na base de cálculos das demais verbas trabalhistas. Adicionalmente o SINDIMERCOSUL requereu a condenação da Reclamada ao pagamento de prêmios por tempo de serviço ou quinquênio, prêmios por assiduidade e pontualidade e reembolso de despesas ou diárias de viagens para alimentação. Em 30 de junho de 2020, foi proferida sentença declarando

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	ilegitimidade ativa do SINDIMERCOSUL e extinguindo a ação coletiva sem resolução do mérito. O SINDIMERCOSUL opôs embargos de declaração que aguarda julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, a Reclamada será compilada ao pagamento das verbas deferidas na ação, o que poderá afetar sua situação financeira adversamente.

(ii) Tributários

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas figurava como ré nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 10480.723715/2010-12	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	30/11/2010
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 19.396.198,83 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por Receita Federal do Brasil contra a Camil Alimentos S.A., no qual é alegada a utilização de classificação fiscal (NCM) incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2005 a 2006. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação para contestar o auto de infração julgado parcialmente procedente, reconhecendo a decadência das parcelas referentes ao período de fevereiro a dezembro de 2005. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, por meio do qual foi julgado procedente o auto de infração**,** sendo opostos embargos de declaração pela Companhia e interposto Recurso Especial pela União. Os embargos de declaração da Companhia foram acolhidos, com efeitos infringentes, para manter a exigência apenas da multa de 1% por erro de classificação fiscal da mercadoria. Estamos aguardando o julgamento do Recurso Especial.
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo administrativo federal n.º 10480.721448/2011-20	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância
Data de instauração	03/03/2011
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 34.824.052,58 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por Receita Federal do Brasil contra a Camil Alimentos S.A., na qual é O autor alegada a utilização de classificação fiscal (NCM) incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2007 a 2009. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação que foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário ao ser julgado o recurso foi convertido em diligência. Após retorno na diligência foi proferido decisão de parcial procedência determinando o retorno dos autos à DRJ para proferir nova decisão, a qual manteve a decisão de improcedência da impugnação ensejando novamente a interposição de Recurso Voluntário. A Companhia encontra-se aguardando julgamento do Recurso Voluntário.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo administrativo federal nº 19515.003259/2004-72	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	14/12/2004
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou	R$ 14.505.727,12 (valor atualizado em 20/05/2020)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

direitos envolvidos	
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal contra a Companhia para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, relativos ao período de 1999 a 2003, sob o argumento de que a despesa com ágio decorrente da incorporação de empresa na qual a Companhia subscreveu e adquiriu ações acima do seu valor de emissão seria indedutível do IRPJ e da CSLL. Após decisão desfavorável na impugnação apresentada pela Companhia, esta interpôs Recurso Voluntário, o qual manteve integralmente a cobrança objeto do auto de infração. Contra o Recurso Voluntário, a Companhia interpôs Recurso Especial. Em 13/11/2017, o processo foi distribuído para 1ª Turma da CSRF, no qual encontra-se aguardando ser inserido na pauta de julgamento.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Execução Fiscal n.º 0047913-80.2013.4.03.6182	
Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal do Estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	11/10/2013
Partes no processo	**Autor)** União Federal **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.674.690,66 (valor da causa atualizado em 20/05/2020)
Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada por União Federal contra Camil Alimentos S.A., objetivando o pagamento dos débitos de IPI inscritos em dívida ativa sob os n.ºs 80613016056-32, 80713006749-08 e 80713006828-27. A Companhia ofereceu aplicações financeiras para garantia da execução fiscal, as quais foram aceitas pelo juiz. Sobreveio decisão a fim de suspender o presente feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0017708-23.2013.4.03.6100, tendo em vista o reconhecimento de prejudicialidade externa e conexão entre as ações a fim de evitar decisões conflitantes e por segurança jurídica. A ação anulatória em referência foi julgada improcedente ensejando a interposição de recurso de apelação, a qual encontra-se aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Companhia	
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Ação Cautelar c/c Anulatória nº 0085396-24.2016.8.21.0001 relacionada à Execução Fiscal nº 0089739-92.2018.8.21.0001	
Juízo	6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2016
Partes no processo	**(Autor)** Camil Alimentos S.A. **(Réu)** Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 27.596.901,39 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Em 2015 o Estado do Rio Grande do Sul lavrou auto de infração em face da Companhia, alegando ausência de estorno dos créditos de ICMS sobre as operações com redução da base de cálculo para os produtos da cesta básica, referente ao período de 2013 a 2015, bem como desconsiderou o benefício da redução da base de cálculo após emitir comunicado de regularização, findo o processo administrativo foi distribuído medida cautelar antecedente visando garantir o débito objeto do auto de infração nº 0031020402. Concedida a tutela para suspensão da exigibilidade em face da garantia do débito, bem como para manter a regularidade da Companhia para fins de expedição de Certidão Negativa de Débitos, obstada a inscrição no Cadastro de Inadimplentes e assegurada a manutenção nos benefícios fiscais da base de cálculo reduzida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para etapa posterior e diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na importação de mercadorias, razão pela qual foi complementado o pedido para anular a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 0031020402, por declarar intempestiva a interposição de Recurso Especial, haja vista que a intimação foi recebida por terceiros, bem como para anular a autuação em face da desconsideração do benefício de redução de base de cálculo. A Companhia requereu perícia contábil e estamos aguardando a sua realização. Em paralelo o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal autuada sob número 0015343-54.2016.8.21.0086, passo que a Companhia se manifestou alegando que o débito está sendo discutido nos autos da ação anulatória c/c anulatória, bem como encontra-se com a exigibilidade suspensa em face do oferecimento de garantia. Diante de tais alegações sobreveio

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	decisão reconhecendo incompetência do juízo devido a identidade entre as ações (execução e anulatória) e determinando a remessa da ação executiva para foro da Fazenda Pública de Porto Alegre. A referida ação transitou em julgado em 09/05/2018. Em face da remessa dos autos para o foro de Fazenda Pública de Porto Alegre foi distribuída a execução fiscal número 0089739-92.2018.8.21.0001, razão pela qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão dos andamentos processuais, haja vista a existência da ação anulatória. Os autos encontram-se conclusos.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores ofertados em garantia, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo administrativo federal n.º 16561.720082/2017-43	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	18/09/2017
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 306.980.875,38 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por Receita Federal do Brasil contra Camil Alimentos S.A., objetivando a cobrança do IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2012 a 2015, cumulados das multas de ofício qualificada e isolada e de juros de mora, em razão da dedução indevida do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL de valores referentes a bens tangíveis e intangíveis, não sujeitos à depreciação ou amortização, considerados indevidamente como ágio por expectativa futura e amortização indevida do ágio originado pela operação de aquisição de 31,75% da Companhia pela holding GIF Codajas Participações S.A., com a utilização de empresa veículo, sem propósito negocial e com o único objetivo de reduzir a carga tributária. Após apresentada impugnação, o auto de infração foi parcialmente mantido em 1ª instância administrativa, excluindo a responsabilidade solidária dos diretores sem poderes de gestão. Contra a decisão, foi interposto Recurso Voluntário pela Companhia, o qual foi julgado parcialmente procedente, de modo a reduzir a multa de 150% para 75%, afastar a responsabilidade solidária dos diretores com poderes de gestão e cancelar o lançamento fiscal em face da aquisição das ações da GIF Codajas. Contra o acórdão, a Companhia opôs embargos de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	declaração, o qual aguarda-se julgamento.
Chance de perda	Possível – R$ 237.492.585,91 Remota – R$ 69.488.289,47
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Mandado de Segurança n.º 5000939-05.2020.4.03.6100	
Juízo	5ª Vara Cível Federal de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/01/2020
Partes no processo	**(Autor)** Camil Alimentos S.A. **(Réu)** União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 29.154.588,45 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Companhia contra a União Federal objetivando garantir o direito de transmissão de pedidos de compensação (PER/Dcomp) relacionados aos créditos dos exercícios de 2013 e 2014, tendo em vista que o direito de exclusão dos benefícios fiscais da base de cálculo do IRPJ e CSLL surgiu com a Lei Complementar n.º 160/2017.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Execução Fiscal nº 0001500-66.2016.8.19.0057	
Juízo	Vara única de Sapucaia
Instância	1ª Instância
Data de instauração	26/08/2016
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda do Estado do Rio de Janeiro **(Réu)** Carreteiro Alimentos Ltda e Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.640,867,47 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada por Estado do Rio de Janeiro contra Carreteiro Alimentos Ltda e Camil Alimentos S.A, objetivando a cobrança dos valores relativos a supostos débitos tributários a título de ICMS, devidos no período de fevereiro de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	2010 a abril de 2011. Houve o redirecionamento da ação executiva para a Companhia sob a alegação de sucessão societária. Em razão disso, a Companhia ofertou seguro garantia e opôs embargos à execução fiscal alegando ilegitimidade passiva, haja vista que a aquisição da Carreteiro se deu através da constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), sendo as cotas transferidas sem quaisquer ônus, responsabilidades sucessórias ou subsidiárias, conforme parágrafo único do art. 60 da Lei n.º 11.101/2005. Atualmente, a Companhia encontra-se aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo administrativo federal n.º 19515.721003/2018-46	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	07/12/2018
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A. **(Responsáveis Solidários)** Claudio Antonio Giglio da Silva Jacques Maggi Quartiero Luciano Maggi Quartiero
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 19.718.019,30 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por Receita Federal do Brasil contra Camil Alimentos S.A. e outros, objetivando a cobrança dos valores relativos a supostos débitos tributários de IRPJ e CSLL relacionados ao período de 2013, cumulado com multa de ofício qualificada, sob a alegação da indevida exclusão da base de cálculo dos referidos tributos as despesas operacionais (matéria-prima), tendo em vista que os documentos fiscais que ensejaram a dedução foram considerados inidôneo. Foi atribuída responsabilidade solidária aos representantes da Companhia, alegando excesso de poderes. Contra o auto de infração, a Companhia apresentou impugnação a qual foi julgada improcedente. Contra a decisão de 1ª instância administrativa, foi interposto Recurso Voluntário, o qual encontra-se aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Execução Fiscal nº 0009214-69.2012.8.26.0624 e Embargos à execução fiscal n.º 1002144-71.2018.8.26.0624	
Juízo	7ª Câmara de Direito Público do TJSP
Instância	2ª Instância
Data de instauração	01/07/2012
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda do Estado de São Paulo **(Réu)** SLC Alimentos Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 32.735.717,65 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	O Autor visa a cobrança de ICMS em face da diferença entre o imposto destacado no documento fiscal e o efetivamente cobrado no estado de origem em operações de transferência, do período de 10/2008 e 07/2009 (guerra fiscal), em face da garantia do juízo foram opostos embargos à execução. Houve a reunião desta ação executiva com a execução fiscal número 0009214-69.2012.8.26.0624, tendo em vista tratar-se de ações conexas. Nos autos dos embargos à execução fiscal, a SLC Alimentos Ltda. requereu a extinção em face da remissão concedida com o advento da Lei Complementar nº 160/2017, contudo diante da discordância do autor, foi proferido decisão sobrestando a execução fiscal e os embargos à execução fiscal até decisão final da ação mandamental. Em face da referida decisão foi interposto recurso, o qual restou deferido o efeito suspensivo, suspendendo-se os andamentos da presente Execução Fiscal. Posteriormente, a Relatoria determinou o sobrestamento do feito até que haja o julgamento do Tema n° 490 do STF. Considerando que o referido Tema não guarda pertinência com o quanto discutido no Agravo de Instrumento, a Executada interpôs Agravo Interno, o qual está pendente de julgamento. Antes do ajuizamento da ação de execução fiscal pelo Estado de São Paulo contra SLC Alimentos Ltda., esta impetrou o mandado de segurança n.º 0009145-04.2012.8.26.0053, visando a suspensão da exigibilidade e a nulidade da decisão administrativa que manteve a autuação n.º 3.116.175-3. Foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	declarar a extinção do crédito tributário em face da ocorrência de decadência, bem como para reduzir a multa imposta ao percentual de 50%. Contra a sentença, ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação, sendo provido o apelo do autor e desprovido o apelo da ré, razão pela qual foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário. Tendo em vista o reconhecimento da matéria como repercussão geral (Tema 863 do STF) os autos foram sobrestados.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Execução Fiscal nº 0003191-69.2016.8.21.0022 e Ação Anulatória n.º 01/1.15.0130353-9	
Juízo	4ª Vara da Fazenda Pública de Pelotas/RS
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/02/2016
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul **(Réu)** SLC Alimentos Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 15.799.393,82 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	O Autor visa a cobrança de ICMS em face do suposto aproveitamento indevido de crédito presumido, calculado sobre operações de compra de arroz em casca de cooperativas e industrialização de por encomenda. A executada se manifestou alegando que o débito está sendo discutido nos autos da ação anulatória sob o n.º 001/1.15.0130353-9, bem como requerendo a suspensão da execução. Foi proferido despacho suspendendo os andamentos processuais até decisão final da ação anulatória. Nos autos da ação anulatória foi determinado a realização de prova pericial a qual foi juntada aos autos em fevereiro de 2020, atualmente estamos aguardando intimação para manifestação sobre o laudo pericial.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

(iii) Cíveis

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré nos processos de natureza cível individualmente relevante.

(iv) Outros

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré em outros processos relevante.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia não realizou provisão dos processos descritos no item 4.3, tendo em vista que os processos foram classificados como prognostico de perda possível.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, informando:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia era parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza tributária considerados relevantes em conjunto por sua administração, abaixo descritos:

56 processos administrativos federais	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	2014, 2015, 2017 e 2018
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda Nacional **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 170.314.944,12 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Tratam-se de processos administrativos decorrentes de pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, relacionadas a créditos de PIS/Cofins decorrentes de insumos com débitos de IRPJ/CSLL e PIS/Cofins, referentes aos períodos de 2007 a 2013, bem como multa de 50% sobre os valores não homologados. Contra os despachos decisórios da Receita Federal, a Companhia apresentou manifestação de inconformidade. Em alguns casos a manifestação foi parcialmente procedente reconhecendo parte dos créditos e homologando parcialmente tais compensações. A Companhia interpôs Recurso Voluntário e encontra-se aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

8 Autos de Infração	
Juízo	Contencioso Administrativo-Tributário do Estado - CATE
Instância	1ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	03/07/2019
Partes no processo	**(Autor)** Fazenda do Estado de Pernambuco **(Réu)** Camil Alimentos S.A.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 84.892.202,89 (valor atualizado em maio de 2020)
Principais fatos	Tratam-se de autos de infração lavrados por Estado de Pernambuco contra a Companhia, objetivando a cobrança dos supostos débitos de ICMS e multa, alegando ausência de escrituração de Notas Fiscal de Entrada e Saída referente ao período de 2014/2015, bem como utilização irregular de incentivo fiscal reduzindo o imposto a recolher quando a legislação não permitia referida utilização referente ao período de 2014/2015 e 2017/2018. A Companhia apresentou impugnação e encontra-se aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia está atualmente sendo fiscalizada pela Receita Federal do Brasil com relação as compensações efetuadas no período de 01 a 12/2016 com créditos de PIS/Cofins. A Receita Federal deixou de homologar compensações realizadas com créditos semelhantes em relação aos períodos de 2007 a 2013. A Companhia não pode assegurar que esta fiscalização não venha a resultar na ausência de homologação das compensações, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso material na condição financeira da Companhia e no valor de mercado de suas ações.

Ministério Público do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina – Procuradoria do município de Navegantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 2080/2012), em 20/04/2012, para adequação de maquinários às Normas Regulamentadoras nºs 12 e 17. Em 06/02/2017, foi constatado o descumprimento parcial do referido termo (alguns itens da Norma Regulamentadora nº 12), sendo aplicada a multa de R$100.000,00 que está sendo paga pela Companhia.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 80/2008), em 04/04/2008, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; e (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2003), em 05/02/2004, pelo qual se obrigou a contratar e manter a cota legal de empregados considerados Pessoas Com Deficiência (PDC). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – Maranhão – Procuradoria do município de São Luis

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 987/2012), em 04/05/2012, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 1, 10 e 11. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro – Procuradoria do município do Rio de Janeiro

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 06/2015), em 28/01/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas,

4.7 - Outras Contingências Relevantes

devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; e (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho temporário. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul – Procuradoria do município de Uruguaiana

Em 23 de julho de 2020, a Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil n.º 000054.2019.04.005/2 substituindo 3 (três) TACs assinados anteriormente nos autos dos Inquéritos Civis n.º 000004.1998.04.005/1, n.º 000067.2015.04.005/6 e n.º 000016.2017.04.005/7, e parcialmente o TAC (nº 51/2014) assinado nos autos do Inquérito Civil nº 000049.2009.04.005/2, pelo qual se obrigou a pagar R$600.000,00 a título de dano moral coletivo até 7/8/2020 e a adequar-se às Normas Regulamentadoras nºs 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 33 e 35. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é de 10 (dez) anos. A abrangência se restringe às unidades de Itaqui e Cambaí, localizadas no Estado do Rio Grande do Suol.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 51/2014), em 21/10/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário. As obrigações referentes a meio ambiente do Trabalho (adequação às Normas Regulamentadoras nºs 5, 8, 12, 33 e 35) foram extintas com a assinatura do TAC de 23/07/2020, ficando o Termo restrito à jornada de trabalho. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 15/2017), em 02/10/2017, para adequação do ambiente de trabalho à Norma Regulamentadora nº 20. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2020), em 09/07/2020, pelo qual se obrigou a: (i) adotar medidas de contenção da COVID-19 (estabelecer rotina de desinfecção e testagem, durante 30 dias, a iniciar em 13/07/2020, de forma que todos os trabalhadores da unidade de Itaqui/RS, empregados ou terceirizados, sejam submetidos semanalmente a testes RT- PCR) e (ii) adotar medidas de prevenção para enfrentamento da COVID-19. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é limitado ao período de duração da epidemia da COVID-19.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Itaqui

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 18/09/2015, para encerramento do Inquérito nº 15/2013, comprometendo-se a: (i) apresentar projeto de adequações da Unidade de Maçambará, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado e protocolizado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, contendo as propostas sugeridas pela divisão de assessoramento técnico do Ministério Público; (ii) implementar integralmente o projeto mencionado acima, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da ciência da aprovação do projeto pelo órgão ambiental, apresentar, ao Ministério Público, memorial descritivo das atividades desenvolvidas para a conclusão da obra; e, após a implementação, (iii) apresentar, ao Ministério Público, relatório técnico, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, demonstrando a efetividade do sistema, sob condição de plena carga, isto é, máxima produção. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia que aguarda a ratificação do Ministério Público e arquivamento definitivo do inquérito civil.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Porto Alegre

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 13/07/2012, para encerramento do Inquérito nº 116/2012, comprometendo-se a: (i) manter a qualidade e rotulagem de seus produtos de acordo com as normas regulamentares; (ii) efetuar a separação dos lotes de produtos em seu depósito de modo que tenha passado pelo controle de qualidade interno ou de empresas credenciadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; (iii) doar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no prazo de 20 dias, uma célula de condutividade sem platinização, no valor de R$2.000,00; e (iv) permitir o ingresso de representantes do Ministério Público nas filiais, viabilizando a fiscalização. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia e, após comprovação do cumprimento das obrigações, o inquérito foi arquivado em 06/08/2012.

Município do Rio de Janeiro/RJ

A Companhia celebrou um Termo de Compromisso (nº 68/2015), em 15/04/2015, aditado em 17/05/2017, para implementação da medida compensatória referente à execução de serviços de reflorestamento, comprometendo-se a plantar espécies nativas da mata atlântica em uma área de 1,20ha localizada no km 9 da estrada Mendanha, bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro/RJ, bem como a manter a plantação, por 24 meses, a contar de 17/05/2017. As mudas plantadas não perduraram por condições desfavoráveis ao plantio, de modo que a Companhia apresentou justificativa, em 13 de março de 2017 e 22 de maio de 2017, ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ e aguarda manifestação do INEA sobre o cumprimento do TAC.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direltos políticos e econômicos
b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários
c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
e. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável. A Companhia não é uma emissora estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Política de Gestão de Riscos, aprovada em dezembro de 2018 e janeiro de 2019 pelo seu Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, respectivamente, com atualização em maio de 2020, devidamente aprovada, a qual visa estabelecer os princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades no gerenciamento de seus riscos, além de orientar sobre o funcionamento dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos inerentes às atividades do Companhia, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado, evidenciando a importância dada ao tema pela Companhia e seus Administradores.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos estabelece as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas em operação no Brasil, quanto à identificação, análise e respostas aos principais riscos que possam afetar o negócio, estabelecendo controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação e proteção de valor.

A Companhia adota os princípios e diretrizes do *"COSO ERM 2017 – Integrating with Strategy and Performance Executive Summary "* e *"ISO 31000:2018 – Gerenciamento de Riscos"* como referência para gestão de riscos, a fim de constituir um modelo conceitual e prático para gerenciamento de seus riscos corporativos, integrado e alinhado com as estratégias e objetivos do negócio. As exposições são administradas e monitoradas de acordo com as respectivas estruturas de gerenciamento e políticas institucionais aprovadas, em concordância com o item 4.1 do presente Formulário de Referência.

A Companhia utiliza o método de matriz de riscos para direcionar seus esforços no tratamento daqueles com maior impacto e probabilidade de ocorrência. Esta matriz é revisada constantemente e as prioridades podem ser redefinidas mediante alterações no ambiente e contexto no qual a Companhia estiver inserida em determinado momento.

Assim, a Política de Gestão de Riscos prevê como estratégia a adoção de três linhas de defesa, sendo elas:

(*i*) 1ª Linha de Defesa: refere-se à Gestão Operacional (*"risk owner"*), os quais são os responsáveis diretos por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pela Companhia e detêm a responsabilidade primária e gerenciam diretamente os riscos, identificando, avaliando, tratando, prevenindo e monitorando seus riscos de forma integrada;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(*ii*) 2ª Linha de Defesa: refere-se às áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsáveis pelas funções de gerenciamento de riscos que facilite e monitore a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional e auxilie os proprietários dos riscos a definir suas metas de exposição ao risco e a reportar adequadamente informações relacionadas aos riscos em toda a organização; e

(*iii*) 3ª Linha de Defesa: refere-se à área de Auditoria Interna, que desempenha avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar as suas atividades e operações. Nesse sentido, os principais grupos de riscos administrados são os estratégicos, financeiros, operacionais e de conformidade/legal, assim como para os riscos e/ou fatores de risco que deles decorrem, por exemplo, tais como a não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, saúde e segurança no trabalho, meio ambiente, cadeia de fornecimento, segurança da informação, qualidade e segurança alimentar, seguros e salvaguarda de ativos.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia, em linha com as melhores práticas de mercado em gestão de riscos, adota instrumentos que consistem no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos, devidamente monitorado, testado e atualizado, objetivando endereçar respostas aos riscos identificados, através de aplicação e/ou aprimoramento de controles mitigatórios.

A análise e atualização dos cenários de matriz de risco é realizada de acordo com as alterações do ambiente interno, do contexto de negócio e das definições estratégicas da Companhia. Observando a complexidade de suas operações, a Companhia entende que os riscos e os mecanismos de mitigação e controle podem variar de acordo com a mudança do ambiente de atuação e incluem, mas não se limitam aos riscos apontados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia também compartilha parte de seus riscos, especialmente os financeiros, operacionais e legais, através da contratação de seguros, como instrumento de proteção. A transferência de riscos leva em considerações o cálculo de seu impacto no caso da sua materialização, controles internos e coberturas existentes para os riscos reportados.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos. O compromisso com a integridade, os valores

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia é responsabilidade de todos os seus colaboradores, sendo estes responsáveis também pelo gerenciamento de seus riscos e, com base nessa premissa, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de gestão e governança corporativa, de acordo com o conceito das três linhas de defesa do *"Institute of Internal Auditors – IIA"*, conforme imagem abaixo:



Fonte: Declarações de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA): As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Dessa forma, nos termos da Política de Gestão de Riscos, a Companhia realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, dos Diretores, inclusive o Diretor Presidente e da sua estrutura de governança corporativa (Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos), bem como envolve as divisões de negócios, gestores responsáveis pelas áreas e demais colaboradores.

Compete ao Conselho de Administração:

- Estabelecer a cultura de Gestão de Risco na Companhia, definindo o tom através de seu exemplo, participação ativa, patrocínio e incentivo;
- Aprovar as diretrizes estratégicas da Gestão de Riscos da Companhia, formalizadas através da presente Política, assim como suas eventuais alterações e/ou revisões;
- Supervisionar, com auxílio do Comitê de Auditoria, a estrutura e o processo de Gestão de Riscos da Companhia, assim como sua efetividade, e monitorar periodicamente os níveis de exposição aos riscos referentes as iniciativas estratégicas; e
- Assegurar a adequação da estrutura destinada ao gerenciamento de riscos na Companhia (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), compatível com seu tamanho e complexidade.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Supervisionar os processos de análise e respostas aos riscos e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Analisar, monitorar e informar ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados no processo de Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis;
- Avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Aprovar e monitorar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos e garantir a relevância da Auditoria Interna no processo de Gestão de Riscos; e
- Apoiar a Alta Administração no entendimento e mapeamento de seus riscos estratégicos.

Compete à Alta Administração (refere-se ao mais alto nível de gerenciamento da organização, composto pelos seus Diretores, incluído o Diretor Presidente):

- Promover a cultura de Gestão de Riscos na Companhia, através da implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado e integrado aos objetivos estratégicos do negócio;
- Estabelecer as diretrizes estratégicas de Gestão de Riscos da Companhia, assim como seu processo de formalização e os limites aceitáveis de sua exposição ao risco;
- Em conjunto com a área de Gestão de Riscos, identificar e avaliar os riscos estratégicos, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;
- Analisar, monitorar e informar sobre os processos de avaliação e resposta aos riscos operacionais e auxiliar à Gestão Operacional (1ª Linha de Defesa) na avaliação e priorização de seus riscos; e
- Estabelecer a estrutura destinada ao processo de gerenciamento de riscos (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.

No tocante à 1ª Linha de Defesa, compete:

- Avaliar continuamente a aplicabilidade dos temas de gerenciamento de riscos às atividades sob sua responsabilidade;
- Implementar e executar controles efetivos de prevenção e de mitigação, garantir adequada definição e execução dos planos de ação e estabelecer ações corretivas para a melhoria contínua da Gestão de Riscos;
- Implantar e executar, de forma proativa, quaisquer ações de mitigação ou de eliminação que julgar necessário, de transferência ou de compartilhamento ou de rejeição dos riscos de nível inaceitável;
- Assegurar a conformidade com regulamentações, políticas e/ou normas (internas e/ou externas); e
- Atender as diretrizes, padrões técnicos e de gestão mínimos definidos pela 2ª Linhas de Defesa.

No tocante à 2ª Linha de Defesa, compete:

- Disseminar a cultura de gestão e prevenção de riscos na organização, através do apoio e troca de conhecimentos e informações, bem como implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos;
- Identificar, analisar e avaliar junto à Alta Administração os riscos estratégicos e,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

em conjunto com ela, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;

- Desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos e a infraestrutura para a gestão integrada de riscos;
- Suportar o trabalho das demais linhas de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação para o gerenciamento e prevenção de riscos;
- Suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio e a divulgação externa de informações oficiais referentes à Gestão de Riscos;
- Reportar nas reuniões do Comitê de Auditoria sobre o processo de gerenciamento e resposta aos principais riscos, considerando a situação dos controles e planos de ação de riscos estratégicos;
- Consolidar as deliberações do Comitê de Auditoria para encaminhamento à Alta Administração, bem como acompanhar a conclusão das recomendações, cabendo às demais áreas da 2ª Linha de Defesa avaliar a efetividade das mesmas, quando aplicável.

No tocante à 3ª Linha de Defesa, compete:

- Como dito no item “b” acima, refere-se à área de Auditoria Interna, que desempenha avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos. O escopo dessa avaliação é reportado à Alta Administração, Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (através do Comitê de Auditoria).

Compete aos colaboradores da Companhia:

- Observar os princípios da Política de Gestão de Riscos, sua estrutura e o processo no gerenciamento de seus riscos.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da política adotada.

Conforme o exposto no item “b” acima, a adequação da estrutura operacional e dos controles internos para verificação da Política de Gestão de Riscos, são avaliados na 3ª Linha de Defesa, pela área de Auditoria Interna. O resultado da avaliação é reportado à Alta Administração, Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (através do Comitê de Auditoria).

O Comitê de Auditoria, de caráter permanente e estatutário, é composto por três membros independentes, tecnicamente habilitados para tal, eleitos pelo Conselho de Administração. A sua principal missão, dentre outras, é supervisionar a operacionalização dos processos de auditoria (interna e externa) e dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos.

As áreas de Controles Internos e Auditoria Interna efetuam o acompanhamento dos controles e realizam testes para verificar a aderência das ações para mitigação de riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia realizam testes para verificar a efetividade dos controles internos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da sua Política de Gestão de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada para o gerenciamento dos riscos de mercado, contudo, acredita que os instrumentos e órgãos internos de controle de riscos atualmente em vigor mitiguem sua exposição aos riscos de mercado, especialmente os abaixo citados, ou ao menos embasem eventuais decisões de tomada de risco, incluindo, mas não se limitando, à atuação de sua Diretoria Financeira e Comitê de Finanças, gerido por regimento próprio, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de janeiro de 2018, com suporte da área de Gestão de Riscos e Comitê de Auditoria, conforme estrutura de controle apresentada abaixo.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, atualmente, a Companhia, através de sua Diretoria Financeira e mediante recomendação do Comitê de Finanças, busca proteção para variações das taxas de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, especialmente em dólar, relacionados às *commodities* utilizadas em seus processos produtivos, bem como eventuais oscilações de taxas de juros, crédito e liquidez, conforme informado na seção 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. Estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia adota como prática evitar sua exposição às flutuações de moeda e juros em suas respectivas operações, como estratégia de proteção patrimonial, sempre que possível, buscando fontes de financiamento denominadas nas moedas funcionais de suas respectivas operações, atreladas a taxas de juros pré-fixadas. As operações em moeda estrangerias, comumente realizadas em dólares norte-americanos, adota-se como estratégia o fechamento do câmbio na data da transação (mercado *spot* de câmbio) ou contratação de derivativos, conforme aplicável, como forma de reduzir suas exposições ao risco de flutuação nas taxas de câmbio.

A Companhia adota também a prática de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados à “Certificados de Depósitos Interbancários – CDI” ou assemelhados em cada um de seus respectivos mercados, com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, *hedge* financeiro em suas moedas funcionais ou fechamento *spot* de câmbio, com indexadores

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

pré-fixados de juros, quando aplicável, além de aplicações em instrumentos atrelados à "Certificados de Depósitos Interbancários – CDI" ou assemelhados em cada um de seus respectivos mercados, conforme descrito no item *"ii",* para fornecer proteção às suas importações contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Não obstante, a Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Apesar de não formalizados através de uma política de riscos de mercado (*hedge*), a Companhia adota os parâmetros descritos no item *"ii"* para gerenciá-los. A definição de tais parâmetros é realizada em conjunto com a Alta Administração, em especial Diretoria Financeira, e o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política especifica para gerenciamento de riscos de mercado. Apesar disso, a Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, incluindo os de mercado. A estrutura de gestão de riscos, no tocante aos riscos de mercado, é assessorada pela Alta Administração, em especial a Diretoria Financeira, e suportada pelas áreas de Controles Internos e Gestão de Riscos, assim como pelo Conselho de Administração, através do Comitê de Finanças, além de ser monitorada pelas Auditorias Interna e Externa e Comitê de Auditoria.

A estrutura integrada para gerenciamento de riscos adotada pela Companhia é tal como descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política especifica para gerenciamento de riscos de mercado, mas adota estratégias para reduzir sua exposição aos riscos de mercado, através da definição de parâmetros de *hedge* (vide item *"ii"*). A estrutura responsável pela avaliação do atendimento aos parâmetros e estratégias adotadas pela Companhia para gestão de seus riscos de mercado é mesma que fora apresentada na Seção 5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, a Companhia adota uma visão integrada de gestão de riscos.

Ademais, o Comitê de Finanças auxilia na avaliação da efetividade da estrutura de gestão de riscos, no tocante aos riscos de mercado, através de análise dos níveis de

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

exposição aos riscos citados (vide item “i”), os controles internos adotados pela Companhia como forma de resposta aos riscos de mercado identificados, assim como sua efetividade na mitigação de tais riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O exercício social da Companhia e suas controladas termina ao final de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia possui uma área de controles internos e auditoria interna, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras, para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em caso de deficiências de controles, as mesmas são monitoradas e tratadas tempestivamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração conta com o apoio da sua área de controles internos e auditoria interna para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, além do acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros, por meio da gestão integrada de risco.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como competência "avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração", nos termos de seu regimento interno.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Não obstante, conforme disposto no artigo 26, § 5º - ix, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Financeiro, dentre as suas funções, coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por fim, cabe ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, quando instalado, analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras da Companhia.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de controles internos e auditoria interna, subordinada à Diretoria de Finanças, apoia as demais áreas da Companhia na identificação, avaliação, comunicação e tratamento dos riscos através da implementação, monitoramento e testes de controles que mitigam estes riscos. O resultado deste trabalho é reportado aos diretores da Companhia para ciência e providências sobre os riscos e controles. No Estatuto Social da Companhia estão previstos o Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças que assessoram o Conselho de Administração no monitoramento das práticas de controle adotadas pela Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst &Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) realizou o exame das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e também fornecer recomendações para o aprimoramento de seus controles internos.

Como resultado dessa avaliação foi apresentado um relatório de deficiências e recomendações sobre os controles internos, e não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais. As demais deficiências foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

A Administração julga importante destacar a deficiência de controle abaixo:

Ausência de controle de *covenants* das dívidas em nível de grupo

Em seus procedimentos trimestrais de revisão, EY identificou que a Companhia, como responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas, não tinha controles monitoramento e revisão suficientes a nível de grupo para garantir o cumprimento dos *covenants* financeiros ou identificar o problema em tempo hábil para definir um plano de ação, em caso de não cumprimento. Adicionalmente, a EY observou que a Companhia não possuía controles relacionados aos *covenants* não financeiros.

Embora a Companhia tenha preparado um controle ao final do exercício findo em 29 de

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

fevereiro de 2020, a EY concluiu que a Companhia precisa aprimorar seus controles internos, principalmente no que tange à revisão e monitoramento, com base em uma frequência mensal, para que eventualmente, os *covenants* financeiros e não financeiros que possam existir, principalmente em novos contratos de dívida sejam tempestivamente incluídos nos controles internos da Companhia, incluindo as controladas, e sejam revisados e monitorados tempestivamente para que quaisquer problemas que possam implicar em alguma distorção nas demonstrações financeiras possam ser capturados em tempo hábil e refletidos adequadamente.

Dessa forma, a EY recomendou que Companhia aprimore os controles internos relacionados aos *covenants*, incluindo uma formalização dentro de um manual de políticas contábeis a fim de garantir uma uniformidade nos controles a nível de grupo, revisão e monitoramento tempestivo para ter tempo hábil de definir um plano de ação, em caso de não cumprimento e consequentemente, evitar distorções relevantes nas demonstrações financeiras e realizar divulgações adequadas.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foi reportada deficiência significativa no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020. Para todas as demais deficiências reportadas, a Administração da Companhia desenvolveu planos de ação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia.

Apresentamos a seguir os comentários para a deficiência de controle mencionada no item 5 d acima:

Durante o processo de revisão do 3T19 foi identificado pelos auditores a necessidade de revisão do controle de *covenants* junto às controladas do da Companhia. Durante o período subsequente, a Companhia implementou relatório padrão, preenchido mensalmente com relação a cada controlada, para monitorar os *covenants* financeiros e não financeiros, incluindo o detalhamento de cada contrato de dívida e potenciais impactos cruzados entre as sociedades do grupo econômico da Companhia. Neste relatório, o qual é consolidado mensalmente pela Companhia, são revisados os *covenants* reportados por cada controlada da Companhia, além de potencial impacto sobre os *covenants* aplicáveis ao endividamento da Companhia no Brasil, os quais são calculados levando em consideração a dívida líquida consolidada da Companhia.

O relatório foi revisado, analisado e devidamente aprovado pela auditoria externa como suficiente para a realização deste controle.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui (*i*) um Código de Ética que reúne os propósitos e valores que devem orientar os comportamentos e as atitudes de todos os envolvidos na condução de nossos negócios. É um guia em conformidade com os regulamentos e procedimentos internos, que estabelece os direitos e deveres básicos, aplicável a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do conselho da Companhia e/ou de suas subsidiárias; (*ii*) um Canal de Ética que pode ser contatado via telefone (0800), site ou e-mail, difundidos interna e externamente, dando a possibilidade de anonimato e conduzindo o tratamento de relatos de forma a proteger os denunciantes de boa-fé, bem como as informações e demais envolvidos; (*iii*) Comitê de Ética, composto pelo Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e a Diretora de Gente e Gestão, sendo uma das atribuições analisar e tratar os reportes recebidos através do Canal de Ética que tenham sido identificados como potenciais violações ao Código de Ética; e (*iv*) Auxílio/suporte da Diretoria Jurídica no que diz respeito ao monitoramento das iniciativas de Integridade e Conformidade, assegurando que as práticas da Companhia estão em conformidade com o Estatuto Social e regimentos internos da Companhia e a legislação que rege suas atividades, de forma a assegurar que sejam obedecidas, inclusive, as leis trabalhistas, regras regulatórias estabelecidas pelo setor, práticas comerciais acordadas pelo mercado, leis que norteiam o Direito do Consumidor, assim como as demais regras internas e externas que a Companhia deve atender.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia atualmente possui um (*i*) Departamento de Auditoria Interna, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os relevantes para o programa de integridade existente, reportando-se funcionalmente ao Comitê de Auditoria; (*ii*) Departamento de Controles Internos, responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos controles internos e dos documentos normativos da Companhia; (*iii*) Comitê de Auditoria sendo um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração; (*iv*) Comitê de Ética, responsável por revisar e propor atualizações ao Código de Ética sempre que necessário, acompanhar o andamento das apurações e investigações do Canal de Ética, recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do

5.4 - Programa de Integridade

Comitê; (*v*) um Canal de Ética que pode ser contatado via telefone (0800), site ou e-mail, difundidos interna e externamente, dando a possibilidade de anonimato e conduzindo o tratamento de relatos de forma a proteger os denunciantes de boa-fé, bem como as informações e demais envolvidos; (*vi*) um Código de Ética que expressa as expectativas da Companhia em relação às condutas de todos os colaboradores e prestadores de serviço; e (*vii*) um termo de ciência e compromisso, assinado por todos os colaboradores, previsto no Código de Ética.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do conselho da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia, no momento da integração de seus colaboradores, orienta e capacita os novos colaboradores em relação ao seu Código de Ética, assim como divulga seu Canal de Ética.

Os novos colaboradores assinam um Termo de Ciência e Compromisso anexo ao Código de Ética.

A Companhia disponibiliza também aos seus colaboradores, anualmente, treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Está previsto no Código de Ética, item “Sanções”, aplicação de medidas disciplinares no caso de descumprimento das diretrizes do Código ou qualquer outra norma a que a Companhia esteja sujeita.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2015, com atualização em setembro de 2019, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. O documento pode ser consultado no site da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com

5.4 - Programa de Integridade

Investidores da Companhia (http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/).

b. Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias, denominado Canal de Ética, o qual está aberto para recebimento de denúncias internas e externas, por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética ou os valores da Companhia.

O canal de denúncias está a cargo de terceiros, o mesmo é operado pela ICTS GLOBAL DO BRASIL LTDA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.399.167/0001-89, uma empresa independente e imparcial, especializada na operação de canais dessa natureza. Todos os relatos e denúncias formuladas ao canal são tratados pelo terceiro com sigilo e confidencialidade, sendo assegurado aos denunciantes e responsáveis pelos relatos total anonimato.

Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são analisadas e tratadas, ficando a sua apuração a cargo da área de Auditoria Interna e do Comitê de Ética da Companhia.

c. Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante as tratativas que envolvem possíveis operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária, a Companhia usualmente contrata assessores independentes com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado com vistas a obter uma visão global ou pontual, conforme o escopo e a natureza da operação, sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, e também sobre práticas adotadas pela sociedade em questão. Referidos processos de *due diligence* são importantes mecanismos de mapeamento e mitigação de eventuais riscos relacionados ou decorrentes de possíveis práticas irregularidades perpetradas pelas partes envolvidas na operação com a Companhia.

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos.

Em relação ao último exercício social, a Companhia destaca que não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta.

A Companhia acredita que com a formalização da sua Política de Gestão de Riscos e aperfeiçoamentos de suas metodologias e práticas de gerenciamento de riscos, conforme as diretrizes por ela estabelecidas, associadas ao maior nível de mapeamento de seus processos e monitoramento de suas exposições ao risco, assim como a evolução das discussões de temas referentes à Integridade e Conformidade, são satisfatórias para promover a manutenção da exposição aos seus riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Ações de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19)

Em 60 anos de história a Companhia atravessou um período sem precedentes em seus negócios, momento que a fez agir de forma rápida e responsável. Alimentar relações faz parte de seu negócio, o que a levou a cuidar, em primeiro lugar, da segurança das pessoas, com foco especial em seus colaboradores, clientes e comunidades em que estão inseridos. Como empresa do setor de alimentos, a Companhia possui responsabilidade única e atua de forma determinada garantindo o atendimento de seus consumidores para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atua na América do Sul, sem perder de vista a segurança de seus colaboradores e clientes, que sempre foi sua prioridade.

Já nos primeiros sinais da pandemia, a Companhia instaurou um comitê de crise que elabora e monitora ações essenciais com o objetivo de assegurar a segurança de seus colaboradores e continuidade de seus negócios. A Companhia realiza intensa comunicação interna com orientações sobre prevenção ao COVID-19, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreiras sanitárias nas unidades operacionais. Substituiu viagens, eventos e reuniões presenciais por encontros 100% remotos e adotou o *home office* em seu escritório corporativo.

Para garantir a produção e atender a demanda do período, marcado pelo alto volume de vendas e aumento do custo da matéria-prima, a Companhia reforçou a gestão do nível de estoques de insumos e produtos acabados, assim como readequou sua organização do ponto de vista de produção, logística e transporte de colaboradores, garantindo distanciamento seguro e evitando aglomerações em suas plantas. Além das iniciativas operacionais de garantia de suprimentos, a Companhia fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, de forma preventiva, garantiu a necessidade financeira para o ano de 2020, por meio da captação de empréstimos no valor de aproximadamente R$1,2 bilhão no trimestre.

A Companhia destaca que, além das iniciativas frente a pandemia com relação a segurança de seus colaboradores, clientes, negócios e liquidez, reforça mais um compromisso seu diante desse cenário: o compromisso social com comunidades locais. A Companhia traz uma longa história de crescimento com importantes valores em seu DNA de confiança, proximidade e responsabilidade. Como uma das maiores Companhias de alimentos da América do Sul, reafirma seu compromisso com a sociedade, contribuindo no combate aos impactos da COVID-19 nas comunidades onde opera, com compra de equipamentos e utensílios para serviços de saúde dos munícipios onde possui unidades produtivas e distribuiu mais de 200 toneladas de produtos para a população mais vulnerável.

Conforme já amplamente divulgado, a Companhia vem nos últimos anos trabalhando em medidas de redução de custos e despesas, o que a posicionou de forma ainda mais competitiva para atuar neste novo ambiente. As ações da Companhia com foco em eficiência, em conjunto com um cenário de elevada demanda de volume de vendas e subida de preços da matéria-prima, permitiram a recuperação dos patamares históricos de rentabilidade. No mercado Internacional a Companhia continua com dinâmica

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

favorável e resultados positivos. Observa-se a recuperação das exportações do Uruguai frente ao ano anterior retomada de crescimento de vendas no Peru e contínua performance positiva no Chile em volume e rentabilidade. A Companhia continua acreditando no mercado de alimentos na América do Sul, que combina resiliência, oportunidades de crescimento e tende a ser um dos setores defensivos no ambiente da pandemia do COVID-19. Analisando as perspectivas futuras, crescimento sustentável continua sendo sua maior prioridade. Com fortes marcas, plataforma diferenciada e posicionamento de liderança, a Companhia possui múltiplas oportunidades de crescimento nos segmentos de atuação, desenvolvimento de novos mercados e entrada em novas categorias. A Companhia iniciou um novo ciclo, reforçando sua responsabilidade e agilidade em um cenário de pandemia e está cada vez mais confiantes que está no caminho para antecipar tendências e fortalecer sua posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	09/11/1990
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/09/2017

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia iniciou suas atividades no ano de 1963, no Rio Grande do Sul, época em que se deu a migração do cultivo de arroz do centro-oeste para o sul do Brasil, devido à sua maior produtividade nesta região. Na década de 70, a Companhia expandiu suas atividades para o Estado de São Paulo. Já na década de 80, a Companhia começou a empacotar e comercializar arroz sob a marca Camil, abrindo o seu primeiro centro de distribuição em São Paulo. A década de 90 foi marcada pela (i) expansão comercial da Companhia com a entrada em novos mercados, como o feijão; (ii) transferência da sede do Rio Grande do Sul para São Paulo; e (iii) admissão de um fundo de *private equity* norte-americano no capital da Companhia (TCW).

A Companhia possui um sólido histórico de aquisições, iniciado a partir de 2001 com a aquisição das marcas Pai João e Príncipe, líderes no Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente, e aquisições de unidades industriais localizadas em Recife, Camaquã e próximo ao Rio Grande, além de Centros de Distribuição nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A partir do ano 2000, a estratégia da Companhia passou a ser de expansão via aquisições, em adição ao crescimento orgânico da Companhia, com a assunção do controle da Companhia pela família Quartiero. Além disso, a Companhia adquiriu:

(i) S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), em 2007;
(ii) Tucapel S.A., no Chile, em 2009;
(iii) BB Mendes, no Maranhão, em 2010;
(iv) Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (detentora das marcas "Pescador" e "Alcyon") em 2011;
(v) Canadá Participações Ltda. (detentora da marca Coqueiro), no Brasil, em 2011;
(vi) Costeño Alimentos S.A.C, no Peru, em 2011;
(vii) Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (detentora das marcas "União" e "Da Barra"), no Brasil, em 2013;
(viii) Ormus (detentora da marca "Hoja Redonda"), no Peru, em 2012 (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia) em 2013;
(ix) Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., no Brasil, em 2013;
(x) La Loma Alimentos S.A., na Argentina, em 2013 (vendida em 2018);
(xi) Envasadora Arequipa S.A.C (detentora da marca "Arroz del Sur") (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia), no Peru, em 2013;
(xii) Romero Trading S.A. (detentora da marca "Paisana"), no Peru, em 2014;
(xiii) SLC Alimentos Ltda. (detentora da marca "Namorado" entre outras de grãos), no Brasil, em 2018.

A estratégia de diversificação internacional começou em 2007, por meio da aquisição da Saman no Uruguai, líder de mercado e maior exportador de arroz uruguaio, seguida da aquisição da Tucapel no Chile, em 2009, atualmente a marca líder de vendas e *share of mind*. Em 2011, a Companhia adquiriu a Costeño no Peru e, em 2014, a marca Paisana, respectivamente primeira e segunda maiores marcas de arroz empacotado no Peru, consolidando a liderança nesta categoria.

6.3 - Breve Histórico

Em 2012, a Companhia iniciou uma estratégia de diversificação de portfólio no Brasil com a entrada no mercado de pescados enlatados (sardinha e atum), por meio da compra das sociedades detentoras das marcas Coqueiro e Pescador. Já no mercado de açúcar, a diversificação foi realizada por meio da compra da empresa detentora da marca União, viabilizada pela injeção de capital com a entrada do fundo de investimento de *private equity* da Gávea Investimentos.

Em 2016, um fundo gerido pela Warburg Pincus, um dos maiores gestores de *private equity* dos Estados Unidos, adquiriu a participação societária detida pelo Gávea Investimentos na Companhia. Vale destacar que a participação do fundo da Warburg Pincus na Camil Alimentos foi liquidada em novembro de 2019, por meio de um programa de recompra de ações da Companhia.

Dando continuidade ao crescimento e expansão, a Camil realizou sua abertura de capital na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e registro na B3 em setembro de 2017, listando-se no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3 sob o *ticker* CAML3. Em adição ao IPO, a Companhia realizou outras importantes transações no mercado de capitais. A Companhia tem utilizado no Brasil os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), desde o início de seu trabalho de gerenciamento do endividamento em 2016, como uma ferramenta para realizar emissões com custos próximos a 100% da Taxa DI, que possibilitaram a substituição de financiamentos com custos mais altos e alongamento do perfil de amortização.

Em 2018, a Companhia realizou a aquisição da SLC Alimentos no Brasil, detentora da marca Namorado. A aquisição da SLC Alimentos reforça a execução da estratégia da Companhia de consolidação do mercado brasileiro de grãos. A SLC Alimentos trouxe uma importante complementariedade de portfólio e de regiões de atuação, permitindo a ampliação da nossa liderança no mercado. A Companhia focou no trabalho de integração e otimização de suas operações de forma ágil e eficiente, com obtenção de importantes sinergias, concluindo esse processo no dia 1º de março de 2019 com a incorporação da empresa pela Companhia. A Companhia reforça que a aquisição foi um passo importante para a sua estratégia de crescimento pautada por aquisições de marcas fortes e expansão geográfica em mercados chave.

Em 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios *Pet Food* da Empresas Iansa S.A ("LDA"). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Companhia para novas categorias. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Companhia possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. A conclusão da transação está sujeita à aprovação de condições usuais a este tipo de operação. Até a aprovação de conclusão da transação, as companhias continuam operando de forma independente.

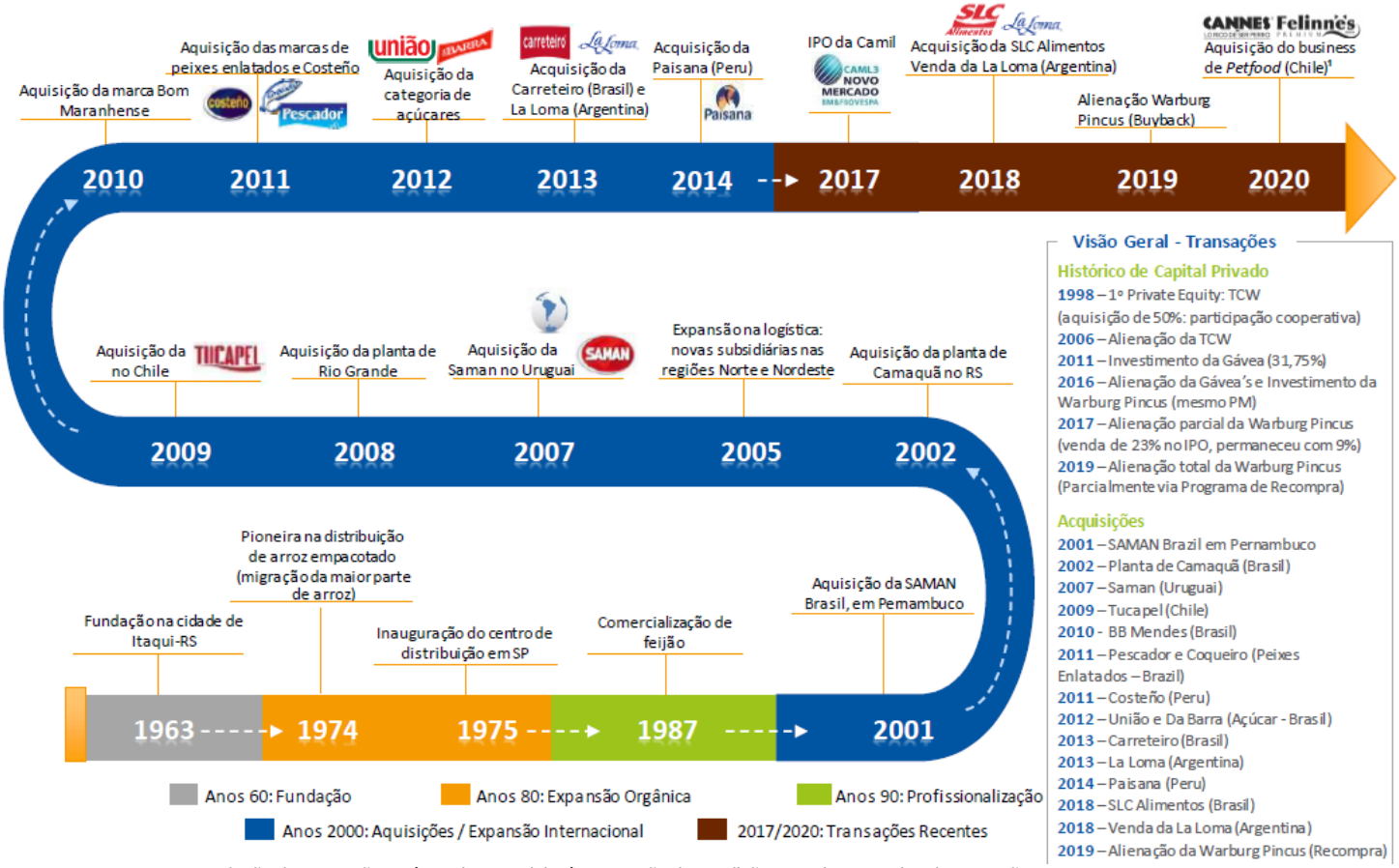
As diversas aquisições estratégicas realizadas ao longo dos últimos anos contribuíram significativamente para o crescimento da Companhia devido, principalmente, à capacidade de identificar, adquirir e integrar com sucesso estruturas e operações

6.3 - Breve Histórico

novas ao modelo de negócios, de forma rápida e sem prejudicar a qualidade e competitividade de nossas demais marcas e produtos. Nosso processo de integração permitiu alcançar um aumento de eficiência operacional nas empresas adquiridas, mediante aproveitamento de sinergias, racionalização de custos e despesas e economias de escala à medida que mais marcas, produtos, centros de distribuição e plantas foram incluídos em nosso modelo de negócio. Acreditamos que a ampla e comprovada experiência adquirida nesses processos confere à Companhia uma posição única para não somente identificar corretamente possíveis aquisições como, principalmente, para integrá-las rapidamente a nosso modelo de negócio, proporcionando ganhos de escala e eficiência. A diversidade de negócios, além de reduzir o risco e aumentar a sinergia estrutural e de custos, permite maior expertise em diferentes modelos de distribuição, suprimentos e maior força junto ao trade marketing, por meio de iniciativas de *cross selling*.

Atualmente, o portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, permite a ocupação de posições de liderança nos mercados de atuação da Camil. A Companhia lidera *rankings* e possui participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil e segue focada no crescimento pautado pela combinação de crescimento e consolidação de mercado e expansão para novas categorias e geografias.

Linha do Tempo



(1) A conclusão da transação está pendente, sujeita à aprovação de condições usuais a este tipo de operação.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não sofreu nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

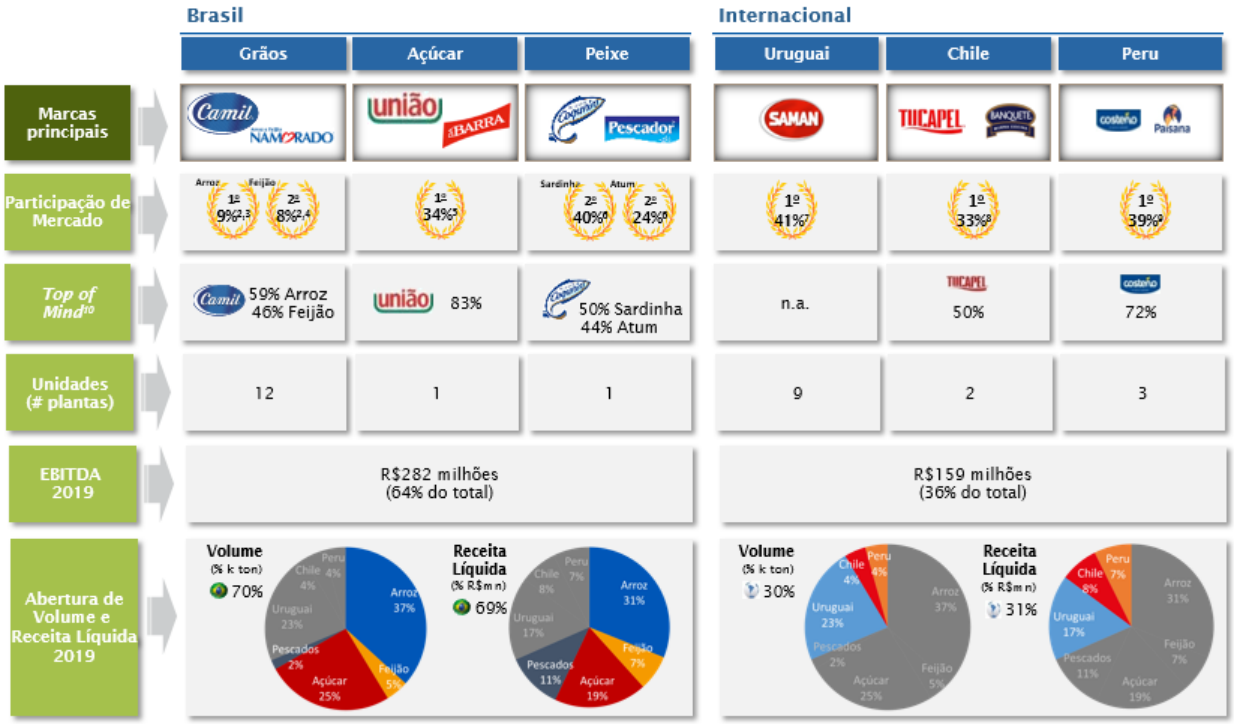
Todas as informações consideradas relevantes para este item 6 do Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia, por meio de suas atividades no Brasil e no exterior, integra a industrialização, processamento, beneficiamento, empacotamento, comercialização, importação e exportação de alimentos e quaisquer produtos correlatos (inclusive seus respectivos resíduos) incluindo, mas não se limitando a arroz, feijão, outros grãos, açúcar e pescados enlatados, assim como atua na secagem e armazenagem dos produtos descritos acima. Com mais de 50 anos de história, a Companhia é uma das maiores empresas de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e da América do Sul, detendo posição de liderança nas categorias e países em que atua, conforme demonstrado abaixo. Suas atividades incluem a industrialização, comercialização e distribuição de grãos (principalmente, arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru.

O portfólio diversificado da Companhia de marcas tradicionais, consolidadas e com amplo reconhecimento pelos consumidores permite que a Companhia ocupe uma posição de liderança em todos os mercados de atuação. A Companhia possui participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. A tabela abaixo apresenta informações sobre o *market share* e *Top of Mind* de seus principais produtos e países, conforme demonstrado abaixo na visão geral por divisões de negócios no Brasil (por categoria) e no Internacional (por país)[1]:



(1) Dados *market share* acumulado últimos dose meses; (2) *Market share* refere-se ao total das marcas da Companhia; (3) Nielsen Retail Index Arroz (INA Abr19-Mar20); (4) Nielsen AS Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry (Abr19-Mar20); (5) Nielsen Retail Index Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry (Abr19-Mar20); (6) Nielsen Retail Index Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry para Sardinha e Atum (Mar19-Abr20); (7) Uruguai: *market share* Consecha Comision Sectorial de Arroz (2019); (8) Nielsen Scantrack Chile (Out-Nov19); (9) Kantar Worldpanel Peru (Ago-Set19); (10) Top of Mind no Brasil da Ipsos (Nov-Dez19).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia possui 28 unidades industriais na América do Sul, sendo 14 unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e pescados e, fora do Brasil, a Companhia possui 14 plantas para beneficiamento de grãos, sendo 9 no Uruguai, 2 no Chile e 3 no Peru. A capacidade de produção anual é de aproximadamente 2.500 mil toneladas, sendo aproximadamente 1.750 mil toneladas de grãos, 600 mil toneladas de açúcar e 60 mil toneladas de pescados.

No Brasil, a Companhia atende mais de 14.000 pontos de venda de forma direta e 300.000 pontos de venda de forma indireta através de sua força de vendas e distribuição. Adicionalmente, exporta seus produtos para mais de 50 países.

Brasil

A Companhia possui 12 fábricas de processamento de grãos distribuídas pelo território nacional brasileiro, com capacidade total de produção anual de aproximadamente 1.100 mil toneladas de grãos, o que lhe confere uma grande capacidade competitiva.

A grande escala da Companhia no Brasil permitiu, ademais, a implementação de uma estratégia de diversificação que começou, em 2011, com a aquisição da marca "Pescador" e "Alcyon", além da marca "Coqueiro". Pioneira na comercialização de pescados enlatados no Brasil, a sociedade detentora da marca Coqueiro está em atividade desde 1937. A estratégia de diversificação da Companhia continuou sendo implementada por meio da aquisição das marcas "Pescador" e "Alcyon" da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. para atuação nessa mesma categoria de pescados enlatados no exterior. Dentre os produtos comercializados com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", destacam-se o atum e a sardinha enlatados. A Companhia possui uma planta de processamento de pescados, com capacidade total de produção de aproximadamente 60.000 toneladas de pescados por ano. A aquisição da marca "União" em 2012, com mais de 100 anos de atuação no Brasil, trouxe à Companhia mais escala e força nacional. Atualmente, considerando todas as marcas detidas pela Companhia no setor, a Companhia possui 34,0% de *market share* segundo a leitura Nielsen Retail Index Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry (YTD Abril’19 a Março’20). O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico. A Companhia possui capacidade total de produção de aproximadamente 600 mil toneladas de açúcar por ano.

Internacional

Por meio da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), a Companhia é líder no mercado uruguaio de arroz com compra de aproximadamente 440 mil toneladas de arroz em casca, segundo Relatório Anual da Safra de 2019, sendo o maior exportador de arroz uruguaio com 41,0% de *market share* segunda a Consecha Comision Sectorial del Arroz (participación em el volume total de producción de arroz en Uruguay para el año 2019), com 9 plantas industriais no país.

No Chile, a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz de participação de mercado em volume e valor (33,4% e 40,9% respectivamente, de abril 2019 à maio 2020), também sendo escolhida pelos consumidores como a marca número 1 de excelência na categoria de arroz, de acordo com "GFK - CHILE3D", publicado em maio de 2020. A

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, com 2 plantas industriais nas cidades de Santiago e Retiro. Em 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A ("LDA"). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Companhia para novas categorias. Essa aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Companhia possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. A conclusão da transação está sujeita à aprovação de condições usuais a este tipo de operação. Até a aprovação de conclusão da transação, as companhias continuam operando de forma independente.

Já no Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño"), fundada em 1996 e adquirida pela Companhia em 2011. Atualmente, a Costeño possui 3 plantas industriais, sendo uma em Lima, uma em Arequipa e uma em Piura. Em 2014, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru, conforme informações do relatório da Kantar WorldPanel, atualmente, nos termos do mesmo relatório produzido em março 2020, consolidando a liderança do mercado de arroz empacotado com 36,5% de participação de mercado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso a Companhia seja sociedade de economia mista:

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. Atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Informações sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Nos últimos 3 exercícios sociais, a principal atividade realizada pela Companhia foi, e continua sendo, o beneficiamento, distribuição e comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Adicionalmente, a Companhia também beneficia, distribui e comercializa outros grãos, como, ervilha, grão de bico, lentilha, soja, canjica amarela e branca, milho de pipoca e proteína de soja, sendo]alguns desses alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart (conforme descrita no item 7.3.a abaixo).

Além dos grãos e pescados, em menor escala, a Companhia também gera energia elétrica a partir da casca do arroz, bem como comercializa óleo de arroz, azeites e presta serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos.

A Companhia e suas controladas conduzem suas operações em dois segmentos: (i) Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, açúcar e pescados; e (ii) Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile e Peru, nas linhas de produtos de grãos.

I – Alimentícios Brasil

Grãos

Arroz

A Companhia possui 12 fábricas de processamento de grãos, incluindo arroz, distribuídas pelo território nacional com capacidade total de produção de, aproximadamente, 740 mil toneladas de arroz por ano. A Companhia beneficia uma variedade de diferentes tipos de arroz para atrair maior número de consumidores. Além disso, possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. As principais marcas de arroz da Companhia, em termos de volume, incluem *Camil, Namorado, Pop, Butuí, Carreteiro* e *Tche.*

Feijão

A Companhia vende, aproximadamente, 90 mil toneladas de feijão por ano. O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. As margens do feijão são, geralmente, maiores do que as do arroz e, apesar da volatilidade de preços observada historicamente no mercado, os aumentos no preço do feijão não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos nos resultados históricos da Companhia. As principais marcas de feijão da Companhia em termos de volume, incluem *Camil* e *Namorado*.

Outros Grãos

Com relação aos demais grãos comercializados pela Companhia, estes podem ser divididos nas seguintes categorias, grãos especiais, biscoito de arroz, prontos e proteína

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

de soja.

Os grãos especiais são compostos por ervilha, grãos de bico, lentilha, milho, soja e canjica. Esses produtos, apesar de possuírem margem muito positiva, não possuem representatividade na receita devido à volatilidade de fornecimento desses insumos.

O biscoito de arroz é o produto com maior crescimento em receita na Companhia, sendo produzido em uma planta (em Camaquã). Em 2018, a Companhia aumentou sua capacidade produtiva devido à grande demanda do produto. A principal marca de grãos da Companhia é a marca *Camil*.

A linha de prontos são alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart. Atualmente, eles são divididos em produtos de conveniência e conserva. Dentre os alimentos de conveniência, a Companhia produz 4 tipos de feijões (carioca, preto, branco e fradinho).

A linha de proteína de soja é apenas comercializada e distribuída pela marca Camil. A Companhia possui um parceiro estratégico e não atua na etapa de produção.

Açúcar

A Companhia comercializa cerca de 530 mil toneladas por ano, atualmente em uma fábrica de empacotamento localizada em Barra Bonita (SP) no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com um fornecedor estratégico. Além da marca “União”, a Companhia detém também as marcas “Da Barra”, “Duçula”, “Neve” e “Dolce”. A marca União está presente também nos segmentos de açúcar orgânico, demerara, adoçante de sucralose, açúcar especial para culinária, dentre outros.

Pescado

A Companhia possui uma fábrica de peixes enlatados localizada estrategicamente no principal ponto de pesca do Brasil (Navegantes, em Santa Catarina), que comercializa em média, aproximadamente, 39 mil toneladas de pescados por ano. Adicionalmente, a Companhia produz molhos e patês derivados do atum e sardinha para comercialização. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações. A principal marca de pescados da Companhia é a marca *Coqueiro*.

II – Alimentícios Internacional

Uruguai

A atuação da Companhia no Uruguai ocorre por meio da Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales (“Saman”), a qual possui 9 plantas industriais para produção de arroz. Além de arroz, a Saman também comercializa biscoitos de arroz, doces e salgados, tendo em seu portfólio óleo vegetal e subprodutos, como o farelo de arroz e arroz quebrado. A Sama produz, aproximadamente, 460 mil toneladas de arroz no país por ano.

Chile

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A operação da Companhia no Chile é conduzida por meio da Empresas Tucapel S.A. ("Tucapel"), a qual tem sua produção totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno. Na data deste Formulário de Referência, a Tucapel possuía 2 plantas industriais nas cidades de Santiago e Retiro e detinha as marcas Tucapel e Banquete. A Tucapel processa diferentes tipos de produtos, além do carro chefe, o arroz. Dentre eles, legumes (feijão, ervilha, grão de bico e lentilha), risotos semi-preparados, farinha de arroz, receitas de arroz pré-prontos, além de azeite de oliva, quinoa e biscoitos de arroz. A Tucapel produz, aproximadamente, 85 mil toneladas de arroz no país por ano.

Peru

No Peru, a Companhia conduz suas atividades por meio da Costeño Alimentos S.A.C. ("Costeño"), a qual possui 3 plantas industriais localizadas em Lima, Arequipa e Piura. A Costeño comercializa diversos produtos, sendo os principais o arroz branco e especiais, tendo em seu portfólio de vendas, também, o óleo vegetal, açúcar e diversos cereais como lentilha, quinoa, trigo, feijões e milho. A Costeño produz, aproximadamente, 90 mil toneladas de arroz no país por ano.

Argentina

A operação da Companhia na Argentina foi conduzida até 31 de agosto de 2018 por meio da La Loma Alimentos S.A. ("La Loma"), quando foi alienada . A La Loma produzia, aproximadamente, 14 mil toneladas de arroz no país por ano.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2020		28 de fevereiro de 2019		29 de fevereiro de 2018	
Segmento	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total
Alimentício Brasil	3.914.833	73%	3.346.321	70%	3.331.406	71%
Alimentício Internacional	1.481.279	27%	1.402.504	30%	1.331.534	29%
Receita Líquida Total	**5.396.122**	**100%**	**4.748.825**	**100%**	**4.662.940**	**100%**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2020		28 de fevereiro de 2019		28 de fevereiro de 2018	
Segmento	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	% do total
Alimentício Brasil	160.664	67%	260.748	72%	173.506	173.506

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Alimentício Internacional	78.965	33%	101.639	28%	77.159	77.159
Lucro Líquido Total	**239.628**	**100%**	**362.387**	**100%**	**250.665**	**250.665**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

Grãos

Arroz

A Companhia não possui área de plantio e não atua como produtor primário. Em geral, os produtores não detêm infraestrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz e feijão produzido, de forma que a Companhia aproveita essa oportunidade para oferecer esses serviços por meio de suas unidades especialmente criadas para o recebimento, secagem e beneficiamento de arroz. Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos diretamente dos produtores, sendo armazenados tanto em plantas próprias como nos depósitos dos próprios produtores, e posteriormente, beneficiados, empacotados e revendidos ao consumidor final. O beneficiamento do arroz em casca é realizado diretamente nas plantas da Companhia, seguindo as seguintes etapas:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas.
2. Secagem	Secagem do produto recebido da lavoura (umidade alta).
3. Descascamento	Raspagem da casca excessiva do arroz limpo. Separação do arroz integral das cascas por meio de processo de ventilação e por um equipamento mecânico, levando o arroz integral puro para o beneficiamento.
4. Beneficiamento	Beneficiamento, ou branqueamento, do arroz integral a fim de remover a camada de farelo. Moderno *multi-break*, clareadores verticais usam abrasão e fricção para converter de forma suave e eficiente o arroz integral em grãos brancos. A camada de farelo é sugada por uma ventilação, que normalmente ocorre em dois ou três ciclos, dependendo do nível exigido de beneficiamento.
5. Polimento	Processo para alisar e dar brilho à superfície do grão de arroz, por meio de uma série de rolos.
6. Classificação	Separação do arroz beneficiado (que consiste numa mistura de diferentes tamanhos, incluindo grãos inteiros e arroz quebrado) por meio de seleção e de diversas técnicas para classificar os grãos.
7. Seleção eletrônica	Remoção de defeitos do arroz, como descoloração ou seleção, grãos amarelados, grãos verdes, gessados, sementes, arroz vermelho, impurezas.
8. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e armazenagem do arroz produzido de acordo com a sua classificação para preparar o arroz para ser entregue aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Feijão

Assim como o arroz, o feijão é comprado pela Companhia e entregue por fornecedores para beneficiamento em suas plantas. O beneficiamento do feijão é realizado da seguinte forma:

Estágio		Processo
1.	Limpeza	Remoção de impurezas e limpeza geral dos feijões.
2.	Classificação e seleção eletrônica	Seleção dos feijões (que consistem numa mistura de diferentes tamanhos e cores).
3.	Separação	Separação e remoção de impurezas.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do feijão produzido de acordo com a sua classificação para preparar os feijões para serem entregues aos clientes.

Outros Grãos

Com relação ao processo produtivo de outros grãos, temos os relacionados aos produtos prontos e o biscoito de arroz. O restante dos produtos, são recebidos prontos para empacotar.

Biscoito de Arroz

Estágio		Processo
1.	Recebimento	Recebimento e limpeza do arroz integral.
2.	Formação do biscoito	Prensa do arroz na chapa em elevada temperatura para formação do biscoito.
3.	Descanso	Descanso do arroz à temperatura ambiente e selecionamento de biscoitos com requisitos necessários para empacotamento.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do biscoito produzido de acordo com a sua classificação serem entregues aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Linha de prontos

Estágio		Processo
1.	Limpeza / Selecionamento	Seleção dos grãos que serão utilizados nas linhas de prontos. Após essa etapa, todos os produtos passam por uma rigorosa limpeza e por uma peneira.
2.	Acondicionamento	Acondicionamento dos grãos nas caixas de tetrapak e adicionamento dos insumos que serão utilizados para elaborar a receita do produto pronto.
3.	Autoclave	Produto passa por cozimento na autoclave, já embalado na caixa tetrapak.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das caixas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Açúcar

O fornecimento de açúcar é realizado por um fornecedor estratégico no Brasil, por meio de um contrato de longo prazo, com volumes e preços de mercado pré-acordados. Diferentemente do arroz e do feijão, o açúcar é adquirido dos fornecedores já processado. Portanto, nesse produto, a atuação da Companhia consiste no empacotamento e estocagem para posterior distribuição aos clientes.

Estágio		Processo
1.	Recebimento do açúcar	Recebimento do açúcar em Big Bag de 1.000kg.
2.	Peneiramento	O big bag é aberto e passa apenas por processo de peneiramento em tela com abertura de 2.5mm² para quebrar ou separar possíveis aglomerados antes de empacotar.
3.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do açúcar produzido de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Somente o açúcar Fit que tem um processo adicional, sofre mistura com sucralose. Um misturador com capacidade para 250 kg faz a mistura de açúcar com sucralose em bateladas. Cada batelada tem um ciclo de 7 minutos.

Pescados

Dentre os produtos comercializados com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", destacam-se o atum e a sardinha enlatados. A planta de processamento de peixes enlatados está localizada estrategicamente em Navegantes (Santa Catarina), principal ponto de pesca do Brasil. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Estágio		Processo
1.	Limpeza	Remoção das vísceras e preparo do peixe para enlatamento.
2.	Enlatamento	Preparação do produto para enlatamento de acordo com tamanho e tipo de pescado
3.	Autoclave	Momento de cozimento do produto e completa assepsia.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das latas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Tecnologia utilizada

A Companhia busca fazer com que suas plantas detenham o que há de mais moderno no setor em níveis tecnológicos, em todas as etapas do processo de beneficiamento, o que a Companhia acredita garantir a associação de suas marcas à vanguarda tecnológica no setor de alimentos da América Latina. Como exemplo, na planta localizada na Cidade de Camaquã, está em operação a unidade voltada à produção de produtos prontos para consumo (feijão pronto – preto e carioca – e conservas – soja, feijão branco, feijão fradinho e grão de bico), utilizando a tecnologia Tetra Recart, desenvolvida pela Tetra Pak, que possibilita a durabilidade dos produtos sem adição de conservantes, tendo em vista a utilização de embalagens resistentes a altas temperaturas e equipamentos específicos.

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do contrato de compra e venda de equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma linha de acondicionamento e processamento de referidos produtos (designada TP R2) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção dessa tecnologia.

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 28 unidades industriais na América do Sul, sendo 14 unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e pescados e, fora do Brasil, a Companhia possui 14 plantas para beneficiamento de grãos, sendo 9 no Uruguai, 2 no Chile e 3 no Peru. A capacidade de produção anual é de aproximadamente 2.500 mil toneladas, sendo aproximadamente 1.750 mil toneladas de grãos, 600 mil toneladas de açúcar e 60 mil toneladas de pescados.

A Companhia tem adotado uma série de medidas para melhorar a eficiência de suas plantas produtivas de grãos, açúcar e pescados. Em grãos, a Companhia investiu em melhoria de eficiência operacional, principalmente nas operações da América Latina, por meio de novas plantas, novos equipamentos de limpeza, seleção e empacotamento. Em açúcar, a Companhia inaugurou uma nova planta em Barra Bonita (SP), instalada próxima a usina do fornecedor estratégico da categoria, fruto do projeto de internalização do processo de empacotamento de açúcar e aumento da eficiência industrial. Em pescados, a Companhia realizou investimentos em automação e aumento da capacidade de armazenamento de peixe por meio da expansão da câmara fria, assim

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

como concentrou suas operações de pescados de duas plantas para apenas uma planta em Navegantes (SC).

Com base em tais medidas e unidades fabris, a Companhia acredita deter a capacidade produtiva instalada necessária para suprir o crescimento da sua produção e da comercialização dos seus produtos.

Seguros

A Companhia possui seguros contra danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros, que seguem os padrões de mercado de empresas que atuam no setor e nas regiões onde opera.

Manutenção

A Companhia mantém um plano de manutenção preventiva e corretiva, que permite evitar uma paralisação total de suas atividades para fins de manutenção das máquinas e novos equipamentos.

Riscos inerentes ao processo

Os riscos inerentes ao processo produtivo que podem gerar paralisação das atividades incluem, principalmente, incêndio, explosão, greve, desastres naturais, quebra de equipamentos, entre outros, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

b. Características do processo de distribuição

Para auxiliar na distribuição dos produtos, a Companhia conta com centros de distribuição espalhados pelo Brasil e América do Sul. Os centros de distribuição estão geograficamente localizados próximos aos principais polos de consumo e canais de importação e exportação do Brasil. Com uma localização privilegiada, aliada à cobertura nacional, a Companhia acredita que o posicionamento de sua rede de distribuição permite atuação de maneira mais racional, o que confere economias de escala, além de uma vantagem logística natural, com maior agilidade e flexibilidade na distribuição dos produtos e, consequentemente, melhor acesso e penetração a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes.

No Brasil, a Companhia possui uma plataforma única de distribuição, sendo que aproximadamente 95% são realizadas por revendedores próprios, contando com mais de 14 mil pontos de venda diretos e 300 mil pontos de venda indiretos. Desse modo, por meio da sua rede de distribuição, a Companhia comercializa, aproximadamente, 1.400 mil toneladas por ano de produtos no Brasil, chegando diretamente a, aproximadamente, 14 mil pontos de vendas, incluindo redes varejistas (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Wal-Mart, Bompreço e Dia) e as principais redes atacadistas do Brasil (Makro, Atacadão, Sams Club e Tenda).

Adicionalmente, a Companhia ressalta que a sua área de logística segue a tendência de distribuição dos grandes centros, utilizando cargas cada vez menores. Em decorrência disso, as restrições de horários nas rodovias e nas zonas urbanas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

demandam uma maior eficiência dos prestadores de serviço em toda a malha logística do país.

A Companhia não possui política de manter contratos de distribuição para o transporte de seus produtos. Os contratos assinados com as transportadoras costumam ter prazo de um ano com renovação automática e não possuem cláusula referente a volume ou preço.

Chile

A Companhia conta com, aproximadamente, 20 empresas transportadoras no Chile (PMEs – Pequenas e Medias Empresas), as quais permitem acessar aproximadamente 600 pontos de venda diretos. A partir dos distribuidores, a Companhia chega a outros 1.040 pontos de venda. Ao totalizar todos os pontos de vendas indiretos o alcance é de aproximadamente 40 mil pontos de venda. A rede de distribuição da Companhia no Chile tem permitido comercializar mais de 7 mil toneladas por mês.

O transporte rodoviário foi responsável, nos últimos três exercícios sociais, pela distribuição de quase todos os produtos da Companhia no Chile.

Uruguai

Com relação ao Uruguai, a exportação é realizada via Porto de Montevidéu, responsável pelo escoamento de mais de 90% do volume exportado nos últimos três anos, chegando a mais de 35 países, ou por caminhões via fronteira terrestre com Brasil e Argentina.

A zona industrial de Montevidéu possui desvio ferroviário próprio, assim como a maioria das outras plantas industriais. Desta forma o transporte dos produtos até o porto ou fronteira terrestre é realizado por trem ou por caminhões.

Peru

No Peru, a Companhia tem a sua própria força de vendas, que atendem diversos canais. Para a cidade de Lima, onde está concentrada a maior parte da venda dos produtos da Companhia, a Companhia possui um sistema de distribuição próprio atendido por caminhão de terceiros. Nesse sistema de distribuição, são atendidos aproximadamente 23 mil clientes pequenos e médios, representando aproximadamente 38% da venda da safra 19/20. Neste mesmo canal, servimos mais de 260 atacadistas clientes que representam aproximadamente 10% das vendas no exercício social encerrado em fevereiro de 2020.

A venda fora da cidade de Lima representou 8% da venda da safra 19/20 e serve 64 distribuidores que atendem as principais cidades do país, com exceção da cidade de Arequipa, onde a Companhia tem força de vendas própria, alcançando 2,6 mil clientes mensalmente. A Companhia tem uma venda média mensal de mais de 7 mil toneladas de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

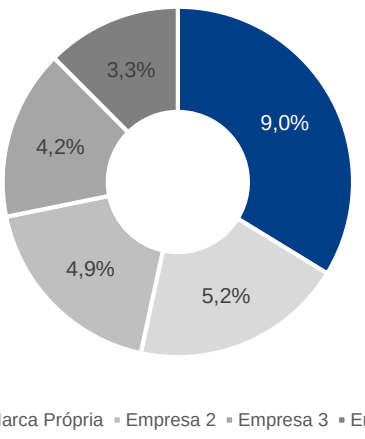
Grãos

Arroz

O mercado de arroz é altamente fragmentado, sendo que a Companhia lidera o volume de vendas. Seus principais concorrentes são Prato Fino e Tio João.

Nos últimos 3 anos, a Companhia aumentou sua participação entre os principais fabricantes de arroz, somando 9,0% de Abr/19 a Mar/20, conforme informações do relatório Nielsen Retail Index Brasil Varejo. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento na categoria, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico ao lado.

Principais Fabricantes Arroz - Market Share (%)

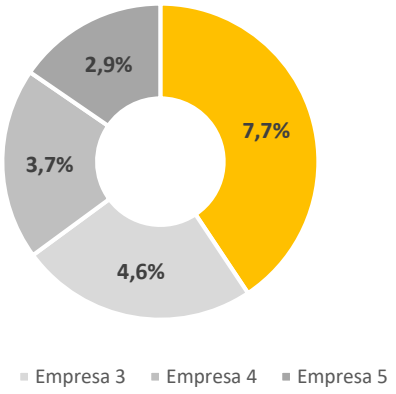


Fonte: Nielsen Retail Index Brasil Varejo Abril'19 a Março'20 YTD

Feijão

O mercado de feijão é altamente fragmentado, sendo que a Companhia ocupa uma posição importante entre os principais fabricantes de feijão. Seus principais concorrentes são CNA e Broto Legal. A Companhia somou 7,7% de Abr/19 a Mar/20, conforme informações do relatório Nielsen AS Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento na categoria, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico ao lado.

Principais Fabricantes Feijão - Market Share (%)



Fonte: Nielsen AS Nova Metodologia Brasil Varejo e Cash&Carry Abril'19 a Marco'20 YTD

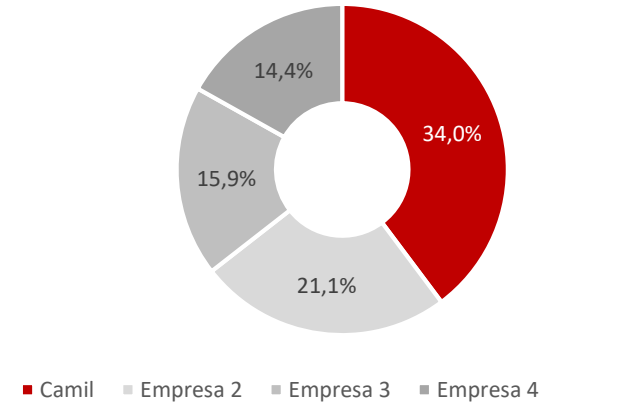
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Açúcar

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, considerando todas as marcas detidas pela Companhia no setor, a Companhia possui liderança com 34,0% do mercado de açúcar refinado no Brasil, de acordo com a Nielsen Retail Index Brasil Varejo Abr'19 a Mar'20 YTD.

Nesse mercado, a Companhia possui como principais competidores a Usinas Colombo, Guarani e Alto Alegre.

Principais Fabricantes Açúcar - Market Share (%)

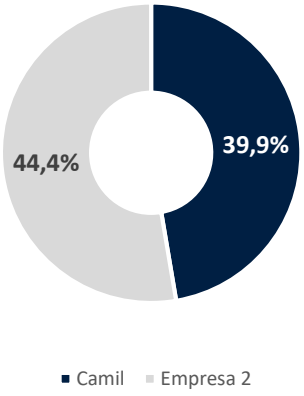


Fonte: Nielsen Retail Index Brasil Varejo Abr'19 a Mar'20 YTD

Pescados

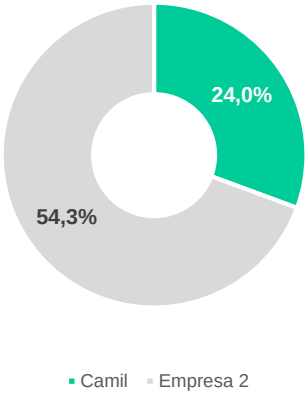
Com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", a Companhia ocupa o segundo lugar em sardinha e atum, com 39,9% de participação nas vendas do mercado de sardinha e 24,0% nas vendas do mercado de atum, segundo Nielsen Retail Index Nova Metodologia Brasil Varejo+Cash&Carry Abril'19 a Março'20 YTD. A Companhia enfrenta forte concorrência no setor com um principal concorrente, a Gomes da Costa.

Principais Fabricantes Sardinha - Market Share (%)



Fonte: Nielsen Retail Index - Brasil INA (Varejo) Dez/Jan'20

Principais Fabricantes Atum - Market Share (%)



Fonte: Nielsen Retail Index - Brasil INA (Varejo) Dez/Jan'20

ii. Condições de competição nos mercados

O setor de alimentos brasileiro cresceu de forma significativa na última década, principalmente em razão de fundamentos macroeconômicos favoráveis e de algumas mudanças culturais. A Companhia acredita que este crescimento deverá continuar ocorrendo nos próximos anos pela expectativa de manutenção destes fundamentos positivos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Arroz

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais, e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de competir em todo o mercado brasileiro.

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, porque utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Feijão

O feijão é também um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América do Sul, principalmente entre as classes de renda média e baixa. Assim como no caso do arroz, esta característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

O mercado de processadores de feijão é bastante fragmentado, assim como a produção que se desenvolve de forma regionalizada, em praticamente todas as regiões do país de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade, mas as do Norte e Nordeste estão cada vez mais investindo em tecnologia e mecanização tanto no processamento quanto no plantio.

O desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos prazos de validade do feijão, que tinha vida útil curta. As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz.

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro.

Açúcar

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado, Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Pescados

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas aproximadamente 90% de participação no volume das vendas do mercado de sardinha e atum enlatados no Brasil. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e investem em conhecimento e construção da percepção de suas marcas, buscando relevância junto aos seus públicos e a preferência dos consumidores brasileiros.

Benefícios Fiscais

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais, nos âmbitos estadual e federal, relacionados aos impostos do ICMS e IRPJ.

Em relação ao ICMS, os estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás e Maranhão concederam à Companhia, incentivos fiscais a fim de (i) reduzir a carga tributária; (ii) conceder crédito presumido; e (iii) conceder diferimento do imposto. A utilização dos benefícios está sujeita ao cumprimento de requisitos da legislação estadual, bem como condições de prazo de vigência.

Já em relação ao IRPJ, a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução de 75% do imposto, em razão do projeto de modernização que possui na planta industrial no município de Cabo de Santo Agostinho, localizado na área de atuação da SUDENE. A utilização do benefício também está sujeita a observância de termos e condições, bem como o prazo de vigência é limitado até 31 de dezembro de 2028.

Por fim, a Companhia também usufrui de incentivos fiscais no Uruguai, de acordo com a lei uruguaia n.°16.906, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n.º 455/2007. O incentivo estabelece faixas de desconto no imposto de renda proporcionais ao valor de investimentos realizados no Uruguai. No exercício social de 2019, a Companhia realizou investimentos em ampliações e melhorias de suas plantas industriais no valor total aproximado de US$54,5 milhões.

Custos de matérias-primas e outras despesas

A composição do custo dos produtos vendidos da Companhia apresenta concentração nos itens de natureza variável, os quais incluem matérias primas (grãos, açúcar e pescado), material de embalagem e energia elétrica.

Para mais informações a respeito dos riscos relacionados às matérias-primas, ver item 4.1 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

Dependência de Tecnologia e Mão de Obra

A Companhia não depende da utilização de uma tecnologia específica para viabilizar a fabricação de seus produtos. As tecnologias utilizadas no processo de fabricação dos produtos produzidos e comercializados pela Companhia são comuns ao mercado, não necessitando de nenhum *know how* específico de propriedade da Companhia. Quando

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

necessário, a Companhia contrata e licencia de terceiros os recursos tecnológicos e produtivos necessários ao desenvolvimento de suas necessidades.

No entanto, a Companhia ressalta que depende, cada vez mais, de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas, de forma a permitir de forma eficaz a troca de informações entre a Companhia e os seus fornecedores e clientes, permitindo à Companhia manter níveis de estoque das matérias-primas e produtos adequados às suas atividades e o devido abastecimento dos pontos de venda dos seus produtos. Adicionalmente, a fim de desenvolver, produzir e comercializar os produtos da Companhia, a Companhia deve contratar e conservar empregados experientes com expertise específica em tais atividades, bem como atrair e reter membros de sua Administração altamente qualificados. Para mais informações, ver os riscos constantes no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Legislação Especial

Na data deste Formulário de Referência, não há legislação especial e normas aplicáveis à Companhia que tenham influência relevante sobre as operações e/ou seus mercados de atuação, que não tenham sido descritas no item 7.5 e no item 7.7 deste Formulário de Referência.

d. Eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, sendo historicamente constante, tendo em vista que o arroz e feijão são produtos básicos da alimentação no Brasil. Todavia, os preços do feijão e do arroz são afetados pela sazonalidade das safras. No Brasil, por exemplo, o preço médio tradicionalmente pago por arroz tem sido menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, havendo aumento dos preços depois de setembro. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio. Quanto ao feijão, tendo em vista que sua safra ocorre três vezes ao ano e que o feijão é mais vulnerável a mudanças das condições climáticas, bem como possui menor duração da vida em estoque, o preço médio pago por feijão é mais volátil do que o preço pago pelo arroz.

Com relação ao açúcar, a demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, tendo em vista que o açúcar é item básico na alimentação. Entretanto, os itens culinários no portfólio de especialidades têm volume alavancado em datas comemorativas como dia das mães, das crianças, festas de São João e de final de ano. Todavia, o preço do açúcar sofre sazonalidade de acordo com a safra que vai de abril a março. Portanto, o preço normalmente segue a característica de oferta e demanda, sendo que no início da safra quando a oferta é maior, o preço tende a ser menor e no final da safra, quando a oferta é menor, o preço tende a ser maior.

Já com relação ao pescado, existe uma forte influência da sazonalidade (i) no período de quaresma (fevereiro a abril) para Sardinha, onde na religião cristã muitos praticantes não consomem carne vermelha; e (ii) no verão, época em que a busca de alimentos mais leves, saudáveis e práticos geram maior interesse.

Além da sazonalidade da demanda, também existe a sazonalidade do fornecimento de matéria prima, uma vez que a indústria da pesca precisa respeitar o período de defeso

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

da pesca (período em que a pesca é proibida por lei). Esse período varia de acordo com o tipo de pescado. Para a sardinha são dois períodos: o primeiro ocorre entre 15 de junho a 31 de julho e o segundo de 1 de novembro a 15 de fevereiro. Para o atum não há uma lei específica, existindo um defeso natural que ocorre nos meses de julho a setembro, sendo que a pesca retorna em outubro.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Brasil

Fornecedores

A Companhia possui relacionamento comercial com mais de 1,4 mil fornecedores (dos quais mais de 1,2 mil são produtores de arroz) dos quais compra regularmente arroz, feijão, açúcar e pescados ao longo de todo ano. A compra é realizada por meio de contratos individualizados por negócio, sendo que o respectivo fornecedor decide o momento e o volume da venda, o que pode ocorrer em diversos períodos ao longo do ano.

A Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e realiza compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

Em relação ao fornecimento de açúcar, a Companhia possui grande concentração de fornecimento da Raízen, que é praticamente sua fornecedora exclusiva, porém realiza compras pontuais são realizadas junto a outros fornecedores, principalmente no açúcar cristal, porém o volume não é relevante. Para mais informações a respeito do contrato de fornecimento de açúcar, ver item 7.3 ii deste Formulário de Referência.

Com relação aos outros grãos, a Companhia também possui uma base pulverizada de fornecimento, porém devido a sazonalidade de produção e dificuldade na originação deste tipo de matéria prima, sua disponibilidade pode ser afetada em determinadas épocas do ano no ponto de venda.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores no Brasil

Com relação ao mercado brasileiro, a Companhia realiza adiantamentos esporádicos a determinados fornecedores para apoiar os seus custos de produção, em montantes e critérios que variam caso a caso, levando em consideração a qualidade e longevidade do relacionamento que mantemos com determinados fornecedores. A partir desse adiantamento que concedemos a esses fornecedores selecionados, nós garantimos o recebimento das suas respectivas safras de arroz.

Uruguai

Fornecedores

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Por meio da SAMAN, na safra de 2019, a Companhia celebrou diversos contratos com 242 produtores e passou a adquirir exclusividade sobre a safra atual desses produtores. Em contrapartida, a Companhia fornece sementes certificadas, as quais são desenvolvidas, conforme prática do mercado uruguaio, o que a Companhia acredita garantir maior retorno e qualidade à produção que financia, uma vez que os fornecedores deixam de utilizar sementes "clonadas", preferindo a utilização de sementes certificadas que são cuidadosamente tratadas pela Companhia. Além disso, a Companhia também oferece serviços de orientação técnica na área agronômica.

A recepção, secagem, armazenagem, beneficiamento e distribuição de toda a safra de arroz destes produtores é atribuição exclusiva da Companhia. Durante as últimas décadas, o relacionamento da Companhia com os produtores uruguaios vem se aprimorando, por conta de contínua interação comercial. Em diversos casos, esse relacionamento comercial já se encontra na terceira geração de famílias de agricultores.

Atualmente, dos mais de 150 mil hectares cultivados de arroz no Uruguai, na safra 2019, a Companhia detém exclusividade sobre cerca de 60 mil hectares, correspondendo a aproximadamente 40% da área cultivada de arroz do país.

Os contratos da Companhia com os fornecedores uruguaios têm validade por uma safra e são padronizados e previamente negociados em suas linhas gerais com a ACA. Em nenhuma das etapas deste relacionamento há intervenção governamental ou de algum órgão público.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores no Uruguai

A Companhia possui um relacionamento exclusivo com todos os seus fornecedores uruguaios auxiliando com os custos de, aproximadamente, 60% da produção de seus fornecedores. Cada fornecedor recebe adiantamento, a título de pagamento pela compra do produto, da Companhia até 70% do seu custo de produção. Em retorno, a Companhia tem a garantia de que receberá a safra de arroz de seus fornecedores. Ainda, a Companhia fornece sementes e serviços de orientação técnica na área agronômica.

Chile

Fornecedores

Por meio da Tucapel, a Companhia adquire, no mercado nacional arroz em casca produzido no Chile, nas regiões de Maule e Ñuble (responsáveis por produzir, aproximadamente, 100% do arroz chileno), o que representa, aproximadamente, 54% do arroz comercializado pela Companhia.

O arroz produzido nessas regiões é comprado pelas empresas beneficiadoras, quase em sua totalidade em casca.

Para obter um maior controle sobre o abastecimento de arroz, anualmente, a Companhia firma contratos com mais de 700 produtores chilenos de arroz, bem como fornece aos agricultores sementes de arroz certificadas, bem como financia parte dos seus custos de produção. Adicionalmente, presta serviços de orientação técnica na área

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

agronômica, com a garantia de entrega de sua produção à Companhia.

Por meio da Tucapel, a Companhia tem um relacionamento de mais de 30 anos com produtores locais. Atualmente, dos aproximadamente 27 mil hectares cultivados de arroz no Chile, a Companhia contrata, aproximadamente, 11 mil hectares com produtores locais.

A relação com os fornecedores, especialmente no que diz respeito ao preço praticado, está regulamentada pelo governo do Chile por intermédio do Ministério de Agricultura chileno, por meio da ODEPA.

Os restantes 46% do arroz que comercializamos são adquiridos no mercado internacional, tendo a Argentina como principal fornecedor, seguido de Paraguai e eventualmente de Uruguai e Brasil.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores de arroz produzido no Chile

A Companhia auxilia com parte dos custos de produção de seus fornecedores com os quais celebra contratos de compra e venda com adiantamento de pagamento, por meio dos quais cada um dos produtores de arroz recebe adiantamento, a título de pagamento pela compra do produto, de no máximo 40% do custo de produção. Como retorno, a Companhia recebe a safra de arroz dos agricultores financiados. Ademais, a Companhia presta serviços de orientação técnica na área agronômica.

Peru

Fornecedores

A tabela abaixo apresenta informações sobre os fornecedores nacionais e estrangeiros dos produtos comercializados pela Costeño Alimentos S.A.C. ("Costeño"):

Produto	Participação	Fornecedores
Arroz com casca (paddy) nacional	24.35%	Fornecedores nacionais (norte do Peru)
Arroz branco importado	58.50%	Fornecedores estrangeiros
Feijão, lentilha e produtos similares	7.67%	Fornecedores nacionais (Peru)
Açúcar	3.00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo	4.06%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo importado	0.07%	Fornecedores estrangeiros
Outros	1.56%	Fornecedores nacionais (Peru)
Outros importados	0.80%	Fornecedores estrangeiros
Total	**100,00%**	

A matéria-prima utilizada pela Costeño, em seus produtos, é adquirida, pela Companhia, em mercados nacionais e internacionais. Assim, 40,6% da matéria-prima é adquirida no mercado nacional e 59,4% é adquirida no mercado internacional.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com relação à aquisição de arroz branco importado, que representa 58,5% das compras realizadas pela Costeño, 100% é adquirido da Saman.

As compras realizadas pela Costeño no mercado nacional representam 24,3% do total das compras. O arroz com casca (*paddy*), que é utilizado como matéria-prima e processado na Unidade Sullana, em Piura, Peru (moinho).

A Costeño concede empréstimos a 3,6% dos agricultores que atuam como seus fornecedores, assegurando assim parte do fornecimento de matéria-prima (arroz com casca). Esses empréstimos são garantidos por hipoteca e são remunerados a juros mensais de 1,33%. Com esses empréstimos, os agricultores podem cobrir os custos do aluguel da terra e plantio (custos de produção).

As quotas são liquidadas quando os agricultores entregam o arroz com casca (*paddy*) na safra seguinte. Ao final da safra, os juros são liquidados e pagos pelos agricultores. Até o momento, não houve empecilhos para a recuperação dos empréstimos concedidos aos agricultores.

Outros produtos equivalem a 2,35% das compras realizadas e correspondem à aquisição de conservas, enlatados diversas, biscoitos e sal para posterior comercialização no mercado nacional.

Finalmente, a compra de feijão, lentilha, açúcar e óleo representa 14,8% do total das compras realizadas pela Costeño. Essas compras são feitas com fornecedores diretos, principalmente fornecedores locais. Apenas 0,07% corresponde às compras de óleo de arroz feitas de nosso fornecedor estrangeiro (SAMAN).

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia depende de alguns fornecedores estratégicos de matérias-primas, e, principalmente no setor de açúcar de um fornecedor exclusivo, com dependência não só do fornecimento do produto *in natura* mas também de seu beneficiamento, refino, ou processo de industrialização correspondente.
Contrato de Compra de Açúcar

O fornecimento de açúcar da Companhia é contratado por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar, celebrado entre a Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan") e a Raízen Energia S.A. ("Raízen") em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 31 de janeiro de 2012 e 01 de setembro de 2014 ("Contrato de Fornecimento"). Em 20 de julho de 2012, a Cosan cedeu o Contrato de Fornecimento à Docelar Alimentos e Bebidas S.A. ("Docelar"), a qual foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, ocasião na qual a Companhia passou a deter integralmente todos os direitos e obrigações da Docelar no âmbito do Contrato de Fornecimento.

O Contrato de Fornecimento é de longo prazo, possuindo vigência de vinte anos a partir da data de sua celebração, com renovação automática por igual período, e estabelece volumes pré-acordados de fornecimento de açúcar, seja para refino, seja para empacotamento, sendo os preços aqueles usuais de mercado. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia adquirir volumes adicionais de açúcar, conforme demanda da Companhia e dentro dos limites estabelecidos pelo Contrato de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fornecimento. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Fornecimento e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes.

O açúcar adquirido pela Companhia por meio do Contrato de Fornecimento é, ainda, refinado e/ou empacotado, conforme o caso, pela própria Raízen, por meio de 2 (duas) unidades de refino e empacotamento, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Refino e Empacotamento", celebrado entre a Cosan e a Raízen em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 1 de setembro de 2014 e 23 de agosto de 2016 ("Contrato de Refino"). A Companhia passou a ser a detentora de todos os direitos e obrigações contratuais da Cosan no âmbito do Contrato de Refino da mesma forma que no Contrato de Fornecimento, por meio da cessão dos direitos à Docelar e sua posterior incorporação pela Companhia. O Contrato de Refino possui vigência de vinte anos com renovação automática por igual período. Por fim, o Contrato de Refino possui, ainda, cláusula de *take or pay*, em que a Companhia ou a Raízen devem pagar determinado valor à outra no caso de o volume fornecido ou o volume retirado de açúcar for inferior à variação de volume tolerada nos termos do Contrato de Refino. A Companhia, no entanto, possui direito a indenização caso a Raízen entregue volume baixo de açúcar menor que provoque uma ruptura no abastecimento ao mercado. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Refino e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes.

iii. Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Considerando que a Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, a Companhia aloca aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em relação a pescados é negociado, anualmente, no SINDIPE - Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região os preços de atum, sardinha fresca e salmourada, em consenso com pescadores, armadores e indústria. Este preço é cumprido por todos os elos da cadeia produtiva. A exceção se dá em anos de baixíssimo volume de captura, em que o mercado de peixe fresco absorve a preços mais altos que o preço convencionado no sindicato. Quando o mercado brasileiro está sem captura, o suprimento é feito com sardinha do Marrocos e Omã, que geralmente tem paridade de preços com a sardinha nacional. Já o suprimento de atum é importado do Equador. Geralmente, o preço do produto nacional é mais competitivo, e não havendo captura, a importação é fator de elevação de custos.

Em relação aos outros grãos, a Companhia realiza compras "spot" a preço de mercado.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor:

A Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Vigilância Sanitária

Atualmente, as atividades desenvolvidas que digam respeito à saúde da população estão sujeitas à regulação, fiscalização e controle das autoridades sanitárias competentes. Em âmbito federal, a ANVISA, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, conforme alterada ("Lei 9.782/99"), tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Adicionalmente, a Lei 9.782/99, também estabeleceu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, formado pela ANVISA, o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais da Saúde, o Conselho Nacional das Secretariais Municipais da Saúde, bem como os Centros de Vigilância Sanitária dos Municípios, Estados e Distrito Federal. De acordo com a legislação vigente, o instrumento básico utilizado para o licenciamento de atividades sob controle da vigilância sanitária é o Alvará de Funcionamento emitido pela autoridade sanitária estadual ou local, de forma a atestar a regularidade do estabelecimento industrial ou comercial. Cada estabelecimento deve obter um alvará sanitário independente, que deve ser renovado anualmente.

No rol dos segmentos sujeitos à fiscalização, controle e regulação da ANVISA, via de regra, os produtos do setor alimentício também estão sujeitos ao processo de registro. Porém, conforme dispõe a Resolução da ANVISA RDC n° 27, de 6 de agosto de 2010, os produtos de vegetais, cereais, amidos, farinha e farelos estão dispensados da obrigatoriedade de registro junto à ANVISA, sendo suficiente a mera apresentação do comunicado de início de fabricação de tais produtos junto ao órgão sanitário local competente.

Com relação ao beneficiamento e processamento de açúcar, e acordo com a Resolução – RDC nº 23, de 15 de março de 2000, certos produtos como açúcar estão dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde. No entanto, deve-se considerar a Resolução RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para Açúcares e Produtos para Adoçar, indicando os requisitos gerais específicos e adicionais do produto.

Ainda, vale notar que a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, e a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, estabelecem que empresas do setor alimentício devem obter o Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação, objetivando estabelecer procedimentos operacionais padronizados que contribuam para a garantia das condições higiênico-sanitárias necessárias ao processamento/industrialização de alimentos, bem assim cumprir e fazer cumprir com os regulamentos técnicos constantes das resoluções editadas pela

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ANVISA específicos para cada tipo de alimento, como a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos, e a Resolução RDC nº 273, de 22 de setembro de 2005, aplicável para alimentos prontos e semi-prontos para consumo, entre outros.

Por fim, devem-se considerar, ainda, o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, bem como a Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental (especialmente, por meio do tratamento de emissões atmosféricas e efluentes industriais) e realiza os investimentos necessários conforme identificação da necessidade para tanto. Destacamos que aproximadamente 90% da energia da Companhia é comprada de fontes renováveis no Brasil.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do Contrato de Compra e Venda de Equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma Linha TP R2 de acondicionamento e processamento de grãos como feijão preto, carioca, branco e feijão fradinho (feijão "pronto") e outros grãos como soja e grão de bico, em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção desta tecnologia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 29/02/2020	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$ milhares)**	**Participação (%)**
Brasil	3.914.833	72,55%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 29/02/2020	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$ milhares)**	**Participação (%)**
Uruguai	698.093	12,94%
Chile	394.548	7,31%
Peru	388.638	7,20%
	1.481.279	27,45%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 29/02/2020	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total dos Países Estrangeiros	1.684.000	31,21%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia

Nenhum dos países nos quais a Companhia obtém receitas relevantes, conforme indicado no item 7.6 deste Formulário de Referência, apresenta restrições à comercialização de seus produtos que poderiam causar um efeito adverso relevante em seus negócios. Adicionalmente, a Companhia destaca que, o Uruguai, país responsável pela maior parcela das receitas relevantes auferidas pela Companhia, faz parte do Mercosul, o que possibilita o livre trânsito dos produtos da Companhia.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Uruguai

Autorizações Ambientais

As principais licenças ambientais que devem ser obtidas são as seguintes: *Autorización Ambiental Previa* (AAP), licença de *Vialidad Ambiental de Localización* (VAL), *Autorización Ambiental Especial* (AAE) e *Autorización Ambiental de Operación* (AAO). A *Autorización Ambiental Previa* (AAP) deve ser obtida para qualquer projeto que possa provocar dano ambiental, e não poderá ser requerida caso um projeto seja declarado inviável – mesmo que este seja revisto. Já a VAL é requerida em casos específicos sendo uma ferramenta de regulamentação territorial.

A AAE é requerida para projetos que tenham entrado em operação antes de 2005 (ano de aprovação do Decreto n° 349/005) e para os projetos que visam ao aumento de produção ou de capacidade de armazenamento. Esta autorização pode ser obtida apenas após a apresentação de um estudo ambiental e da expedição de licença especial para plantas industriais operacionais ou para instalações agroindustriais.

A AAO, por sua vez, é requerida para fins de plantas operacionais e deve ser renovada a cada três anos. Esta renovação pode ser antecipada caso ocorram modificações ou expansões significativas antes do prazo de expiração. Para obter uma AAO, o interessado deverá comprovar o cumprimento de todas as condições estabelecidas pela AAP e deverá conduzir um estudo sobre o impacto ambiental causado.

A esse respeito, a Companhia destaca que todas as nossas principais unidades possuem licenças ambientais válidas para operar e encontram-se regularizadas perante os órgãos ambientais estaduais competentes.

Demais Regulamentações

As operações da controlada Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales ("Saman") com arroz também estão sujeitas à extensiva regulação pelo Ministério da Agricultura uruguaio e demais autoridades locais, estaduais ou internacionais, com as quais, historicamente a Saman mantém uma relação muito próxima.

A Saman também está sujeita a regulamentações sanitárias nacionais e municipais, principalmente por meio da habilitação sanitária de suas plantas e das autorizações emitidas pelo Ministério de Saúde Pública uruguaio.

As normas uruguaias regulamentam também a utilização e conservação da água no

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

solo e superfícies destinadas a atividades agropecuárias, os mecanismos de prevenção de contaminação ambiental, assim como o uso de águas de irrigação, o uso e preservação de solos e a construção de fontes perfuradas para obtenção de água subterrânea e as licenças requeridas em cada caso. A Companhia destaca que a Saman obteve todas as licenças relevantes para obtenção de água nas suas operações regulares e encontram-se regularizadas perante os órgãos competentes.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Chile

Autorizações Ambientais e Sanitárias

A legislação ambiental chilena possui diversas normas ambientais e sanitárias aplicáveis à produção, armazenagem e distribuição relacionadas a alimentos, dentre outras atividades. Nesse sentido, a Lei nº 19.300 é a base de todas regulação ambiental no Chile e estabelece os projetos ou atividades que deverão se submeter ao Serviço de Avaliação Ambiental. Adicionalmente, outras normas estabelecem autorizações e obrigações específicas relacionadas à produção, armazenagem e venda de produtos para fins ambientais e sanitários.

As atividades da Companhia realizadas no Chile requerem a obtenção de autorizações sanitárias para produção e armazenagem de produtos alimentícios, assim como para armazenamento e descarte de resíduos sólidos e líquidos industriais; relatório sanitário relativo às instalações ou às plantas; autorizações municipais de todas as instalações, incluindo autorização de edificação, certificado de recepção final de obras e; autorizações de sistema de esgoto e água potável próprio ou fornecido por uma empresa sanitária.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Peru

Considerando que a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño") utiliza recursos naturais e pode vir a poluir o meio ambiente no curso de suas operações (processamento de grãos), é necessária a obtenção de licenças e autorizações prévias junto às autoridades ambientais para construir, instalar, expandir e administrar seus negócios no Peru.

Autorizações Ambientais e Sanitárias

Atualmente, a Costeño possui três plantas de processamento, todas com as respectivas licenças necessárias ao seu funcionamento, quais sejam:

(i) Validação técnica oficial do sistema Análisis de Peligros y Puntos Críticos de Control: Tem o objetivo de verificar a correta implementação de referido sistema em cada linha de produção e cada estabelecimento que produz alimentos e bebidas. A certificação é outorgada pela Superintendencia Nacional de Salud; e

(ii) Autorização outorgada pela Servicio Nacional de Sanidad Agraria, que confirma a conformidade do processo de produção com a regulamentação da saúde.

Por fim, de maneira a administrar eficientemente os resíduos sólidos gerados por suas atividades, a Costeño contratou companhia especializada em administração e

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

transporte de resíduos, de forma a garantir seu descarte apropriado. Dessa forma, a companhia especializada é responsável pelo descarte de resíduos.

Costeño possui todas as licenças e autorizações administrativas obrigatórias à administração e desenvolvimento de seus negócios no âmbito da legislação peruana.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. Se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade, mas divulga informações e atualizações sobre práticas referentes a sustentabilidade e responsabilidade social que julga relevantes no release de resultados trimestrais e em seu site de Relações com Investidores. Não obstante, no ano de 219 a Companhia concentrou esforços na revisão das ações de suas unidades com os colaboradores internos e comunidade externa, que resultou na construção da estratégia de responsabilidade social Companhia, tendo sido definido o foco de atuação em "Alimentar e Nutrir Relações", que se desdobra nos pilares de atuação que são a base dos direcionadores para aprovação e busca de projetos alinhados com os objetivos da Companhia. Abaixo se encontram descritos os pilares e principais atividades realizadas neste último ano:

Relações Internas: Contempla todo cuidado com os colaboradores em relação à Segurança e Qualidade de vida.

Relações com Meio Ambiente: Foco nas diversas etapas da cadeia produtiva, tendo monitoramento do impacto no meio ambiente e terceiros envolvidos na produção e distribuição dos produtos.

Relações com a Comunidade: ações que envolvem a Comunidade externa à Companhia, com foco nas áreas ao redor das nossas Unidades, projetos que apoiem a Redução de Fome e Desnutrição, Combate ao desperdício de Alimentos e Comunicação Responsável.

Com isso, a Companhia pretende desenvolver estudos internos para levantamento de custos, impactos e capacitação para a elaboração dos relatórios para comunicar as ações realizadas.

b. Metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As ações destacadas no item a realizadas pela Companhia estão publicadas em: http://ri.camilalimentos.com.br/camil/sustentabilidade/

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

O Setor de Alimentos na América Latina

Breve panorama

O setor de alimentos engloba diversos tipos de produtos, tais como carnes, lácteos, café, chá, cereais, açúcares, óleos, gorduras, trigo, frutas, vegetais, pescados, dentre outros, que apresentam entre si grande diversidade de características estruturais de mercados, de processo de produção e de consumo. Tendo em vista tal amplitude, a descrição a seguir foca no setor de alimentos, excluindo carnes e lácteos por possuírem características, dinâmicas de produção e comercialização materialmente divergentes de nossos segmentos de atuação, que se caracterizam pelo caráter não perecível dos produtos comercializados, dispensando a utilização de câmaras frias na distribuição.

A América Latina é uma região de hábitos alimentares variados, refletindo a rica base de recursos naturais e a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram na região ao longo de sua história e da cultura indígena local. Os europeus trouxeram influências como o consumo de carne bovina e do arroz, que possui origem asiática e foi levado dos países árabes à Europa. Itens amplamente consumidos como feijão, pescados, milho, batata e mandioca já eram cultivados e consumidos pelos povos indígenas antes da colonização europeia na região.

Tendências no setor de alimentos na América Latina

Acreditamos que há uma perspectiva positiva para o setor de alimentos na América Latina, aumento da população e mudanças demográficas nesses países e fortalecimento de tendências favoráveis nos hábitos de consumo. Dentre as principais tendências destacam-se: (i) aumento da penetração do consumo de determinados alimentos, como pescados; (ii) busca por produtos alimentícios de maior qualidade; e (iii) aumento da demanda por produtos de maior valor agregado, praticidade e conveniência.

O Setor de Alimentos | Brasil

Breve panorama

A indústria brasileira de alimentos e bebidas registrou um crescimento de 6,7% em faturamento no ano de 2019, em relação à 2018, atingindo R$ 699,9 bilhões, somadas exportações e vendas para o mercado interno, representando 9,6% do PIB, segundo a pesquisa conjuntural da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA). Em 2018, o mesmo indicador do setor registrou R$ 656 bilhões.

Na contramão do desempenho da indústria nacional como um todo, que recuou 0,8% em 2019[2], a indústria de alimentos fechou o ano com crescimento de 2,3% em vendas reais. Essa foi a melhor taxa de crescimento registrada desde 2013, quando o setor cresceu 4,2%.

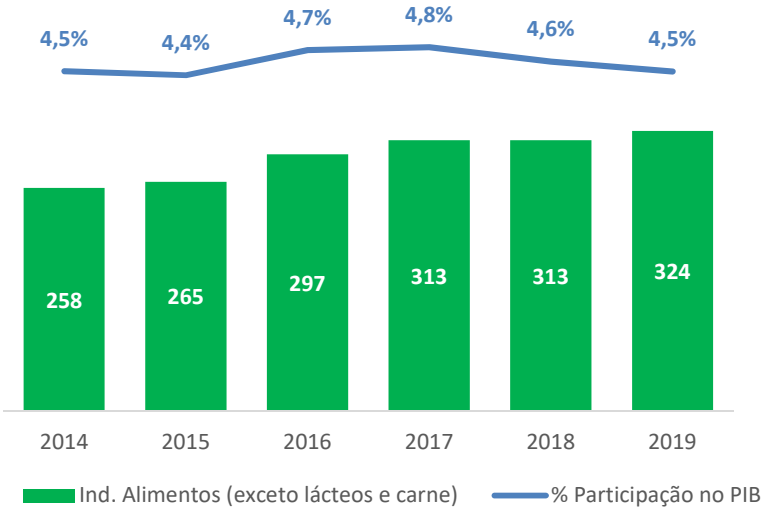
[2]Fonte: Indicadores Industriais de 2019 da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em relação à geração de empregos, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), a indústria de alimentos e bebidas criou 16 mil novas vagas diretas em 2019, 3 mil a mais do que em 2018. O setor responde por cerca de 23% dos empregos da indústria da transformação do país, registrando 1,6 milhão de empregos diretos.

Adicionalmente, a participação do setor de alimentos e bebidas (excluindo carnes e lácteos) no PIB brasileiro apresentou ligeira queda entre os exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

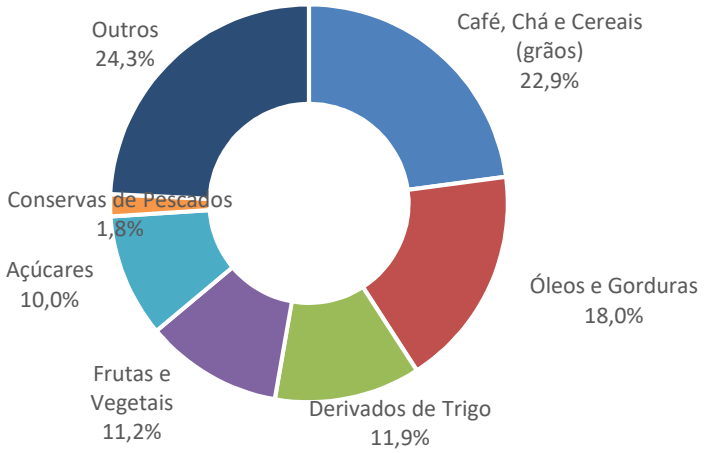
Faturamento líquido da indústria de alimentos no Brasil (R$ bilhões)



Fonte: ABIA; Não inclui derivados de carne e lácteos

Excluindo-se os segmentos de carnes e lácteos, a categoria de café, chá e cereais (incluindo grãos) foi a mais representativa em termos de faturamento do setor no exercício social de 2019, com 22,9% do total, seguida pela categoria de óleos e gorduras, que atingiu 18,0%. Adicionalmente, é possível observar um equilíbrio entre os segmentos de derivados de trigo e derivados de frutas e vegetais e açúcares, que possuem participação de 11,9%, 11,2% e 10,0% nas vendas totais do setor, respectivamente.

Abertura faturamento por setor (2019) - % faturamento líquido total



Fonte: ABIA

7.9 - Outras Informações Relevantes

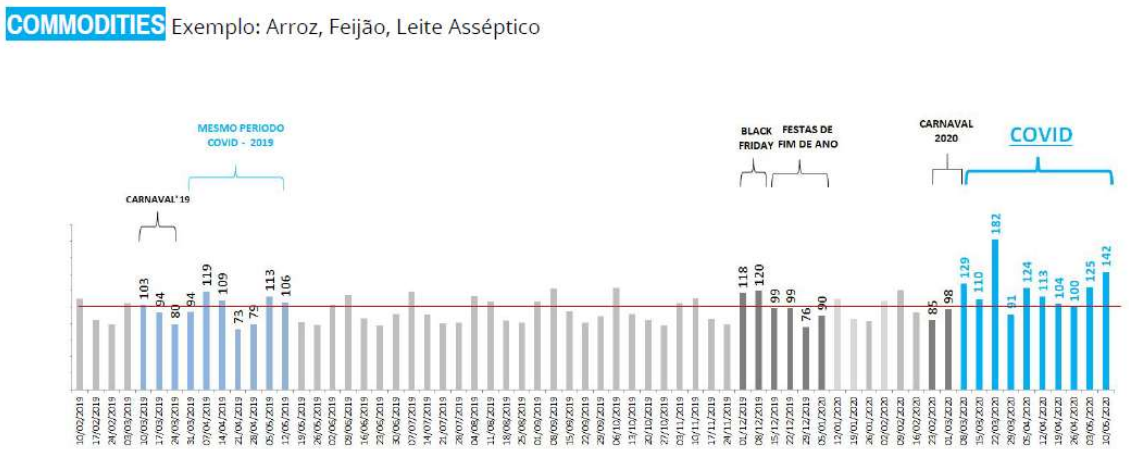
Por ser um país de hábitos alimentares variados, devido a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram no país ao longo de sua história e da cultura indígena local, o prato mais tradicional do Brasil consiste em arroz, feijão, farofa e carne bovina, que reflete toda a miscigenação e o intercâmbio cultural presentes no país. O arroz trazido da Ásia à Europa pelos países árabes, com a chegada dos portugueses, passou a fazer parte da alimentação cotidiana do brasileiro. O feijão e a farofa já eram apreciados pelos indígenas antes da chegada dos colonizadores, enquanto o hábito de comer carne bovina também foi introduzido pelos portugueses.

O setor de alimentos está sujeito a riscos sanitários devido à responsabilidade envolvida na comercialização de produtos voltados para o consumo humano, devido aos riscos causados por potenciais contaminações, adulterações ou deterioração de alimentos. Visto isso, os países possuem políticas próprias para controle de importação e exportação de alimentos além de órgãos de vigilância sanitária com objetivo de minimizar incidentes envolvendo consumidores, como por exemplo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Perspectivas para a indústria de alimentos no Brasil

Em razão da pandemia do Covid-19 no Brasil em 2020, diversas famílias mudaram seus hábitos de consumo, com crescimento do consumo de produtos para cozinhar em casa. Em estudo do Instituto Nielsen AC, notou-se maior a compra de produtos básicos para cozinhar em casa, como arroz, feijão, farinha, óleo, massas e produtos frescos, mostrando que cozinhar em casa tem ganhado maior importância no hábito do consumidor durante a pandemia.

Covid-19: Impactos nas Vendas FMCG no Brasil

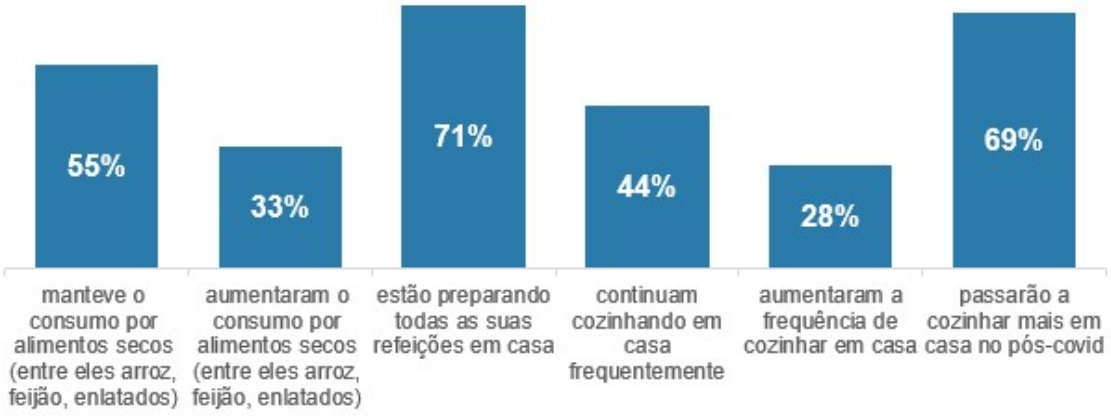


Fonte: Instituto Nielsen AC

Neste sentido, observamos o crescimento da importância da alimentação caseira e a procura por alimentos de mercearia seca:

7.9 - Outras Informações Relevantes

Covid-19: Impacto nos hábitos de consumo dos brasileiros



Fonte: Tracking Covid-19, Alimentação e Bem-Estar de Março/2020 e Pesquisa L.E.K. Maio/2020

Estima-se, ainda, que fatores como (i) topografia e clima favoráveis - refletindo em altos níveis de produtividade; (ii) grande extensão de área cultivável potencial ainda não explorada; (iii) avanço e desenvolvimento tecnológico; e (iv) melhorias e desenvolvimento da infraestrutura de transportes e eficiência logística, impactem positivamente a indústria de alimentos brasileira, trazendo redução de custos de produção e distribuição.

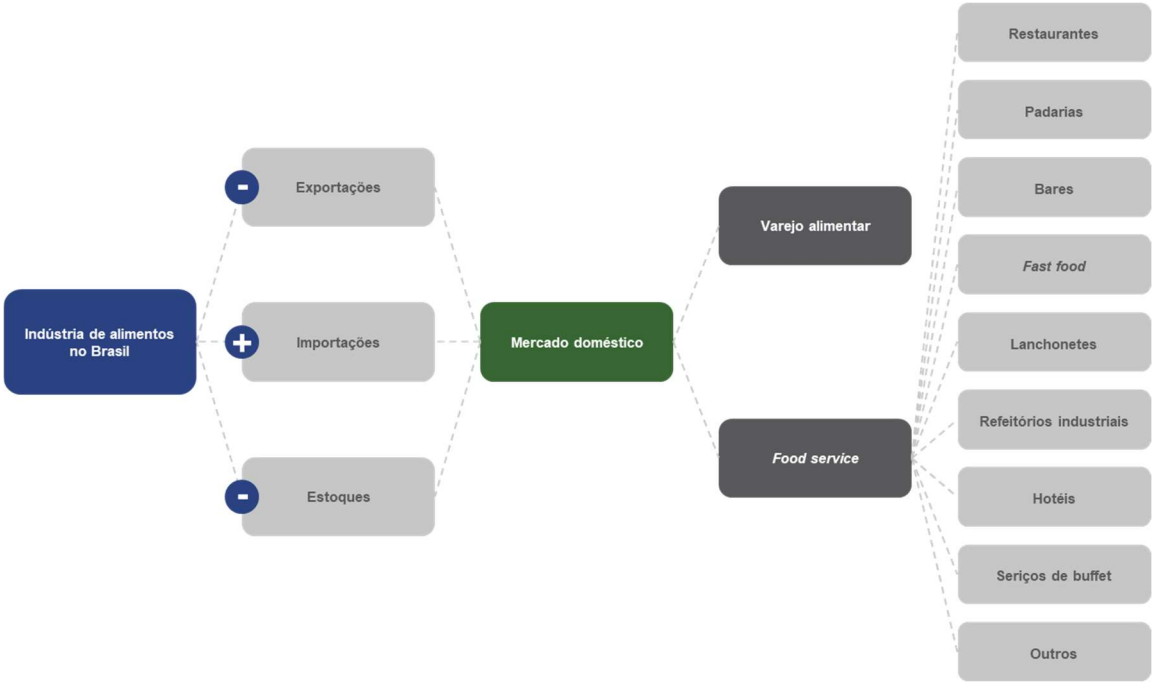
A privatização de rodovias, instalações portuárias e ferrovias melhoraram os transportes no Brasil e a infraestrutura de exportação, resultando em redução de custos e menores prazos de entrega também são fatores importantes para a perspectiva de crescimento da indústria de alimentos no Brasil, especialmente se for considerada a combinação de baixos gastos com alimentos no Brasil, quando comparados a outros países e estimativas de crescimento da população.

Cadeia de distribuição

A indústria de alimentos brasileira possui interação com diferentes canais de distribuição. Apesar da frequente celebração de contratos com limitações em áreas geográficas e restrições sobre determinados produtos, a indústria alimentícia possui operação relativamente livre. Neste ambiente, a distribuição no varejo possui participação significativa no escoamento da produção e detém alto poder de barganha com fornecedores. Adicionalmente, o segmento de *food service*, caracteriza-se por ser significativamente fragmentado.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Cadeia de distribuição da indústria de alimentos no Brasil



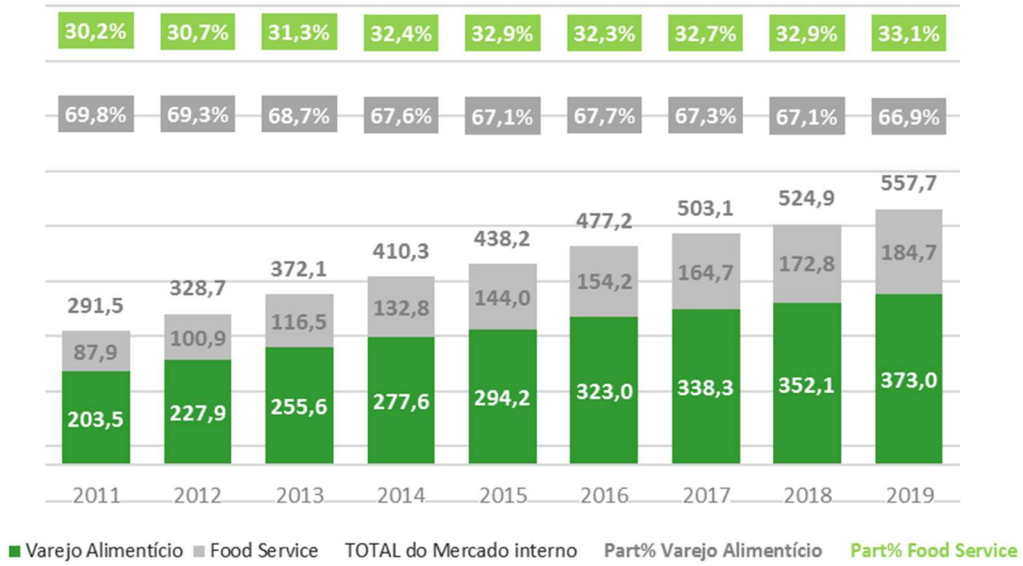
Fonte: USDA e ABIA

A indústria de varejo de alimentos no Brasil é altamente fragmentada. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados ("ABRAS"), as cinco maiores cadeias de supermercados representavam aproximadamente 47% da indústria de varejo de alimentos no fechamento de 2019, contra 51% em 2015. As redes de pequeno e médio porte, supermercados locais e mercearias independentes ainda capturam fatia relevante do mercado varejista de alimentos, principalmente fora das grandes regiões metropolitanas do país.

Dentre as quatro maiores empresas do setor varejista de alimentos, incluindo o canal *Cash&Carry*, três são controladas por sociedades sediadas no exterior, sendo o Carrefour, Grupo Pão de Açúcar (Casino) e Grupo Big (Walmart). As grandes varejistas possuem papel de destaque como canal de distribuição de alimentos no Brasil, possuindo escala e presença em todo território nacional, fatores importantes para a crescente consolidação do setor de varejo de alimentos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

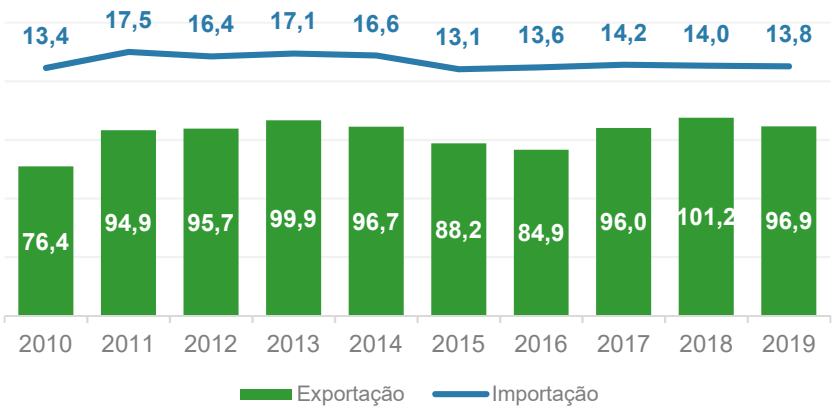
Canais de distribuição da indústria alimentícia no Brasil (ABIA Mai/20; em R$ bilhões)



Balança comercial do setor

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o setor de agronegócios apresenta anualmente crescimento, contribuindo fortemente para a balança comercial do país, porém com retração no último ano, conforme comprovado pelo Estudo da AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro:

Exportações e importações do agronegócio no Brasil (em US$ Bilhão)



Fonte: AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

No Mercosul, o Brasil é responsável por 75,8% da produção do bloco. Argentina e Uruguai se apresentam como importantes mercados exportadores, suprindo, quando necessário, os déficits brasileiros entre a oferta e a demanda interna. Mais recentemente, Paraguai também se apresenta como o principal exportador para o mercado brasileiro, direcionado para suprir a demanda por arroz das indústrias de beneficiamento localizadas na Região Sudeste, sobretudo São Paulo e Minas Gerais.

Estas transações comerciais elevaram-se, principalmente, em face do alto custo logístico de escoamento da produção da Região Sul, da retração da produção da Região CO, nos últimos dez anos, e do preço paraguaio competitivo, que apresenta elevada flexibilidade de preços para manter as vendas para o mercado brasileiro.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Este cenário é resultado da atual dependência do mercado paraguaio para a venda de seu produto para o Brasil, haja vista que o mercado interno paraguaio é reduzido (atingindo cerca de 101,5 mil toneladas) e não possui, ainda, clientes com o mesmo potencial de compra do Brasil.

O Brasil destaca-se como maior mercado consumidor, com uma demanda estimada sempre acima dos 11 milhões de toneladas. Os outros integrantes do Mercosul não possuem forte cultura de consumo do produto, sendo as suas produções, em grande parte, não destinadas ao consumo interno e sim ao mercado internacional. Sobre as exportações brasileiras, os principais destinos são países não pertencentes ao grupo, com destaque para nações africanas e latino-americanas.

Balanço de oferta e demanda do Mercosul – em mil toneladas de arroz

SAFRA	ATRIBUTOS	TERRITÓRIOS REGIONAIS				
		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
2015/16	**Produção**	**1.400,0**	**10.602,9**	**858,2**	**1.304,3**	**14.165,4**
	Consumo	800,0	11.617,6	98,5	78,6	12.594,7
	Exportação	809,2	804,4	831,3	1.388,6	3.833,6
	Estoque Final	629,2	452,9	309,0	88,6	1.479,7
2016/17	**Produção**	**1.327,7**	**12.327,9**	**923,9**	**1.410,0**	**15.989,5**
	Consumo	807,7	11.691,2	101,5	78,6	12.678,9
	Exportação	527,7	1.220,6	746,3	1.357,1	3.851,7
	Estoque Final	629,2	772,1	388,1	62,9	1.852,2
2017/18	**Produção**	**1.367,7**	**12.070,6**	**974,6**	**1.360,0**	**15.772,9**
	Consumo	800,0	11.397,1	104,5	92,9	12.394,4
	Exportação	523,1	1.691,2	974,6	1.214,3	4.403,2
	Estoque Final	686,2	489,7	285,1	115,7	1.576,6
2018/19	**Produção**	**1.220,0**	**11.000,0**	**1.019,4**	**1.267,1**	**14.506,5**
	Consumo	800,0	11.323,5	101,5	92,9	12.317,9
	Exportação	553,8	1.029,4	970,1	1.142,9	3.696,3
	Estoque Final	564,6	386,8	235,8	147,1	1.334,3

Fonte: PSD online - Março/2019 (www.fas.usda.gov)

Tendências do setor de alimentos no Brasil

Os fundamentos macroeconômicos e algumas mudanças culturais em curso têm influenciado o fortalecimento de tendências, que, por sua vez, devem também impactar o aumento da demanda por alimentos e alterações em alguns padrões de consumo, dentre as quais se destacam:

- Aumento da frequência da alimentação em casa pós-covid e da busca por produtos de mercearia seca, entre eles arroz, feijão e enlatados (vide estudos anteriormente apresentados neste capítulo). Em estudos quinzenais, a consultoria Mckinsey tem avaliado a intenção de consumo dos brasileiros frente aos impactos da Covid-19. Cerca de 60% dos consumidores declaram ter tido sua renda afetada, e 3 em cada 4 já estão cortando gastos. Em mais de 30 categorias pesquisadas, a intenção de consumo futuro é negativa, exceto em alimentos básicos e produtos de limpeza.[3]

- Aumento da penetração do consumo de alguns alimentos, principalmente entre as classes de renda D e E. A recuperação da economia e o consequente aumento de renda das classes D e E tendem a impulsionar o consumo de alguns alimentos, dentre

[3]Fonte: Mckinsey, *Respondendo ao Corona Vírus*.

7.9 - Outras Informações Relevantes

os quais o arroz, que é a principal fonte de carboidratos dos brasileiros, sobretudo nas regiões de renda mais baixa, como Nordeste e Norte.

- Aumento da demanda por produtos de maior qualidade. Em razão desse aumento de renda, estima-se que haverá um crescente aumento na procura por produtos de maior qualidade e/ou identificados por melhores marcas.

- Aumento da demanda por produtos de maior valor agregado. Em decorrência de mudanças culturais, demográficas e de hábitos da sociedade brasileira, acredita-se em uma crescente busca por praticidade e conveniência. Esta tendência pode ser observada pelo crescimento da venda de produtos prontos e do segmento de *food service* (vendas para restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de alimentação em geral).
- Novas tecnologias. Alto potencial de crescimento do *e-commerce* para o mercado varejista de alimentos devido ao modelo flexível e velocidade da logística em serviços de entrega a domicílio. Este ambiente virtual é integrado com as lojas físicas e a expansão da presença digital é alavancada pelo engajamento do consumidor *omnichannel* (usuário de diversos canais de compra como loja física, computador e celulares simultaneamente).

Indústria de Arroz | Mundo

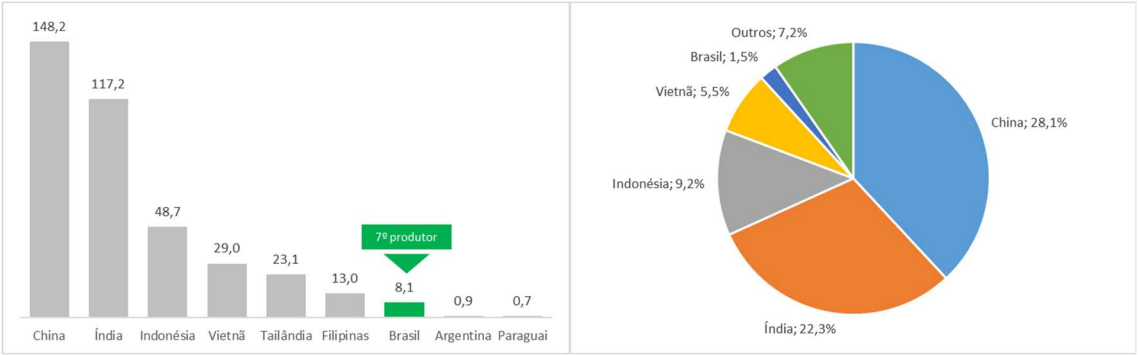
Breve panorama

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. Entre os produtos destinados à alimentação humana, o arroz é o 2º em importância, ficando atrás apenas do trigo. Em algumas partes do mundo, especialmente na Ásia, é base da alimentação da população.

Aproximadamente 526,9 milhões de toneladas de arroz beneficiado foram produzidas em 2019 no mundo, principalmente na China, Índia, Indonésia, Vietnã e Brasil, que são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 67% da produção total e 64% do consumo total mundial, de acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Organization for Economic Co-operation and Development*, ou OECD).

Atualmente o arroz é cultivado praticamente em todo o mundo, em cerca de 167,5 milhões de hectares em 2019, de acordo com o USDA.

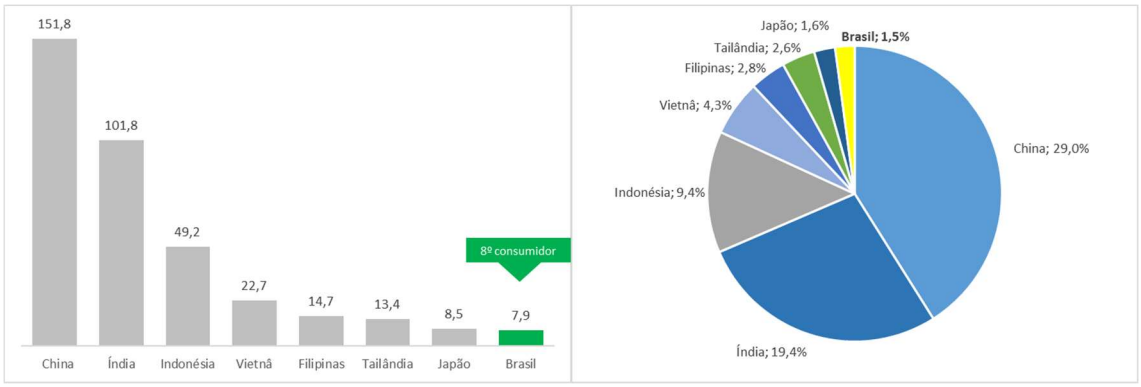
Produção mundial de arroz – fechamento 2019 (em milhões de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

7.9 - Outras Informações Relevantes

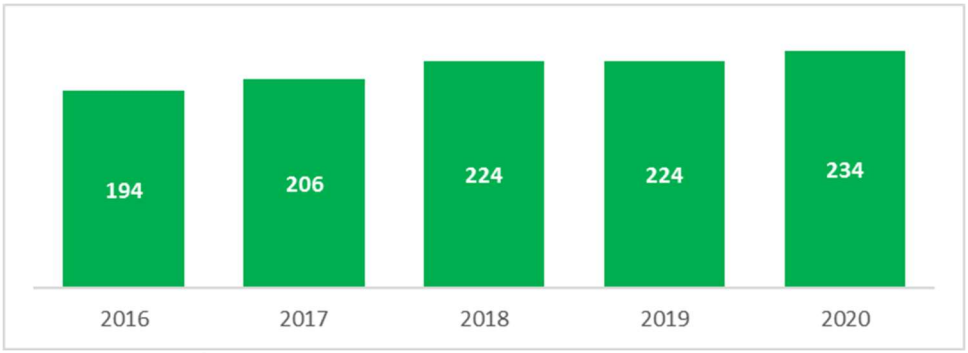
Consumo mundial de arroz – fechamento 2019 (em milhões de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

A dinâmica do preço internacional do arroz é fortemente impactada por oscilações da produção, formação de estoques e das políticas instauradas pelos governos dos principais países exportadores de arroz, como Tailândia, Índia e Vietnã e países importadores, como China, Filipinas e Nigéria.

Evolução do preço do arroz no mundo | Índice de preços FAO

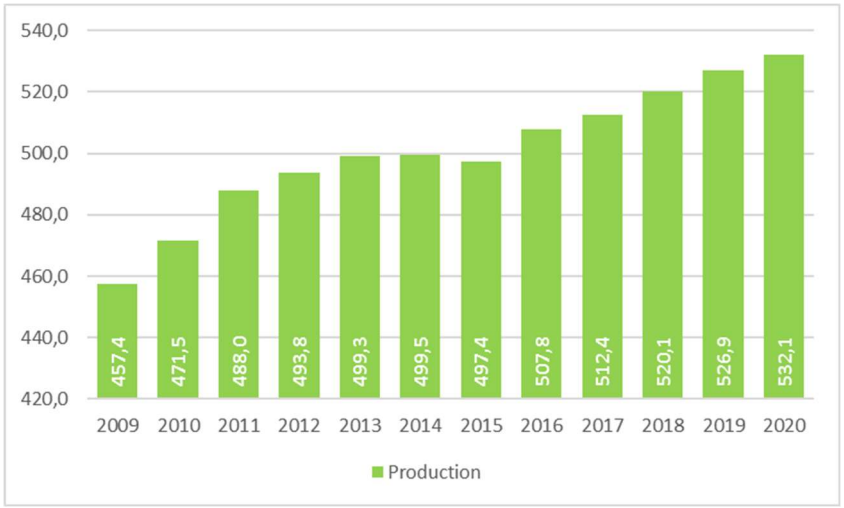


Fonte: FAO - Índice de preço FAO; sendo 2020 de Jan-Abr/20.

Perspectivas da indústria de arroz no mundo

Segundo dados divulgados pela FAO, a produção mundial de arroz é prevista para 516,8 milhões de toneladas em 2020, com crescimento sobre 2019.

Evolução da produção de arroz no mundo (em toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

7.9 - Outras Informações Relevantes

O desenvolvimento tecnológico na indústria tem permitido a evolução dos produtos de arroz, que cada vez mais apresentam diversidade de qualidade, tipos de embalagens e de produtos pré-preparados, atendendo melhor ao consumidor final. Como resultado da importância que o consumidor tem colocado sobre o arroz de primeira qualidade, os processadores de arroz adotam certas práticas pelas quais pagam um prêmio aos produtores de arroz para cultivarem determinadas variedades de arroz de maior qualidade.

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e comercialização

Cinco diferentes produtos podem ser produzidos por meio do arroz em casca: casca, farelo, arroz integral, arroz inteiro e arroz quebrado no processo do beneficiamento. O arroz geralmente é comercializado em três formas: polido (branco e parboilizado), arroz integral (que pode também ser parboilizado) e arroz em casca. O desenvolvimento das tecnologias, principalmente no processamento do arroz, tem permitido cada vez mais a diferenciação de qualidade entre os tipos, e dentro do mesmo tipo, criando novas formas de agregar valor ao produto e minimizar perdas. Atualmente, as embalagens mais utilizadas para o consumo são de 0,5 kg até 5 kg, agregando facilidade para o consumidor e para a estocagem. As diferentes formas de arroz produzidas apresentam as seguintes diferenciações:

- Arroz polido branco: é produzido por meio de um processo de extração da casca e polimento do grão, que muda sua aparência, maciez e suaviza o seu sabor. Rico em carboidratos, é o arroz mais consumido no Brasil.

- Arroz parboilizado: um processo pelo qual o arroz em casca é embebido em água e vapor sob pressão intensa. A parboilização faz com que o arroz fique menos propenso a quebrar durante a moagem e transmite os nutrientes da camada de farelo para o grão. O arroz parboilizado é vendido tanto beneficiado como integral, tendo como principais destinos os países africanos, para o polido, e europeus para o integral.

- Arroz integral: é o arroz que teve apenas a casca retirada e preserva algumas qualidades nutricionais diferentes do arroz polido. Este tipo de arroz tem apresentado crescimento relevante devido ao apelo de maior qualidade nutricional e de alimento saudável, atraindo cada vez mais consumidores. O apelo de melhor nível nutricional, as menores embalagens e investimento em marketing têm permitido a criação de produtos de consumo com arroz integral que apresentam preços mais elevados.

- Arroz em casca: é o arroz que não foi beneficiado, com as cascas e as camadas de farelo ligadas ao grão e é mais usado na exportação de grandes quantidades.

O arroz ainda pode ser classificado de acordo com a quantidade de grãos defeituosos: Tipo 1, com amostra de no mínimo 92,5% de arroz inteiro, com aspecto mais desprendido após cozido; e Tipo 2: a amostra possui o dobro de defeito, sendo menos selecionado e com até 15% de grãos quebrados. O resultado é um arroz com aspecto mais compacto, úmido e não uniforme após cozido.

Do arroz integral a versões semiprontas com temperos e ingredientes, o produto passa por uma releitura para estimular o consumo no país. Estas iniciativas da indústria buscam aumentar a percepção de valor do alimento, seja como ingrediente secundário ou principal nas refeições.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Indústria de Arroz | Brasil

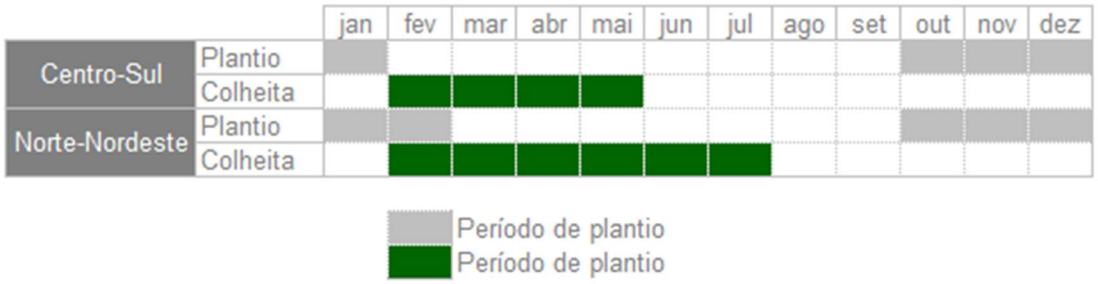
Breve panorama

O arroz figura como o principal elemento da dieta dos brasileiros, estando presente na mesa de todas as camadas sociais sendo, consequentemente, um dos principais produtos de consumo do país. Dada sua relevância no abastecimento interno e na segurança alimentar da população, o arroz sempre teve grande importância na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

O Brasil possui o 12º maior consumo médio *per capita* de arroz em casca do mundo, de aproximadamente 37,2kg por ano em 2019, nível elevado em comparação aos países ocidentais como Estados Unidos (13,1 kg). Entretanto, o consumo *per capita* no Brasil é significativamente inferior aos níveis de alguns países asiáticos como a Indonésia (135,3 kg) e a China (77,2 kg) segundo a OECD.

Produção

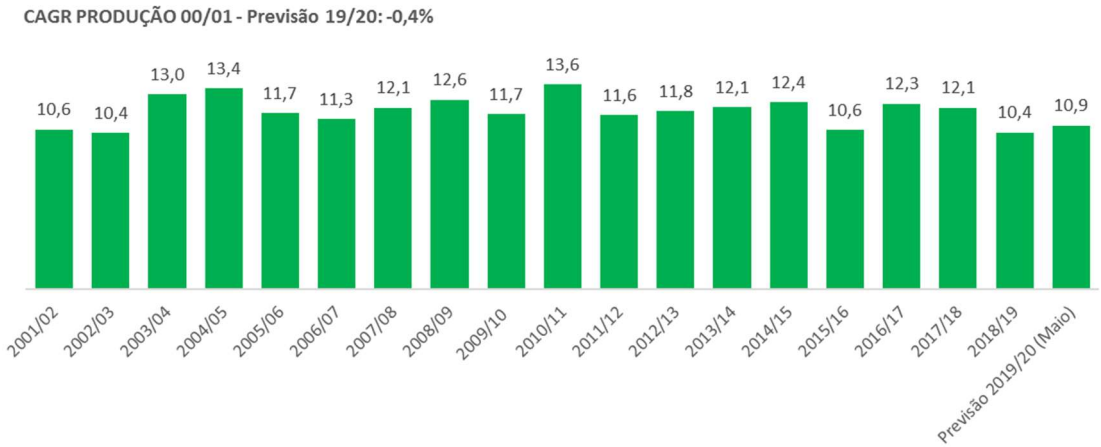
Calendário agrícola do arroz no Brasil



Fonte: CONAB

A produção de arroz no Brasil tem se mostrado estável historicamente, suportada pelo incremento da produtividade. Os gráficos abaixo apresentam a produção total de arroz em casca no Brasil, a área cultivada e a produtividade no período de 2000/2001 a 2019/2020:

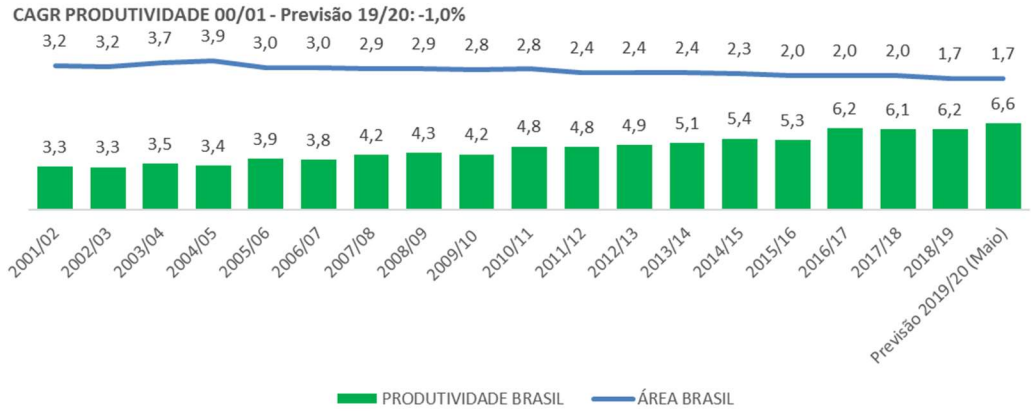
Produção brasileira de arroz (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio 2020

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produtividade média de arroz no Brasil (em mil kg/hectare) e área cultivada de arroz no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB – Maio 2020

Como resultado da constante incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros, verificou-se alta resiliência na produtividade média de arroz. Adicionalmente, as boas condições climáticas, o aumento da área de plantio de arroz irrigado e queda no plantio de sequeiro têm influência no aumento da média de produtividade de arroz do Brasil, uma vez que o manejo irrigado alcança produtividade muito superior ao de sequeiro.

A produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando 70,4% da produção total brasileira prevista para 2019/2020) e Santa Catarina (representando aproximadamente 10,6% da produção total brasileira prevista para 2019/2020), segundo a CONAB.

Estes dois estados apresentam os mais altos índices de produtividade do Brasil, segundo a CONAB. Além disso, contam com alta utilização de tecnologia agrícola e genética, diminuindo perdas e melhorando a qualidade, além de possuírem condições climáticas favoráveis. Tais fatores levam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a terem índices de produtividade de 8,1 e 8,0 toneladas de arroz em casca por hectare, respectivamente – similares aos registrados nos países mais produtivos do mundo.

Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa tendência se verifica no aumento significativo da participação na produção nacional de Tocantins nos últimos anos: a participação prevista na safra 2019/2020 versus a participação na safra 2011/2012 cresceu para 6,2% de 3,8%.

A tabela abaixo apresenta volume de produção, área de cultivo e produtividade registrada nos cinco principais estados produtores de arroz no Brasil:

7.9 - Outras Informações Relevantes

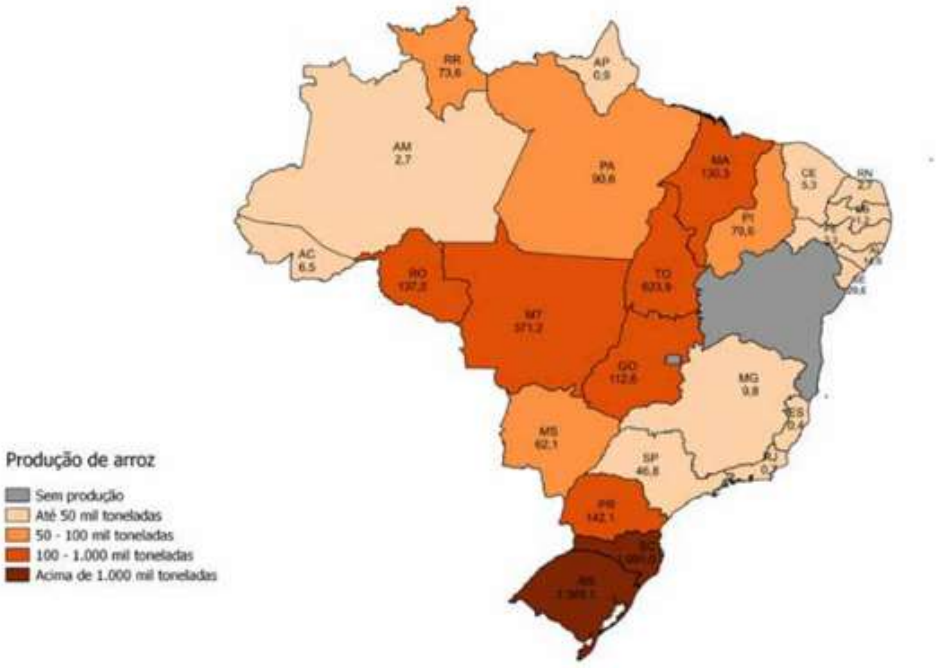
Principais estados produtores de arroz no Brasil (safra estimada em 2019/20)

Estado	Produção Arroz ('000 toneladas)	% Produção Total	Área cultivada ('000 hectares)	Produtividade ('000 kg/ha)
RS	7.657	70,4%	940	8,1
SC	1.149	10,6%	144	8,0
TO	670	6,2%	123	5,5
MT	403	3,7%	119	3,4
PR	153	1,4%	22	7,0

Fonte: CONAB – Maio 2020

O mapa abaixo apresenta as áreas de cultivo de arroz no Brasil, considerando o volume de produção da safra 2019/2020:

Mapa da produção agrícola de arroz



Fonte: Conab

Existem atualmente cerca de 18 mil orizicultores no Rio Grande do Sul de acordo com a Fedearroz. Esse grau de fragmentação resultou em uma cadeia de produção que exige uma estreita coordenação entre os produtores de arroz, processadores de arroz, corretores e outros agentes envolvidos.

A relação entre os produtores e os processadores de arroz tem base na tradição e relacionamento, pois normalmente não é totalmente definida por contratos formalizados e, por sua natureza, normalmente não é exclusiva. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os produtores de arroz muitas vezes estocam seu arroz nas instalações dos processadores durante uma colheita, sem ter acordado um preço final, podendo deixar seu arroz em tais instalações por longos períodos antes de iniciar as negociações com os processadores.

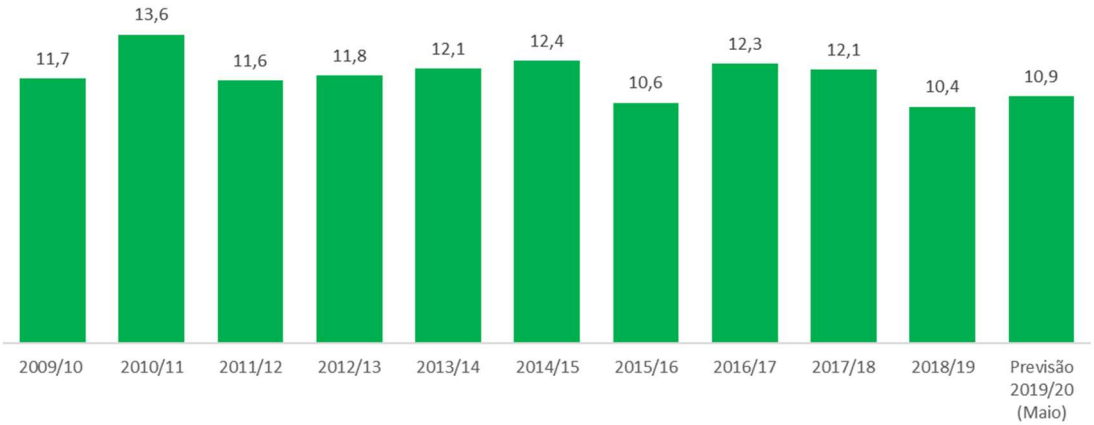
7.9 - Outras Informações Relevantes

Este modelo traz vantagens competitivas e segurança de suprimento para os grandes beneficiadores, com maior capacidade de estocagem, visto que tende a tornar mais difícil e custoso para os produtores a retirada de seu arroz.

Preço e consumo

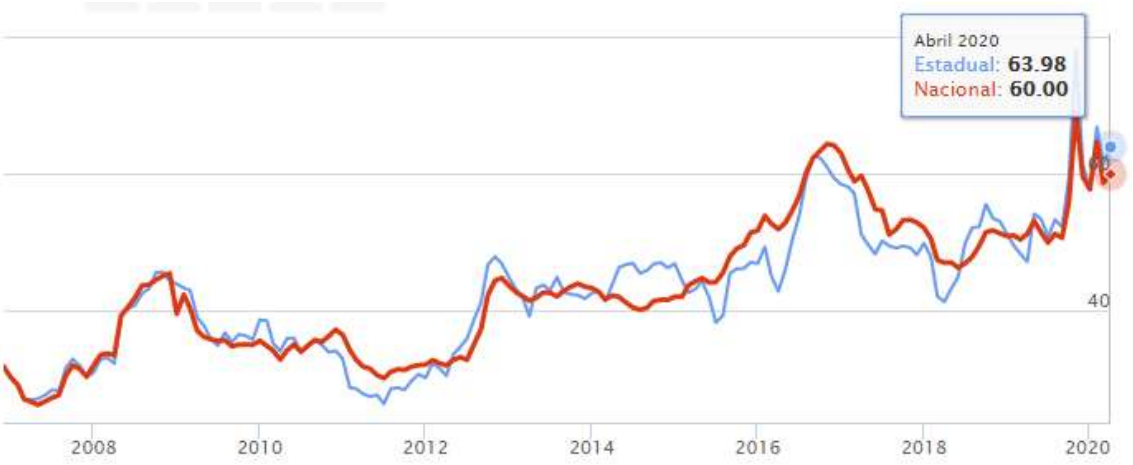
Pela grande importância do arroz na alimentação dos brasileiros e por ser um item básico de consumo, a produção e consumo de arroz se mantém resiliente, de forma que os processadores e comercializadores possuem grande capacidade de repassar variações de preços da matéria-prima aos consumidores finais.

Produção brasileira de arroz em casca (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB Maio 2020; a casca do arroz representa cerca de 32% do peso total do grão

Evolução do preço nacional do arroz em casca (R$/saca de 60kg)

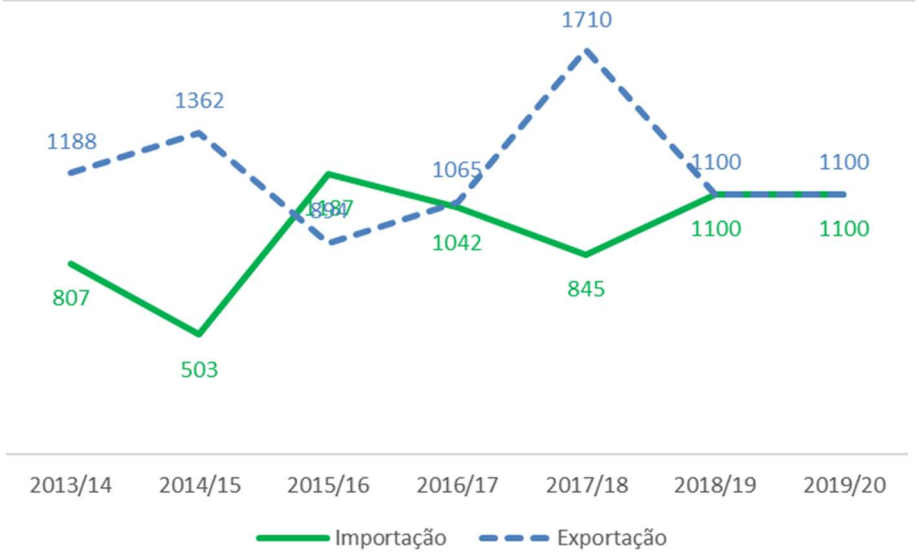


Fonte: Agrolink, dados 2020 até Abril/2020

O Brasil direciona majoritariamente sua produção para o mercado interno, o que corrobora para a independência das cotações internas nacionais frente ao mercado internacional. Visto que o mercado externo ainda é muito reduzido se comparado com o mercado nacional, o volume produzido internamente atua como o fator mais relevante na determinação dos preços nacionais. Desta forma, uma oferta mais abundante do setor se traduz em preços deprimidos. Ou seja, fatores como variações climáticas e incidência de pragas, por influírem na quantidade produzida, possuem significativa importância na definição do preço de mercado vigente.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Importação e exportação de arroz no Brasil (em milhões de toneladas)

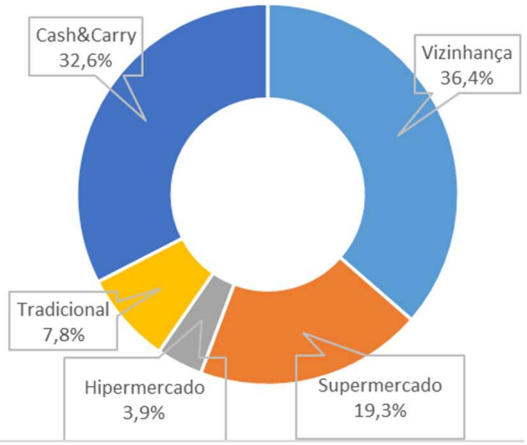


Fonte: CONAB, Dezembro 2019

Distribuição por canal

As vendas de arroz no varejo são concentradas no canal *Cash&Carry* e vizinhança, que juntos correspondem 68,8% das vendas do produto no varejo, enquanto supermercado corresponde a 19,2% das vendas de arroz.

Distribuição de arroz no varejo por formato no acumulado - % das vendas



Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas
Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas
Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Fonte: Nielsen Retail Index, Total Brasil Varejo+Cash&Carry, YTD1920 (abr/19 a fev/20)

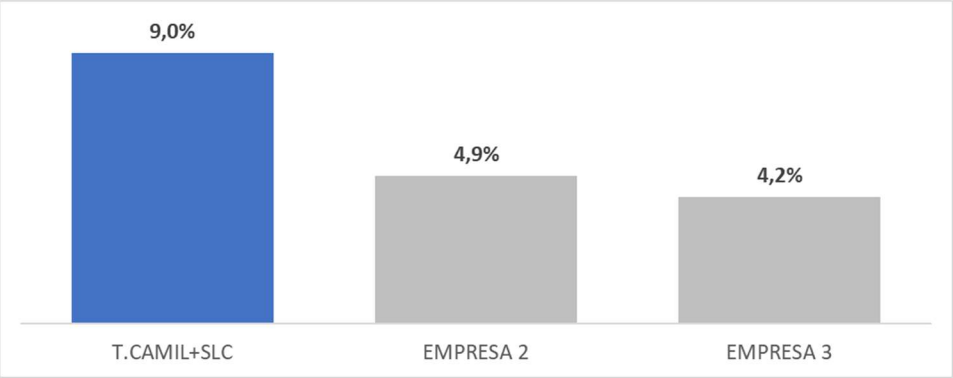
Aspectos de competição

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar em todo o mercado brasileiro.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Analisando a métrica de *market share* Nielsen incluindo dados *cash&carry*, as três maiores empresas processadoras de arroz possuem juntas 18,1% de *market share* em volume, conforme gráfico a seguir.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de arroz



Fonte: Nielsen Retail Index, Total Brasil Varejo, YTD1920 (Abril'19 a Março'20)

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, pois possuem escala, capilaridade de distribuição, utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Perspectivas e tendências

Atualmente, acredita-se que a estabilidade do consumo no Brasil esteja relacionada à substituição de outras fontes de carboidratos nas regiões Norte e Nordeste, além da tendência à busca por maior qualidade e marcas *premium* em razão, especialmente, do aumento da disponibilidade de renda na economia. No curto prazo vemos aumento no consumo, pela alimentação nos lares devido ao contexto de isolamento social.

Acredita-se que haverá um movimento de consolidação na indústria de arroz no Brasil, envolvendo grandes companhias consolidadoras de mercado adquirindo empresas médias e pequenas, que gradualmente perdem competitividade em um mercado onde escala e capilaridade de distribuição são essenciais para a rentabilidade da operação.

Entende-se que o Brasil tem potencial de aumentar sua participação no mercado mundial de arroz, devido à disponibilidade de recursos naturais, à alta produtividade e à abertura de mercados – tanto dentro da América Latina como no âmbito mundial – principalmente devido ao processo de urbanização e de desgaste de áreas agrícolas em países populosos e consumidores de arroz, como China e Índia, além de fatores climáticos negativos em produtores tradicionais e devido ao aumento do consumo dos países do continente africano.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para realizar tal crescimento, os processadores brasileiros de arroz devem continuar a reduzir os custos de suas operações e aperfeiçoar suas redes de distribuição, visto que a produtividade normalmente varia entre diferentes regiões do país e os altos custos de transporte acabaram limitando a quantidade de arroz exportado pelos processadores brasileiros no passado. Por isso, acredita-se que o setor deve se beneficiar do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística no Brasil nos próximos anos.

A utilização da casca do arroz é bastante variada, sendo a principal forma de reaproveitamento a produção de energia através da utilização da casca do arroz como combustível biomassa.

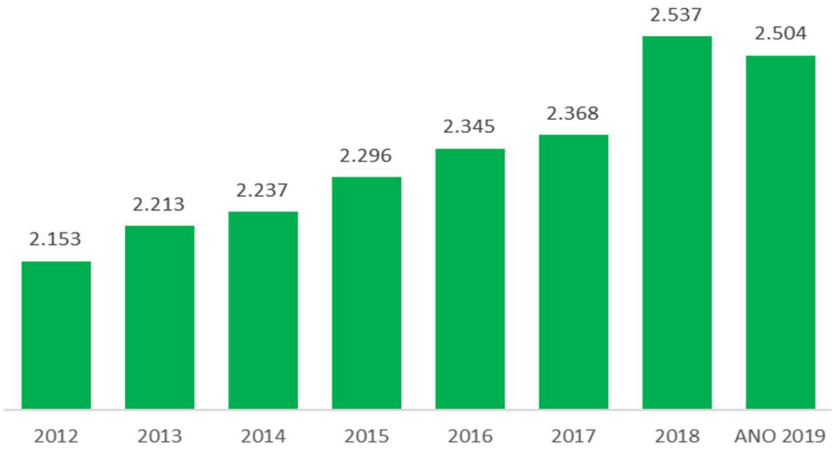
Indústria de Arroz | Peru, Uruguai e Chile

Breve panorama

O arroz é um dos produtos alimentícios mais consumidos no Peru e presente diariamente na alimentação da população peruana, com penetração em todos os níveis socioeconômicos. Segundo a OECD, em 2019, o país registrou um consumo *per capita* de 65,2 quilogramas por ano, sendo a maior parte produzida localmente. A perspectiva de crescimento do setor é corroborada pela atual tendência de migração de vendas de arroz a granel para empacotados e consequente formalização do mercado.

O mercado de arroz no Uruguai e Chile historicamente apresentam crescimento resiliente, sendo a produção uruguaia predominantemente voltada para a exportação do produto (especialmente Iraque e América Central), enquanto a produção chilena é em sua maioria voltada para o consumo interno. Ainda se caracteriza por ser um setor com relevante fragmentação, suportando um potencial de consolidação nesses países.

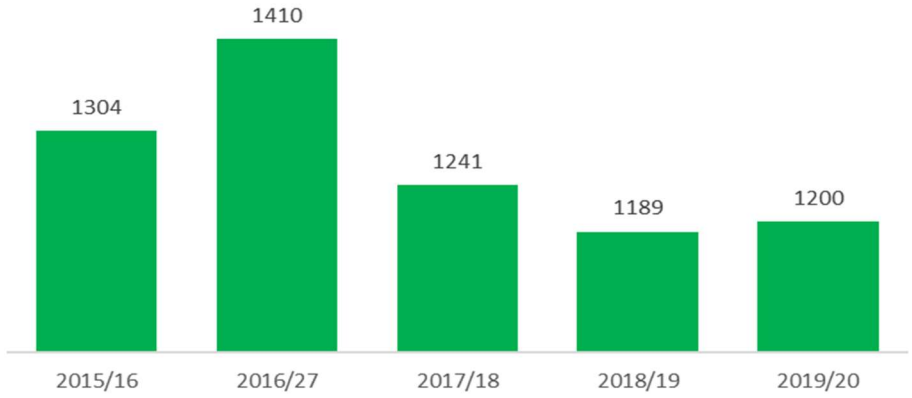
Consumo total de arroz no Peru[1] (milhares de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

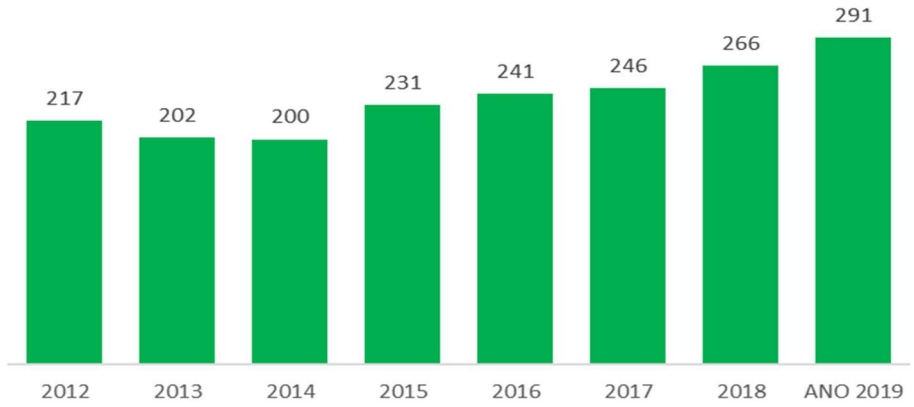
7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção total de arroz no Uruguai (milhares de toneladas)



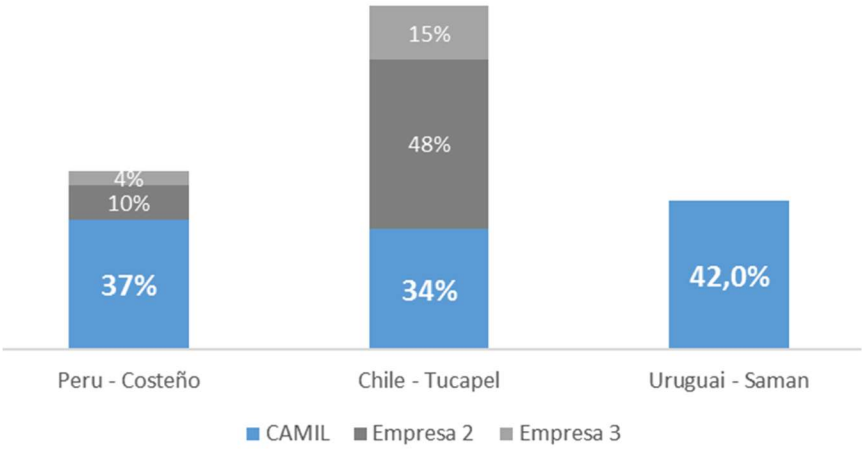
Fonte: CONAB, Perspectivas para a agropecuária, Volume 7 – Safra 2019/2020

Consumo total de arroz no Chile (milhares de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

Market share na indústria de arroz no Uruguai, Chile e Peru – 2019



Fontes: inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias; Uruguai: Consecha Comision Sectorial del Arroz; Chile: Nielsen Scantrack Ab20 YTD; Peru: Kantar World Panel (Jan-Mar20)

7.9 - Outras Informações Relevantes

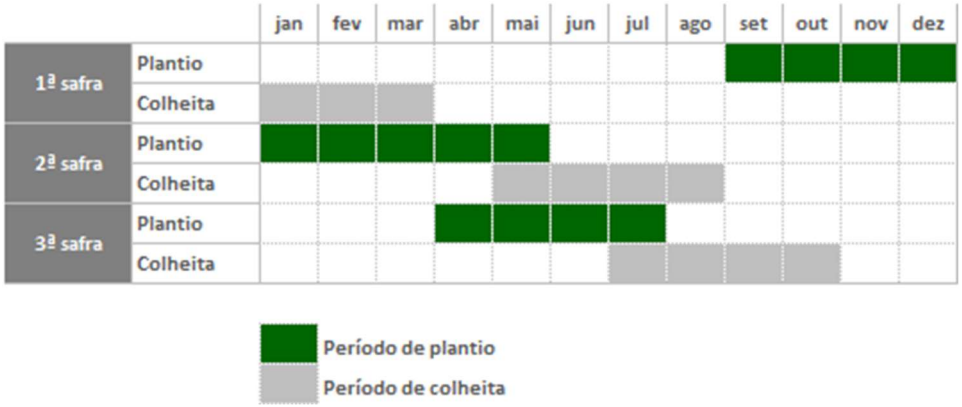
Indústria de Feijão | Brasil

Breve panorama

O feijão é um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América Latina. Assim como no caso do arroz, essa característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão devido a elevada perecibilidade da leguminosa, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

Produção

Calendário agrícola do feijão no Brasil



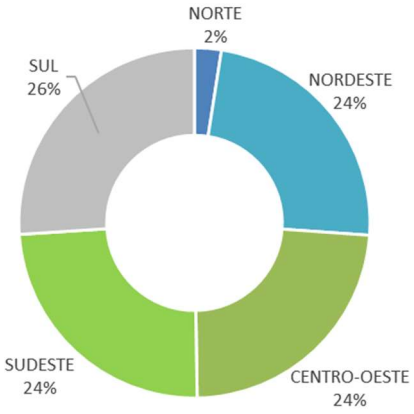
Fonte: CONAB

O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. A primeira safra é conhecida como safra das águas devido ao alto índice de chuvas. O plantio dessa safra na região Centro-Sul vai de agosto a dezembro e no Nordeste, de outubro a fevereiro. A segunda é chamada de safra da seca, com plantio realizado de dezembro a março. A terceira, por sua vez, é a safra irrigada, por se referir à colheita do feijão irrigado, com a concentração do plantio na região Centro-Oeste e Sudeste, de abril a junho.

Segundo a CONAB, a produção de feijão é notadamente concentrada na região Centro-Sul do Brasil, responsável por aproximadamente 73,9% do total estimado da safra de 2019/2020.

7.9 - Outras Informações Relevantes

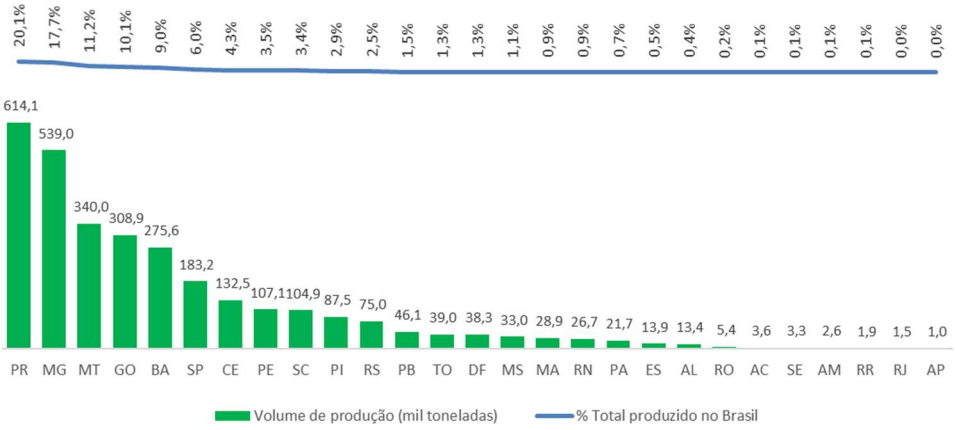
Produção de feijão por região – Safra 2019/20



Fonte: CONAB – Maio 2020

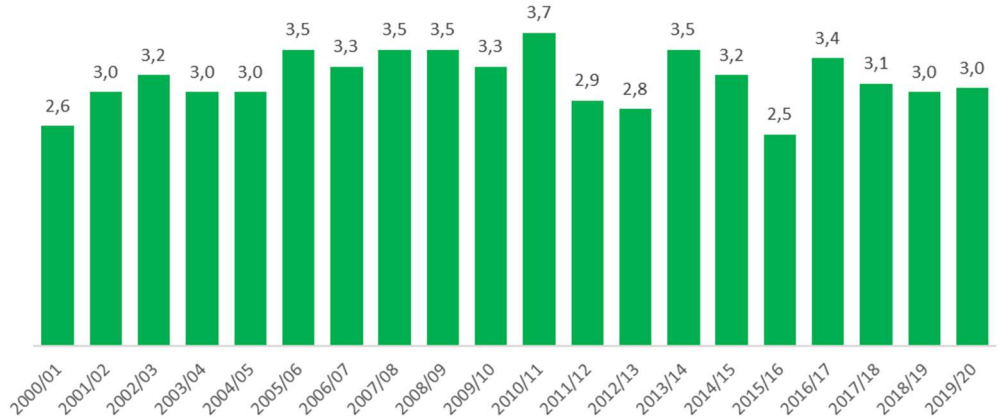
A produção de feijão é fragmentada e se desenvolve de forma regionalizada de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste apresentam maior produtividade, enquanto Norte está em processo de investimento em tecnologia e mecanização, tanto no processamento quanto no plantio. Nesse contexto, aproximadamente 68,2% da produção de feijão é concentrada em 5 estados brasileiros: (i) Paraná, (ii) Minas Gerais, (iii) Mato Grosso, (iv) Goiás e (v) Bahia, segundo a CONAB. Segundo a CONAB, a produção total de feijão do Brasil foi de 3.017 mil em 2019 e deverá ser de 3.048 mil toneladas para safra 2019/20.

Produção de feijão por estado – Safra 2019/20 (previsão – em milhares de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio 2020

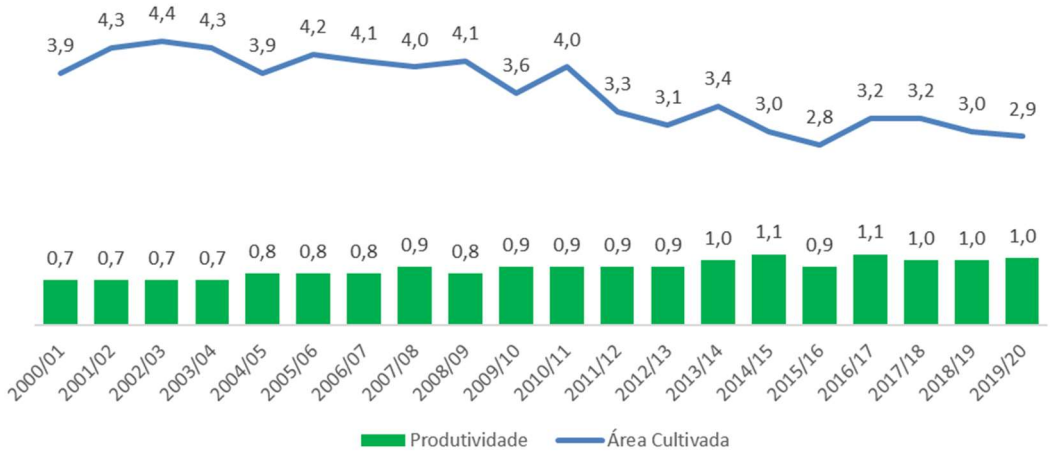
Produção brasileira de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio 2020

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produtividade média de feijão no Brasil (em mil kg/hectare) e área cultivada de feijão no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB – Maio 2020

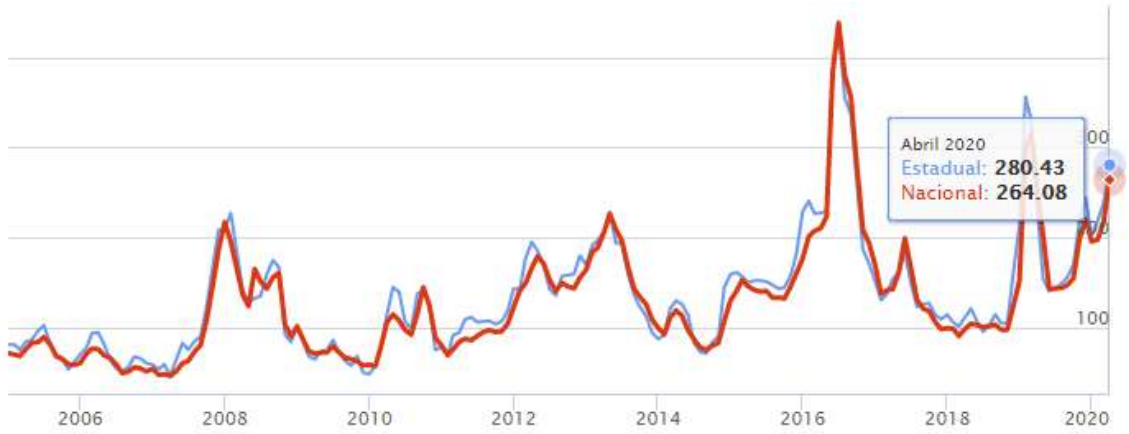
Nos últimos quatro anos, a produção média de feijão, em países que compõem o Mercosul, ficou em 3,6 milhões de toneladas, sendo o Brasil o principal produtor, com cerca de 3,1 milhões de toneladas anuais; seguido da Argentina, com 350,0 mil toneladas; do Paraguai, com 56,0 mil toneladas; e do Uruguai, com 3,5 mil toneladas.

O Brasil se destaca como o maior produtor e consumidor, com participação superior a 90% na produção e no consumo. A Argentina, segundo maior produtor, registra consumo per capita em torno de 470 g/ano. O feijão é produzido, principalmente, na região noroeste do país, nas províncias de Salta, de Santiago del Estero, de Jujuy e de Tucumã. Fonte: CONAB, Perspectivas para a agropecuária, Volume 7 – Safra 2019/2020.

Preço e consumo

As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz. Contudo, o desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos curtos prazos de validade do feijão.

Evolução do preço nacional do feijão no Brasil (feijão carioca em R$/saca de 60kg)



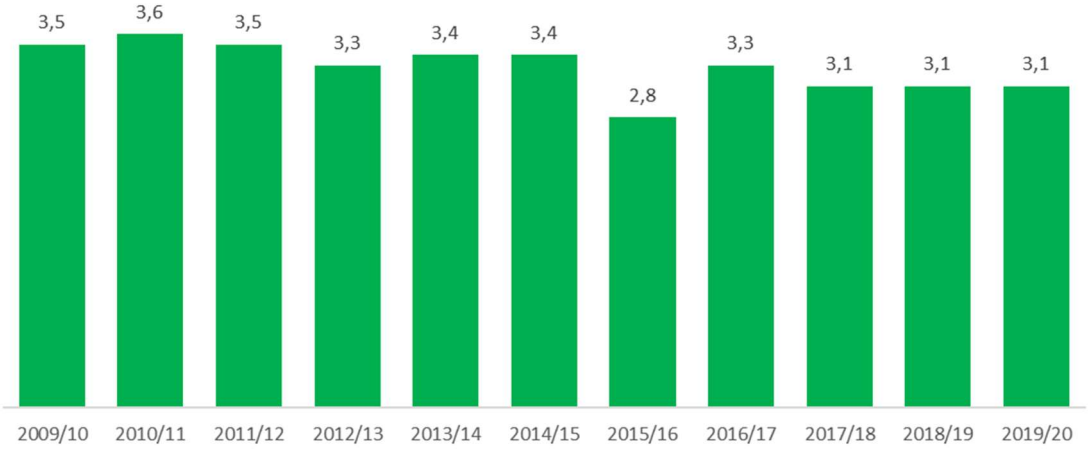
Fonte: Agrolink, sendo 2020 até Mai/20

7.9 - Outras Informações Relevantes

Por ser uma cultura muito sensível e não possuir garantia de manutenção do preço atual no momento da colheita, ainda não há mercado futuro de feijão.

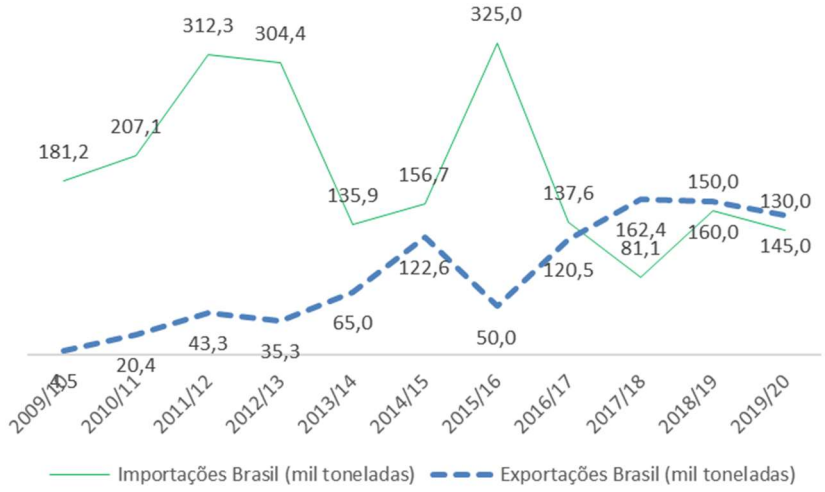
Consumo brasileiro de feijão (em milhões de toneladas)

Fonte: CONAB – Maio 2020



As relações entre os produtores e os processadores de feijão são tipicamente informais fato que, somado à pulverização da produção, constituem vantagem competitiva aos grandes processadores por possuírem maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação.

Importação e exportação de feijão no Brasil (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Jan2020

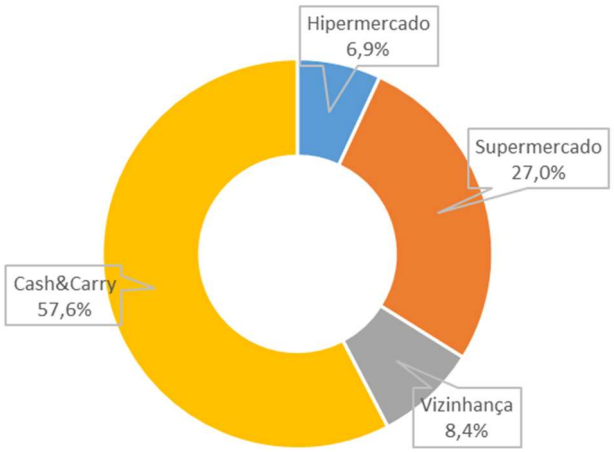
Conforme observado no gráfico anterior, o Brasil não é um grande exportador de feijão já que o consumo interno do produto é bastante elevado. No outro lado da balança comercial, a maior parte das importações são provenientes de países do Mercosul (Paraguai, Argentina e Bolívia), além de China e México.

Distribuição por canal

As vendas de feijão no varejo são concentradas nos supermercados e *cash&carry*, que em abril/2019 a março/2020 em conjunto corresponderam a 84,6% das vendas do produto no varejo, enquanto vizinhança corresponde a 8,4% e hipermercados a 6,9% das vendas de feijão.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição de feijão no varejo por formato em Abr/2019 a Mar/2020 (% de vendas)



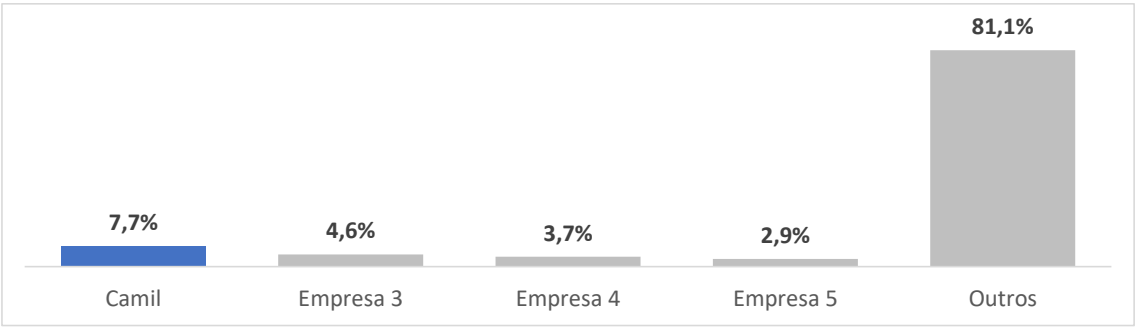
Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas
Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas
Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Fonte: Nielsen ScanTrack, Total Brasil Varejo+Cash&Carry

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro. De acordo com o *market share* Nielsen incluindo *cash&carry*, as quatro maiores empresas processadoras de feijão possuem juntas 18,9% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de feijão



Fonte: Nielsen AS Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry, YTD1920 (Abril'19 a Março'20)

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o feijão, assim como o arroz, também se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural brasileira e estabilidade de oferta.

Ainda que em menor escala que no mercado de arroz, observam-se fatores semelhantes de aumento do consumo entre as classes de renda média e baixa e de crescimento da procura por produtos de maior qualidade e praticidade, com a evolução de produtos pré-preparados.

Em busca de crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação das principais médias e pequenas

7.9 - Outras Informações Relevantes

empresas. Além disso, outro fator positivo para ganhos em escala é o crescente interesse de firmas do setor privado pelo melhoramento genético do feijoeiro, principalmente para a colheita mecânica.

Sob o mesmo ponto de vista, o acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização do produto. A exportação viabiliza maiores volumes de produção, incorporação de novas tecnologias produtivas e aperfeiçoamento da qualificação da mão de obra.

Nesse contexto, o Brasil apresenta grandes vantagens competitivas devido à alta produtividade, através das três colheitas anuais contra uma dos demais países.

Indústria de Açúcar | Mundo

Breve panorama

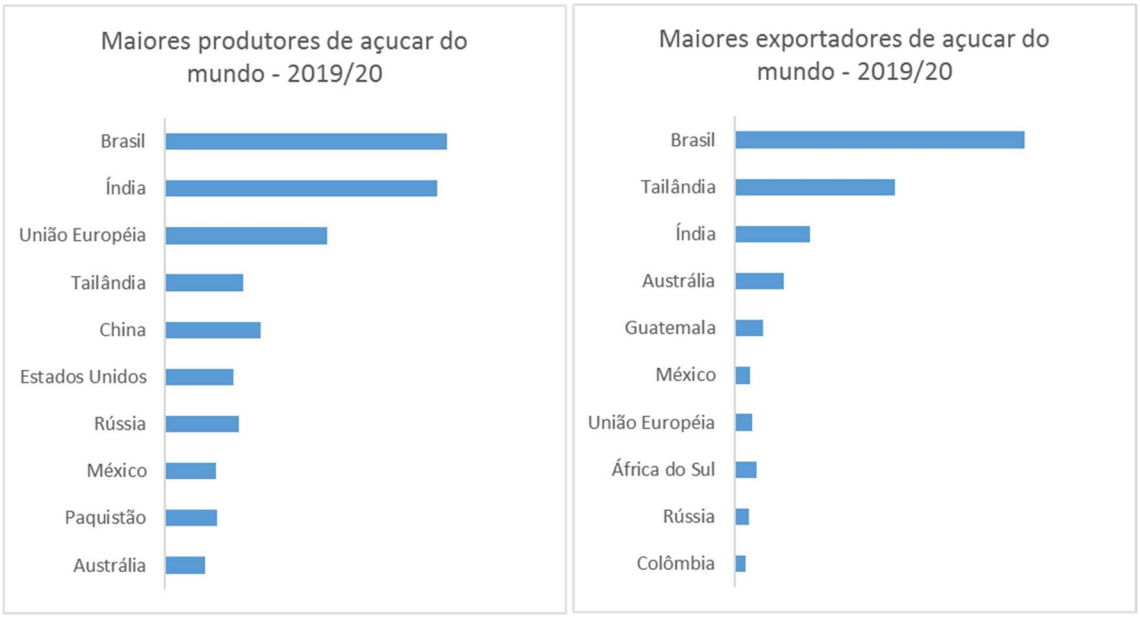
O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito primariamente a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que a cana-de-açúcar é responsável por mais de 70,0% da produção mundial total. A produção do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A produção de açúcar em todo o mundo dobrou desde o início da década de setenta, passando de aproximadamente 72,0 milhões de toneladas de açúcar bruto na safra 1971, para aproximadamente 166 milhões de toneladas previstas para a safra 2019/2020, segundo a USDA. O consumo de açúcar também vem crescendo de forma constante e deve atingir aproximadamente 171,6 milhões de toneladas durante em 2019/20.

Os maiores consumidores de açúcar do mundo são tipicamente também os maiores produtores globais, sendo os cinco principais países produtores responsáveis por aproximadamente 56,9% da produção mundial de açúcar em 2019/20. O Brasil é neste ano o maior produtor, com uma participação de aproximadamente 18,0% da produção global e 35,7% das exportações totais da safra de 2019/20. O segundo e o terceiro maiores produtores de açúcar são a Índia e a União Europeia, com uma participação aproximada de 17,4% e 10,4%, respectivamente, de acordo com dados do USDA.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Maiores produtores e exportadores de açúcar do mundo – 2019/20 (em milhões de toneladas)

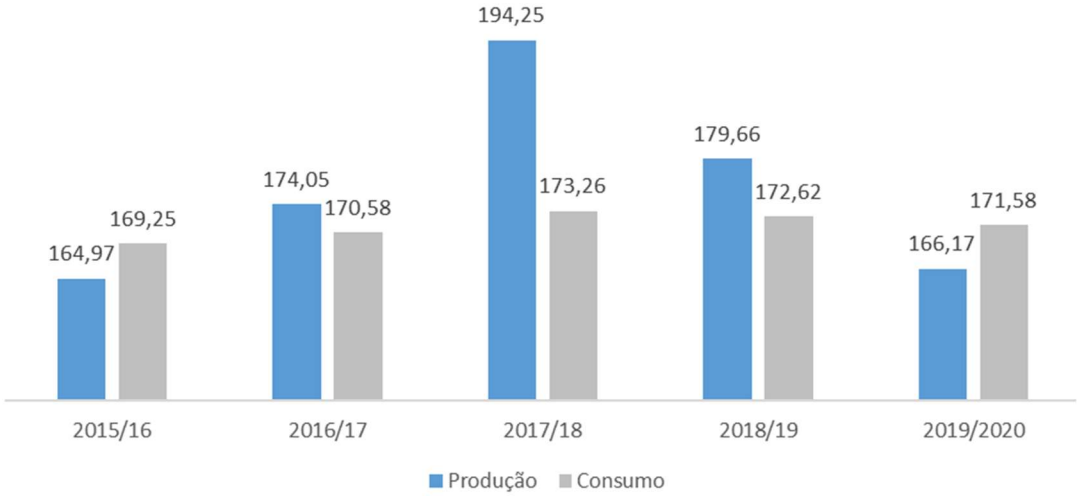


Fonte: USDA

Desde 2014/15, o consumo global de açúcar subiu de 168 milhões de toneladas para 171,6 milhões de toneladas em maio de 2019/20, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, do consumo de alimentos industrializados em todo o mundo resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

Produção e consumo global de açúcar (em milhões de toneladas)

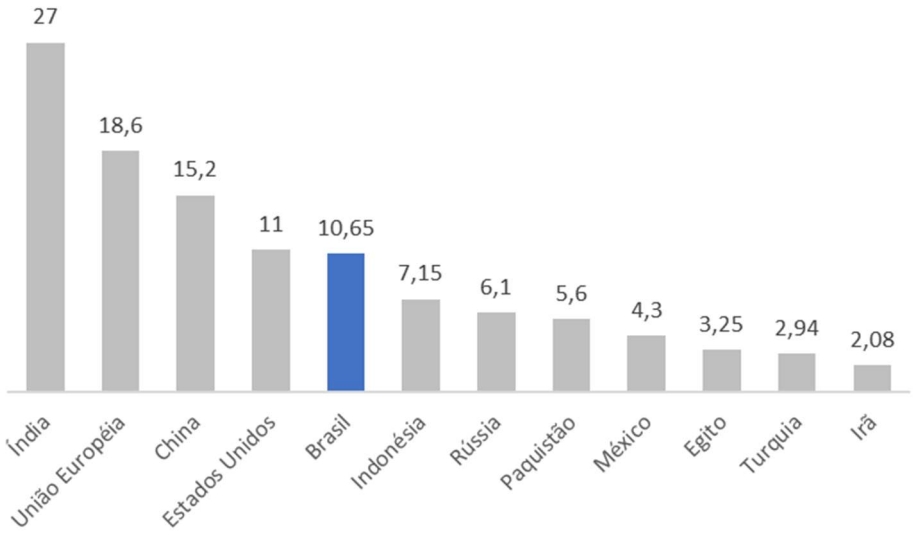


Fonte: USDA

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas, responsável pelo consumo de 10,6 milhões de toneladas em 2019/2020, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 27,0 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Principais países consumidores de açúcar – Safra 2019/20 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Preço

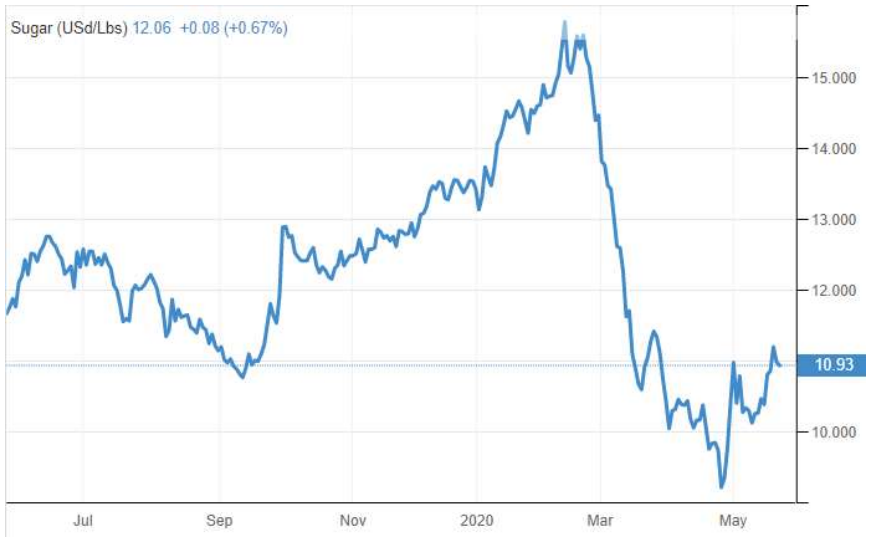
A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, tem protegido seu mercado interno da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com cotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e encargos. Como resultado de tais políticas, os preços do açúcar no mercado interno variam bastante de um país para o outro. O NY#11 é usado como referência primária dos preços não-controlados do açúcar bruto no mundo. Um outro preço de referência é o contrato futuro Lon 5, que é negociado na *London International Financial Futures and Options Exchange* – LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os preços por produto predominantes no mercado não-regulado estrangeiro e doméstico. Os Estados Unidos e a União Europeia criaram políticas protecionistas e preços internos subsidiados para proteger os seus produtores de açúcar. Os preços do açúcar bruto nos Estados Unidos e na União Europeia de um modo geral são aproximadamente de duas a quatro vezes mais altos do que o preço do açúcar bruto cotado no NY#11, enquanto os preços do açúcar bruto no Brasil são similares ao preço do açúcar do NY#11.

Os preços do açúcar tendem a acompanhar um padrão cíclico porque os produtores de cana-de-açúcar tendem a responder lentamente às mudanças nos preços mundiais. A cana-de-açúcar, a maior fonte de produção global de açúcar, geralmente acompanha um ciclo de plantio de dois (Ásia, Índia e Austrália) a seis anos (Brasil). Além disso, o aumento da conversão da massa da cana em biocombustível também impacta os preços do açúcar. Muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos de flutuações dos preços internacionais do açúcar e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa da variação dos preços internacionais. O Brasil, como um dos líderes globais de produção de açúcar, responsável por aproximadamente 35% das exportações globais, desempenha um papel fundamental no estabelecimento dos preços mundiais do açúcar.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O açúcar diminuiu 16,76% desde o início de 2020, de acordo com a negociação de um contrato de diferença (CFD) que acompanha o mercado de referência para essa *commodity*.

Preço do açúcar (em US$ centavos por kg)



Fonte: http://www.tradingeconomics.com/commodity/sugar

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e formas de comercialização

Opções de açúcar não faltam nas prateleiras dos mercados: cristal, refinado, mascavo, orgânico, frutose e light. Abaixo se encontram as principais características de cada tipo:

- Refinado: também conhecido como açúcar branco, é o açúcar mais comum no varejo. No refinamento, aditivos tornam o produto branco.

- Cristal: é o açúcar com cristais grandes e transparentes, difíceis de serem dissolvidos em água. Depois do cozimento, ele passa apenas por um refinamento leve. Por ser econômico e render mais, o açúcar cristal é usualmente utilizado no preparo de bolos e doces.

- Mascavo: é o açúcar bruto, escuro e úmido, extraído depois do cozimento do caldo de cana.

- Demerara: usado no preparo de doces, esse açúcar é um dos tipos mais caros. Ele passa por um refinamento leve e não recebe nenhum aditivo químico. Por isso, seus grãos são marrom-claros e têm valores nutricionais altos, parecidos com os do açúcar mascavo.

- Orgânico: é um tipo de açúcar bruto produzido a partir da cana-de- açúcar orgânica e não é submetido a qualquer tratamento químico durante o processo de industrialização.

- Light: surge da combinação do açúcar refinado com adoçantes artificiais, como o aspartame, o ciclamato e a sacarina, que quadruplicam o poder de adoçar. Por isso, quem consome o açúcar light ingere menos calorias.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- De confeiteiro: possui cristais mais finos e é utilizado principalmente na preparação de glacês e coberturas. Tem o refinamento sofisticado, que inclui peneiragem para obter os pequenos cristais e a adição de amido de arroz, milho ou fosfato de cálcio para evitar que os cristais se juntem novamente.

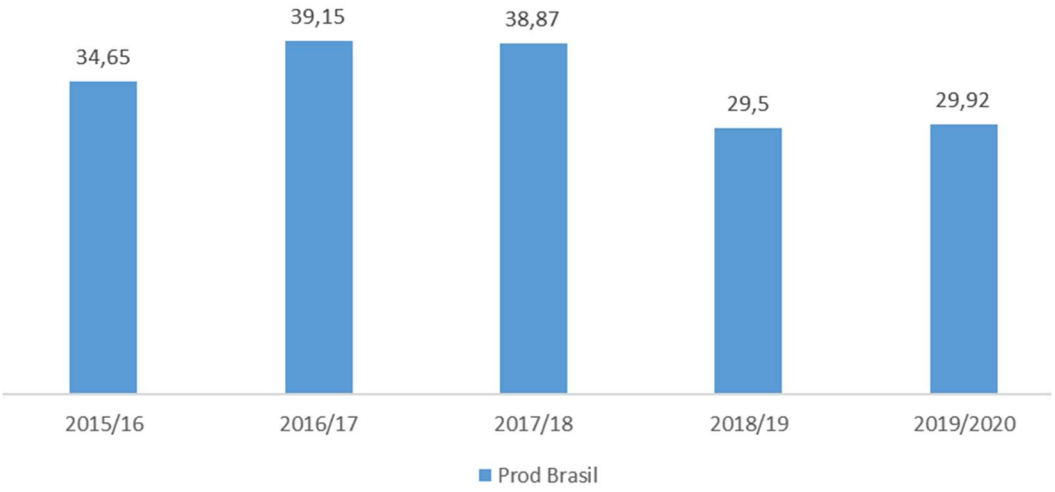
Indústria de Açúcar | Brasil

Breve panorama

O Brasil possui um papel de destaque na indústria mundial de açúcar, sendo o maior produtor e exportador global, responsável pelo fornecimento de 18,0% do produto consumido no mundo em 2019/20. A liderança brasileira na indústria global deve-se ao fato do Brasil ser um dos produtores de açúcar de menor custo do mundo em função do seu solo, clima e topografia favoráveis, do desenvolvimento tecnológico da variedade de cana-de-açúcar e dos processos de produção de açúcar e de etanol. Tais desenvolvimentos resultaram em ciclos de safra mais longos, maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada que resultam em maior produção. Os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que alguns dos maiores exportadores de açúcar do mundo, como Índia e Europa.

Estima-se que a produção brasileira deverá chegar a 29,9 milhões de toneladas em 2019/20, mas ainda não retomará os patamares acima de 38,0 milhões de 2016/17 e 2017/18.

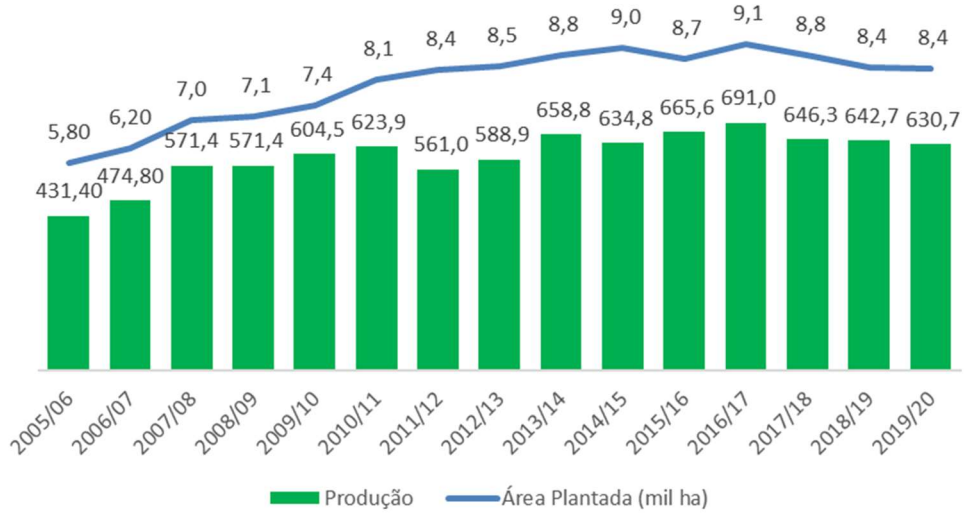
Produção brasileira de açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

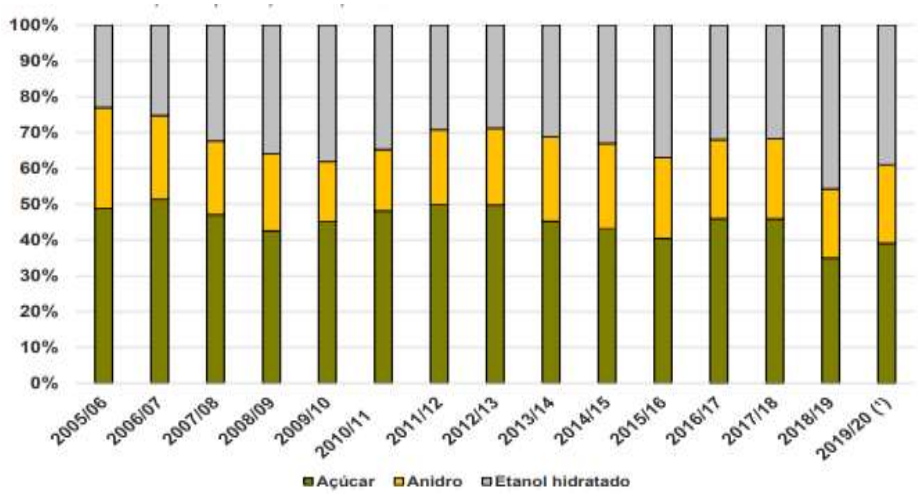
7.9 - Outras Informações Relevantes

Produtividade média (em mil kg/hectare) e área de cultivo de cana-de-Açúcar no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Distribuição da produção de cana de açúcar entre açúcar e etanol (% da cana-de-açúcar disponível)



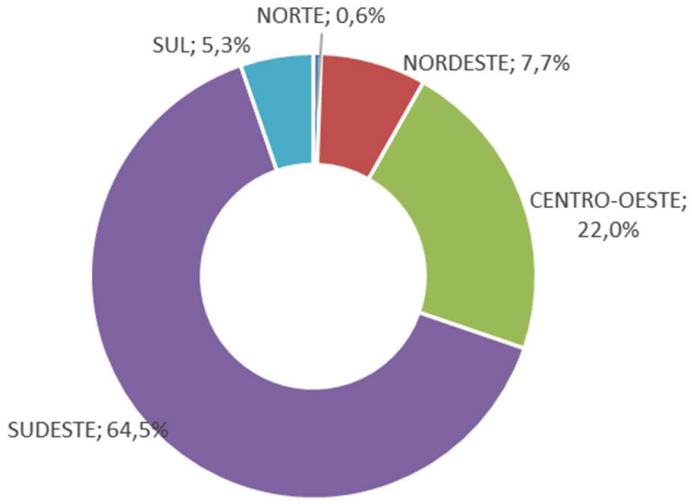
Fonte: CONAB

A produção de cana-de-açúcar se concentra nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. O mercado mostra-se bastante concentrado, com cerca de 5 grandes usinas produtoras de açúcar refinado concentradas na região Sudeste do país. Já para o açúcar cristal, há centenas de produtores, mais concentrados na área Centro-Oeste do país.

O setor sucroalcooleiro é bastante concentrado em grandes *players* altamente capitalizados como a brasileira Raízen e multinacionais como Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss, sendo que as pequenas empresas vêm sofrendo pelo alto nível de endividamento e reduzida capacidade de contrair crédito.

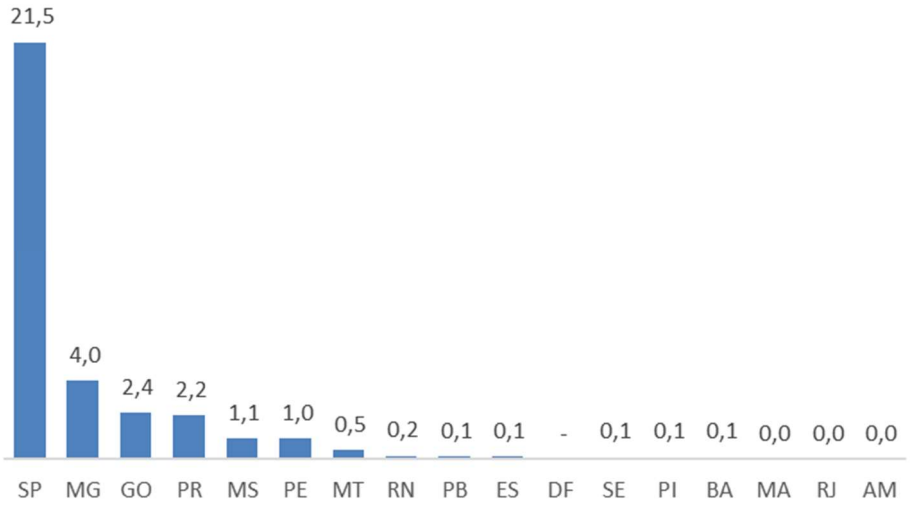
7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição da produção de açúcar por região (%)



Fonte: CONAB - Maio 2020

Distribuição da produção de açúcar por estado (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio2020

Mapa da produção de açúcar no Brasil



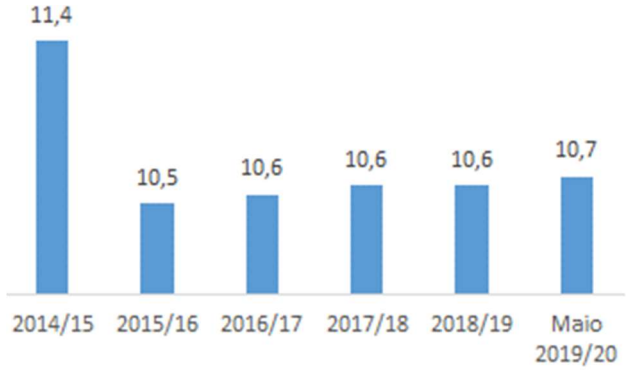
Fonte: Nova Cana

7.9 - Outras Informações Relevantes

Preço e consumo

O consumo de açúcar no Brasil tem se mantido em um patamar estável, variando de 11,4 milhões de toneladas em 2014/2015 para 10,7 milhões de toneladas em 2019/20. Os preços de açúcar no Brasil dependem da oferta global do produto e do volume de cana-de-açúcar destinado à produção de etanol.

Consumo de açúcar no Brasil (em milhões de toneladas)

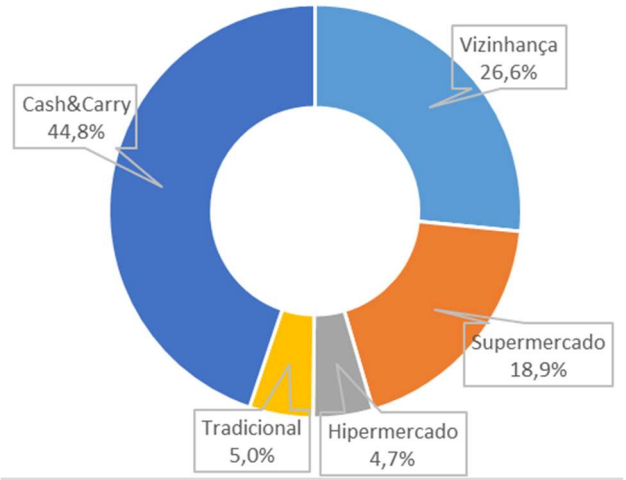


Fonte: USDA

Distribuição por canal

As vendas de açúcar no varejo são concentradas nos atacarejos e supermercados, que de Fev/19 a Jan/20 corresponderam, em conjunto, a 63,6% das vendas do produto no varejo.

Distribuição de açúcar refinado no varejo por formato (% das vendas) - YTD 1920 (Fev-Mar19 a Dez-Jan20)



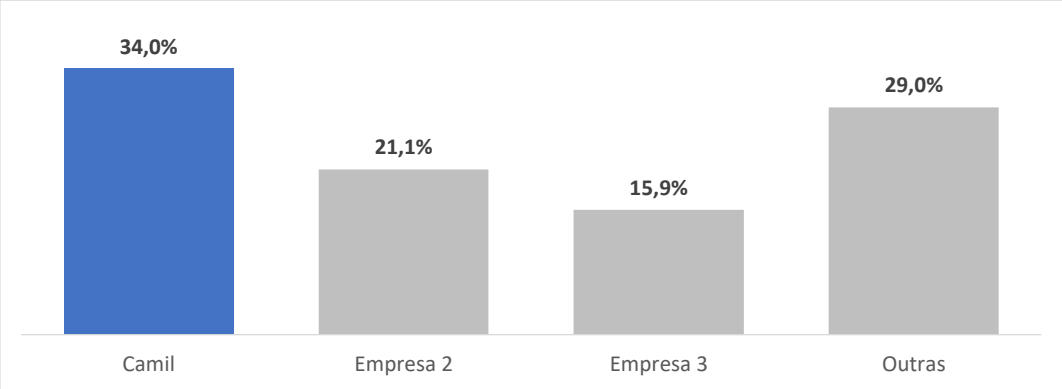
Fonte: Nielsen Retail Index Açúcar Refinado, Total Brasil Varejo+Cash&Carry, YTD 1920 (Fev-Mar19 a Dez-Jan20)

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado, Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*. As quatro maiores empresas de açúcar refinado possuem juntas 85,4% de *market share* em volume.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de açúcar refinado



Fonte: Nielsen Retail Index Nova Metodologia, Total Brasil Varejo+Cash&Carry, YTD 1920 (Abril'19 a Março'20)

Perspectivas e tendências

No Brasil, o mercado de açúcar é amplo, resiliente e bastante concentrado. Acreditamos que a indústria possui perspectiva positiva de crescimento com o aumento da população, e o crescimento da procura e consumo de açúcares menos processados, como demerara e mascavo – estes com maior valor agregado.

Indústria de Pescados | Mundo

Breve panorama

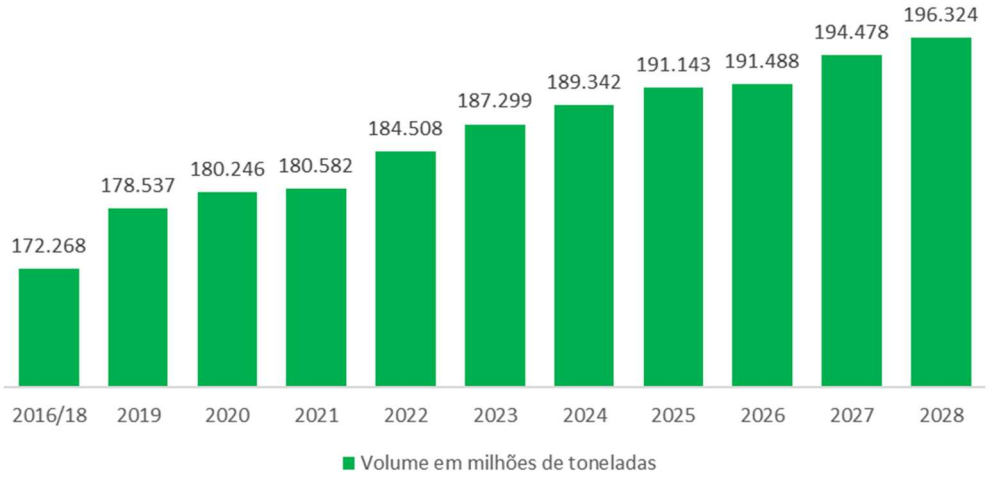
De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), a participação de peixes no consumo humano deve aumentar de 52% (média 2016-18) para 58% em 2028. Prevê-se que o consumo mundial de peixes atinja 21,3 kg per capita em 2028, acima dos 20,3 kg per capita em 2016-18.

A quantidade total de peixe produzido em nível mundial é projetada em 196,3 milhões de toneladas até 2028, um aumento de 14% em relação ao período base (média de 2016-18) e um adicional de 24,1 milhões de toneladas de peixes e frutos do mar em termos absolutos.[6]

[6]Fonte: OECD-FAO AGRICULTURAL OUTLOOK 2019-2028 © OECD/FAO 2019

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção mundial histórica e projetada de pescados



Fonte: OECD-FAP Fish and Seafood

O peixe é uma mercadoria versátil e heterogênea, cobrindo uma ampla variedade de espécies, e pode ser preparado e consumido de muitas formas diferentes, para alimentos ou não. A maior parte da utilização da produção de peixe é para o consumo humano, e essa parcela deverá crescer de 89% no período base (2016-18) para 91% até 2028. O consumo humano deve aumentar 25 milhões de toneladas em 2028, atingindo 178 milhões de toneladas. Isto representa um aumento geral de 16% em comparação com a média de 2016-18. O crescimento da demanda resultará principalmente dos países em desenvolvimento (principalmente na Ásia). Espera-se que representem 93% do aumento do consumo e consumam 81% dos peixes disponíveis em 2028 (vs 79% em 2016-18). Na projeção, a Ásia deve consumir 71% (ou 126 milhões de toneladas), do total de peixes, enquanto Oceania e América Latina consumirão menores quantidades.

Indústria de Pescados | Brasil

Breve panorama

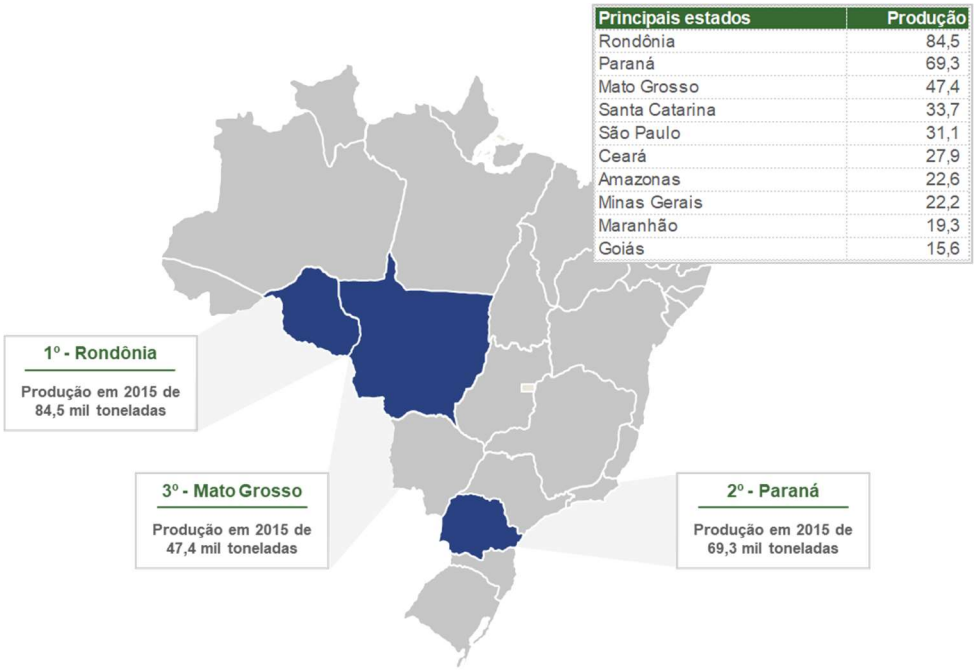
A indústria de pescados no Brasil vem crescendo de forma consistente nos últimos anos, impulsionada pela tendência de diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

Produção e venda no Brasil

Espera-se que incentivos governamentais através de disponibilização de crédito, investimentos na produção de pescados e campanhas de marketing, como a "Semana do Peixe" do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão continuar a suportar o crescimento da indústria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou recentemente R$2,0 bilhões em linhas de crédito especiais para estimular a produção.

7.9 - Outras Informações Relevantes

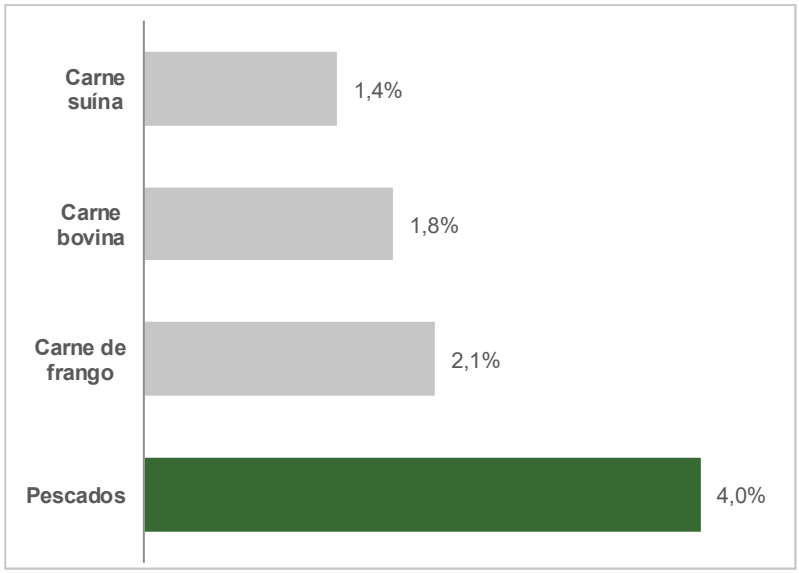
Principais estados produtores de peixes no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE")

Ainda, o consumo de pescados no Brasil é um dos segmentos alimentícios de crescimento mais acelerado no Brasil, com CAGR entre 2009 e 2013 de aproximadamente 4,0%, ultrapassando outras proteínas animais. A demanda tem sido direcionada em grande parte pelos maiores níveis de renda e mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, com crescente busca por alimentos mais saudáveis, além da disseminação de novas culinárias, como a japonesa. Outro fator que também contribui para o aumento no consumo de pescados é a maior disponibilidade e variedade de alternativas em nível de varejo.

Crescimento no consumo *per capita* de proteínas no Brasil (CAGR $_{09\text{-}13}$)



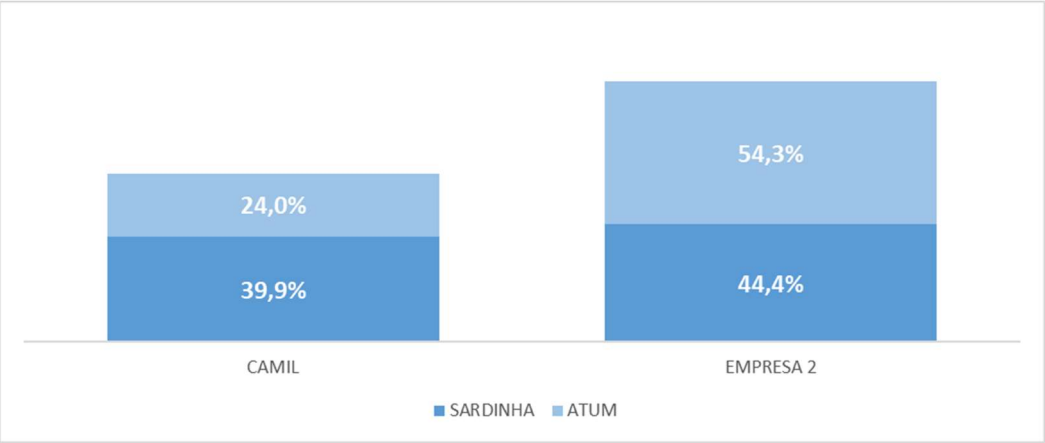
Fonte: ABPA, Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes ("ABIEC") e FAO

7.9 - Outras Informações Relevantes

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas 90% de participação das vendas no mercado de sardinha e atum enlatados (em volume), conforme o gráfico abaixo. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e investem em conhecimento e construção da percepção de suas marcas, buscando relevância junto aos seus públicos e a preferência dos consumidores brasileiros.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de pescados em conserva

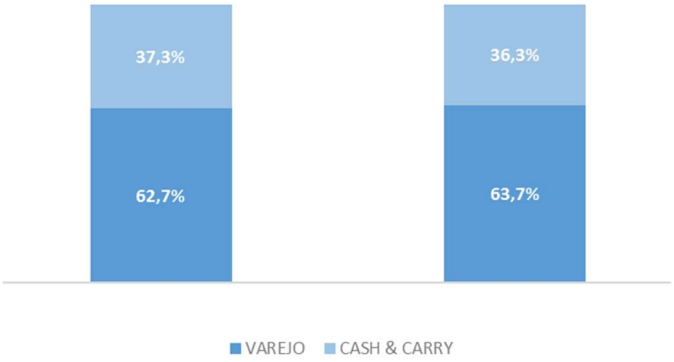


Fonte: Nielsen Retail Index Nova Metodologia Total Brasil Varejo+Cash&Carry YTD (Abril'19 a Março'20)

Distribuição por canal

Na distribuição por canal, as vendas de sardinha e atum tem destaque no canal *cash&carry*, com o dobro de importância do canal varejo.

Venda de sardinha e atum enlatados no varejo e atacarejo



Fonte: Nielsen Retail Index, Total Brasil Varejo+Cash&Carry, YTD1920 (abr-mai2019 a fev-mar2020)

Perspectivas e tendências na indústria brasileira de pescados em conserva

A ascensão social da população vem incentivando o consumo de pescados preservados, inclusive com maior valor agregado. A atual tendência de busca por produtos de (i) alta qualidade; (ii) boa relação custo-benefício; e (iii) praticidade e comodidade se mostram como importantes vetores de crescimento do setor, somados à busca por diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia. As operações de aquisição ou alienação de ativos, realizadas no curso normal dos negócios da Companhia, estão descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais, não houve a verificação de alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes entre a Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes para este item 8 deste Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, indicando em especial

Os bens do ativo não-circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão indicados nos subitens “a”, “b” e “c” deste item 9.1.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Uruguai		JP Varela	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		JP Varela	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		JP Varela	Própria
Terreno	Uruguai		Lascano	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Lascano	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Lascano	Própria
Terreno	Uruguai		Vergara	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Prédios/Instalações	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Terreno	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Terreno	Uruguai		Salto	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Salto	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Salto	Própria
Terreno	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Terreno	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vichadero	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Terreno	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Terreno	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Terreno	Brasil	RS	Cambai	Própria
Terreno	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Terreno	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Terreno	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Terreno	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Terrenos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Santiago	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		Retiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		São Carlos	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios/Instalações	Chile		São Carlos	Própria
Terrenos	Peru		Lima	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Lima	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Lima	Própria
Terreno	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai			Própria
Prédios/Instalações	Uruguai			Própria
Terreno	Uruguai			Própria
Terreno	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Terreno	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Terreno	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Terreno	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Terrenos	Peru			Própria
Prédios/Instalações	Peru		Sullana	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Sullana	Própria
Terrenos	Peru		Arequipa	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Arequipa	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Arequipa	Própria
Terreno	Uruguai		Montevideo	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Montevideo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Montevideo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ARROZ DEL SUR	Vigente até 2024	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	DOCE SABOR	Vigente até 2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DUÇULA	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ARROZ DA LISTA	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BOM MARANHENSE	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMARADA	Vigente até 2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMIL	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMILI	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CARRETEIRO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CHEFÃO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GOLD OURO	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GUIN	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ITAQUI	Vigente até 2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	K1000	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	KI-CÃO	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MAIS SABOROSO	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MOMIJI	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUITOBOM	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	OMIAGUI	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PAI JOAO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	POP	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PRINCIPE	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SOLTY	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UMPORUM	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNIÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BARRA	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMIL	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ARUBA	Vigente até 2024	Uruguai: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SAMAN	Vigente até 2022	Uruguai: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	BARRINHA	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BIO DOCE	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BIOÇUCAR	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BOA AÇÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	COSTA BRAVA	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CRISTALBELLO	Vigente até 2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CRISTALÇUCAR	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DA BARRA	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DIAÇUCAR	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOCELAR	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOÇUCAR	Vigente até 2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ECOLINEA	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GLAÇUCAR	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NEVE	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NEWSUGAR	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BUTUI	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NAMORADO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	REALSUGAR	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	SUCROSE	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNIÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNICO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ALCYON	Vigente até 2028	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	COQUEIRO	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOLPHIN SAFE	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	FEMEPE	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NAVEGANTES	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PESCADOR	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	TUCAPEL	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	BANQUETE	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SELECTA	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOS CHINOS	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SAMAN	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	COSTEÑO	Vigente até 2022	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	PAISANA	Vigente até 2027	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	HOJA REDONDA	Vigente até 2022	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CAMILATAM S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			A CAMILATAM S.A. é uma holding detentora de 100% do capital social de sociedades operacionais no Chile, Uruguai e Peru, por meio das quais a Companhia opera na América Latina.	100,000000

				Valor mercado		
29/02/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	29/02/2020	1.054.186.474,00
28/02/2019	0,000000	0,000000	0,00			
28/02/2018	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio da aquisição da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai (“Saman”), a Companhia é líder no mercado uruguaio de arroz com compra de aproximadamente 440.000 toneladas de arroz em casca, segundo Relatório Anual da Safra de 2019, sendo o maior exportador de arroz uruguaio com 41,0% de market share segunda a Consecha Comision Sectorial del Arroz (participación em el volume total de producción de arroz en Uruguay para el año 2019), com 9 plantas industriais no país. No Chile, a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz de participação de mercado em volume e valor (33,4% e 40,9% respectivamente, de abril 2019 à maio 2020), também sendo escolhida pelos consumidores como a marca número 1 de excelência na categoria de arroz, de acordo com "GFK - CHILE3D", publicado em maio de 2020. A produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Comentários dos Diretores

Os dados financeiros são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2020 (“2019”), 28 de fevereiro de 2019 (“2018”) e 28 de fevereiro de 2018 (“2017”). Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas previstas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pela CVM e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos últimos três exercícios sociais, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido proveniente, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos e, em menor proporção, da prestação de serviços de secagem de arroz a produtores de arroz no Brasil e nos demais países da América Latina onde atuamos. Embora acreditemos obter, nos últimos três exercícios sociais, níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter nossa liquidez, (ii) modernizar nossas plantas, e (iii) crescer orgânica e inorganicamente.

Em 2019, a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante) da Companhia era de R$1.602.289 milhões. Em 2017 e 2018 dívida bruta era de R$ R$1.285,8 milhões e R$1.428,3 milhões, respectivamente.

Principais índices			
Índice	**2017**	**2018**	**2019**
Liquidez Corrente	3,47	2,24	2,17
Dívida Líquida	571,1	1.031,6	1.032,2
Alavancagem	1,2	2,1	2,3

Os Diretores informam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e dos países onde atuamos.

Os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (Covid-19). Eventuais eventos adversos podem ocorrer após a data de emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2020 (“2019”). A Companhia continuará a tomar medidas preventivas e informa que, frente as dificuldades apresentadas, seguiu as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de cada país, adaptando a rotina por meio da proteção e educação dos colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacam-se: criação de um comitê de crise para a gestão diária das ações necessárias para assegurar a segurança dos colaboradores, realização de intensa comunicação e fóruns de discussão de orientações sobre prevenção ao Covid-19, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais. Adicionalmente, A Companhia reforçou a gestão do nível de estoque de matéria-prima, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, suspensão da participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como o trabalho remoto no escritório corporativo. A Companhia continua operando e reafirma o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atua na América do Sul.

Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança dos colaboradores e garantia o suprimento de alimentos a população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, de forma preventiva, a Camil garantiu sua necessidade financeira para o ano de 2020 através da captação de empréstimos em março e abril de 2020, incluindo os recursos necessários para concretizar a aquisição dos negócios de *Pet Food* no Chile.

(b) estrutura de capital

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 2017, 2018 e 2019, era composta de 48,1%, 48,9% e 46,8% de capital próprio, e 51,9%, 51,1% e 53,2% de capital de terceiros, respectivamente. A participação do capital de terceiros é resultante da divisão do capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e passivo não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo ativo total (saldo do ativo total apresentado no balanço patrimonial). A predominância de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da nossa opção de financiar o nosso crescimento com capital de terceiros, de forma a maximizar o nosso valor, sendo tal capital relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f. abaixo.

Em 2017, 2018 e 2019, nosso patrimônio líquido totalizou, respectivamente, R$1.821,1 milhões, R$2.169,1 milhões e R$2.249,4 milhões. Nas mesmas datas, nossa dívida líquida, calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante, menos a soma de (a) caixa e equivalentes à caixa; (b) aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante; e (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante, totalizou, respectivamente, R$571,1 milhões, R$1.031,6 milhões e R$1.032,2 milhões.

Os Diretores da Companhia acreditam que a situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Diretores da Companhia acreditam que, nos últimos três exercícios sociais, a nossa estrutura de capital tem se mostrado adequada para fazer frente aos nossos investimentos e as nossas obrigações, caso, no entanto, enfrentemos mudanças no nosso plano de crescimento ou em nossa capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2017, 2018 e 2019 nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 3,48, 2,24 e 2,17, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019 nosso EBITDA foi de R$489,8 milhões, R$483,4 milhões e R$441,7, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Ademais, nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019, nossa alavancagem financeira, em termos de dívida líquida/EBITDA, foi de 1,2 vezes, 2,1 vezes e 2,3 vezes (considerando o EBITDA dos últimos 12 meses), respectivamente. Os Diretores acreditam que a Companhia possui sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos três últimos exercícios sociais e que continuará a suportá-la no futuro.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 29 de fevereiro de 2020 é o seguinte:

	Consolidado (R$ milhares)
	2019
2020	565,7
2021	389,2
2022	32,8
2023	294,7
2024 em diante	334,1
(-) Custo da transação	(13,5)
	1.603,0

Para os Diretores da Companhia, o endividamento apresentado é adequado às características dos negócios da Companhia. Os Diretores da Companhia não podem garantir, no entanto, que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendam ser necessário contrair empréstimos ou emitir títulos no mercado de capitais para financiar novos investimentos e aquisições, acreditam que, atualmente, a Companhia possui capacidade para realizá-los.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossa principal fonte para investimentos em ativos não-circulantes, como equipamentos, foram os financiamentos por meio do BNDES até o ano de 2018, que representaram 5,2%, 5,5% e 4,0% das nossas fontes de financiamento, respectivamente, em 2017, 2018 e 2019. Nossas principais fontes de financiamento para capital de giro são obtidas por meio de linhas de financiamento de curto e longo prazos oferecidos por instituições financeiras como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú, Banco Safra, Banco ABC Brasil, Banco Santander, Banco Alfa, Citibank, HSBC, BBVA, Scotiabank e Santander. Ademais, a fim de realizar melhor gestão de nosso caixa, emitimos debêntures que foram cedidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. para constituição de lastro de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no mercado de capitais local.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Não vislumbramos necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais possamos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, podemos optar por captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e características das dívidas

Em 2019, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R$1.602,3 milhões, dos quais R$560,0 milhões, ou 34,95%, eram de curto prazo e R$1.042,3 milhões, ou 65,05%, eram de longo prazo. Na mesma data, R$183,4 milhões, ou 11,4%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Empréstimos e Financiamentos

BRASIL – Camil Alimentos S.A.

Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 000050004029800- BNDES FINAME. Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário mediante repasse de recursos do FINAME com o Itaú Unibanco S.A., no montante total de R$11,3 milhões,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

destinada à aquisição de equipamentos. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 6,00% ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de a alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio deste financiamento. Esta cédula está programada para vencer em 15 de dezembro de 2024.

Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

5ª Emissão de Debêntures. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 402.255 debêntures, sendo 213.905 debêntures na primeira série e 188.350 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$402,3 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 99% da Taxa DI, e sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2019 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2020. Esta emissão foi realizada para lastrear às 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 13 de dezembro de 2016.

6ª Emissão de Debêntures. Em 19 de maio de 2017 a Companhia realizou sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 405.000 debêntures, sendo 238.020 debêntures na primeira série e 166.980 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$405,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 97% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 20 de julho de 2020 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 19 de julho de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 18 de julho de 2017.

7ª Emissão de Debêntures. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia realizou sua sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 168.050 debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$168,050 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em 17 de dezembro de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 137ª (centésima trigésima sétima série da primeira emissão de certificados de recebíveis

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 15 de dezembro de 2017.

8ª Emissão de Debêntures. Em 16 de abril de 2019 a Companhia realizou sua oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

BRASIL - SLC Alimentos Ltda.

Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 4498017. Em 25 de maio de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco ABC Brasil S.A., no montante total de R$18,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 19,5 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 100% do CDI + 1,70% ao ano, com swap para 127,50% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 11 de maio de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 5035618. Em 31 de maio de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Safra S.A., no montante total de R$20,0 milhões, destinada à financiamento de comercialização mercantil. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 127,50% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 15 de maio de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 21/01332-2. Em 06 de junho de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R$30,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 33.9 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 6,00% ao ano, com swap para 122,70% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula estava programada para vencer em 21 de maio de 2020, porém antecipamos o pagamento do mesmo em 28 de fevereiro de 2019 pelo saldo de R$ 15.740.092,01.

Cédula de Crédito Bancário nº 100100300282. Em 08 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A., no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

montante total de R$20,0 milhões, destinada à financiamento para estocagem de 27,7 t de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 8,79% ao ano, com swap para 122,20% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 28 de janeiro de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 21/01421-3. Em 04 de abril de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R$30,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 37.5 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 7,00% ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 22 de setembro de 2019.

Cédula de Crédito Bancário nº 5037441. Em 08 de outubro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Safra S.A., no montante total de R$15,0 milhões, destinada à financiamento comercialização mercantil. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 116,40% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 03 de outubro de 2019.

Cédulas de Crédito à Exportação

Cédula de Crédito à Exportação nº 502424.1. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Safra S.A., no montante total de R$33,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 121% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 30 de agosto de 2019.

Cédula de Crédito à Exportação nº 250016105. Em 11 de agosto de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R$32,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 130% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 11 de agosto de 2020.

Cédula de Crédito à Exportação nº 250016278. Em 12 de janeiro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R$18,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 130% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 13 de janeiro de 2020.

CHILE

Em 2019, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas no valor total de principal de CLP$262 milhões pesos chilenos. O pagamento do principal e dos juros é feito em parcela única. Incidem juros mensais de entre 0,07% e 0,58% para empréstimos de curto prazo. Esses empréstimos são

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

garantidos por fiança da Companhia. A Companhia não mantém empréstimos de longo prazo.

URUGUAI

Em 2019, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias firmados por sua subsidiária SAMAN, no valor total do principal acrescido de juros de US$ 8,6 milhões para financiar capital de giro, leasing e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam de 3,75 % a 4,19 %. Esses empréstimos são garantidos por hipotecas, penhor de máquinas, sacas de arroz e fiança da empresa-mãe.

PERU

Em 2019, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor do principal mais os interesses de milhões de sóis peruanos S/88. O pagamento de capital e juros é feito em uma única entrega, mensalmente. A taxa de juros anual é de cerca de 3,76% para empréstimos de curto prazo e os juros anuais de 4,62%, 5.26% e 4,56% para empréstimos de longo prazo.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. A seguir, demonstramos os tipos de obrigações e as respectivas garantias, em milhões de reais:

Exercício social (29/02/2020)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a 1 ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a 5 anos	Total
Financiamentos	Garantia Real	10,7	17,3	5,9	-	33,9
Debêntures	Quirografária	437	332	268,9	325,5	1.363,4
Empréstimos	Quirografária	113	69,7	21	2,0	205,7
Total		**561,7**	**419**	**295,8**	**327,5**	**1.603**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

BRASIL

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento de índices financeiros; (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei.

Apesar das restrições acima descritas, não houve necessidade de a Companhia solicitar renúncias ao direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas e emissões de valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

CHILE

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento ou atraso no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos; (ii) declaração de insolvência da Companhia; (iii) atraso na concessão da fiança da Companhia; e (iv) distribuição de dividendos em montante superior a 100% do lucro do período.

URUGUAI

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Adicionalmente, os contratos obrigam a Companhia a cumprir com os seguintes índices financeiros: (i) dívida total/patrimônio líquido inferior a 2,4, sendo a dívida total a soma de todos os passivos (circulantes e não-circulantes) e o patrimônio líquido o patrimônio deduzido (a) os ativos intangíveis e (b) as dívidas de diretores e acionistas com a empresa, (ii) razão corrente superior a 1, sendo razão corrente o quociente resultante da divisão entre ativo circulante e passivo circulante, (iii) razão de cobertura do serviço de dívida superior a 1, e (iv) dívida financeira/EBITDA inferior a 3, sendo o quociente resultante de divisão do total devido a entidades financeiras nacionais e internacionais menos inversões temporárias feitas pela empresa, pelo EBITDA. Em Fevereiro de 2020, data de avaliação dos índices financeiros, a companhia estava cumprindo com todos os índices requeridos.

PERU

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos ou de obrigações de pagamento perante outras instituições financeiras; (ii) caso as declarações ou documentos providenciados tenham sido imprecisos ou falsos; (iii) pedido ou começo de processo de insolvência; e (iv) disposições de patrimônio sem o prévio acordo da instituição financeira.

Adicionalmente, os empréstimos contratados com o Banco de Crédito del Peru possuem uma cláusula de vencimento antecipado se seus acionistas ou funcionários incorrem em atos de corrupção, suborno, práticas ilegais em benefício do cliente.

Os empréstimos contratados com Scotiabank o com Banco de Crédito possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a ocorrência de um evento que invalida o contrato, a fiança ou quaisquer documentos relacionados; (ii) perda de licenças, certificados, permissões ou autorizações ou o começo de qualquer processo que possa causar um efeito material adverso ou inadimplemento das obrigações da Companhia; e (iii) subordinação do empréstimo perante qualquer empréstimo ou financiamento posterior.

Os empréstimos com o Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a perda de propriedade intelectual que possa resultar no descumprimento das obrigações da Companhia; (ii) a perda do controle da Companhia; (iii) a condenação, expropriação ou nacionalização dos ativos ou operações da Companhia ou qualquer ato que afaste a administração da Companhia; (iv) falha no pagamento dos impostos ou apólices de seguro sobre as a garantia; e (v) a distribuição de dividendos ou a recompra de ações sem o prévio acordo do banco.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos três exercícios sociais todas as nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com o Bradesco, BNDES, Citibank, Brasil e Santander, conforme descrito no item 10.1 (d) acima. Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras. No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.B.V.A., Citibank, HSBC, Itaú, Santander e D.E.G. Alemanha, no Chile, contamos com, Banco de Chile, Itaú, Estado, e no Peru contamos com, Citibank, Scotiabank e BIF.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019, bem como as respectivas notas explicativas.

As informações financeiras consolidadas constantes desta Seção foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 2017, 2018 e 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019, e foram elaborados de acordo (i) com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstração de Resultado

Comparação entre os exercícios sociais de 2018 e 2019

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2019		Exercício social de 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	**5.396,1**	**100,0**	**4.748,8**	**100,0**	**13,6**
Custo das vendas e serviços	**(4.145,3)**	**(76,8)**	**(3.527,1)**	**(74,3)**	**17,5**
Lucro bruto	**1.250,8**	**23,2**	**1.221,7**	**25,7**	**2,4**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(642,9)	(11,9)	(631,0)	(13,3)	1,9
Despesas gerais e administrativas	(311,5)	(5,8)	(292,9)	(6,2)	6,4
Resultado de equivalência patrimonial	(0,7)	0,0	(1,0)	0,0	(37,8)
Outras receitas (despesas) operacionais	2,5	0,0	85,2	1,8	(97,1)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**298,2**	**5,5**	**382,0**	**8,0**	**(21,9)**
Despesas financeiras	(189,3)	(3,5)	(217,9)	(4,6)	(13,1)
Receitas financeiras	127,2	2,4	201,9	4,3	(37,0)
Resultado antes dos impostos	**236,1**	**4,4**	**366,0**	**7,7**	**(35,5)**
Imposto de renda e contribuição social	3,5	0,1	(3,6)	(0,1)	(195,8)
Lucro líquido do exercício	**239,6**	**4,4**	**362,3**	**7,6**	**(33,9)**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 13,8%, de R$4,7 bilhões em 2018 para R$5,4 bilhões em 2019, em razão do crescimento da receita líquida de vendas e serviços tanto no Segmento Alimentício Brasil, quanto no Segmento Alimentício Internacional.

- *Segmento Alimentício Brasil*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 17,0%, de R$3,3 bilhões em 2018 para R$3,9 bilhões em 2019. Destacamos que a base comparativa anual foi influenciada pela consolidação da SLC Alimentos a partir do 4T18. O resultado foi impulsionado pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

  Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 742,9 mil tons no ano (aumento de 17,9% em relação ao exercício anterior). O crescimento na comparação anual foi impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos, que adicionou 197,5 mil tons no ano. Excluindo o volume da SLC Alimentos, o volume atingiu 545,3 mil tons no ano (redução de 5,9% em relação ao exercício anterior). O resultado foi afetado pela redução de vendas da marca Camil e crescimento de marcas de ocupação (são assim denominadas as marcas de preço mais baixo no portfólio) no ano (assim como pela aquisição da SLC Alimentos). Observamos aumento da competição em todos os segmentos e regiões e compressão das margens da categoria, com dificuldade de repasse do aumento do custo da matéria-prima aos preços.

  O preço médio de aquisição da matéria-prima[1] atingiu R$45,17/saca (aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu

[1] Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$2,51/kg (aumento de 2,0% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R$2,21/kg no ano(aumento de 2,9% em relação ao exercício anterior). As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da dificuldade de repasse do aumento do custo da matéria-prima aos preços.

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 92,3 mil toneladas no ano (aumento de 15,1% em relação ao exercício anterior). O crescimento na comparação anual foi impulsionado pelo volume decorrente da aquisição da SLC Alimentos, que adicionou 22,9 mil tons no ano. Excluindo a SLC Alimentos, o volume atingiu 69,4 mil tons (redução de 8,9% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca Camil e marcas de ocupação, em função do aumento da competição, compensado no ano pela aquisição da SLC Alimentos.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[2], o preço médio de feijão do mercado atingiu R$192,88/saca (aumento de 57,3% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R$4,46/kg (aumento de 20,9% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R$4,12/kg (aumento de 23,4% em relação ao exercício anterior). As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da dificuldade de repasse de preços ao mercado. Observamos uma retomada da volatilidade de preços de feijão, reflexo do impacto climático e variação das safras da produção de feijão no período.

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu 515,9 mil toneladas (redução de 1,8% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca União e marcas de ocupação. Destacamos que o resultado do ano foi influenciado pela ruptura temporária de fornecimento de matéria-prima observada no segundo trimestre do ano e recuperação gradual do volume após a normalização.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[3], o preço médio de açúcar do mercado atingiu e R$66,87/saca (aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R$2,21/kg (aumento de 8,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R$1,91/kg (aumento de 8,7% em relação ao exercício anterior). Ressaltamos que, mesmo diante de um cenário de alta competição e ruptura temporária de fornecimento de matéria-prima no segundo trimestre, a Companhia manteve a rentabilidade da categoria com recuperação no cenário de repasse de preços do período no segundo semestre.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 39 mil toneladas no ano, crescimento de aumento de 10% em relação ao exercício anterior. O resultado foi influenciado pelo crescimento das marcas Coqueiro e Pescador. Nos últimos anos, devido ao baixo volume de pesca no litoral brasileiro, registramos elevados níveis de importação da matéria-prima, o que onera

[2] Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.
[3] Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

diretamente o preço final do produto e, consequentemente, reduz as vendas à medida que o consumidor passa a substituir esse produto por outras proteínas (principalmente o frango). Observamos uma retomada gradual da pesca local e retomamos a competividade no mercado no ano por meio de reajuste de nossos preços.

O preço bruto atingiu R$20,61/kg (aumento de 1,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R$15,60/kg (aumento de 1,0% em relação ao exercício anterior).

- *Segmento Alimentício Internacional.* A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 5,6%, de R$1,4 bilhão em 2018 para R$1,5 bilhão em 2019. Esse aumento foi impulsionado pelas operações do Uruguai, Chile e Peru, conforme detalhado abaixo:

  Uruguai. O volume das vendas atingiu 461,5 mil toneladas no ano, crescimento de 0,9% frente a 2018. O crescimento de volume de vendas no ano se deu devido ao crescimento das exportações, com recuperação de vendas no segundo semestre de 2019. O preço bruto em US$ por tonelada atingiu 479,5 (redução de 7,5% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R$1,95/kg (sem variação em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R$/US$) aumentou em 7,8% em 2019 vs. 2018.

  Chile. O volume das vendas atingiu 84,1 mil tons (aumento de 6,0% em relação ao exercício anterior) no ano. Continuamos apresentando crescimento de volume e rentabilidade positiva. O preço bruto em CLP (peso chileno) por tonelada atingiu 994,0 (aumento de 0,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R$5,55/kg (redução de 2,1% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R$/ CLP) variou em redução de 2,5% em 2019.

  Peru. O volume das vendas atingiu 88,8 mil tons (aumento de 6,3% em relação ao exercício anterior) no ano. A recuperação dos volumes do ano foi impulsionada pelo aumento do número de pontos de vendas e retomada do consumo de arroz empacotado no período, após cenário de instabilidade política e econômica do país no ano anterior. O preço bruto em SOL (moeda peruana) por tonelada atingiu 4.146,0 (aumento de 1,5% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R$5,00/kg (aumento de 8,1% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R$/ SOL) aumentou em 6,6% em 2019.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R$4,1 bilhão (aumento de 17,5% em relação ao exercício anterior), ou 76,8% da receita líquida, principalmente, devido ao:

- *Segmento Alimentício Brasil*: crescimento dos custos das vendas e serviços do Brasil, que atingiu R$3,0 bilhões (aumento de 21,2% em relação ao exercício anterior), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado de arroz (R$45,17/saca; aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior), feijão (R$192,88/saca; aumento de 57,3% em relação ao exercício anterior), açúcar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(R$66,87/saca; aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior) e pescados, decorrente da variação cambial que impacta o custo de aquisição da matéria-prima importada da categoria. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18.

- *Segmento Alimentício Internacional*: crescimento dos custos das vendas e serviços do Internacional, que atingiu R$1,1 bilhão (aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior), impulsionado pelo crescimento no volume de vendas do segmento (aumento de 5,6% YoY), impacto cambial e crescimento de preços no período no Uruguai e Peru.

Lucro Bruto

Como resultado do crescimento da receita líquida de vendas e serviços e do crescimento do custo das vendas e serviços, o lucro bruto atingiu R$1,3 bilhão (aumento de 2,4% em relação ao exercício anterior) com margem de 23,2% (redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

- *Segmento Alimentício Brasil*. O lucro bruto atingiu R$860,2 milhões (aumento de 4,3% em relação ao exercício anterior) com margem de 22,0% (redução de 2,7 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).
- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro bruto atingiu R$390,7 milhões (redução de 1,5% em relação ao exercício anterior) com margem de 26,4% (redução de 1,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R$954,5 milhões (aumento de 3,3% em relação ao exercício anterior), equivalente a 17,7% da receita líquida (redução de 1,8 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). O crescimento no ano ocorreu, principalmente, nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas no Brasil (aumento de 4,0% em relação ao exercício anterior) com crescimento de volumes no período. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas Internacionais (aumento de 1,7% em relação ao exercício anterior), com crescimento de volumes e impacto cambial do período.

Vale destacar que a redução da representatividade das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na receita líquida do ano reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto de esforços realizados no plano de controle de custos e despesas do período.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R$642,9 milhões (aumento de 1,9% em relação ao exercício anterior), ou 11,9% da receita líquida do ano (redução de 1,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), devido ao crescimento das despesas com vendas do Brasil (aumento de 5,4% em relação ao exercício anterior) e redução das despesas com vendas no Internacional (redução de 5,4% em relação ao exercício anterior).

As despesas com vendas do Brasil apresentaram crescimento de 5,4% em relação ao exercício anterior, representando 11,4% da receita líquida do ano (redução de 1,3 pontos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do crescimento das despesas de fretes e comissões sobre vendas no período, com aumento de volumes em relação ao exercício anterior. Destacamos que em representatividade da receita líquida as despesas de fretes apresentaram redução de 0,6 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Esse efeito foi parcialmente compensado pelas iniciativas de redução de custo e despesas implementadas pela Companhia no último ano, sendo a principal redução em ações promocionais, promotores de venda e redução de perdas. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18. As despesas com vendas do Internacional apresentaram redução de 5,4% em relação ao exercício anterior, representando 13,2% da receita líquida do ano (redução de 1,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função da redução das despesas com vendas do Chile, parcialmente compensado pelo crescimento das despesas de vendas do Uruguai e Peru.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R$311,5 milhões (aumento de 6,4% em relação ao exercício anterior), ou 5,8% da receita líquida do ano (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), principalmente devido ao crescimento das despesas do Internacional (aumento de 23,5% em relação ao exercício anterior) e das despesas do Brasil (aumento de 1,3% em relação ao exercício anterior).

As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 1,3% em relação ao exercício anterior, representando 5,8% da receita líquida do ano (redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18 e, portanto, o crescimento observado ocorreu em função das despesas adicionais com o crescimento de produção da Companhia no período. Vale destacar que essas despesas foram parcialmente compensadas pelas iniciativas de redução de custo e despesas implementadas pela Companhia no último ano. Destacamos que o crescimento das despesas de depreciação e amortização observado nas despesas gerais e administrativas ocorre em função da adoção da norma IFRS 16 e é parcialmente compensado nas despesas de aluguéis do período. O crescimento do período foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentou crescimento de 23,5% em relação ao exercício anterior, ou 5,6% da receita líquida do ano (aumento de 0,8 pontos percentuais) impulsionadas pelo crescimento das despesas no Chile.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R$2,5 milhões no ano (vs. R$85,2 milhões em 2018). Relembramos que a base comparativa do ano passado foi afetada pelo reconhecimento de receitas de créditos fiscais, entre outros efeitos não recorrentes.

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R$441,7 milhões (redução de 8,6% em relação ao exercício anterior) com margem de 8,2% (redução de 2,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Comparado ao resultado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o EBITDA e a margem EBITDA apresentaram variação positiva de 9,3% em relação ao exercício anterior e variação negativa de 0,3 pontos percentuais no ano, respectivamente.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigência a nova norma IFRS 16 – Leases (NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil) e a nova interpretação IFRIC 23 – Uncertainty over Income Tax Treatments (ITG 22/ ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro). A Companhia apresentou os resultados contábeis contendo os efeitos do IFRS 16. O EBITDA Ajustado pelo impacto da aplicação da norma IFRS 16, decorrente do aumento da despesa de locação convertida em depreciação e juros, é de R$402,9 milhões (redução de 16,6% em relação ao exercício anterior) com margem de 7,5% (redução de 2,7 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) no ano. Comparado ao resultado ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o EBITDA nominal e a margem excluindo os efeitos do IFRS 16 apresentaram variação negativa de 0,3% em relação ao exercício anterior e variação negativa de 1,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior no ano, respectivamente.

Resultado Financeiro Líquido (Somatório de Despesas Financeiras e Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R$62,1 milhões vs. R$16 milhões em 2018 (aumento de 288,0% em relação ao exercício anterior), principalmente, em função dos efeitos não recorrentes da base comparativa. Relembramos que a base comparativa de 2018 foi impactada por receitas financeiras não recorrentes referentes ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos fiscais reconhecidos no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social atingiram R$3,5 milhões positivos no ano (vs. despesa de R$3,6 milhões em 2018), principalmente pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de Juros sobre Capital Próprio nos períodos.

Lucro Líquido do Exercício

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R$239,6 milhões (redução de 33,9% em relação ao exercício anterior) com margem de 4,4% (redução de 3,2 pontos percentuais). Comparado ao resultado ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido apresentou variação negativa de 2,5% em relação ao exercício anterior e 0,7 pontos percentuais no ano, respectivamente.

O Lucro por Ação atingiu R$0,65 (aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior) no ano. Vale destacar a redução do total de ações da Companhia para 370 milhões ações ordinárias (vs. aprox. 410 milhões no ano anterior), em função do cancelamento do saldo total de ações em tesouraria após a conclusão do terceiro programa de recompra em novembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre os exercícios sociais de 2017 e 2018

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2017		Exercício social de 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	**4.662,9**	**100,0**	**4.748,8**	**100,0**	**1,8**
Custo das vendas e serviços	**(3.512,5)**	**(75,3)**	**(3.527,1)**	**(74,3)**	**0,4**
Lucro bruto	**1.150,4**	**24,7**	**1.221,7**	**25,7**	**6,2**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(543,6)	(11,7)	(631,0)	(13,3)	16,1
Despesas gerais e administrativas	(238,6)	(5,1)	(292,9)	(6,2)	22,8
Resultado de equivalência patrimonial	(1,9)	0,0	(1,0)	0,0	(47,4)
Outras receitas (despesas) operacionais	33,2	0,7	85,2	1,8	156,6
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**399,5**	**8,6**	**382,0**	**8,0**	**(4,4)**
Despesas financeiras	(181,1)	(3,9)	(217,9)	(4,6)	20,3
Receitas financeiras	106,7	2,3	201,9	4,3	89,2
Resultado antes dos impostos	**325,1**	**7,0**	**366,0**	**7,7**	**12,5**
Imposto de renda e contribuição social	(74,5)	(1,6)	(3,6)	(0,1)	(95,2)
Lucro líquido do exercício	**250,6**	**5,4**	**362,3**	**7,6**	**44,6**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 1,8%, ou R$85,9 milhões, de R$4.662,9 milhões em 2017 para R$4.748,8 milhões em 2018. Esse resultado se deu ao crescimento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasil*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 0,4%, ou R$14,8 milhões, de R$3.331,4 milhões em 2017 para R$3.346,3 milhões em 2018. O resultado foi impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018 e pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

  Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 630,1 mil toneladas, crescimento de 5,7% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 579,7 mil tons, queda de 2,8% no ano. O resultado foi influenciado pela performance de vendas da marca Camil e pela recuperação de vendas das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos. A redução anual, excluindo a SLC Alimentos, ocorreu em função da redução de vendas como impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018 e redução de compras pelo varejo em novembro de 2018, com queda rápida dos preços médios de arroz do mercado no período.

  O preço médio de aquisição da matéria-prima[4] atingiu R$40,41/saca em 2018, crescimento de 5,3% frente a 2017. O preço bruto atingiu R$2,46/kg, crescimento de 3,8% no ano, e o preço líquido atingiu R$2,15/kg, crescimento de 3,2% no mesmo período. As variações apresentadas de

[4] Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da readequação de preços e retomada de vendas das marcas de ocupação, que possui preços médios inferiores (característica deste nicho).

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 80,2 mil toneladas, crescimento de 10,8% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 76,1 mil toneladas, crescimento de 5,1% no ano. O crescimento foi impulsionado pelo aumento de vendas da marca Camil e das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018. O crescimento anual foi parcialmente compensado pelo impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[5], o preço médio de feijão do mercado atingiu R$122,64/saca em 2018, redução de 7,2% frente a 2017. Vale destacar que a redução do preço médio no ano foi parcialmente compensada pelo aumento substancial nos preços de feijão do último trimestre de 2018, após períodos longos de estabilidade atípica do mesmo, reflexo da variação da produção de feijão no período. O preço bruto atingiu R$3,69/kg, redução de 4,2% no ano, e o preço líquido atingiu R$3,34/kg, redução de 4,7%.

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu no ano 525,5 mil toneladas, redução de 2,9% frente a 2017. A redução anual foi impulsionada pela agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado, o que ocasionou da perda de *market share* do período. Adicionalmente, a redução foi impactada pela greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[6], o preço médio de açúcar do mercado atingiu R$60,30/saca em 2018, redução de 6,1% frente a 2017. O preço bruto atingiu R$2,04/kg, redução de 8,1% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R$1,75/kg, redução de 8,9%. As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido não acompanharam os preços de mercado acima, fruto da estratégia da Companhia para retomada de *market share*, em função agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 35,2 mil toneladas, redução de 2,3% no ano. A redução foi decorrente da queda de vendas da marca Pescador. Nos últimos anos, devido ao baixo volume de pesca no litoral brasileiro, registramos elevados níveis de importação da matéria-prima, o que onera diretamente o preço final do produto e, consequentemente, reduz as vendas à medida que o consumidor passa a substituir esse produto por outras proteínas (principalmente o frango). Retomamos a competitividade no mercado no ano por meio de reajuste de nossos preços, facilitado pelo aumento do patamar de preços de proteínas substitutas. Ressaltamos a continuidade da dificuldade de pesca local de sardinha e melhoria da pesca local de atum. O preço bruto no ano atingiu

5 Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.
6 Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$20,39/kg, crescimento de 5,0% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R$15,45/kg, crescimento de 6,2% no ano.

- *Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento* Alimentício Internacional aumentou 5,3%, ou R$71,0 milhões, de R$1.331,5 milhões em 2017 para R$1.402,5 milhões em 2018. Esse aumento foi impulsionado pelo contínuo crescimento de volumes e rentabilidade do Chile, assim como pelo impacto do câmbio do período, conforme detalhado abaixo:

  Uruguai. O volume das vendas atingiu 457,6 mil toneladas no ano, redução de 16,5% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda da área plantada do Uruguai e redução de vendas nos períodos. O preço bruto em US$ por tonelada 518,2, crescimento de 3,5% no ano. O preço bruto em reais atingiu R$1,95/kg, crescimento de 21,4% no ano. O câmbio médio (R$/US$) variou em 16,6% em 2018.

  Chile. O volume das vendas atingiu 79,4 mil toneladas no ano, crescimento de 4,8% frente a 2017. Continuamos apresentando crescimento de volume e rentabilidade, fruto da exploração de portfólio de produtos com maior valor agregado no país. O preço bruto em CLP por tonelada atingiu 990,0, redução de 0,7% no ano. O preço bruto em reais atingiu R$5,67/kg, crescimento de 13,5% no ano. O câmbio médio (R$/ CLP) variou em +12,5% em 2018.

  Peru. O volume das vendas atingiu 83,6 mil toneladas no ano, redução de 11,2% frente a 2017. A redução nos volumes foi impulsionada pela instabilidade política do país, com impacto no consumo de arroz empacotado no período.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R$3,5 bilhões, crescimento de 0,4% frente a 2017, impulsionado pelo crescimento nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Internacional e parcialmente compensado pela redução nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Brasil, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasil*. O custo das vendas e serviços atingiu R$2,5 bilhões, queda de 0,4% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda do preço médio de mercado de açúcar no ano de 6,1%[7] frente a 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O custo das vendas e serviços atingiu R$1,0 bilhão, crescimento de 2,6% no ano, em função do impacto da variação cambial do período (o câmbio médio R$/US$ variou em +16,6%) e aumento do custo da matéria-prima no Peru, em função do reajuste da tarifa de importação (Direito Variável) incidente sobre a importação da matéria-prima.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R$1,2 bilhão, crescimento de 6,2% no ano. A margem bruta atingiu 25,7%, crescimento de 1,1 pontos percentuais frente a 2017.

[7] Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- *Segmento Alimentício Brasil*. O lucro bruto atingiu R$825,0 milhões, crescimento de 3,2% no ano. A margem bruta atingiu 24,7%, crescimento de 0,7 pontos percentuais frente a 2017.
- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro bruto atingiu R$396,7 milhões, crescimento de 12,9% no ano. A margem bruta atingiu 28,3%, crescimento de 1,9 pontos percentuais frente a 2017.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R$924,0 milhões, crescimento de 18,1% no ano. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram 19,5% no ano, crescimento de 2,7 pontos percentuais frente a 2017. O crescimento ocorreu em função do aumento das despesas no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R$631,1 milhões no ano, crescimento de 16,1% frente a 2017, principalmente, devido a:

- Segmento Alimentício Brasil. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R$424,5 milhões, crescimento de 19,3% frente a 2017, em função do crescimento relevante das despesas com fretes, aquisição da SLC Alimentos que incrementou no quarto trimestre R$11,1 milhões, aumento das despesas com exportação e aumento das perdas com recebíveis. O crescimento foi parcialmente compensado pela redução de investimento em propaganda e publicidade.
- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R$206,6 milhões, crescimento de 10,1% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R$28,0 milhões, as despesas com vendas apresentaram estabilidade no trimestre frente ao ano anterior, impulsionadas pelo crescimento das despesas com vendas no Chile, com o crescimento de vendas do período. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas em moeda local no Uruguai e redução das despesas com vendas no Peru, em função da queda de vendas no período e redução de custos de propagandas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R$292,9 milhões, crescimento de 22,7% no ano, principalmente, devido a:

- *Segmento Alimentício Brasil*. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R$225,5 milhões, crescimento de 22,8% no ano, em função da aquisição da SLC Alimentos, que incrementou em R$8,8 milhões as despesas gerais e administrativas, aumento das despesas com projetos de TI e consultorias para aprimorar os sistemas da Companhia e aumentar a eficiência comercial e logística, aumento das despesas com armazenagem, em função da contratação de espaço adicional de armazenamento na categoria de pescados, aumento de custos decorrentes do programa de *stock option*, aumento da provisão

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de devedores duvidosos e outras despesas com honorários advocatícios e viagens, principalmente em função do processo de aquisição da SLC.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R$67,4 milhões, crescimento de 22,3% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R$5,1 milhões, as despesas gerais e administrativas foram impactadas pelo crescimento das despesas no Chile, em função incremento da bonificação de pessoal com o aumento apresentado em vendas e crescimento das despesas gerais e administrativas no Peru, em função da contratação de consultorias e honorários advocatícios e aumento de investimentos com segurança do trabalho. No Uruguai, em moeda local, as despesas apresentaram estabilidade frente ao ano anterior.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R$1,9 milhão no exercício social encerrado em 2017 para uma despesa de R$1,0 milhão no exercício social encerrado em 2018. A variação foi devida, principalmente, a melhora do resultado advindo da subsidiária Galofer S.A. no Uruguai.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais atingiram R$85,2 milhões no ano, crescimento de 156,6% frente a 2017, sendo R$79,1 milhões de receitas/despesas não recorrentes no período, compostas, entre outros efeitos, principalmente por:

- (+) R$93,0 milhões referentes ao reconhecimento de crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS, considerando o efeito retroativo de 5 anos para a Companhia;
- (+) R$35,9 milhões referente ao reconhecimento de crédito de PIS e COFINS com a exclusão de ICMS da base de cálculo (R$41,0 milhões de crédito e R$5,1 milhões de despesas relacionadas a honorários advocatícios);
- (+) R$15,3 milhões de ganho com a venda da subsidiária La Loma (Argentina);
- (+) R$14,5 milhões de reconhecimento de crédito tributário em função de um pagamento em duplicidade de 2014;
- (-) R$41,9 milhões referente à adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (Funrural);
- (-) R$31,4 milhões de provisão para perda de unidade industrial com encerramento e migração das atividades de pescados da unidade de São Gonçalo (RJ) para Navegantes (SC); e
- (-) R$6,3 milhões de provisão para perda do encerramento da unidade de Sertãozinho (sendo R$4,9 milhões de *impairment* e R$1,6 milhões de multa contratual).

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras atingiu R$242,8 milhões, redução de 15,8% frente a 2017. O lucro antes das receitas e despesas financeiras excluindo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

depreciação e amortização (“EBITDA”) atingiu R$483,4 milhões, redução de 1,3% frente a 2017, com margem EBITDA de 10,2%, redução de 0,3 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em outras receitas e despesas operacionais, o EBITDA atingiu R$404,3 milhões no ano, redução de 17,5% frente a 2017, com margem EBITDA de 8,5%, redução de 2,0 pontos percentuais no ano.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R$16,0 milhões, redução de 78,5% no ano, principalmente, em função do crescimento das receitas financeiras com impacto positivo de R$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo. Entre receitas e despesas financeiras, os principais impactos são:

Receita financeira. A receita financeira atingiu R$201,9 milhões, crescimento de 89,2% no ano, em função de: (i) +R$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias de exercícios anteriores relativos aos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e aos créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; (ii) aquisição da SLC Alimentos; (iii) ganhos com instrumentos financeiros derivativos, em função do aumento das importações, aliado à variação do dólar; (iv) aumento de aplicações financeiras; e (v) crescimento das receitas financeiras do Segmento Alimentício Internacional, em função da variação cambial do período.

Despesa financeira. A despesa financeira atingiu R$217,9 milhões, crescimento de 20,3% no ano, em função da: (i) aquisição da SLC Alimentos; (ii) crescimento de 69,1% das despesas financeiras do Segmento Alimentício Brasil, em função de juros sobre empréstimos e financiamentos; e (iii) perda com instrumentos financeiros derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social reduziram em 95,2%, ou R$70,9 milhões, de R$74,5 milhões no ano de 2017 para R$3,6 milhões no ano de 2018.

- *Segmento Alimentício Brasileiro.* O imposto de renda e a contribuição social reduziram R$74,6 milhões, de R$57,1 milhões despesa no exercício social de 2017 para um crédito de R$17,5 milhões no exercício social de 2018. A variação da alíquota efetiva entre os exercícios apresentados é composta principalmente pelas exclusões (i) do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R$65 milhões; (ii) das subvenções de ICMS reconhecidas no exercício de R$113,5 milhões e (iii) da anistia dos encargos incidentes do Programa de Parcelamento Tributário Rural (PRR) totalizados em R$22,6 milhões.
- *Segmento Alimentício Internacional.* O imposto de renda e a contribuição social aumentaram em 21,6%, ou R$3,7 milhões, de R$17,4 milhões no exercício de 2017 para R$21,1 milhões no exercício de 2018. A variação provém principalmente do aumento do lucro do Chile, consequência do melhor desempenho operacional no exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício atingiu R$362,4 milhões, crescimento de 44,6% frente a 2017, com margem líquida de 5,4%, crescimento de 0,1 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes, descritos em outras receitas e despesas operacionais, resultado financeiro e imposto de renda, o Lucro Líquido atingiu R$249,1 milhões no ano, redução de 0,6%, com margem líquida de 5,2%, redução de 0,1 pontos percentuais no ano.

Comparação entre os exercícios sociais de 2016 e 2017

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2016		Exercício social de 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	**4.947,7**	**100,0**	**4.662,9**	**100,0**	**(5,8)**
Custo das vendas e serviços	**(3.726,6)**	**(75,3)**	**(3.512,5)**	**(75,3)**	**(5,7)**
Lucro bruto	**1.221,1**	**24,7**	**1.150,4**	**24,7**	**(5,8)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(508,7)	(10,3)	(543,6)	(11,7)	6,9
Despesas gerais e administrativas	(256,0)	(5,2)	(238,6)	(5,1)	(6,8)
Resultado de equivalência patrimonial	0,7	(0,0)	(1,9)	0,0	(371,4)
Outras receitas (despesas) operacionais	3,2	0,1	33,2	0,7	937,5
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**460,4**	**9,3**	**399,5**	**8,6**	**(13,2)**
Despesas financeiras	(224,9)	(4,5)	(181,1)	(3,9)	(19,5)
Receitas financeiras	66,9	1,4	106,7	2,3	59,5
Resultado antes dos impostos	**302,4**	**6,1**	**325,1**	**7,0**	**7,5**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(87,0)	(1,8)	(38,4)	(0,8)	(55,9)
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	(13,9)	(0,3)	(36,1)	(0,8)	159,9
Total imposto de renda e contribuição social	(100,8)	(2,0)	(74,5)	(1,6)	(26,2)
Lucro líquido do exercício	**201,5**	**4,1**	**250,6**	**5,4**	**24,4**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços reduziu 5,8%, ou R$284,8 milhões, de R$4.947,7 milhões no exercício social de 2016 para R$4.662,9 milhões no exercício social de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pelo aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro reduziu 9,6%, ou R$351,9 milhões, de R$3.683,3 milhões no exercício social de 2016 para R$3.331,4 milhões no exercício social de 2017. Essa redução foi principalmente devida às reduções de volumes das vendas de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados nas marcas de ocupação e de seus respectivos preços médios de venda. As marcas Líder tiveram quase sempre

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumentos de volume, mas os preços médios também reduziram por conta do cenário macroeconómico adverso.

- *Arroz*. O volume das vendas de arroz reduziu 0,6%, de, aproximadamente, 599,5 mil toneladas no exercício social de 2016 para, aproximadamente, 596,1 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Camil e marcas de ocupação. No que tange à marca Camil, crescemos 3,6% em volume, mas tivemos uma redução final de receita de 3,1%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 6,5%. Isso foi decorrente do nosso plano de ação para conseguir resistir ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período que levou vários consumidores a se orientarem para marcas mais baratas. O aumento no volume das vendas de arroz Camil foi resultado do reconhecimento da força de nossa marca Líder. No que tange as marcas de ocupação, o cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 12,8%e (ii) de volume de 6,6%. Fomos afetados pelos preços praticados pelas chamadas marcas de ocupação que se beneficiaram da relevância da produção de arroz tipo 424 (arroz com qualidade inferior e com preço muito inferior aos outros tipos) para desenvolver produtos de ocupação com alta capacidade de volume e acabaram ganhando participações de mercado relevantes.

- *Feijão*. O volume das vendas de feijão reduziu 4,7%, de, aproximadamente, 76,0 mil toneladas no exercício social de 2016 para, aproximadamente, 72,4 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Camil e marcas de ocupação. No que tange à marca Camil, crescemos 4,1% em volume, mas tivemos uma redução final de receita de 32,4%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 35,0%. Isso também foi decorrente do nosso plano de ação para conseguir resistir ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período que levou vários consumidores a se orientarem para marcas mais baratas. O aumento no volume das vendas de feijão Camil foi resultado do reconhecimento da força de nossa marca Líder. No que tange as marcas de ocupação, o cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 31,8% e (ii) de volume de 34,9%. Fomos afetados pelos preços praticados pelas chamadas marcas de ocupação que desenvolveram produtos de ocupação com alta capacidade de volume e acabaram ganhando participações de mercado.

- *Açúcar*. O volume das vendas de açúcar reduziu 2,2%, de, 553,3 mil toneladas no exercício social de 2016 para, 541,3 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca União e marcas de ocupação. No que tange à marca União, tanto no refinado quanto no Cristal, crescemos respectivamente 1,8% e 5,6% em volume. Porém ambos tiveram respectivamente uma redução final de receita de 14,7% e 13,8%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 16,2% para o refinado e de 18,4% para o cristal. A forte redução de preço provém também de nosso plano de ação para resistir às baixas sucessivas de preços de nossos principais concorrentes. No que tange as marcas de ocupação, o

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 16,4% e (ii) de volume de 21,1%. Fomos afetados também pelos preços praticados pelos nossos concorrentes com o objetivo de ganhar participações de mercado relevantes. Estas baixas fortes de preço foram possibilitadas pela redução do preço de aquisição da matéria prima de 36,4%. No que tange aos açúcares especiais, crescemos 14,3% em volume. No decorrer do período, o aumento de produção na Índia e na Tailândia levou a expectativa do mercado de superávit na produção mundial (6,3Milhões de tons na Safra atual). Assim, mesmo com os produtores locais trocando para etanol, o preço do açúcar cristal no Brasil seguiu a referência mundial (#NY 11 cotações do açúcar demerara) e caiu vertiginosamente na Safra passada.

- *Pescados enlatados*. O volume das vendas de pescados enlatados reduziu 9,1%, de, aproximadamente, 39,6 mil toneladas no exercício social de 2016 para, aproximadamente, 36,1 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Coqueiro e marcas de ocupação e entre a sardinha e o atum. No que tange à Sardinha, a marca Coqueiro reduziu 11,32%. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 10,6%, com redução de vendas de apenas 2,0%. Ainda na Sardinha, a marca ocupação reduziu 11,9%. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 10,4%, com uma redução de vendas de apenas 2,8%. No que tange ao atum, a marca Coqueiro teve um cenário de duplo aumento, tanto em preço quanto em volume que elevou nossa receita em 11,1%. Na ponta do preço, o aumento foi de 4,6% e na ponta do volume, o aumento foi de 6,2%. Ainda no atum, a marca ocupação reduziu 2,5% no volume. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 0,4%, com redução de vendas de apenas 2,1%. De fato, a falta de fornecimento de peixe no mercado local forçou os produtores de pescados enlatados a importar matéria prima, causando aumento de preço no mercado como um todo. Em que pese o aumento do preço médio de venda de pescados enlatados, não fomos capazes de repassar integralmente ao preço de nossos produtos o aumento do custo de aquisição da matéria prima devido a pressões competitivas no setor.

- *Segmento Alimentício Internacional*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 5,3%, ou R$67,1 milhões, de R$1.264,5 milhões no exercício social de 2016 para R$1.331,5 milhões no exercício social de 2017. Esse aumento foi devido principalmente à boa performance das nossas operações que mais que compensaram a desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente. Desconsiderando-se o efeito da desvalorização cambial, a receita líquida de vendas e serviços no Uruguai e no Chile aumentaram em 6,0%, no Peru de 7,2% enquanto a receita líquida de vendas e serviços na Argentina reduziu de 6,8%. No Uruguai, o efeito positivo provém de uma combinação de (i) aumento de volume de 3,4%, de 529,7 mil toneladas no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

exercício social de 2016 para 547,8 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de aumento de preço de 2,5% de US$ 480,3 por tonelada no exercício social de 2016 para US$ 492,4 por tonelada no exercício social de 2017. No Chile, o efeito positivo provém também de uma combinação de (i) aumento de volume de 4,8%, de 72,3 mil toneladas no exercício social de 2016 para 75,8 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de aumento de preço de 1,2% de CLP 843,1 por tonelada no exercício social de 2016 para CLP 852,9 por tonelada no exercício social de 2017. No Peru, o efeito positivo provém também de uma combinação de (i) aumento de volume de 9,5%, de 86,0 mil toneladas no exercício social de 2016 para 94,1 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de redução de preço de 2,1% de PEN 3.641,5 por tonelada no exercício social de 2016 para PEN 3.565,2 por tonelada no exercício social de 2017.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços reduziu 5,7%, ou R$214,1 milhões, de R$3.726,6 milhões no exercício social de 2016 para R$3.512,5 milhões no exercício social de 2017 em linha com a redução da receita líquida de vendas e serviços, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O custo das vendas e serviços aumentou 4,7%, ou R$43,8 milhões, de R$936,4 milhões no exercício social de 2016 para R$980,2 milhões no exercício social de 2017 com melhor performance de 0,6 p.p. se comparado ao aumento da receita líquida de vendas e serviços (5,3%). Esta melhora provém principalmente da melhor eficiência nas compras de matéria prima (i) no Chile em função da melhora da produtividade na produção em função dos investimentos realizados na planta de Retiro (novas linhas de produção mais modernas) e da desvalorização cambial que reduziu o custo da matéria prima importada e (ii) no Peru, além deste efeito câmbio, fomos beneficiados por um DAV melhor que durante o exercício anterior (18.69 USD na média do exercício social de 2016 contra 68.09 USD na média no exercício social de 2017).
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O custo das vendas e serviços reduziu 9,2%, ou R$257,9 milhões, de R$2.790,2 milhões no exercício social de 2016 para R$2.532,2 milhões no exercício social de 2017 com leve queda de performance de 0,2 p.p. se comparado à redução da receita líquida de vendas e serviços (9,6%) quase em linha com a redução da receita líquida de vendas e serviços, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos.

Lucro Bruto

O lucro bruto reduziu 5,8%, ou R$70,7 milhões, de R$1.221,1 milhões no exercício social de 2016 para R$1.150,5 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto se manteve perfeitamente alinhado com uma taxa de 24,7%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro bruto aumentou 7,1%, ou R$23,3 milhões, de R$328,0 milhões no exercício social de 2016 para R$351,3 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 0,5 p.p. de 25,9% no exercício social de 2016 para 26,4% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O lucro bruto reduziu 10,5%, ou R$93,9 milhões, de R$893,1 milhões no exercício social de 2016 para R$799,2 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto reduziu de 0,2 p.p. de 24,2% no exercício social de 2016 para 24,0% no exercício social de 2017.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 6,9%, ou R$34,9 milhões, de R$508,7 milhões no exercício social de 2016 para R$543,6 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 1,4 p.p. passando de 10,3% no exercício social de 2016 para 11,7% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas com vendas aumentaram 10,1%, ou R$17,1 milhões, de R$170,5 milhões no exercício social de 2016 para R$187,7 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 0,6 p.p. passando de 13,5% no exercício social de 2016 para 14,1% no exercício social de 2017 O aumento foi devido principalmente (i) ao aumento das despesas logísticas no Uruguai (ineficiência de 1,3 p.p.- aumento do custo de embarque por container e maior relevância das saídas pelo porto de Montevideo com custo por tonelada maior) já que as outras despesas de vendas ficaram em linha; (ii) ao aumento das despesas comerciais e logísticas no Peru (ineficiência de 1,4 p.p.- aumento do custo da força comercial em função da revisão das escalas de remuneração, do aumento da quantidade de *headcounts* e da superação das metas e aumento do custo de armazenagem em função das melhores vendas e da utilização total da capacidade das plantas) e (iii) do aumento da despesa logística de fretes no Chile (ineficiência de 3,3 p.p) em função do aumento da proporção de envio de mercadorias para CDs centralizados (principalmente com o cliente WalMart e Super10).

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As despesas com vendas aumentaram 5,3%, ou R$17,8 milhões, de R$338,1 milhões no exercício social de 2016 para R$355,9 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 1,5 p.p. passando de 9,2% no exercício social de 2016 para 10,7% no exercício social de 2017. O aumento foi devido principalmente às despesas (i) com frete no valor de R$11,2 milhões a pesar da queda de volume, gerando uma ineficiência de 0,9 p.p. em função do reajuste acima da inflação devido à situação de quase falência do setor de transporte e do problema de falta de fluxo retorno para nossas fábricas do sul em função da ausência de exportação para Argentina, aumentando o custo por tonelada transportada, de aumento do custo do diesel pela nova incidência do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PIS/COFINS e petróleo, da competição com soja para disponibilidade de frete aumento o preço da demanda com oferta restrita e (ii) com promotores e ações promocionais no valor de R$7,8 milhões a pesar da queda de volume, gerando uma ineficiência de 0,3 p.p. em função de nosso maior investimento no ponto de venda para compensar os impactos de volume em função do cenário adverso.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram de 6,8%, ou R$17,4 milhões, de R$256,0 milhões no exercício social de 2016 para R$238,6 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas tiveram uma eficiência relativa de 0,1 p.p. passando de 5,2% no exercício social de 2016 para 5,1% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas gerais e administrativas reduziram 1,8%, ou R$1,0 milhões, de R$56,1 milhões no exercício social de 2016 para R$55,1 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas tiveram uma eficiência relativa de 0,3 p.p. passando de 4,4% no exercício social de 2016 para 4,1% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As despesas gerais e administrativas reduziram 8,2%, ou R$16,4 milhões, de R$199,9 milhões no exercício social de 2016 para R$183,6 milhões no exercício social de 2017. A pesar deste excelente comportamento, como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas tiveram uma ineficiência relativa de 0,1 p.p. passando de 5,4% no exercício social de 2016 para 5,5% no exercício social de 2017. Esta ineficiência relativa provém principalmente do aumento das despesas relacionadas a (i) aumento no valor de aluguéis de R$5,8 milhões devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal no valor de R$5,0 milhões devido a dissídio coletivo e (iii) aumento na depreciação e amortização de direitos autorais de R$4,2 milhões. Estes aumentos foram mais que compensados nominalmente pela redução de (i) R$ 8,8 milhões em indenizações trabalhistas (ii) R$ 7,3 milhões em PDD; (iii) redução de R$ 11,2 milhões com PPR em função do não atingimento das nossas metas corporativas e (iv) redução de R$ 6,7 milhões graças a um maior controle de nossas despesas de manutenção e viagens.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma receita de R$0,7 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$1,9 milhão no exercício social de 2017. A variação foi devida, principalmente, ao resultado negativo advindo da subsidiária Galofer S.A. no Uruguai (planta de geração de energia elétrica que ficou parada vários meses por motivos de retrofit da turbina geradora, afetando fortemente seu resultado).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais passaram, de uma receita de R$3,2 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$33,2 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As outras receitas (despesas) operacionais passaram de uma despesa de R$3,7 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$4,3 milhões no exercício social de 2017. Esta variação de R$ 7,9 milhões provém do Uruguai, (i) da não recorrência de uma perda do contas a receber ocorrida no exercício de 2017 de R$ 5,2 milhões; (ii) de um aumento das outras receitas operacionais de exportação de R$ 1,8 milhões e (iii) de uma reversão de provisão de impostos de R$ 0,8 milhões.
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As outras receitas (despesas) operacionais passaram de uma receita de R$6,9 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$28,9 milhões no exercício social de 2017. Esta variação de R$ 22,0 milhões provém principalmente do reconhecimento de créditos tributários de PIS e ICMS extemporâneo sobre energia elétrica e da redução de multas e juros sobre parcelamento federal com a migração para nova modalidade a RFB (PERT 2017), totalizados em R$ 20,8 milhões

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras reduziu 13,2%, ou R$60,8 milhões, de R$460,4 milhões no exercício social de 2016 para R$400,0 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços reduziu de 0,7 p.p. de 9,3% no exercício social de 2016 para 8,6% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 12,7%, ou R$12,5 milhões, de R$98,5 milhões no exercício social de 2016 para R$111,0 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 0,5 p.p. de 7,8% no exercício social de 2016 para 8,3% no exercício social de 2017. Esse aumento provém da melhora do lucro bruto que absorveu os aumentos nominais e relativos das despesas de vendas e gerais e administrativas.
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O lucro antes das receitas e despesas financeiras reduziu 20,3%, ou R$70,3 milhões, de R$361,9 milhões no exercício social de 2016 para R$288,6 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 1,1 p.p. de 9,8% no exercício social de 2016 para 8,7% no exercício social de 2017. Essa redução foi devida principalmente à falta de receita que impactou nosso lucro bruto, acompanhado da perda de eficiência nas reduções nas despesas com vendas, compensadas pela melhora das outras receitas operacionais.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido reduziu em 52,7%, ou R$82,9 milhões, de R$157,3 milhões no exercício social de 2016 para R$74,5 milhões no exercício social de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- *Segmento Alimentício Internacional*. O resultado financeiro, líquido aumentou em 11,4%, ou R$1,7 milhões, de R$14,8 milhões no exercício social de 2016 para R$16,5 milhões no exercício social de 2017. O aumento foi devido, principalmente ao aumento no Chile (perdas registradas com contratos forwards no decorrer do exercício) e no Peru (efeito da variação da taxa de câmbio), compensado em parte pela melhora no Uruguai.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O resultado financeiro líquido reduziu em 59,3%, ou R$84,5 milhões, de R$142,5 milhões no exercício social de 2016 para R$58,0 milhões no exercício social de 2017. O efeito líquido dos derivativos reduziu de R$17,3, de R$18,3 milhões no exercício social de 2016 para R$1,0 milhões no exercício social de 2017 em função da não recorrência no exercício social de 2017 do reconhecimento de despesas com instrumentos financeiros derivativos para o risco cambial de importações no valor de R$19,3 milhões contabilizado no exercício social de 2016. As despesas financeiras (líquidas do efeito dos derivativos) reduziram de 35,8%, ou R$61,3, de R$171,1 milhões no exercício social de 2016 para R$109,8 milhões no exercício social de 2017. Esta redução provém principalmente da redução de 35,5% ou de R$53,5 milhões nas despesas com juros sobre financiamentos em função da redução do nosso endividamento e da redução da meta da taxa de juros Selic ocorrida no Brasil de 5,50 p.p. de 12,25% no exercício social de 2016 para 6,75% no exercício social de 2017. As receitas financeiras (líquidas do efeito dos derivativos) aumentaram de 17,3% ou de R$7,8 milhões de R$45,0 milhões no exercício social de 2016 para R$52,8 milhões no exercício social de 2017 em função do (i) aumento na variação monetária ativa de R$ 12,8 milhões, de R$0,5 milhões no exercício social de 2016 para R$13,3 milhões no exercício social de 2017, em função da atualização de créditos tributários da companhia, compensado em parte pela (ii) redução dos ganhos com aplicações financeiras e juros ativos de R$ 5,1 milhões, de R$39,3 milhões no exercício social de 2016 para R$34,2 milhões no exercício social de 2017.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 7,5%, ou R$22,8 milhões, de R$302,4 milhões no exercício social de 2016 para R$325,2 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O resultado antes dos impostos aumentou 13,9%, ou R$11,6 milhões, de R$83,0 milhões no exercício social de 2016 para R$94,5 milhões no exercício social de 2017. A boa performance no resultado antes de despesas e receitas financeiras foi apenas compensada em parte pelo piora do resultado financeiro líquido.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O resultado antes dos impostos aumentou 5,1%, ou R$11,2 milhões, de R$219,4 milhões no exercício social de 2016 para R$230,6 milhões no exercício social de 2017. A queda do resultado antes de despesas e receitas financeiras foi totalmente compensada pela melhora do resultado financeiro líquido.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes reduziram 50,4%, ou R$50,9 milhões, de R$101,1 milhões no exercício social de 2016 para R$50,1 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O imposto de renda e a contribuição social correntes aumentaram 5,4%, ou R$0,8 milhões, de R$14,3 milhões no exercício social de 2016 para R$15,0 milhões no exercício social de 2017. A variação provém principalmente do aumento do pagamento e taxa efetiva no Uruguai em função do fim das deduções em função de projetos de investimentos altos (evento não recorrente no exercício encerrado em 2016). Os outros países tiveram um desempenho contrário com redução de alíquota efetiva, permitindo de compensar este aumento.
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O imposto de renda e a contribuição social correntes reduziram 59,6%, ou R$51,7 milhões, de R$86,8 milhões no exercício social de 2016 para R$35,1 milhões no exercício social de 2017. A variação da alíquota efetiva entre os exercícios apresentados é composta pelas deduções dos gastos com emissão de ações, do pagamento de Juros sobre Capital Próprio e do aproveitamento das subvenções para investimento (incentivos fiscais), compensadas em parte pela adição dos lucros auferidos no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram R$24,6 milhões, de uma receita de R$0,2 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$24,4 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O imposto de renda e a contribuição social diferidos aumentaram 221,5%, ou R$4,3 milhões, de uma receita de R$2,0 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$2,4 milhões no exercício social de 2017. A variação provém principalmente do Chile em função do (i) badwill função da fusão das empresas com Camil e de outros aumentos recorrentes de provisão ativo fixo.
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reduziram R$20,3 milhões, de R$1,7 milhões no exercício social de 2016 para R$22,0 milhões no exercício social de 2017. A variação decorre principalmente da redução do tributo diferido ativo, devido amortização do ágio da GIF Codajás e redução das provisões para crédito de liquidação duvidosa, fretes e programa de participação nos resultados.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 24,4%, ou R$49,1 milhões, de R$201,5 milhões no exercício social de 2016 para R$250,7 milhões no exercício social de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 1,3 p.p. de 4,1% no exercício social de 2016 para 5,4% no exercício social de 2017. O aumento do lucro líquido foi devido principalmente à melhora do resultado financeiro e do IRPJ/CSLL que reverteram a redução entre anos do Lucro antes de receitas e despesas financeiras.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro líquido do exercício aumentou 14,1%, ou R$9,5 milhões, de R$67,7 milhões no exercício social de 2016 para R$77,2 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 0,4 p.p. de 5,4% no exercício social de 2016 para 5,8% no exercício social de 2017. Esta melhora veio principalmente do Peru (Costeño) cuja melhora tanto nominal de R$8,6 milhões, quanto relativa de 2,5 p.p., agregou valor à estabilidade do Uruguai e do Chile que entregaram quase a mesma performance nominal entre anos, com leve decréscimo relativo de 0,2 p.p. e 0,4 p.p. (4,7% para 4,5%).

Segmento Alimentício Brasileiro. O lucro líquido do exercício aumentou 29,6%, ou R$39,6 milhões, de R$133,9 milhões no exercício social de 2016 para R$173,5 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 1,6 p.p. de 3,6% no exercício social de 2016 para 5,2% no exercício social de 2017. A redução da dívida e o aproveitamento de créditos fiscais e distribuição de dividendos mais eficiente, já comentados anteriormente são a principal razão desta melhora significativa.

Balanço Patrimonial

Comparação entre as posições em 2018 e 2019

Balanço Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	365,3	8,2	537,8	11,2	47,2
Aplicações financeiras	31,2	0,7	32,3	0,7	3,4
Contas a receber de clientes	690,5	15,6	725,3	15,1	5,0
Adiantamento a fornecedores	9,8	0,2	7,1	0,1	(27,9)
Estoques	1.120,2	25,2	1.152,8	24	2,9
Instrumentos Financeiros – Derivativos	1,0	0,0	1	0,0	0,0
Tributos a recuperar	142,0	3,2	119,4	2,5	(15,9)
Partes relacionadas	24,2	0,5	43,8	0,9	80,5
Despesas do exercício seguinte	18,5	0,4	15,3	0,3	(17,4)
Bens destinados à venda	39,9	0,9	38,3	0,8	(4,1)
Outros créditos	41,2	0,9	20,7	0,4	(49,8)
Total do ativo circulante	**2.483,8**	**56,0**	**2.700,2**	**56,1**	**8,7**
Não circulante					
Aplicações financeiras	0,2	0,0	0,00	0,00	(100,0)
Impostos a recuperar	245,6	5,5	241,6	5,0	(1,7)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Adiantamento a fornecedores	0,2	0,0	1,9	0,0	730,1
Estoques	24,3	0,5	54,8	1,1	125,9
Depósitos judiciais	9,9	0,2	8,3	0,2	(15,9)
Outros créditos	15,9	0,4	2,1	0,0	(86,8)
	296,1	**6,7**	**308,6**	**6,4**	**4,2**
Investimentos	29,8	0,7	33,0	0,7	10,7
Imobilizado	971,8	21,9	1.011,7	21,0	4,1
Intangível	655,3	14,8	665,7	13,8	1,6
Ativo de direito de uso	0,0	0,0	90,2	1,9	100,0
Total do ativo não circulante	**1.953,0**	**44,0**	**2.109,2**	**43,9**	**8,0**
Total do ativo	**4.436,8**	**100,0**	**4.809,4**	**100,0**	**8,4**

Balanço Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	423,2	9,5	517,3	10,8	22,2
Empréstimos e financiamentos	291,6	6,6	123,6	2,6	(57,6)
Instrumentos financeiros	-	0,0	-	0,0	0,0
Debêntures	222,5	5,0	437,0	9,1	(96,4)
Passivo de arrendamento	-	0,0	26,0	0,5	100,0
Adiantamento de clientes	6,7	0,2	12,6	0,3	88,5
Partes relacionadas	3,9	0,1	4,2	0,1	7,8
Obrigações sociais	24,1	0,5	25,7	0,5	6,9
Tributos a recolher	49,7	1,1	14,9	0,3	(69,9)
Provisão para férias e encargos	36,4	0,8	40,7	0,8	11,5
Programa de parcelamento especial	8,5	0,2	8,5	0,2	0,0
Outras contas a pagar	41,0	0,9	34,3	0,7	(16,3)
Total do passivo circulante	**1.107,6**	**25,0**	**1.244,8**	**25,9**	**12,4**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	157,1	3,5	115,8	2,4	(26,3)
Debêntures	757,6	17,1	926,5	19,3	22,3
Passivo de arrendamento	-	0,0	65,5	1,4	100,0
Programa de parcelamento especial	27,4	0,6	16,4	0,3	(40,1)
Tributos diferidos	128,8	2,9	101,2	2,1	(21,4)
Provisão para demandas judiciais	37,1	0,8	42,2	0,9	13,9
Contas a pagar	50,8	1,1	42,7	0,9	(16,2)
Outras contas a pagar	1,0	0,0	4,9	0,1	426,3
Total do passivo não circulante	1.159,9	26,1	**1.315,2**	**27,3**	**13,4**
Total do patrimônio líquido	**2.169,2**	**48,9**	**2.249,4**	**46,8**	**3,7**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	4.436,7	100,0	4.809,4	100,0	8,4

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 47,2% ou R$172,5 milhões, passando de R$365,3 milhões em 2018 para R$537,8 milhões em 2019. O internacional aumentou 216% ou R$88,3 milhões, passando de R$40,8 milhões em 2018 para R$129,1 milhões em 2019, em decorrência do aumento de vendas e efeito do aumento do câmbio no saldo das controladas. No Brasil, o aumento foi de R$84,1 milhões, passando de R$324,5 milhões em 2018 para R$408,6 milhões em 2019. Esse aumento foi devido, principalmente: (i) à captação da 8º emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensado parcialmente pela liquidação de empréstimos e da 1º série da 5º emissão de debêntures em dezembro/2019, (ii) gestão de capital de giro da Companhia com reserva de caixa proveniente de antecipação de clientes e aplicações financeiras para liquidação de compra de açúcar em março de 2020, compensado parcialmente pelo pagamento de R$71 milhões de Juros sobre capital próprio e R$216,7 milhões pelo programa de recompra de ações; (ii) incorporação da SLC Alimentos Ltda. em 01 de março de 2020, detentora de R$11,5 milhões em caixa e equivalentes no final do exercício.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 3,5% ou R$1,1 milhões, passando de R$31,2 milhões em 2018 para R$32,3 milhões em 2019. Esse aumento refere-se a atualização financeira pelo CDI.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 5% ou R$34,8 milhões, passando de R$690,5 milhões em 2018 para R$725,3 milhões em 2019. O internacional aumentou em 7,2% ou R$15,0 milhões, passando de R$207 milhões em 2018 para R$222 milhões em 2019 e no Brasil de R$19,8 milhões, passando de R$483,5 milhões em 2018 para R$503,3 milhões em 2019. Esse aumento foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia, no mês de fevereiro de 2020, com recebimento para o ano de 2020.

Estoques

Os estoques aumentaram 2,9% ou R$32,6 milhões, passando de R$1.120,2 milhões em 2018 para R$1.152,8 milhões em 2019. Esse aumento se deu principalmente ao aumento do programa de fomento no Brasil.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar diminuíram em 15,9% ou R$22,6 milhões, passando de R$142 milhões em 2018 para R$119,4 milhões em 2019. Esta diminuição refere-se ao consumo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dos créditos extemporâneos reconhecidos pela Companhia no exercício passado. Os referidos créditos estão segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 80,5% ou R$19,6 milhões, passando de R$24,2 milhões em 2018 para R$43,8 milhões em 2019, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai e adiantamento de juros sobre capital próprio no Brasil.

Ativo Não Circulante

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 10,7% ou R$3,2 milhões, passando de R$29,8 milhões em 2018 para R$33 milhões em 2019. Vale ressaltar que em 01 de março de 2019 a SLC Alimentos Ltda., adquirida em 03 de dezembro de 2018, foi incorporada.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 4,1% ou R$39,9 milhões, passando de R$971,8 milhões em 2018 para R$1.011,7 milhões em 2019. A maior parte da variação deu-se no Brasil pela conclusão do projeto de internalização do processo de empacotamento de açúcar (“Super Barra”), investimentos na planta de Itaqui em secagem e armazenagem. O internacional aumentou 3,3% ou R$11 milhões, passando de R$333,4 milhões em 2018 para R$344,4 milhões em 2019 devido movimento de aquisições em todas as controladas do exterior.

Intangível

O intangível aumentou 1,6% ou R$10,4 milhões, passando de R$655,3 milhões em 2018 para R$665,7 milhões em 2019. A maior parte da variação deu-se no Brasil com projetos corporativos de tecnologia, incluindo a conclusão da implementação do novo sistema de Vendas (SFA), sistema de Business Inteligence (BI) e novo sistema de Suprimentos (Ariba).

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 22,2% ou R$94,1 milhões, passando de R$423,2 milhões em 2018 para R$517,3 milhões em 2019. O aumento deve-se principalmente pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima no Brasil e Internacional.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos diminuíram em 57,6% ou R$168 milhões, passando de R$291,6 milhões em 2018 para R$123,6 milhões em 2019. Esta variação deve-se a liquidação de empréstimos e financiamentos e diminuição de novas contratações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou em 96,4% ou R$214,5 milhões, passando de R$222,5 milhões em 2018 para R$437 milhões em 2019. Este aumento deve-se a 8º emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensada principalmente, pela liquidação da 1º série da 5º emissão de debêntures em dezembro/2019.

Passivo de arrendamento

Em 2019 a Companhia fez o reconhecimento de R$25,9 milhões nesta rubrica, devido a adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 à partir de 1º de março de 2019 que estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher diminuíram em 69,9% ou R$34,8 milhões, passando de R$49,7 milhões em 2018 para R$14,9 milhões em 2019. Esta diminuição deve-se principalmente pela compensação do prejuízo fiscal na apuração do IRPJ e CSLL, gerado pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (credito presumido e redução da base de cálculo do ICMS).

Passivo Não Circulante

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou em 22,3% ou R$168,9 milhões, passando de R$757,6 milhões em 2018 para R$926,5 milhões em 2019. Este aumento deve-se a 8º emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensado pela reclassificação para o circulante, pela liquidação prevista para o exercício de 2020.

Passivo de arrendamento

Em 2019 a Companhia fez o reconhecimento de R$65,5 milhões nesta rubrica, devido a adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 à partir de 1º de março de 2019 que estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial diminuiu em 40,1% ou R$11 milhões, passando de R$27,4 milhões em 2018 para R$16,4 milhões em 2019. Esta diminuição deve-se pela reclassificação para o circulante e respectiva liquidação da parcela.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Tributos Diferidos

O saldo dos tributos diferidos diminuiu 21,4% ou R$27,6 milhões, passando de R$128,8 milhões em 2018 para R$101,2 milhões em 2019. A variação decorre principalmente da compensação do diferido ativo sobre prejuízo fiscal decorrente do crédito extemporâneo gerado após o reconhecimento das subvenções de ICMS.

Contas a pagar

O saldo das contas a pagar diminuiu 16,2% ou R$8,2 milhões, passado de R$50,8 milhões em 2018 para R$42,6 milhões em 2019. Este saldo refere-se ao montante devido pela aquisição da controlada SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2018. Este montante é composto (i) pela parcela retida de R$40 milhões; (ii) pela contraprestação contingente de R$10,3 milhões vinculada à utilização de créditos fiscais e (iii) atualização monetária mensal (Selic), compensado por pagamentos efetuados pela Companhia em nome da vendedora, conforme previsão contratual.

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2019, mantendo o saldo de R$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$369.000, o qual passou de R$581.374 para R$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Capital

As reservas de capital diminuíram em 81,8% ou R$23 milhões, passando de R$28 milhões para R$5 milhões. Essa variação deu-se pelo cancelamento das ações em tesouraria e utilização da reserva especial de ágio.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros diminuíram R$0,4 milhões, passando de R$871,1 milhões em 2018 para R$870,7 milhões em 2019. Essa variação deu-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2019 de R$239,6 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio, constituição de reserva de incentivo fiscal e cancelamento de ações em tesouraria.

Ações em tesouraria

O saldo das ações em tesouraria em 2018 era de R$45,2 milhões. Durante o exercício de 2019 concluiu-se os programas de recompra no montante de R$216,7 milhões e posteriormente as ações em tesouraria foram canceladas na sua totalidade de R$261,9 milhões, conforme aprovação do conselho de administração da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 31,2% ou R$103,7 milhões, passando de R$332,0 milhões em 2018 para R$435,7 milhões em 2019, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

Comparação entre as posições em 2017 e 2018

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	276,5	7,3	365,3	8,2	32,1
Aplicações financeiras	406,3	10,7	31,2	0,7	(92,3)
Contas a receber de clientes	609,5	16,1	690,5	15,6	13,3
Adiantamento a fornecedores	9,1	0,2	9,8	0,2	7,7
Estoques	855,2	22,6	1.120,2	25,2	31,0
Instrumentos Financeiros – Derivativos	-	0,0	1,0	0,0	100,0
Tributos a recuperar	67,2	1,8	142,0	3,2	111,3
Partes relacionadas	16,9	0,4	24,2	0,5	43,2
Despesas do exercício seguinte	12,0	0,3	18,5	0,4	54,2
Bens destinados à venda	-		39,9	0,9	n.a.
Outros créditos	38,4	1,1	41,2	0,9	7,3
Total do ativo circulante	**2.291,1**	**60,6**	**2.483,8**	**56,0**	**8,4**
Não circulante					
Aplicações financeiras	31,9	0,8	0,2	0,0	(99,4)
Impostos a recuperar	1,4	0,0	245,6	5,5	n.a.
Adiantamento a fornecedores	-	0,0	0,2	0,0	n.a.
Estoques	19,3	0,5	24,3	0,5	25,9
Depósitos judiciais	8,9	0,2	9,9	0,2	11,2
Outros créditos	12,5	0,3	15,9	0,4	27,2
	74,0	**2,0**	**296,1**	**6,7**	**300,3**
Investimentos	26,7	0,7	29,8	0,7	11,6
Imobilizado	823,0	21,8	971,8	21,9	18,1
Intangível	566,3	15,0	655,3	14,8	15,7
Total do ativo não circulante	**1.490,0**	**39,4**	**1.953,0**	**44,0**	**31,1**
Total do ativo	**3.781,1**	**100,0**	**4.436,8**	**100,0**	**17,3**

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365,1	9,7	423,2	9,5	15,9
Empréstimos e financiamentos	150,9	4,0	291,6	6,6	93,2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Instrumentos financeiros	0,1	0,0	-	0,0	(100,0)
Debêntures	9,0	0,2	222,5	5,0	n.a.
Adiantamento de clientes	2,3	0,1	6,7	0,2	191,3
Partes relacionadas	5,1	0,1	3,9	0,1	(23,5)
Obrigações sociais	22,1	0,6	24,1	0,5	9,0
Tributos a recolher	26,2	0,7	49,7	1,1	89,7
Provisão para férias e encargos	32,3	0,9	36,4	0,8	12,7
Programa de parcelamento especial	2,5	0,1	8,5	0,2	240,0
Outras contas a pagar	44,2	1,2	41,0	0,9	(7,2)
Total do passivo circulante	**659,8**	**17,4**	**1.107,6**	**25,0**	**67,9**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	159,1	4,2	157,1	3,5	(1,3)
Debêntures	966,7	25,6	757,6	17,1	(21,6)
Programa de parcelamento especial	1,1	0,0	27,4	0,6	2390,9
Tributos diferidos	137,8	3,6	128,8	2,9	(6,5)
Provisão para demandas judiciais	35,4	0,9	37,1	0,8	4,8
Contas a pagar	-	0,0	50,8	1,1	100,0
Outras contas a pagar	0,1	0,0	1,0	0,0	N/A
Total do passivo não circulante	1.300,2	34,4	1.159,9	26,1	(10,8)
Total do patrimônio líquido	**1.821,1**	**48,2**	**2.169,2**	**48,9**	**19,1**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.781,1**	**100,0**	**4.436,7**	**100,0**	**17,3**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 32,1% ou R$88,8 milhões, passando de R$276,5 milhões em 2017 para R$365,3 milhões em 2018. O caixa e equivalentes de caixa internacional aumentou 17,5% ou R$6,1 milhões, passando de R$34,7 milhões em 2017 para R$40,8 milhões em 2018. O aumento provém principalmente de R$4,9 milhões no Uruguai que, no exercício de 2018 reequilibrou sua política de saldo médio de caixa de aproximadamente R$15 milhões. No Brasil, o aumento foi de R$82,8 milhões, passando de R$241,8 milhões em 2017 para R$324,5 milhões em 2018. Esse aumento foi devido principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia com reserva de caixa proveniente de aplicações financeiras para liquidação de compra de açúcar em março de 2019; e (ii) à aquisição da SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2019, detentora de R$11,5 milhões em caixa e equivalentes no final do exercício.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 92,3% ou R$375,1 milhões, passando de R$406,3 milhões em 2017 para R$31,2 milhões em 2018. Essa redução foi devida principalmente: (i) ao resgate antecipado de aplicação financeira para pagamento de compromissos de compra de açúcar; (ii) ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R$65 milhões; (iii) à recompra de ações de R$25

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões; (iv) à liquidação de empréstimos e financiamentos de R$64 milhões; e (v) à aquisição da SLC Alimentos Ltda. com pagamento da parcela fixa de R$140 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 13,3% ou R$81,0 milhões, passando de R$609,5 milhões em 2017 para R$690,5 milhões em 2018. As contas a receber de clientes - internacional reduziram em 7,8% ou R$17,5 milhões, passando de R$224,5 milhões em 2017 para R$207 milhões em 2018. Esta variação provém principalmente da diminuição de R$17,1 milhões no Uruguai decorrente de uma menor receita líquida de vendas e serviços em 13,9%. O impacto do internacional foi compensado pelo aumento nas contas a receber de clientes no Brasil de R$100 milhões, passando de R$383,6 milhões em 2017 para R$483,5 milhões em 2018, sendo esta variação, explicada principalmente por 48% resultante da nova controlada SLC Alimentos Ltda. e 52% foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia, no mês de fevereiro de 2019, com recebimento para o ano de 2019.

Estoques

Os estoques aumentaram 31% ou R$265 milhões, passando de R$855,2 milhões em 2017 para R$1.120,2 milhões em 2018. No internacional, os estoques aumentaram 27,2% ou R$95,2 milhões, passando de R$349,5 milhões em 2017 para R$444,7 milhões em 2018, devido principalmente (i) ao Uruguai: onde houve aumento de produtos acabados compensado pela redução da matéria-prima de R$30,4 milhões, como consequência da redução das vendas e aumento de R$42,8 milhões de aumento em adiantamentos a produtores e (ii) ao Chile: onde houve aumento de R$15,4 milhões de matéria-prima e produtos acabados pela expectativa de vendas no próximo exercício e R$5,2 milhões de aumento em adiantamentos a produtores. No Brasil, o aumento nos estoques foi de R$169,8 milhões, passando de R$505,7 milhões em 2017 para R$675,5 milhões em 2018. Esta variação deveu-se, principalmente, (i) ao aumento dos estoques de produtos acabados e matéria-prima em R$146,7 milhões, em função das menores vendas e (ii) R$25,6 milhões provenientes da aquisição da SLC Alimentos Ltda.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em 111,3% ou R$74,8 milhões, passando de R$67,2 milhões em 2017 para R$142 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, sendo R$20,4 milhões de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (credito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 43,2% ou R$7,3 milhões, passando de R$16,9 milhões em 2017 para R$24,2 milhões em 2018, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

Bens destinados à venda

Em 2018 a Companhia fez o reconhecimento de R$39,9 milhões nesta rubrica, relativos aos bens da unidade de São Gonçalo localizado no estado do Rio de Janeiro, devido a migração de suas atividades para a unidade de Navegantes, situada no estado de Santa Catarina, visando eficiência operacional.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras tiveram redução de R$31,7 milhões ou 99,4%, passando de R$31,9 milhões em 2017 para R$0,2 milhões em 2018. A variação se justifica pela reclassificação para o ativo circulante para os pagamentos supracitados.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em R$244,2 milhões, passando de R$1,4 milhões em 2017 para R$245,6 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (crédito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 11,6% ou R$3,1 milhões, passando de R$26,7 milhões em 2017 para R$29,8 milhões em 2018.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 18,1% ou R$148,8 milhões, passando de R$823 milhões em 2017 para R$971,8 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil pelos investimentos na planta de grãos em Recife, projeto de internalização do empacotamento de açúcar (“Super Barra”), projeto de ampliação de secagem e aumento do armazém de Itapecuru de grãos. Além dos novos investimentos, o ativo imobilizado da SLC Alimentos Ltda. ao final do exercício e após avaliação preliminar das mais-valias resultou em R$111,9 milhões. O internacional aumentou 8,7% ou R$26,8 milhões, passando de R$306,6 milhões em 2017 para R$333,4 milhões em 2018 devido movimento de aquisições em todas as controladas do exterior compensado pelo impacto da baixa dos ativos da La Loma Alimentos S.A. em decorrência de sua venda em agosto de 2018.

Intangível

O intangível aumentou 15,7% ou R$89 milhões, passando de R$566,3 milhões em 2017 para R$655,3 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil, pelo laudo de avaliação preliminar da adquirida SLC Alimentos Ltda. resultando em intangíveis totalizados em R$32,5 milhões e pelo Goodwill de R$34,8 milhões. O internacional sofreu aumento de R$9,7%ou R$15,3 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 15,9% ou R$58,1 milhões, passando de R$365,1 milhões em 2017 para R$423,2 milhões em 2018. O aumento deve-se principalmente ao Brasil, com variação de R$63,1 milhões, sendo R$55,2 milhões relativos ao (i) aumento dos investimentos na fábrica de açúcar em Barra Bonita/SP acompanhado do aumento da compra de matéria-prima; (ii) aumento dos dispêndios com fretes; (iii) postergação de prazo de pagamento aos produtores (iv) R$9,2 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 93,2% ou R$140,7 milhões, passando de R$150,9 milhões em 2017 para R$291,6 milhões em 2018. Esta variação é composta pelo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumento no Brasil de R$113,3 milhões devido saldo advindo da SLC Alimentos Ltda. e pelo aumento no internacional de R$27,4 milhões, justificado pelas captações em todas as controladas para fomento da produção, compensadas parcialmente pelas liquidações ocorridas.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou R$213,5 milhões, passando de R$9 milhões em 2017 para R$222,5 milhões em 2018. A variação deveu-se à reclassificação do não circulante devido liquidação prevista para o exercício de 2019.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 89,7% ou R$23,5 milhões, passando de R$26,2 milhões em 2017 para R$49,7 milhões em 2018.

Passivo Não Circulante

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu em 21,6% ou R$209,1 milhões, passando de R$966,7 milhões em 2017 para R$757,6 milhões em 2018. Esta redução decorreu da reclassificação para o circulante, pela liquidação prevista para o exercício de 2019.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial sofreu aumento de R$26,3 milhões, passando de R$1,1 milhões em 2017 para R$27,4 milhões em 2018. A variação é justificada, principalmente, pela adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural quanto aos processos em curso sobre as retenções e recolhimentos da contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros denominada Funrural – Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural. A liquidação se dará em 54 parcelas atualizadas pela Selic.

Tributos Diferidos

O saldo dos tributos diferidos diminuiu 6,5%, ou R$9 milhões, passando de R$137,8 milhões em 2017 para R$128,8 milhões em 2018. A variação decorre principalmente da constituição do diferido ativo sobre prejuízo fiscal decorrente do crédito extemporâneo gerado após o reconhecimento das subvenções de ICMS.

Contas a pagar

O saldo das contas a pagar foi de R$50,8 milhões em 2018, relativo ao montante devido pela aquisição da controlada SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2018. Este montante é composto (i) pela parcela retida de R$40 milhões; (ii) pela contraprestação contingente de R$10,3 milhões vinculada à utilização de créditos fiscais e (iii) atualização monetária mensal (Selic).

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2018, mantendo o saldo de R$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$369.000, o qual passou de R$581.374 para R$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 53% ou R$301,6 milhões, passando de R$569,5 milhões em 2017 para R$871,1 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2018 de R$362,4 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio realizada no referido exercício de R$65 milhões.

Ações em tesouraria

As ações em tesouraria aumentaram 24,9 milhões, passando de R$20,3 milhões em 2017 para R$45,2 milhões em 2018. Esse aumento foi consequência da conclusão do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 26,5% ou R$69,6 milhões, passando de R$262,5 milhões em 2017 para R$332,0 milhões em 2018, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

Comparação entre as posições em 2016 e 2017

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	139,7	3,6	276,5	7,3	97,9
Aplicações financeiras	470,7	12,3	406,3	10,7	(13,7)
Contas a receber de clientes	676,7	17,7	609,5	16,1	(10,1)
Estoques	953,9	24,9	855,2	22,6	(10,3)
Instrumentos Financeiros – Derivativos	0,6	0,0	-	0,0	
Tributos a recuperar	75,7	2,0	67,2	1,8	(11,2)
Partes relacionadas	10,2	0,3	16,9	0,4	65,7
Outros créditos	41,1	1,1	47,5	1,3	15,6
Despesas do exercício seguinte	11,2	0,3	12,0	0,3	7,1
Total do ativo circulante	**2.379,8**	**62,1**	**2,291,1**	**60,6**	**(3,8%)**
Não circulante					
Aplicações financeiras	32,6	0,9	31,9	0,8	(2,1)
Tributos a recuperar	1,9	0,0	1,4	0,0	(26,3)
Partes relacionadas	-	0,0	-	0,0	n.a.
Estoques	9,8	0,3	19,3	0,5	96,9
Depósitos judiciais	9,2	0,2	8,9	0,2	(3,3)
Outros créditos	9,5	0,2	12,5	0,3	31,6
	62,9	**1,6**	**74,0**	**2,0**	**17,5**
Investimentos	27,3	0,7	26,7	0,7	(2,2)
Imobilizado	797,7	20,8	823,0	21,8	3,2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Intangível	562,9	14,7	566,3	15,0	0,6
Total do ativo não circulante	**1,450,8**	**37,9**	1,490,0	39,4	2,7
Total do ativo	**3.830,6**	**100,0**	**3.781,1**	**100,0**	**1,3**

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	467,9	12,2	365,1	9,7	(22,0)
Empréstimos e financiamentos	634,1	16,6	150,9	4,0	(76,2)
Instrumentos financeiros	-	-	0,1	0,0	-
Debêntures	146,1	3,8	9,0	0,2	(93,8)
Partes relacionadas	4,5	0,1	5,1	0,1	13,3
Obrigações sociais	37,9	1,0	22,1	0,6	(41,7)
Tributos a recolher	34,8	0,9	26,2	0,7	(24,7)
Provisão para férias e encargos	27,4	0,7	32,3	0,9	17,9
Passivo a descoberto em controlada			2,6	0,1	(73,5)
Programa de parcelamento especial	9,8	0,3	3,4	0,1	-
Outras contas a pagar	47,9	1,3	43,0	1,1	(13,2)
Total do passivo circulante	**1.410,4**	**36,8**	**659,8**	**17,4**	**-53,3**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	262,7	6,9	159,1	4,2	(39,4)
Debêntures	614,4	16,0	966,7	25,6	57,3
Programa de parcelamento especial	50,7	1,3	1,1	0,0	(97,8)
Tributos diferidos	99,9	2,6	137,8	3,6	37,9
Provisão para demandas judiciais	31,5	0,8	35,4	0,9	12,4
Outras contas a pagar	0,2	0,0	0,1	0,0	(50,0)
Total do passivo não circulante	**1.059,5**	27,7	1.300,2	34,4	22,7
Total do patrimônio líquido	**1.360,7**	**35,5**	**1.821,1**	**48,2**	**33,8**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**30,6**	**100,0**	**3.781,1**	**100,0**	**(1,3)**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 97,9% ou R$136,8 milhões, passando de R$140,0 milhões em 2016 para R$276,5 milhões em 2017. O internacional reduziu 21,3% ou R$9,4 milhões, passando de R$44,1 milhões em 2016 para R$34,7 milhões em 2017. A redução provém principalmente de R$ 7,2 milhões no Uruguai que, apesar de dispor de política de saldo médio de caixa de aproximadamente R$15 milhões, atingiu em fevereiro seu limite mínimo de disponibilidade. A razão foi a liquidação parcial da dívida, não suprida pelo menor nível de recebimentos do mês. No Brasil o aumento foi de R$146,1 milhões, passando de R$95,6 milhões em 2016 para R$241,7 milhões em 2017. Esse aumento foi

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

devido, principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia; (ii) pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 2017; (iii) pela captação de recursos por meio de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no decorrer do exercício findo em 2017, e (iv) pela captação de recursos por meio da abertura do Capital (IPO), parcialmente compensados pelo pagamento do JCP e liquidação antecipada da 3º e 4º emissão de debêntures no decorrer do exercício social findo em 2017.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 13,7% ou R$64,4 milhões, passando de R$470,7 milhões em 2016 para R$406,3 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao resgate antecipado de aplicação financeira para pagamento do nosso fornecedor de açúcar no decorrer do exercício social de fevereiro de 2018.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes reduziram 9,9% ou R$67,2 milhões, passando de R$676,7 milhões em 2016 para R$609,5 milhões em 2017. O internacional aumentou 12,3% ou R$27,5 milhões, passando de R$197,0 milhões em 2016 para R$224,5 milhões em 2017. O aumento provém de R$ 10,0 milhões no Uruguai e de R$19,9 milhões no Chile e foi decorrente do aumento na receita líquida de vendas e serviços (respectivamente 2,3% e 5,7%). No Brasil a redução foi de R$96,1 milhões, passando de R$479,7 milhões em 2016 para R$383,6 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à redução de 9,6% ocorrido na receita líquida de vendas e serviços, e a manutenção dos prazos médios de recebimento ao longo do exercício.

Estoques

Os estoques reduziram 10,3% ou R$98,6 milhões, passando de R$953,9 milhões em 2016 para R$855,2 milhões em 2017. O internacional reduziu 7,8% ou R$16,3 milhões, passando de R$226,9 milhões em 2016 para R$210,6 milhões em 2017 e principalmente, da redução de produtos acabados de R$ 21,9 milhões no Uruguai em consequência de maior comercialização. No Brasil a redução foi de R$73,6 milhões, passando de R$579,2 milhões em 2016 para R$505,7 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, (i) à redução do estoque de produtos acabados de grãos em função das menores vendas; (ii) do almoxarifado de R$ 19,0 milhões e (iii) de R$ 23 milhões de produtos acabados de pescado em função das menores vendas e da falta de matéria prima nacional.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar reduziram 11,2% ou R$8,5 milhões, passando de R$75,7 milhões em 2016 para R$67,2 milhões em 2017. Essa redução provém principalmente do Brasil e foi devida, à utilização de créditos de PIS e COFINS para compensação de tributos federais a pagar.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 65,0% ou R$6,6 milhões, passando de R$10,2 milhões em 2016 para R$16,9 milhões em 2017, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 15,7% ou R$6,4 milhões, passando de R$41,1 milhões em 2016 para R$47,5 milhões em 2017. O Brasil se manteve alinhado entre anos passando de R$22,3 milhões em 2016 para R$22,3 milhões em 2017. Portanto, o aumento provém do internacional que aumentou 34,4% ou R$6,5 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$10,8 milhões em 2017 com principal impacto no Uruguai de R$ 6,7 milhões, oriundo da transferência de dívida de um grande produtor para longo prazo, compensada por novos contratos com outros produtores.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram levemente R$0,7 milhões, passando de R$32,6 milhão em 2016 para R$31,9 milhões em 2017.

Estoques

Os estoques aumentaram 97,2% ou R$9,5 milhões, passando de R$9,8 milhões em 2016 para R$19,3 milhões em 2017. Este aumento provém do Brasil que aumentou R$9,4 milhões, passando de R$8,6 milhões em 2016 para R$18,0 milhões em 2017 em função do aumento de adiantamentos a produtores realizada durante o período. Trata-se de uma prática de mercado adiantar capital de giro para os produtores durante a entressafra.

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 32,5% ou R$3,1 milhões, passando de R$9,5 milhões em 2016 para R$12,5 milhões em 2017. O Brasil reduziu R$3,2 milhões, passando de R$3,3 milhões em 2016 para R$0,1 milhões em 2017 em função da liquidação das parcelas da venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia. Portanto, o aumento provém do internacional que aumentou 58,0% ou R$6,3 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$10,8 milhões em 2017 e com impacto principal de R$ 6,3 milhões no Uruguai em função da conversão da dívida de um dos maiores produtores locais para longo prazo.

Investimentos

O saldo da conta investimentos reduziu 2,2% ou R$0,6 milhões, passando de R$27,3 milhões em 2016 para R$26,7 milhões em 2017.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 3,2% ou R$25,3 milhões, passando de R$797,7 milhões em 2016 para R$823,0 milhões em 2017. O Brasil se manteve quase no mesmo nível pois aumentou 0,3% ou R$1,4 milhões, passando de R$515,1 milhões em 2016 para R$516,4 milhões em 2017. Esse aumento provém do internacional que aumentou 8,5% ou R$23,9 milhões, passando de R$282,7 milhões em 2016 para R$306,6 milhões em 2017 e principalmente, de novas aquisições de R$ 21,2 milhões no Chile.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores reduziu 22,0% ou R$102,7 milhões, passando de R$467,9 milhões em 2016 para R$365,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, no Brasil,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente, à redução dos pagamentos para nosso fornecedor de açúcar. No internacional a redução provém da desvalorização cambial ocorrida na cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos reduziram 76,2% ou R$483,2 milhões, passando de R$634,1 milhões em 2016 para R$150,9 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação de empréstimos.

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu 93,9% ou R$137,1 milhões, passando de R$146,1 milhões em 2016 para R$9,0 milhões em 2017. Essa redução foi devida a liquidação de debêntures.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas aumentou 11,2%, ou R$0,5 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$5,0 milhões em 2017.

Obrigações sociais

O saldo da conta de obrigações sociais reduziu 41,8%, ou R$15,9 milhões, passando de R$37,9 milhões em 2016 para R$22,1 milhões em 2017 em função da reversão do PPR de R$ 13,1 milhões e comissão sobre vendas de R$ 1,4 milhões, ambos relacionados ao não atingimento das metas corporativas.

Tributos a Recolher

Os tributos a recolher reduziram 24,4% ou R$8,5 milhões, passando de R$34,8 milhões em 2016 para R$26,3 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao aumento dos créditos fiscais decorrentes do aumento do volume de compras da Companhia que foram utilizados para compensar os impostos a recolher.

Outras Contas a Pagar

O contas a pagar reduziu 10,2% ou R$4,9 milhões, passando de R$47,9 milhões em 2016 para R$43,0 milhões em 2017. Essa redução foi devida à desvalorização cambial ocorrida na cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta empréstimos e financiamentos reduziu 39,4% ou R$103,6 milhões, passando de R$262,7 milhões em 2016 para R$159,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência de parcelas vincendas para a rubrica de empréstimos e financiamentos do curto prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou 57,3% ou R$352,3 milhões, passando de R$614,4 milhões em 2016 para R$966,7 milhões em 2017. Esse aumento foi devido às captações ocorridas de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do em 19/05/17 no valor de R$ 405 milhões (sendo a primeira série de

238 milhões e a segunda de 167 milhões) e em 15/12/2017 no valor de R$ 168 milhões.

Programa de Parcelamento Especial

O saldo da conta programa de parcelamento especial reduziu 97,8%, ou R$49,7 milhões, passando de R$50,7 milhões em 2016 para R$1,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação dos parcelamentos com a migração para a nova modalidade da RFB (PERT 2017) com redução de multas e juros.

Tributos Diferidos

O saldo da conta tributos diferidos aumentou 37,9%, ou R$37,9 milhões, passando de R$99,9 milhões em 2016 para R$137,8 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às diferenças entre ágio fiscal e ágio contábil.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 12,5% ou R$3,9 milhões, passando de R$31,5 milhões em 2016 para R$35,5 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à atualização das provisões referentes aos riscos classificados como prováveis.

Patrimônio Líquido

O capital social aumentou 63,5% ou R$369,0 milhões, passando de R$581,4 milhões em 2016 para R$950,4 milhões em 2017. Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$73,7 milhões, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco S.A. (“WP”) e 1.211.485 ações formam subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R$19,8 milhões, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R$581,4 milhões, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos

Em 28 de agosto de 2017, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve um desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:3 (uma para três), pelo qual cada ação passou a ser representada por três ações, passando o capital social da Companhia a se dividir em 369.051.876 (trezentos e sessenta e nove milhões, cinquenta e uma mil, oitocentos e setenta e seis) ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens integrais das ações atualmente existentes.

Em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$369.000, o qual passou de R$581.374 para R$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 18,7% ou R$89,8 milhões, passando de R$479,7 milhões em 2016 para R$569,5 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 2017 parcialmente compensado pela distribuição de dividendos realizada no referido exercício.

Reservas de ágio e outros resultados abrangentes

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial reduziu 11,1% ou R$33,4 milhões, passando de R$299,6 milhões em 2016 para R$333.0 milhões em 2017. Esse aumento provém de outros resultados abrangentes relacionado ao efeito da valorização cambial frente ao real sobre investimentos no exterior no valor de R$37,4 milhões

Demonstração do Fluxo de Caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2018 e 2019

	Exercício social de 2018 (reapresentado)*	**Exercício social de 2019**	**AH%**
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	142,8	499,9	250,1
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	103,6	(135,6)	30,9
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(160,8)	(202,1)	25,7
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,1	10,2	229

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Reapresentação das movimentações consolidadas de 28 de fevereiro de 2019, relativa aos efeitos da aquisição da SLC Alimentos Ltda.*

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2018 e 2019, foi de R$142,8 milhões e R$499,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$357,1 milhões ou 250,1%. O aumento deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R$ 7,7 milhões no exercício de 2019 comparado à diminuição de R$501,3 milhões no exercício social de 2018.

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no exercício social de 2018 foi de R$103,6 milhões e caixa líquido aplicado em 2019 foi de R$135,6 milhões, com diminuição de R$30,9 milhões devido, principalmente à (i) resgate de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$407,6 milhões, justificado principalmente por pagamentos de Juros sobre Capital Próprio, programa de recompra de ações e disponibilidade em caixa para pagamento do fornecedor de matéria-prima de açúcar em março de 2020, (ii) pelo maior volume de adições aos investimentos em intangível no valor de R$9 milhões, de R$10 milhões no exercício social de 2018 para R$19 milhões em 2019, e (iii) adições aos investimentos em imobilizado no valor de R$116,1 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2018 e 2019, foi de R$160,8 milhões e R$202,1 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$41,2 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao maior volume de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R$1.029 milhões, compensado pela captação da 8º emissão de debêntures (CRA) de R$1.151 milhões, (ii) pagamento de passivo de arrendamento com a adoção ao IFRS16; e (iii) aquisição de ações em tesouraria.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2017 e 2018

	Exercício social de 2017	Exercício social de 2018	AH%
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	488,0	93,9	(80,8)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(31,3)	61,7	(297,1)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(323,8)	(61,4)	(81,0)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,9	(5,4)	(238,5)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R$488,0 milhões e R$93,9 milhões, respectivamente, representando uma redução de R$394,1 milhões ou 80,8%. O decréscimo deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R$ 549,1 milhões no exercício de 2018 comparado à diminuição de R$ 41,9 milhões no exercício social de 2017 (aumento nos ativos de R$ 655,7 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

devido aumento nos saldos de estoques e constituição de créditos tributários sobre subvenções de ICMS e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS).

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social de 2017 foi de R$31,3 milhões e caixa líquido gerado em 2018 foi de R$61,7 milhões, com um aumento de R$93,0 milhões devido, principalmente (i) resgate de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$341,6 milhões, justificado principalmente por pagamentos de Juros sobre Capital Próprio e aquisição da SLC Alimentos, compensado em parte (ii) pelo maior volume de adições aos investimentos em imobilizado no valor de R$199,3 milhões, de R$99,7 milhões no exercício social de 2017 para R$299,0 milhões em 2018, sendo destes, R$111,9 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R$323,8 milhões e R$61,4 milhões, respectivamente, representando uma redução de R$262,4 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao menor volume de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures (conforme vencimentos previstos em contrato) de R$524,0 milhões no exercício de 2018; (ii) efeito do aumento do capital com os fundos do IPO de R$369 milhões ocorrido no exercício anterior; e (iii) à redução na distribuição de dividendos de R$100 milhões em comparação ao exercício anterior.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2016 e 2017

	Exercício social de 2016	Exercício social de 2017	AH%
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	294,3	488,0	65,8
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(546,7)	(31,4)	(94,3)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(44,6)	(323,8)	626,6
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(4,7)	3,9	(183,4)

* A partir do 2º trimestre de 2017, houveram adequações conceituais na Demonstração do Fluxo de Caixa, com reclassificações entre as atividades operacionais, de investimento e financiamento. Para fins de comparabilidade, estas reclassificações foram replicadas para o exercício findo em fevereiro de 2017.

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016, foi de R$488,0 milhões e R$294,3 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$193,7 milhões ou 65,8%. O acréscimo deve-se à melhora do nosso capital de giro contando com um impacto muito pequeno entre reduções de ativos e passivos de R$ 41,9 milhões no exercício social de 2017 comparado com R$ 285 milhões no exercício social de 2016 (aumentos nos ativos de R$ 352 milhões).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016 foi de R$31,4 milhões e R$546,7 milhões, respectivamente, com uma redução de R$515,4 milhões devido, principalmente, a (i) menor volume de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$532,6 milhões, devido a um melhor desempenho operacional e maiores captações, compensado em parte por um (ii) maior volume de adições aos investimentos no valor de R$28,7 milhões, de R$71,0 milhões no exercício social de 2016 para R$ 99,7 milhões no exercício social de 2017.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016, foi de R$323,8 milhões e R$44,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$279,2 milhões. Isso é devido, principalmente, a um (i) menor volume de captações (líquidas de liquidações) de R$227,1 milhões no exercício encerrado em 2017, incluindo já o aumento do capital com os fundos do IPO de R$ 369 milhões e (ii) um aumento de R$ 32,5 milhões de custos de emissão e recompra de ações.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita líquida de vendas e serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes redes atacadistas, varejistas de alimentos, redes de food service e tradings de nossos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Em menor proporção, nossa receita líquida de vendas e serviços é composta por (i) vendas de outros grãos, produtos processados, como arroz e feijão pré-preparados, bolachas de arroz, óleos vegetais, adoçantes, patês, e outros subprodutos; (ii) geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz; (iii) prestação de serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos; e (iv) prestação de serviço de logística.

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia consolidada, no exercício social de 2019 totalizou R$5.396,1 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 2018 e 2017 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R$4.748,8 milhões e R$4.663,0 milhões, respectivamente.

Reportamos nossa receita líquida de vendas e serviços de acordo com os segmentos Alimentício Brasileiro[8] e Alimentício Internacional[9]. No exercício social de 2019, as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Brasileiro representaram 72,5% da nossa receita líquida de vendas e serviços, enquanto as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Internacional representaram 27,5%.

Em 2019, no Segmento Alimentício Brasileiro, as receitas decorrentes das vendas para o mercado interno representaram 95,6% da receita bruta de vendas e serviços, comparado ao Segmento Alimentício Internacional, onde as receitas decorrentes de vendas internas nos países em que atuamos, representaram 68,9% da receita bruta.

A receita líquida de vendas e serviços decorre da receita bruta, deduzida de impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos, conforme detalhamento abaixo:

Impostos sobre vendas

Brasil

ICMS. O ICMS é um imposto estadual que incide sobre a receita bruta de vendas. As alíquotas variam entre 4,0% e 20% de acordo com o tipo de produto e o estado no qual esse produto é vendido.

Em 2019, somos titulares de benefícios fiscais estaduais, que nos garantem, dentre outros benefícios, a redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas nos Estados para itens de cesta básica e créditos mensais de ICMS equivalentes a um

[8] Referências nesta Proposta a "Segmento Alimentício Brasileiro" são a nossas operações no mercado brasileiro interno, bem como exportações a partir do mercado brasileiro.

[9] Referências nesta Proposta a "Segmento Alimentício Internacional" são a nossas operações no mercado interno de cada país específico, bem como exportações a partir destes países.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do estado no qual mantemos esses benefícios fiscais, que atualmente são: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Maranhão. Utilizamos nossos créditos de ICMS para abater o saldo a pagar de ICMS mensal. No exercício social de 2019, esses créditos fiscais representaram R$132.177 milhões, no valor que teríamos de recolher caso não fôssemos titulares desses benefícios fiscais. Isso vale também para todas as empresas do nosso setor, estabelecidas nesses estados. Os valores de créditos fiscais foram repassados para os preços de venda de nossos produtos, tendo sido proporcionalmente reduzidos pelos valores dos créditos fiscais aplicáveis.

PIS e COFINS. O PIS/Pasep e a COFINS são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,0% e 1,65% (PIS), e 0,0% e 7,6% (COFINS), respectivamente, sobre o total das receitas auferidas (observadas as deduções permitidas em lei) decorrentes da comercialização dos produtos arroz, feijão, açúcar e pescados.

Em relação à nossa receita de vendas (observadas as deduções permitidas em lei), decorrente da comercialização de arroz, feijão e açúcar, o Governo Federal mantém reduzidas a 0,0% as alíquotas incidentes de PIS e COFINS, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 e art. 28 da Lei nº 10.865/2004. No tocante a esses produtos, a legislação tributária através do art. 17 da Lei nº 11.033/2004, prevê a manutenção de créditos fiscais gerados nas aquisições dos insumos, os quais foram utilizados na industrialização dos produtos. Como consequência, acumulamos créditos fiscais de PIS e COFINS em nossa comercialização de arroz, feijão e açúcar.

De acordo com o volume de compras de matérias primas, materiais de embalagem, insumos, e determinados custos industriais, nós nos beneficiamos de créditos mensais de PIS e COFINS, os quais são utilizados para compensar tributos federais, incluindo IRPJ e CSLL. No exercício de 2019, esses créditos fiscais representaram uma compensação parcial dos valores devidos a título de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, e demais tributos federais que teríamos de recolher.

Já em relação aos pescados enlatados, são produtos tributados na sistemática não cumulativa do PIS e da COFINS, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003.

Internacional

No Uruguai, as vendas estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA) de 10,0% a 22,0%. No Chile, a alíquota de IVA é de 19,0% sobre as vendas. No Peru, a alíquota de IVA é de 18%.

Devoluções e abatimentos

As devoluções consistem dos produtos que vendemos aos nossos clientes e que nos são devolvidos em caso de avarias ou após a expiração dos respectivos prazos de validade. Os abatimentos consistem dos descontos que concedemos aos nossos clientes, de acordo com negociações que se baseiam, normalmente, no volume de produtos vendidos e qualidade e longevidade do relacionamento com cada cliente.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As tabelas a seguir apresentam nossa receita bruta de vendas por Segmentos Alimentício Brasileiro e Alimentício Internacional e as deduções de vendas para os períodos indicados:

	Alimentício Brasileiro			Alimentício Internacional		
Receita bruta de vendas	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	4.422,0	3.838,6	3.883,1	1.121,3	1.061,8	943,2
Vendas de mercadorias no mercado externo	202,7	135,0	108,3	505,2	467,6	500,8
	4.624,7	**3.973,6**	**3.991,4**	**1.626,5**	**1.529,4**	**1.444,0**
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(370,1)	(324,1)	(338,1)	(37,4)	(33,2)	(29,3)
Devoluções e abatimentos	(339,8)	(303,2)	(321,9)	(107,8)	(93,7)	(83,2)
	(709,9)	**(627,3)**	**(660,0)**	**(145,2)**	**(126,9)**	**(112,5)**
Receita líquida de vendas	**3.914,8**	**3.346,3**	**3.331,4**	**1.481,3**	**1.402,5**	**1.331,5**

Custos das Vendas e Serviços

Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas (arroz em casca, feijão, açúcar, pescados e materiais de embalagem e auxiliar) que representaram 76,8% da Receita Líquida no exercício de 2019, nos segmentos Alimentício Brasileiro e Internacional. Em menor proporção, tem-se os dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais incluem, principalmente, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas, resultado de equivalência patrimonial e outras receitas (despesas) operacionais.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem de custos com frete, marketing e outras despesas diretamente relacionadas com a venda dos nossos produtos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas referem-se, basicamente, às despesas com pessoal, viagens, honorários e outras despesas gerais e administrativas.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado operacional proporcional à participação minoritária em companhias sediadas no Uruguai:

1) Arrozur: Sua principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz, inclusive para a SAMAN;

2) Tacua S.A. e Agência Marítima Sur S.A: Prestam serviços de operações portuárias, inclusive para a SAMAN;

3) Galofer S.A: Presta serviço de fornecimento de energia com a queima da casca de arroz adquirida da SAMAN e de outros produtores também acionistas da Galofer;

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

4) Comisaco S.A (Comisión Mixta SAMAN Coopar S.A): Desempenha função de administração da concessão de obra pública chamada Represa de India Muerta que proporciona água para irrigação a produtores, entre os quais produtores vinculados a SAMAN.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais compreendem a créditos extemporâneos de impostos e benefícios de redução de juros e multas através de programas de anistia fiscal, e despesas com reestruturações em áreas operacionais, administrativas e de vendas.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento e variação cambial sobre transações comerciais em outras moedas. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e atualização de créditos fiscais.

Para fins de consolidação a variação cambial é diluída em todas as rubricas da demonstração de resultado das controladas, não impactando o resultado financeiro. Esta variação diminui conforme a valorização do real e diminui conforme sua desvalorização, frente às moedas dos países onde operamos na América Latina.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Tributo corrente. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes.

Tributo diferido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os tributos diferidos passivos geralmente são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis.

A Companhia teve ágio nas aquisições realizadas nos períodos anteriores, especificamente: Femepe, Canadá e Docelar, além do ágio advindo da incorporação da GIF Codajás Participações S.A. Em 2019, a Companhia apurou ágio sobre a aquisição da empresa SLC Alimentos Ltda.

Abaixo tabela mostrando as datas e as principais marcas relacionadas às aquisições:

Aquisição	Data	Principais Marcas
Femepe	20/05/2011	Pescador
Canadá	13/10/2011	Coqueiro
Docelar	24/10/2012	União, Da Barra
SLC Alimentos	03/12/2018	Namorado

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(iii) Os Diretores da Companhia entendem que o resultado das operações é influenciado significativamente pelas variações nos preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum), os quais, por sua vez, apresentam flutuações em diferentes períodos como resultado de diversos fatores, em especial (i) demanda e produção nacional e internacional, (ii) preço internacional, e (iii) variação cambial. Além disso, a sazonalidade das culturas, mudanças climáticas, políticas públicas de fomento às atividades rurais e de uso de fontes de energia como o etanol, conforme sua relevância, impactam indiretamente o resultado das nossas operações, conforme afetem os preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum). Dessa forma, todos os fatores mencionados anteriormente neste item participam, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, da formação do preço dos nossos produtos.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

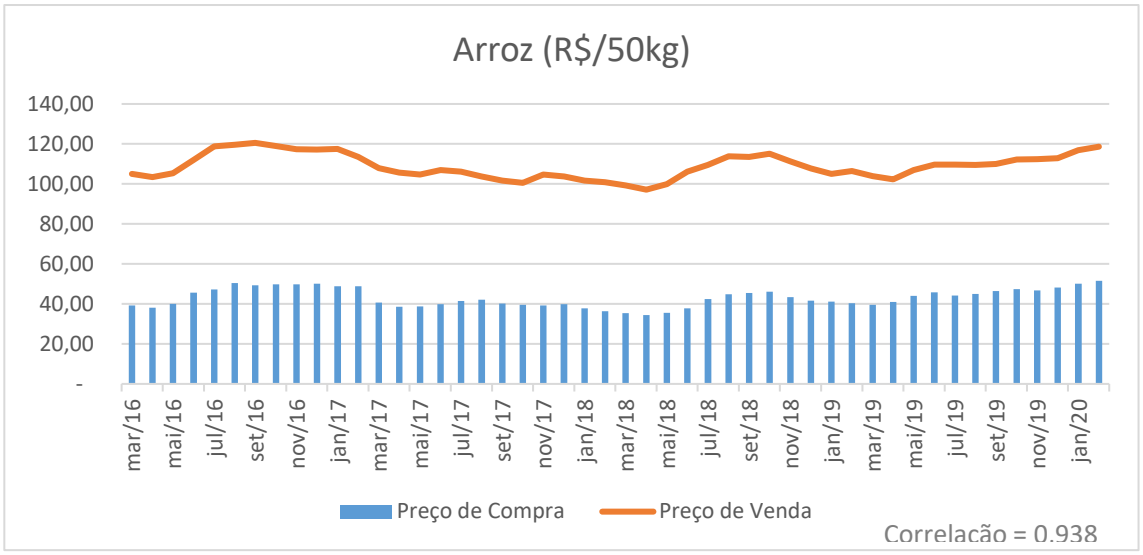
Flutuações nos preços de compra e venda de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum)

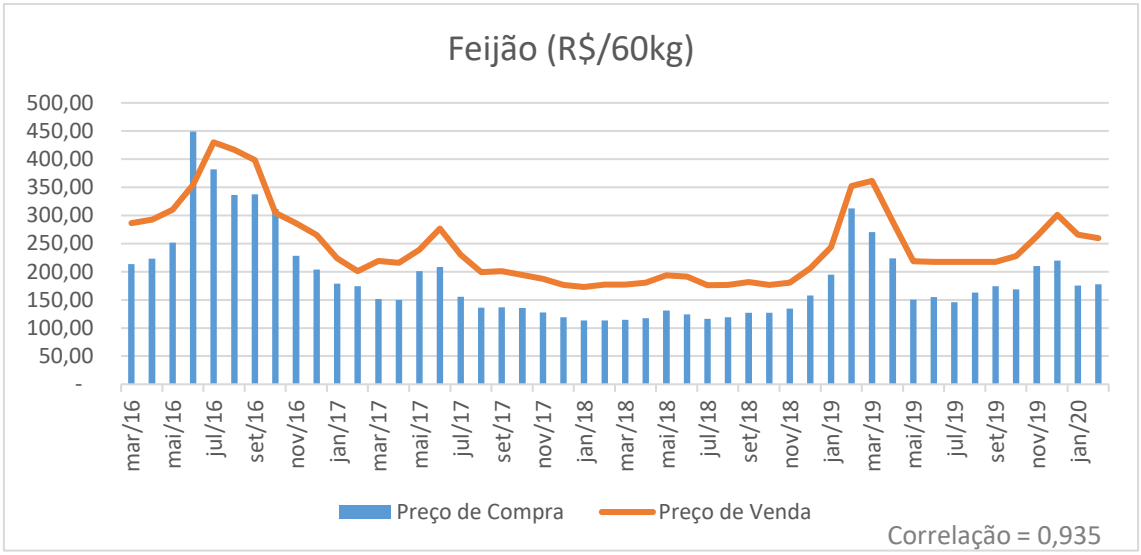
Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas, que consistem de arroz em casca, feijão, açúcar e pescados. Em menor proporção, os custos das vendas e serviços compreendem aos dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

O custo com matérias-primas é o mais representativo do nosso custo das vendas e serviços, representando 91,6% no exercício social de 2019, nos segmentos Alimentício Brasileiro e Internacional.

Conforme demonstrado pelos gráficos a seguir, historicamente, temos mantido uma correlação direta entre a variação do custo de compra de arroz e feijão e do preço de venda sob não apenas o aspecto de valor, mas também temporalmente, já que as variações no custo tendem a ser prontamente refletidas nos preços de venda. Acreditamos que isso seja devido, principalmente, à força das nossas marcas e às características de resiliência a crises econômicas do arroz e feijão.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro





Ademais, conforme demonstrado no item 10.2 (b) desta Proposta, variações dos preços de compra de arroz e feijão geralmente não afetam de forma significativa nossa margem bruta. No entanto, o valor nominal do nosso lucro bruto é mais suscetível, conforme o caso, a flutuações nos preços de arroz e feijão, resultando, consequentemente, em uma maior ou menor necessidade de capital de giro.

O restante do nosso custo de matérias-primas é composto principalmente pelo custo de compra de açúcar e pescados (sardinha e atum). Quanto aos pescados, adquirimo-los no mercado local, porém, caso haja redução na produção local, a aquisição é realizada no mercado internacional, o que tende a aumentar a pressão no nosso custo de compra dessa matéria-prima.

No que tange ao custo de compra do açúcar, possuímos um contrato de fornecimento de longo prazo, sob condições de *take-or-pay*. Para mais informações sobre esse contrato, vide item 4.1 (e) e 7.3(e) (ii). Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar nosso resultado operacional. Nosso custo de compra do açúcar baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto nosso preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ cristal como uma de suas referências. De tal sorte, dependendo da nossa capacidade de repassar os custos de nossos insumos aos nossos clientes, nosso resultado operacional poderá ser afetado.

Preços internacionais

Os preços das matérias-primas que compramos são denominados em reais. No entanto, o preço internacional do arroz tem influência sobre nossas exportações e o preço internacional do açúcar também afeta nossos resultados operacionais.

Preço internacional do arroz

O preço internacional do arroz, que é determinado com base no preço do arroz tailandês, tem influência sobre nossas exportações, principalmente as da SAMAN, que têm um prêmio sobre o preço internacional de arroz. Quanto ao preço no mercado brasileiro, o efeito do preço internacional do arroz é diretamente relacionado a uma maior ou menor alocação dos nossos produtos para exportação, na medida em que o preço internacional de arroz seja menos atrativo do que os preços praticados no mercado doméstico, volumes que seriam originalmente destinados para exportação são distribuídos no mercado doméstico.

A tabela abaixo demonstra o impacto da variação do preço internacional de arroz nas exportações do Uruguai:

Exportações Uruguai	2017	2018	2019
Toneladas	450,8	365,4	375,8
USD milhões	216,3	178,1	170,2
USD por tonelada	479,82	487,48	452,83

Nessa linha, acontecimentos de mercado podem influenciar de maneira significativa o preço de venda de arroz para exportação. Em 2018, o preço internacional de arroz chegou a um patamar médio de US$445 por tonelada (Branco Tailandês 100% B Tipo 2), recuperação de 7,2% no preço em relação a 2017. Já em 2019, houve redução no preço (-2,2%), atingindo o valor de US$435 por tonelada. O preço médio do período janeiro abril de 2020 aumentou 18,7% em relação ao mesmo período de 2019, passando de US$427 por tonelada para US$507 por tonelada. A tabela abaixo demonstra a variação do preço internacional de arroz:

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Export prices for rice

		Thai White 100% B Second grade	Thai Parboiled 100%	U.S. Long Grain #2, 4%	Thai 5%	Viet 5%	Uru 5% 1/	India 25%	Pak 25%	Thai 25%	Viet 25%	Thai A1 Super 2/	U.S. California Medium Grain #1, 4%	Pak Basmati 3/	Thai Fragrant 4/
		US $/tonne, f.o.b.													
2015		395	392	490	386	353	541	337	318	373	334	327	857	849	1 008
2016		407	410	438	396	347	473	333	327	385	332	348	651	795	768
2017		415	421	456	398	372	499	361	350	384	351	334	673	1 131	843
2018		445	431	531	421	412	497	374	360	408	391	365	888	1 023	1 167
2019		435	428	500	418	340	488	361	324	410	323	385	850	982	1 212
2019															
	April	429	423	486	413	355	490	359	328	404	334	374	864	983	1 185
	May	425	422	481	409	354	489	360	327	401	333	374	853	1 004	1 186
	June	436	431	479	420	333	486	361	324	411	308	382	850	1 038	1 187
	July	431	428	499	415	332	483	363	325	408	316	387	850	1 031	1 172
	August	444	440	508	428	336	480	365	327	419	317	389	850	1 039	1 248
	September	444	440	508	427	316	486	363	334	421	304	399	851	1 045	1 298
	October	440	430	509	424	338	485	363	324	418	325	398	845	989	1 271
	November	439	425	511	422	341	488	357	319	415	324	395	820	976	1 208
	December	449	434	515	432	344	493	355	320	423	324	394	815	943	1 165
2020															
	January	468	458	533	451	346	492	357	332	440	331	404	822	961	1 156
	February	467	457	558	450	362	490	359	341	442	342	414	840	988	1 110
	March	509	507	581	494	404	490	355	348	477	379	421	853	911	1 084
	April	582	573	636	566	447	513	371	397	537	420	442	926	999	1 147
2019	Jan.-Apr.	427	422	499	410	348	491	360	322	402	332	376	866	929	1 202
2020	Jan.-Apr.	507	499	577	490	390	496	361	354	474	368	420	860	965	1 124
% Change		18.6	18.2	15.5	19.6	12.1	1.1	0.1	10.1	17.9	10.7	11.7	-0.7	3.8	-6.5

Fontes: Livericeindex.com, Departamento Tailandês de Comércio Exterior (Thai Department of Foreign Trade DFT) e outras fontes públicas.

(1) Arroz branco grão longo, fob fcl.

(2) Arroz branco partido.

(3) Basmati comum até maio de 2011. Super grão basmati branco 2% a partir de junho de 2011.

(4) Arroz Hom Mali, tipo A.

Obs.: Dados podem ter sido sujeitos a revisão devido a indisponibilidade temporária e/ou atraso na publicação das cotações semanais de preço.

Preço internacional do açúcar

O preço do açúcar no mercado brasileiro tende a acompanhar o preço internacional do açúcar determinado na Bolsa de Açúcar de Nova York. Em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do açúcar é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é misturado à gasolina vendida no mercado brasileiro e também é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço do açúcar. Vale notar que a partir da implementação pela Petrobras em abril de 2017 de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, a correlação entre o preço do etanol e açúcar passou a ser significativa.

Taxas de Câmbio

A tabela abaixo evidencia o impacto das taxas de câmbio na nossa receita bruta de vendas na América Latina quando da conversão para reais, para fins de consolidação:

	2017	2018	% 2017/2018	2019	% 2018/2019
Taxa de Câmbio - Média					

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Reais por Dólares	3,2034	3,7387	16,7	4,0279	7,7
Reais por Pesos Chilenos	0,0050	0,0057	14,4	0,0056	-2,6
Reais por Novos Soles	0,9864	1,1318	14,7	1,2058	6,5
Reais por Pesos Argentinos	0,1877	0,1257	-33,1	0,0789	-37,2
Receita Bruta - R$ milhões					
Uruguai	880	892,4	1,4	902,2	1,1
Chile	378,4	450,1	18,9	467,0	3,8
Peru	373,7	386,8	3,5	444,4	14,9
Argentina	30,5	21,9	-28,2	0,0	-100,0

Conforme demonstrado acima, a conversão do resultado das controladas afeta diretamente o resultado da Companhia, em especial, a conversão da SAMAN, que aumenta o resultado com a depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e diminui com a apreciação do real em relação ao mesmo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil onde há uma parte significativa de nossas operações. Somos afetados principalmente pela taxa de inflação, variação da taxa de câmbio do real em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Caso haja uma desvalorização do real frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2019, 2018 e 2017, não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação da controlada La Loma Alimentos S.A.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia efetivou a alienação da controlada La Loma Alimentos S.A., pelo montante de US$5,5 milhões ou R$22,7 milhões para as empresas Herba Foods, S.L.U. e Herba Ricemills, S.L.U, que integram o grupo Ebro, extinguindo assim, sua participação direta e indireta, na referida controlada. A subsidiária La Loma Alimentos S.A. representava até o momento um único investimento na Argentina, com representatividade de aproximadamente 0,7% do total da receita líquida de vendas consolidada e 1,1% do volume consolidado da Companhia.

Aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda.

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda., cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 26 de outubro de 2018. Foi acordado o pagamento de R$180,0 milhões, dos quais R$140,0 milhões foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R$40 milhões foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação adquirida. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento contingente de R$10,3 milhões, líquidos dos honorários advocatícios pagos para efetivação de créditos fiscais. A aquisição da SLC Alimentos Ltda. representa aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos. Com base nos resultados disponíveis no anúncio de aquisição, de janeiro a dezembro de 2017, a SLC Alimentos S.A. atingiu Receita Líquida de R$512 milhões e EBITDA de R$32 milhões em 2017. O volume da Companhia no mesmo período foi de aproximadamente 205 mil toneladas de arroz e 16 mil toneladas de feijão em 2017. A fim de integrar resultados e sinergias esperadas da aquisição, o Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2019, aprovou a incorporação da subsidiária, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SLC Alimentos Ltda. Em 1 de março de 2019, a incorporação foi aprovada pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária.

Aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A. no Chile

Em 22 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios *Pet Food* da Empresas Iansa S.A. (“LDA”). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Camil para novas categorias. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. O valor final da operação totalizou CLP37,0 bilhões de pesos chilenos, equivalente em fevereiro/2020 a aproximadamente R$200 milhões de reais (ou US$48 milhões de dólares). Com base nos resultados disponíveis no anúncio de aquisição, de janeiro a dezembro de 2018, a LDA atingiu Receita Líquida de R$136,3 milhões e EBITDA de R$20,3 milhões (dados convertidos pelo câmbio médio do período). A conclusão da transação está sujeita a aprovações usuais a este tipo de operação. Durante esse período, as companhias continuam operando de forma independente.

(c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não teve eventos ou operações não usuais ocorridos no exercício de 2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis e

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, as novas normas contábeis, a seguir citadas, não impactaram substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia fez uma análise detalhada da aplicação das normas CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros eCPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e não houve impactos significativos. Para a IFRS 15, o relatório final (realizado por E&Y) detalhou todos os tipos de devoluções, descontos e bonificações, mas ao final nenhum deles foi material e nossa apuração da receita permanece inalterada.

Em 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia de 0,49% a.m. e o ativo de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos. Ao final do período a Companhia registrou um ativo de direto de uso no montante de R$90,3 milhões e um passivo de arrendamento de R$91,4 milhões. Quanto ao resultado, o impacto se deu pela redução anual na rubrica de despesas de locação que passou a ser reconhecida como despesa de depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos. No consolidado, o impacto no resultado foi de R$33 milhões de despesa de depreciação e R$5,7 milhões de despesas com juros.

Em 2019, além da norma mencionada no parágrafo acima, a Companhia analisou o IFRIC23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade) e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Após levantamento e análise de dados feitos por uma consultoria especializada (Grant Thornton) a Companhia concluiu a sua análise e entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, classificado como perda possível tendente à remota por nossa Administração e assessores legais.

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais findos em 28 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2019, o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva. Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 os auditores independentes incluíram um parágrafo de ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes nas demonstrações de fluxos de caixa, em decorrência da exclusão dos valores oriundos da aquisição de combinação de negócios da SLC Alimentos Ltda., os valores correspondentes referentes ao exercício anterior nas demonstrações de fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Porém, tal assunto não modificou a opinião dos auditores independentes ao fato de que as demonstrações financeiras apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 29 de fevereiro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos e estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Nossas demonstrações financeiras contêm, portanto, diversas estimativas contábeis. Apesar de revisarmos periodicamente as estimativas contábeis que utilizamos na elaboração das nossas demonstrações financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de nossas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhes são inerentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço publicado, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em relação aos saldos de ágios decorrentes de combinações de negócios, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

decisões de tribunais. A Administração da Companhia considera essa política contábil crítica devido ao alto grau de julgamento realizado na estimativa de perda nas demandas, aliadas ao acompanhamento de mudanças de entendimento sobre os assuntos nas várias esferas de julgamentos processuais.

Tributos

Os tributos são apurados pela Companhia em observância da legislação tributária em vigor. A interpretação da norma contábil IFRIC 23 (ICPC22) esclarece como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e mensuração do Pronunciamento Contábil CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento aplicável aos tributos incidentes sobre o lucro. Nesse sentido, a Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar os tributos incidentes sobre o lucro (IRPJ e CSLL), correntes ou diferidos ativos ou passivos, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (ou prejuízo fiscal), bases fiscais, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando a interpretação desta norma. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação do tratamento adotado pelas autoridades fiscais e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial. Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados.

A Administração da Companhia entende que as metodologias são apropriadas considerando que os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de março de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia considera a política contábil de arrendamentos como crítica, em razão das várias estimativas e julgamentos a serem utilizados, tais como : i) a magnitude dos valores envolvidos num primeiro ano de adoção da norma; ii) a avaliação na qual envolve julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil; e, iii) os potenciais impactos nos indicadores que são utilizados na análise de atendimento de cláusulas restritivas (covenants) sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia no último exercício social está registrado no balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial do último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial do último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial do último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial do último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

(b) natureza e o propósito da operação

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, a Companhia realizou os seguintes investimentos:

(em milhões de reais)	2017	2018	2019
Expansão e eficiência das linhas de produção	**40,1**	**336,0**	**77,4**
Expansão e eficiência das Linhas de produção (Brasil) (*)	9,3	312,1	68,4
Expansão e eficiência das Linhas de produção (LATAM)	30,8	23,9	9,0
Sustentação do níveis de produtividade	**49,0**	**61,2**	**64,4**
Sustentação do níveis de produtividade (Brasil)	34,4	47,5	18,0
Sustentação do níveis de produtividade (LATAM)	14,6	13,8	46,4
Outros investimentos em imobilizado	**9,1**	**-**	**-**
Total	**98,2**	**397,2**	**141,8**

(*) Considera-se a aquisição da empresa SLC Alimentos Ltda. em 2018

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos no valor de R$169,2 milhões, representando principalmente o Capex de (i) manutenção e sustentação dos níveis atuais de produção; (ii) expansão da capacidade de produção e armazenagem; e (iii) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos, sendo R$146,5 milhões no segmento Alimentício Brasileiro e R$22,7 milhões no segmento Alimentício Internacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures (CRAs).

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes das atividades de financiamento mediante a concessão de linhas de crédito e recursos originários das atividades operacionais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia informam que não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

(a) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores informam que a Companhia não realizou aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva no exercício social de 2017.

10.8 - Plano de Negócios

Para o exercício de 2018, os Diretores na Companhia afirmam que a aquisição da SLC Alimentos Ltda. representou aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos. Com esta nova controlada, a Companhia passou a ter duas novas unidades industriais sendo uma em Paraíso do Tocantins/TO e Capão do Leão/RS, ampliando a capacidade produtiva o otimizando a logística.

No exercício de 2019, a Companhia inaugurou duas novas unidades, uma em Suape/PE com produção multicategoria em arroz, feijão e açúcar e em Barra Bonita/SP para produção e empacotamento de açúcar. Investimos em fábricas modernas e automatizadas, nos auxiliando na expansão e fortalecimento da presença do Nordeste e aumentando nossa competitividade e eficiência em açúcar, ampliando a capacidade produtiva.

Em 22 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A. (“LDA”). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com tendências positivas de crescimento do segmento com capacidade de expansão e potenciais sinergias nos setores industrial, operacional e comercial. A LDA possui uma planta industrial estrategicamente localizada no Sul de Santiago, Chile com 4.500 toneladas/mês de capacidade. A conclusão da transação está sujeita à aprovações de condições usuais a este tipo de operação. Durante o período, as companhias continuam operando de forma independente.

(b) novos produtos e serviços:

Com o anuncio de aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A. (“LDA”), a Companhia prevê a inclusão de uma nova categoria de produtos no Chile. A LDA possui um mix de produtos contemplando diversas categorias de rações para animais doméstico (seca, úmida e petiscos), especificamente para cães e gatos de todas as idades (filhotes, adultos e sênior), com um portfólio que inclui marcas líderes e marcas de ocupação. Ressaltamos que a conclusão da transação está sujeita à aprovação de condições usuais a este tipo de operação. Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui outros novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, não há projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades a serem divulgadas neste Formulário de Referência.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

Não houve divulgação de projeções pela administração da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. Assembleia Geral e Adminsitração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

A estrutura administrativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto no artigo 15 de seu Estatuto Social. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e pode ser instalado a pedido dos acionistas da Companhia. Além destes órgãos, a Companhia possui também em sua estrutura administrativa três comitês estatutários, sendo o Comitê de Auditoria, o Comitê de Finanças e o Comitê de Gente e Gestão e um comitê não estatutário, o Comitê de Ética, instalado formalmente pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de maio de 2019.

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, eleitos pelo sistema de chapas ou voto múltiplo, caso solicitado pelos acionistas podendo a Assembleia Geral definir se serão eleitos um ou mais suplentes. Os conselheiros são eleitos para mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme deliberação da Assembleia Geral que os eleger, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 (sete) membros titulares, sendo 4 (quatro) membros independentes conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração da Companhia ainda possui regimento interno próprio, aprovado pela totalidade de seus membros na Reunião do Conselho de Administração em 9 de setembro de 2019, disponível no website de relações com investidores da Companhia, bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários.

O artigo 20 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração deve realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, de seu presidente, ou vice-presidente, ou por 2 (dois) conselheiros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração serão aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações e, além destas, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social:

(a) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;

(c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

(d) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(e) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado

(f) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(g) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimento, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(h) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(i) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(j) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(k) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(l) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, ou a contratação de seguros garantia ou carta fiança pela Companhia, em valor superior a R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(m) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(n) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(o) prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a terceiros no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no item "q" abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração; e

(p) a aprovação de qualquer transação entre partes relacionadas, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, à Companhia, bem como o quanto disposto na política de transação com partes relacionadas da Companhia, exceto as seguintes operações que independerão de autorização por parte do Conselho de Administração: (i) transações entre a Companhia e quaisquer Investidas, no curso normal de seus negócios; e (ii) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, salvo, em ambos os casos, quando os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a eles vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

No último exercício social, em uma oportunidade foi realizada reunião conjunta entre os membros do Conselho de Administração e os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, para discussão dos principais temas acompanhados durante o período. Ademais, os membros independentes do Conselho de Administração, que também integram os Comitês Estatutários da Companhia, informam o órgão sobre as pautas discutidas no âmbito do comitê de que fazem parte, contribuindo para que todas as discussões realizadas nos diferentes órgãos da Companhia tenham um melhor alinhamento.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A avaliação do trabalho da auditoria independente da Companhia e a apreciação de propostas de eventual contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente da Companhia são de competência do Comitê de Auditoria, que deve reportar ao Conselho de Administração seu parecer sobre o assunto. Adicionalmente, quando o Conselho Fiscal estiver instalado, se tais serviços extra-auditoria se relacionarem com as matérias de sua competência, tal assunto também será encaminhado para avaliação deste órgão.

Comitês de Assessoramento Estatutários e Não-Estatutários

Conforme artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidos pelo Conselho de Administração. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração e poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira; (ii) governança corporativa, conduta e ética; e (iii) remuneração e desenvolvimento humano e organizacional. Atualmente, a Companhia possui os seguintes Comitês de Assessoramento:

(a) Comitê de Finanças;

(b) Comitê de Gente e Gestão; e

(c) Comitê de Ética.

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar e recomendar a aprovação das políticas de finanças corporativas da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação; (b) analisar periodicamente o orçamento, os resultados mensais, trimestrais e anuais, o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (c) analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da companhia e suas consequências nos resultados da companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (d) sugerir parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e recomendar as políticas a serem utilizadas; (e) avaliar o fluxo de caixa, balanço e resultados da companhia frente a volatilidade de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities; (f) propor medidas de proteção para os riscos financeiros constantes do item “e” e recomendar alterações quando necessário; (g) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas, bem como acompanhar quaisquer operações e negociações; e (h) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da companhia nos mercados brasileiro, bem como as opiniões dos principais analistas de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido.

O Comitê de Finanças é composto por entre 3 (três) ou 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 (um) membro do conselho de administração, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Finanças devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações Atualmente, o Comitê de Finanças é composto por 3 (três) membros.

O Comitê de Finanças reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Finanças.

O Comitê de Finanças possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de janeiro de 2018, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Gente e Gestão

O Comitê de Gente e Gestão é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) analisar as políticas, estruturas e práticas de Desenvolvimento Humano e Organizacional ("DHO") propostas pela Diretoria, considerando as melhores práticas adotadas por empresas nacionais e estrangeiras, bem como das estratégias e contexto de oportunidades e riscos a que a companhia está exposta; (b) examinar, discutir e recomendar mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, para todos os Diretores e membros do Conselho da companhia; (c) analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho de Administração, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores; (d) analisar e contribuir permanentemente com os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho da companhia; (e) acompanhar e contribuir de forma continuada com os planos de retenção e sucessão para os níveis de Presidente e Diretores; (f) recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da companhia, e focada na construção de resultados sustentáveis; (g) acompanhar periodicamente os principais indicadores de DHO da companhia e seus respectivos planos de ação; (h) promover a integração dos profissionais da companhia, suas subsidiárias e controladas localizadas em diferentes departamentos e geografias; e (i) participar de processos seletivos de candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

O Comitê de Gente e Gestão será composto por, no mínimo, 4 (quatro) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 conselheiro independente, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Gente e Gestão devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente, o Comitê de Gestão é composto por 5 (cinco) membros, sendo o sr. Carlos Alberto Júlio, membro independente do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Gente e Gestão possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de janeiro de 2018, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração, sendo uma instância consultiva e de apoio, que visa à observância e o cumprimento das normas de conduta definidas no Código de Ética, regulação e legislação vigente aplicáveis à Companhia e possui as seguintes funções: (a) deliberar e acompanhar os planos de trabalho, planos de ação e demais temas apresentados ao Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (b) analisar e definir como proceder nas situações não previstas no Código de Ética da Companhia; (c) esclarecer dúvidas de interpretação das diretrizes do Código de Ética; (d) avaliar os riscos associados ao descumprimento do Código de Ética para recomendar de uma forma macro quais ações deverão ser realizadas conforme o risco associado, mantendo uma uniformidade em eventuais medidas disciplinares a serem realizadas; (e) analisar os relatórios gerenciais sobre os relatos do Canal de Denúncias; (f) acompanhar o andamento das apurações e investigações demandadas pelo comitê; (g) revisar e propor atualizações ao Código de Ética sempre que necessário; (h) patrocinar e apoiar as ações voltadas para a disseminação e manutenção da cultura ética na Companhia; (i) recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do Comitê; (j) apresentar ao Conselho de Administração informações gerenciais sobre a atuação do Comitê e envolvê-los em ações específicas para reforçar a Ética na Companhia sempre que pertinente.

O Comitê de Ética será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros nomeados para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução ao cargo. No exercício social encerrado em 28.02.2020, o Comitê de Ética era composto por 3 (três) membros, quais sejam, Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Gente e Gestão.

O Comitê de Ética possui regimento interno próprio, na Reunião do Conselho de Administração em 9 de setembro de 2019, disponível no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela legislação aplicável, especialmente pela Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999 e respectivas alterações, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes ("ICVM 308"), além do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), pelo disposto nos artigos 30 e seguintes do Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

As funções e responsabilidades atribuídas ao CAE no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, são as seguintes: a) assistir ao Conselho de Administração em assuntos relativos à Contabilidade, Controles Internos, Reportes Financeiros, Auditoria e Compliance; b) opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como opinar sobre a remuneração dos auditores independentes e os termos propostos de sua contratação; c) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; d) aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra auditoria prestados pelo auditor independente; e) supervisionar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade dos seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; f) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; g) avaliar a qualidade e eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; h) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais, bem como a política de gestão de riscos da Companhia; i) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; j) avaliar o cumprimento pela administração da Companhia das recomendações feitas pelo Comitê e das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; k) propor e avaliar mudanças nos princípios e práticas contábeis da Companhia; l) entender e analisar os assuntos que possam ter impactos financeiros da Companhia; m) acompanhar a atuação dos órgãos reguladores e de supervisão em temas relevantes, bem como as informações, comunicações e relatórios a eles endereçados; n) acompanhar o *Compliance* da Companhia; o) propor ao Conselho de Administração alterações no regimento interno do Comitê; p) possuir meios para recepção, retenção e tratamento de informações acerca de erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria, controles internos e demonstrações financeiras, bem como do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; q) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado junto com as demonstrações financeiras da Companhia, e relatório anual circunstanciado, a ser arquivado pela Companhia, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independentes e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE, em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e r) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

No exercício de suas funções, o Comitê avaliará, em conjunto com a auditoria independente: a) todas as políticas e práticas contábeis críticas, a serem adotadas pela Companhia na preparação de seus relatórios contábeis-financeiros; b) todos os tratamentos alternativos das informações financeiras, no que se refere às práticas contábeis, que tenham sido discutidas com a administração da Companhia, assim como seus possíveis desdobramentos e recomendações da auditoria independente; e c) quaisquer problemas ou dificuldades identificadas no decorrer dos trabalhos da auditoria independente, tais como limitação no escopo, restrição a acesso a informações, pontos de discordância com a administração da Companhia.

O CAE também será responsável pelo recebimento de denúncias, inclusive sigilosas, garantindo a proteção do denunciante e confidencialidade das informações prestadas, sobre matérias relacionadas: (a) ao seu escopo de atividade; e (b) ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos, políticas e códigos internos. As conclusões e recomendações do Comitê decorrentes de eventuais denúncias por ele recebidas serão obrigatoriamente relatadas pelo Coordenador: (i) ao Conselho de Administração, sempre que as denúncias envolverem membro da Diretoria da Companhia; e (ii) ao Diretor responsável, nos demais casos.

O CAE é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, respeitados os limites previstos em lei ou em regulamento aplicável, sendo que: (a) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deve ser membro independente do Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (b) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Instrução ICVM 308; (c) um mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nos itens “a” e “b” retro.

É vedada a participação, como membros do CAE, dos Diretores da Companhia, de suas Investidas, de seus controladores, de coligadas ou sociedades de comum controle. Os membros do Comitê devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações e em seu Regimento Interno. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, sendo o sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero, membro independente do Conselho de Administração.

Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão, na mesma Companhia, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato.

O Conselho de Administração poderá, a seu critério, convidar o Presidente do Conselho de Administração e/ou especialistas para participação nas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do presente Comitê, na qualidade de membros *ad-hoc*, sem direito a voto.

O CAE tem um coordenador, eleito pelos seus membros, cujas atividades estão definidas em seu regimento interno e reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente, e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê.

Para o desempenho de suas funções, o CAE disporá de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, bem como conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, incluindo a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O Comitê de Auditoria reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu coordenador, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2020, disponível no website de relações com investidores da Companhia.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem como competência: (i) avaliar os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas por meio de uma abordagem padronizada e disciplinada; (ii) avaliar a eficácia dos controles internos; e (iii) aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão.

A Auditoria Interna foi estruturada visando o fortalecimento da governança corporativa na Companhia, razão pela qual norteia-se pelos seguintes princípios:

(i) Riscos devidamente identificados e controlados;
(ii) Informações financeiras, gerenciais e contábeis íntegras e disponíveis;
(iii) Ações dos colaboradores de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia;
(iv) Recursos adquiridos ao menor custo, empregados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
(v) Qualidade e melhoria contínua.

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, anualmente, por meio da análise do relatório emitido pelo Comitê de Auditoria, o qual analisa o conhecimento dos auditores, planejamento dos trabalhos para o exercício, níveis de relevância e das áreas de riscos por eles identificados, bem como a satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria Estatutária ("Diretoria") é o órgão que gere os negócios da Companhia e que se reúne sempre que necessário, podendo ser convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto. A Diretoria é constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, sem designação específica, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, permitida a cumulação de cargos. Os mandatos dos diretores serão unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) diretores.

A Diretoria da Companhia possui regimento interno próprio, aprovado na Reunião do Conselho de Administração em 9 de setembro de 2019, disponível no website de relações com investidores da Companhia, bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

As funções e responsabilidades atribuídas à Diretoria no Estatuto Social da Companhia são as seguintes,:

(a) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;

(b) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(c) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(d) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(e) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir, dar e receber quitação, conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(f) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

(g) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Além das funções e responsabilidades atribuídas à Diretoria no Estatuto Social da Companhia, foram estabelecidas no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de setembro de 2019, as seguintes funções e responsabilidades:

(a) gerir os negócios da Companhia, com observância aos limites de risco e às diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração;

(b) executar a política de gestão de riscos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a Companhia está exposta;

(c) implementar e manter mecanismos do gerenciamento de riscos, dos controles internos e do programa de integridade/conformidade (compliance);

(d) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente;

(e) estabelecer normas e políticas para o funcionamento da Companhia;

(f) prevenir e administrar situações de conflito de interesses; e

(g) atuar de maneira a preservar a perenidade dos negócios da Companhia, dentro de uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade financeira, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental, ética e de boa governança corporativa.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a competência do Diretor Presidente para coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e

(c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando às seguintes atribuições:

(a) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e no exterior;

(b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(e) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando às seguintes atribuições:

(a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia;

(b) elaborar e controlar o plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;

(c) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;

(d) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

(e) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais

(g) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(h) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras;

(j) estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação; e

(k) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às atividades financeiras da Companhia.

Compete, ainda, ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração, estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 28, determina que seu Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, observado o disposto na legislação e regulamentações aplicáveis e, quando instalado será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho Fiscal, que é um órgão independente da Administração da Companhia, reportando para os próprios acionistas, são aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o artigo 29 do Estatuto Social determina que, quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não poderá ser composto por (i) membros de Conselho de Administração da Companhia; (ii) membros da Diretoria da Companhia; (iii) empregados da Companhia; (iv) acionistas da Companhia; (v) empregados de sociedade controlada pela Companhia ou de sociedade do mesmo grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

Sem prejuízo do disposto na Lei das S.A., o Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da regularidade dos atos praticados pelos administradores da Companhia e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatuários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e sobre elas opinar; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) solicitar aos auditores independentes da Companhia

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

esclarecimentos ou informações, bem como a apuração de fatos específicos, a pedido de qualquer de seus membros; (i) assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, nas quais forem deliberados os assuntos em que devam opinar; e (j) comparecer, ao menos um dos membros do Conselho Fiscal, às Assembleias Gerais da Companhia e responder aos eventuais pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou de qualquer dos Conselheiros. As convocações das reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas por escrito, por qualquer meio disponível, inclusive correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto quanto aos assuntos que exijam apreciação urgente, as quais poderão ser convocadas em prazos inferiores aos anteriormente previstos. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas no escritório corporativo da Companhia, podendo, também e excepcionalmente, ocorrer em outro local. A participação dos membros do Conselho Fiscal nas reuniões será preferencialmente presencial, podendo também ser realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica.

Tendo em vista a solicitação feita por acionistas minoritários detentores de ações representativas de 11,92% do capital social votante da Companhia, o Conselho Fiscal da Companhia foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2020 com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2021.

O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, aprovado pela totalidade de seus membros na Reunião do Conselho Fiscal em 6 de julho de 2020.

d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O Comitê de Gente e Gestão analisa os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia. Na data de entrega deste Formulário de Referência, os mecanismos para a avaliação dos membros do Conselho de Administração não haviam sido formalizados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Item 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de Convocação

A Lei das Sociedades por Ações determina a convocação dos acionistas para as assembleias gerais mediante a publicação de três anúncios em órgão oficial da União ou dos Estados ou do Distrito Federal, sendo no caso da Companhia o "Diário Oficial do Estado de São Paulo", e em outro jornal de grande circulação, no caso da Companhia, o jornal "Valor Econômico". Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, a convocação deverá ser feita com no mínimo 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Caso a assembleia não seja realizada nesta primeira convocação, será publicado anúncio de uma segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral, e interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM nº 372/02, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer conselheiro, e na ausência destes, qualquer diretor, indicado pela maioria dos acionistas presentes.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

b. Competências

Os acionistas da Companhia poderão, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

O Estatuto social prevê que compete à privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, bem como:

(i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(iii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(v) a política de distribuição de dividendos.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos: http://ri.camilalimentos.com.br/ , http://www.cvm.gov.br e http://www.b3.com.br/pt_br/.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados no escritório corporativo da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação e regulamentação aplicável, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco a Companhia possui política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, a Companhia observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04.11.2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração:

a) **Pessoas Físicas**: a procuração.

b) **Pessoas Jurídicas**: cópia simples do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.

c) **Fundos de Investimento**: cópia simples do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e a correspondente procuração.

Além dos documentos pessoais e de representação, a Companhia também solicita o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custodia.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

De modo a facilitar os trabalhos, nos termos do Estatuto Social, solicitamos que os acionistas representados por procuradores preferencialmente enviem cópia dos documentos acima elencados por e-mail, correio ou portador para a sede da Companhia com antecedência mínima de 2 (dois) dias das respectivas assembleias gerais.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do boletim de voto a distância deverá encaminhar diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores no endereço do escritório corporativo da Companhia localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, em até 7 (sete) dias antes da assembleia, os seguintes documentos: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado em conformidade com os documentos de representação (a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma do boletim de voto); (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e (iii) cópia simples dos seguintes documentos de representação:

(a) **Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante);

(b) **Pessoas Jurídicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), contrato/estatuto social consolidado e comprovação de poderes de representação; ou

(c) **Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista poderá também, se preferir, encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@camil.com.br, as vias digitalizadas do Boletim de Voto a distância e a documentação listada acima, sendo que, neste caso, também será necessário o envio da via original do Boletim de Voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos ao endereço da Companhia, obedecidos os procedimentos e prazos descritos abaixo.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente, em até 3 (três) dias do seu recebimento, se o boletim e os documentos recebidos (i) são suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância e documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância.

No exercício social de 2020, a Companhia optou por realizar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), de modo parcialmente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia para acesso no dia e horário da AGOE, nos termos da Instrução CVM 481.

Conforme disposto no artigo 5º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 481, foi solicitado aos acionistas que optaram por participar da AGOE por meio de sistema eletrônico que encaminhassem uma solicitação neste sentido diretamente à Companhia, com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização AGOE, acompanhada dos documentos listados no item "Participação Presencial" do Edital de Convocação da AGOE, disponível no website da Companhia, http://ri.camilalimentos.com.br/, sendo estes:

Acionistas Pessoas Físicas

a) Documento de identidade com foto; e
b) Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido até 4 (quatro) dias úteis antes da data da AGOE pela instituição financeira responsável pela custódia das ações.

Acionistas Pessoas Jurídicas

a) Último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores);
b) Documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) com foto;
c) Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido até 4 (quatro) dias úteis antes da data da AGOE pela instituição financeira responsável pela custódia das ações; e
d) No caso de Fundos de Investimento, além do extrato indicado no item acima: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor, conforme o caso, com foto.

Acionistas Representados por Procuração

a) Além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida, outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do parágrafo 7º, do artigo 118, da Lei das

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Sociedades por Ações), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e

b) Documento de identificação do procurador com foto.

Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros devem apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração devem ser traduzidos na forma juramentada, não sendo necessária à sua notarização e consularização.

Aos acionistas que realizaram a solicitação em observância aos procedimentos indicados acima, a Companhia enviou, nos respectivos e-mails das solicitações, as instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGOE, sendo destacado que os dados para acesso eram únicos e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador ou representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre sua posse e sigilo.

O acionista que solicitou devidamente e tempestivamente sua participação por meio de sistema eletrônico e não recebeu da Companhia o e-mail com as instruções para acesso na AGOE até às 17:00 horas do dia anterior ao da assembleia, deveria entrar em contato com a Companhia até às 9:00 horas do dia da assembleia pelo telefone (11) 3039-9200 para fins do reenvio das informações de acesso ou disponibilização das referidas informações por telefone.

Caso haja necessidade de complementação de documentos ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do cadastro de participação por meio do sistema eletrônico, cumpre à Companhia entrar em contato com o acionista para solicitar os documentos e esclarecimentos necessários em tempo hábil que permita o envio das informações pertinentes pelo acionista.

É vedada a participação remotamente na AGOE, por meio do sistema eletrônico, dos acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo e nas condições estipulados, bem como aqueles que não atenderem as solicitações de complementação de documentos e esclarecimentos, sem prejuízo da possibilidade de participação presencial, observadas as devidas regras e procedimentos para tanto.

Conforme disposto no artigo 21-V, inciso III e parágrafo único, da Instrução CVM 481, o acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGOE (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata.

Ainda que o acionista tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, para fins de voto a distância, referido acionista tem a faculdade de cadastrar-se para participar da AGOE por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, desde que realize a solicitação no prazo e nas condições acima estipulados. Nesta hipótese, tal acionista

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

poderá (i) apenas acompanhar os trabalhos da AGOE; ou (ii) manifestar seus votos por meio do sistema eletrônico, devendo, neste caso, serem desconsideradas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim de Voto a Distância enviado por este acionista.

De forma a otimizar os trabalhos da AGOE e facilitar o acesso e identificação dos acionistas que irão participar remotamente, a Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE.

Além disso, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer falhas ou problemas operacionais de conexão, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia, que os acionistas eventualmente possam enfrentar e que dificultem ou impossibilitem suas participações por meio do sistema eletrônico.

Tais regras e procedimentos aplicáveis à participação dos acionistas da Companhia por meio da referida modalidade foram detalhadas no Manual para Participação na Assembleia, disponível no website da Companhia (http://ri.camilalimentos.com.br).

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que tiver interesse em incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração no boletim de voto a distância, deverá apresentar tais propostas, acompanhadas de seus documentos de representação e eventuais documentos pertinentes à proposta, para o endereço do escritório corporativo da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução CVM nº481/2009.

j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de páginas ou fóruns na Internet destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas da Companhia cujas ações estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes custodiantes, desde que os mesmos prestem tal serviço.

Os acionistas da Companhia cujas ações não estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para fins da votação a distância ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social (entre 01 de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020), o Conselho de Administração realizou 18 (dezoito) reuniões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 14 (quatorze) reuniões extraordinárias.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Atualmente, encontra-se vigente o acordo de acionistas celebrado, em 27 de julho de 2017, entre os acionistas controladores da Companhia, Srs. Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"), Luciano Maggi Quartiero ("Luciano"), Thiago Maggi Quartiero ("Thiago" e, em conjunto com Jacques e Luciano "Acionistas da Camil Investimentos") e Jairo Santos Quartiero ("Jairo"), e ainda, como intervenientes anuentes Camil Investimentos S.A., ("Camil Investimentos"), e os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero) ("AA da Camil Investimentos"), o qual dispõe sobre determinados mecanismos que vinculam o exercício do direito de voto da Camil Investimentos e dos Acionistas da Camil Investimentos na Companhia. Na presente data, o Sr. Jairo atua como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Jacques e Thiago atuam como membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. Luciano é Diretor Presidente da Companhia.

O AA da Camil Investimentos determina que sempre que for convocada uma (i) assembleia geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração; e (ii) reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia (conforme definido no AA da Camil Investimentos) para discutir, determinar e vincular o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na referida Assembleia Geral, e pelos Conselheiros Vinculados (conforme abaixo definido) na reunião do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do Conselho Fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a Camil Investimentos e Jairo poderão indicar 1 (um) ou mais candidato(s) para eleição ("Conselheiros Vinculados"). Caso eleitos, os Conselheiros Vinculados deverão exercer seus votos nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as deliberações das Reuniões Prévias, realizada com o fim específico.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Por fim, conforme disposto no AA da Camil Investimentos, o eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o referido acordo de acionistas ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Para gerenciamento de eventuais conflitos de interesses a Companhia adota, além das regras constantes na legislação e regulamentação aplicáveis, procedimentos específicos para identificação e administração de conflito de interesses, previstos nos artigos 22 e seguintes do Regimento do Conselho de Administração.

O membro do Conselho de Administração que, por qualquer motivo, tenha interesse particular ou conflitante em determinada deliberação, deverá abster-se de participar da discussão, votação e/ou deliberação do item, inclusive se ausentando da sala no momento da discussão e deliberação sobre o tema.

Caso o conselheiro conflitado não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outro membro dos órgãos de governança, que tenha ciência do fato, deverá fazê-lo, sendo o membro conflitado obrigado a seguir os procedimentos aplicáveis.

Em caso de dúvida quanto à existência ou não de algum potencial conflito de interesses, o membro deverá manifestar tal dúvida aos demais membros do Conselho, os quais decidirão se há ou não conflito de interesses.

As atas das reuniões do Conselho, nas quais se identificou potencial conflito de interesses devem descrever claramente, pelo menos:

a. O(s) nome(s) do(s) indivíduo(s) conflitado(s);
b. A tipificação dos interesses identificados que caracterizaram o conflito de interesses;
c. Se a iniciativa para identificação do conflito de interesses partiu do próprio membro ou de outro membro dos órgãos de Governança;
d. O registro da saída do membro durante o processo de deliberação; e
e. A abstenção do membro dentre os votos registrados (quando houver).

Ademais, ressalta-se ainda que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (artigo 156), os administradores não podem intervir em qualquer operação em que tenham interesse conflitante com a Companhia, sendo-lhes vedado o acesso a informações ou a participação em reuniões do Conselho de Administração relacionadas a tais assuntos. Também cabe a tais conselheiros cientificar os demais administradores do seu impedimento, e, conforme o caso, fazer consignar em ata a natureza e a extensão do interesse considerado conflitante.

Por fim, a Companhia ressalta que, nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

em situação de conflito de interesses.

Caso um conflito de interesses, que represente um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o Conselheiro conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Dessa forma, os Conselheiros deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

d. Se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. Órgão responsável pela aprovação da política, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Atualmente a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada. A administração da Companhia tem estudado modelos de políticas de indicação de membros do conselho de administração, a fim de estabelecer estrutura adequada à realidade da Companhia e avaliar sua implantação, como parte do processo de adequação às regras do Regulamento do Novo do Mercado da B3 –Brasil, Bolsa, Balcão que passou a vigorar em janeiro de 2018, aplicável à Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Nos termos do artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Flávio Jardim Vargas	02/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2020	junho de 2022	3
165.910.258-80	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/06/2020	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.		Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário			
Luciano Maggi Quartiero	18/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2020	junho de 2022	9
176.015.658-23	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/06/2020	Sim	0.00%
Acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Carlos Alberto Júlio	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	10
998.234.978-34	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Gente e Gestão					
José Antônio do Prado Fay	10/11/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	6
210.397.040-34	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/06/2020	Sim	95.00%
Membro do Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado.					
Piero Paolo Picchioni Minardi	29/06/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	3
051.575.478-11	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	93.00%
Membro do Comitê de ESG e Ética.					
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	16/12/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	1
327.836.588-79	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos Riscos e do Comitê de Auditoria					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Jairo Santos Quartiero	23/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	9
085.564.580-68	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Jacques Maggi Quartiero	07/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	3
157.083.508-06	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos e Riscos, Gente e Gestão, ESG e Ética e Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Thiago Maggi Quartiero	20/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	10
271.815.418-70	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2020	Sim	90.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos e Riscos, Gente e Gestão, ESG e Ética e Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Marcos Silveira	18/07/1967	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
073.561.798-81	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Maria Elena Cardoso Figueira	29/11/1965	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
013.908.247-64	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Eduardo Augusto Rocha Pocetti	06/08/1954	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
837.465.368-04	Administrador e Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Fernando Cruchaki de Andrade	04/09/1978	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
263.015.618-48	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Maria Cecilia Rossi	24/06/1960	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
038.192.128-09	Administradora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Ademir José Scarpin	02/03/1951	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
479.407.518-91	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

O Sr. Flávio é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e possui um MBA em finanças, com distinção, pela Leonard N. Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque. Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Financial Officer na Smiles S.A., e como diretor de finanças na Gol Linhas Aéreas S.A., sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Flávio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

O Sr. Luciano é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em finanças pelo IBMEC e curso de extensão em finanças pela University of California. Luciano iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1992, onde já atou como Diretor Financeiro e ocupa atualmente o cargo de Diretor Presidente. Além de ser membro da Diretoria Estatutária da Companhia, o Sr. Luciano é Diretor Vice Presidente da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador da Camil Alimentos S.A.) e Diretor das empresas Ciclo Logística Ltda., Empresas Tucapel S.A., Saman – S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., empresas que integram o grupo econômico da Companhia.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração de São Paulo, com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos foi membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009 e atualmente é membro independente do conselho de administração da Aramis Menswear, Grupo TV1 e GSA Alimentos, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenheira mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em sistemas industriais pelo COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/PETROBRAS. Trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A. e participa do conselho de administração da Camil Alimentos, Supremo Cimentos S. A., além disso é conselheiro da SECIL Cimentos S.A. e SEMAPA, SGPS, S.A. em Lisboa, Portugal, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. José declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da EMPEA (Emerging Markets Private Equity Association) desde 2012, sendo que referida empresa não integra o grupo econômico da Companhia e não é controlada por seus acionistas. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é socio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas e CVC. Atualmente, é membro do comitê de estratégia da CVC Turismo e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS , MASB incorporadora e Bematech. O Sr. Rodrigo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68

O Sr. Jairo trabalhou como representante de vendas e sócio diretor, desde 1972, na empresa Itaqui Comércio e Representação Ltda., sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Em 1990 tornou-se sócio diretor na Companhia e atuou como Diretor Presidente de 1991 até 2011. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração, órgão em que atua desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jairo é diretor das Empresas Tucapel S.A. e diretor presidente da Camil Investimentos S.A., que integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jairo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jairo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se Diretor de Marketing em 1999 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Atualmente, Jacques ocupa a posição de membro do Conselho de Administração da Companhia e é diretor da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador), que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Silveira - 073.561.798-81

O Sr. Marcos é Economista pela PUC-SP, Especialista em controladoria (FIA-USP), MBA em finanças (IBMEC), Mestre em administração de empresas (PUC-SP) e com programas avançados de gestão na London Business School em Londres e IESE/ISE – SP, Barcelona e Nova York. Foi CFO e COO por mais de 14 anos em empresas nos setores farmacêutico, tecnologia, aço e varejo, incluindo investidas de fundos de private equity, tais como Biosintética (Ache), Zamprogna, Biolab, Zatix e Livraria Cultura. Por mais de 12 anos atuou como executivo comercial, de produtos e tesouraria em bancos comerciais e de investimentos como Citibank, Lloyds Bank e Banco Pactual. Iniciou a carreira como auditor externo na KPMG. É membro do comitê de auditoria da Too Seguros. Participação e gestão de comitês de riscos e finanças em investidas de private equity e em Conselhos de Administração como executivo estatutário. Desenvolvimento em programa de riscos, compliance e governança na Risk University. Sólida experiência em transformações: venda, aquisição, reestruturação, captação de recursos, preparação para IPO e implantação de práticas de governança corporativa em diferentes segmentos da economia. Desde 2017 atua na AXIS Consultoria, onde é sócio fundador.

Maria Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64

A Sra. Maria Elena é Bacharel em economia pela PUC/RJ, concluiu o programa Senior Executive Management Program pela Universidade de Navarra – Espanha, conclui o MBA de Gestão do Luxo da Fundação Armando Alvares Penteado, o Curso para Conselheiros de Administração ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, além disso, a Sra. Maria Elena conclui o programa Senior Management Program pela IE Business School e um Programa de Certificação em GRC – Governance, Risk e Compliance pela KPMG Risk University. Profissionalmente, a Sra. Maria Elena foi Gerente de Impostos de setembro de 1991 a janeiro de 1999 na Arthur Andersen Consultoria Fiscal-Financeira, Diretora Adjunta de Planejamento Tributário de fevereiro de 1999 a janeiro de 2001 no Banco Santander Brasil S.A., Diretora de Contabilidade e Controle Financeiro de janeiro de 2001 a dezembro de 2002 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A., Diretora de Consultoria Tributária na KPMG Corporate Finance, membro Independente do Comitê de Auditoria, coordenadora e especialista financeira de agosto de 2004 a abril de 2012 no Banco Santander S.A., Presidente e membro do Conselho Consultivo e do Audit and Risk Committee no HSBC Bank Brasil S.A., sócia proprietária em Figueira Consultoria Econômica Eireli – EPP, Membro e presidente do Comitê Consultivo no HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento, Membro Independente do Comitê de Auditoria no Banco Santander (Brasil) S.A.e Membro Independente do Comitê de Auditoria nas Lojas Americanas S.A..

Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04

O Sr. Eduardo Pocetti possui Bacharel em Ciências contábeis pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Eduardo Pocetti atuou por 39 anos na função de auditoria contábil, coordenando trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis de empresas e conglomerados empresariais de diversos segmentos. Pocetti foi Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon para o triênio 2012-2014, membro do Conselho do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – triênio 2012-2014, presidente da BDO Auditores durante maio de 2004 até abril de 2011, sócio da KPMG de abril de 2011 a outubro de 2014, Presidente do Conselho de Administração do Ibracon para o triênio 2015-2017, sendo reeleito para a gestão 2018-2020, membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods desde abril de 2014, entre outras funções. O Sr. Eduardo Pocetti declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48

Executivo com mais de 20 anos de carreira em diversas culturas organizacionais, sólida formação e vivência em áreas operacionais e de custos. Atuou em posições estratégicas em Finanças nos últimos 15 anos, majoritariamente no setor varejista (multicanais) e de serviços, liderando iniciativas baseadas em colaboração, inovação e tecnologia com impacto ao cliente final. Especialista em integrar a gestão financeira às operações, negócios e canais de vendas; otimizando custos e potencializando a geração de receitas, desenvolvendo e treinando equipes internas e externas. Experiente em negociações de crédito e fornecimento sob extrema pressão.

Maria Cecilia Rossi - 038.192.128-09

A Sra. Maria Cecília é formada em Administração de Empresas, e é sócia fundadora da Interlink Consultoria para Mercado de Capitais. Nos últimos cinco anos, a Sra. Maria Cecília foi membro do Conselho Fiscal da CCR S.A. de abril/2017 a março/2020, membro do Conselho de Supervisão da BSM Supervisão de Mercados - empresa de autorregulação da B3 (2007 - 2019), presidindo-o de 2008 a 2010. Além disso, membro dos conselhos de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, SINDAPP e ICSS, como representante do IBGC desde 2019, do Conselho Consultivo da Assoc. Bras. de Private Equity e Venture Capital ABVCAP desde 2008 e do Conselho Consultivo do Fórum Mulheres em Destaque desde 2013.

Ademir José Scarpin - 479.407.518-91

Membro titular do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. Também é administrador de empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – SP e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró. É membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário da Hypera (ex-Hypermarcas), atua como Conselheiro Fiscal na Liq (ex-Contax), Investco, Transnordestina Logística e Esporte Clube Pinheiros e atua como Conselheiro Consultivo no Grupo Shark-Tratores. Atuou como Executivo Principal da Companhia Metalúrgica Prada. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A., Diretor Financeiro e de Controladoria nas empresas Engeform Construções e Comércio, Brasil Telecom e Grupo Vicunha. Iniciou sua carreira como auditor na PWC.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

N/A

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

N/A

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

N/A

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

N/A

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

N/A

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

N/A

Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68

N/A

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

N/A

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

N/A

Marcos Silveira - 073.561.798-81

N/A

Maria Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64

N/A

Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04

N/A

Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48

N/A

Maria Cecilia Rossi - 038.192.128-09

N/A

Ademir José Scarpin - 479.407.518-91

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	30/06/2020	junho de 2022
327.836.588-79		Economista		30/06/2020	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos						
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1950	30/06/2020	junho de 2022
212.107.217-91		Economista e Contador		30/06/2020	2	71.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.						
Marcelo Marcondes Leite de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/02/1963	30/06/2020	junho de 2022
045.485.938-45		Engenheiro		30/06/2020	2	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2020	junho de 2022
157.083.508-06	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Administrador		30/06/2020	2	95.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Gente e Gestão, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	30/06/2020	junho de 2022
327.836.588-79	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Economista		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2020	junho de 2022
271.815.418-70	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Empresário		30/06/2020	2	75.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Gente e Gestão, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Frances Yumi Fukuda Alvim	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/07/1981	30/06/2020	junho de 2022
220.822.968-14	Comitê de Gente e Gestão	Administradora		30/06/2020	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.						
Carlos Alberto Júlio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1957	30/06/2020	junho de 2022
998.234.978-34	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2020	junho de 2022
157.083.508-06	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2020	junho de 2022
271.815.418-70	Comitê de Gente e Gestão	Empresário		30/06/2020	2	92.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
José Antônio do Prado Fay	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/11/1953	07/01/2021	junho/2022
210.397.040-34	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Engenheiro		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	07/01/2021	junho de 2022
157.083.508-06	Comitê de ESG e Ética	Administrador		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	07/01/2021	junho de 2022
271.815.418-70	Comitê de ESG e Ética	Empresário		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/1960	07/01/2021	junho de 2022
051.575.478-11	Comitê de ESG e Ética	Engenheiro		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	07/01/2021	junho/2022

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
271.815.418-70	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Empresário		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de ESG e Ética. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)	07/08/1972	07/01/2021	junho/2022
157.083.508-06	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Administrador		07/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de ESG e Ética. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79 O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é socio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas e CVC. Atualmente, é membro do comitê de estratégia da CVC Turismo e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS , MASB incorporadora e Bematech. O Sr. Rodrigo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91 O Sr. Carlos Sá possui bacharelado em Economia (Cândido Mendes) e Ciências Contábeis (Morais Junior) e MBA em finanças pela PUC do Rio de Janeiro. O Sr. Carlos foi Diretor Financeiro na Castrol, Sobremetal e Vicom durante os anos 90, Diretor de Riscos e Auditoria Interna na GloboCabo/NET até 2003 e Sócio Diretor na KPMG de 2003 a 2010, atua na Cs Consult em São Paulo, desde 2010. Além da Camil, Carlos é membro do Comitê de Auditoria das Lojas Marisa S.A. desde 2011 e Moinho Paulista desde 2016, Conselheiro Fiscal na Itaú Holding desde 2016 e na Marfrig Global Foods, desde 2016. O Sr. Carlos Sá é professor nos cursos para Conselheiros de Administração do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) desde 2010, sendo Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45						

O Sr. Marcelo Leite possui bacharelado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica USP. O Sr. Marcelo atuou tanto na introdução de novas tecnologias de produtos como na gestão da operação para a indústria de meios de pagamentos, propiciando assim uma visão privilegiada que tem sido fundamental para a entrega de resultados. Sólida experiência em organizações com líderes globais, assim como em empresas brasileiras ligadas ao setor financeiro. O Sr. Marcelo também possui trajetória profissional reconhecida pelo sucesso na liderança de projetos desafiadores tais como “Migração EMV Chip MasterCard” no mercado brasileiro, Projeto “Internet Banking Unibanco”; Migração para cartão da carteira de vouchers, da VR; Migração de processadora de cartões da Alelo e a “Expedição 5 Continentes”. O Sr. Marcelo foi eleito “CIO do ano” na categoria Serviços pela revista InfoExame em 2008 e 2009, além de ser autor de “Estrada para os sonhos” publicado pela Editora Gente, já em sua terceira edição. O Sr. Marcelo residiu fora do país por 12 anos e atualmente lidera um empreendimento próprio. O Sr. Marcelo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se Diretor de Marketing em 1999 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Atualmente, Jacques ocupa a posição de membro do Conselho de Administração da Companhia e é diretor da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador), que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Frances Yumi Fukuda Alvim - 220.822.968-14

A Sra. Frances é formada com menção honrosa em Administração de Empresas pelo Insper e M.B.A nos Estados Unidos pela Wharton Business School. Atua como Principal na Warburg Pincus, empresa global líder em private equity. Sra. Frances ingressou no fundo em 2012 e foca em investimentos em diversos setores, como Varejo, Consumo, Saúde, Educação, Logística e Serviços. Sra. Frances é membro do Conselho de Administração da Sequoia Logística e da Petz. Nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Lidera também o processo de Geração de Valor das companhias do portfólio da Warburg Pincus Brasil. Anteriormente, de 2004 a 2010, Frances trabalhou na AmBev/ ABInBev, atuando em diversas áreas, incluindo a área de gestão estratégica para as operações da América Latina.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela Faculdade de Administração de São Paulo, com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos foi membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009 e atualmente é membro independente do conselho de administração da Aramis Menswear, Grupo TV1 e GSA Alimentos, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenheira mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em sistemas industriais pelo COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/PETROBRAS. Trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A. e participa do conselho de administração da Camil Alimentos, Supremo Cimentos S. A., além disso é conselheiro da SECIL Cimentos S.A. e SEMAPA, SGPS, S.A. em Lisboa, Portugal, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. José declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da EMPEA (Emerging Markets Private Equity Association) desde 2012, sendo que referida empresa não integra o grupo econômico da Companhia e não é controlada por seus acionistas. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
N/A	
Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91	
N/A	
Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45	
N/A	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
N/A	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

N/A

Frances Yumi Fukuda Alvim - 220.822.968-14

N/A

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

N/A

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

N/A

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

N/A

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 28/02/2019

Administrador do Emissor

Jairo Santos Quartiero | 085.564.580-68 | Subordinação | Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Administrador do Emissor

Luciano Maggi Quartiero | 176.015.658-23 | Subordinação | Controlador Direto

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas: Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Maggi Quartiero | 271.815.418-70 | Subordinação | Controlador Direto

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

Exercício Social 28/02/2018

Administrador do Emissor			
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O) junto à ZURICH S Minas Brasil Seguros S/A, em termos usuais de mercado. O seguro abrange coberturas para as seguintes despesas: (i) penhora online e bloqueio de bens; (ii) contadores internos, *risk managers* e auditores internos; (iii) processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; (iv) custos de investigação; (v) processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia e/ou por suas controladas e/ou subsidiárias contra os administradores; (vi) processos judiciais entre administradores da Companhia; (vii) custos de defesa emergenciais; (viii) processos de extradição; (ix) diretores independentes; (x) despesas de publicidade; (xi) advogados internos; (xii) herdeiros, representantes legais e espólio; (xiii) responsabilidade solidária de bens; (xiv) cobertura para novas controladas e subsidiárias; (xv) administradores aposentados; (xvi) sanções e embargos; (xvii) crise; (xviii) responsabilidade civil do administrador por danos ambientais; (xix) custos de defesa; (xx) danos morais, materiais e corporais; (xxi) erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha de produtos (E&O), mediante desconsideração da personalidade jurídica; (xxii) praticas trabalhistas indevidas; (xxiii) responsabilidade tributária; (xxiv) custos de defesa decorrentes de avais e garantias pessoais.

A apólice é válida até 30 de maio de 2021, sendo seu limite máximo de garantia de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores corresponde a R$91.729,37 (noventa e um mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos) .
Considerando que, em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura do seguro não se aplica, o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada decorreu de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos administradores da Companhia, o seguro se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	16/01/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/02/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	18/05/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	30/06/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	21/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	27/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	18/08/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/08/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Data	15/09/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	29/06/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	AGO 85,480% / AGE 85,661%

Data	01/03/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	82,100%

Data	26/06/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	86,260%

Data	07/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	82,90%

Data	30/06/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	83,96%

Data	30/06/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	86,34%

Outras Informações

As atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração estatutários e a relação hierárquica entre referidos órgãos estão descritos no item 12.1.

Os mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração foram descritos no item 12.1 (d).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 Descrições da política ou prática de remuneração, do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

(a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A política de remuneração da Companhia tem como objetivo (i) estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração dos administradores, incluindo os membros de Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, e Diretores estatutários e não-estatutários; (ii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa; (iii) atrair, reter, recompensar e incentivar os administradores na condução dos negócios da Companhia de forma sustentável, observados os limites de riscos adequados; (iv) proporcionar remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, permitindo o reconhecimento e valorização da performance individual; e (v) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos com o mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 09 de setembro de 2019 e está disponível no endereço eletrônico: http://ri.camilalimentos.com.br/

(b) **Composição da remuneração, indicando:**

(i) **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Com exceção dos conselheiros que são indicados pelos acionistas controladores da Companhia e dos conselheiros que são membros do grupo Warburg Pincus, os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa que tem por objetivo de compensar as atividades desempenhadas.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à benefício. Contudo, as despesas com deslocamentos para comparecimento em reuniões são custeadas pela Companhia.

Remuneração Variável

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, remuneração baseada em ações e comissões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal em linha com as práticas de mercado, com o objetivo de atrair e manter administradores profissionais e experientes e refletir a reconhecer o cargo na Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus aos benefícios de assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável. O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados de mercado para atrair e manter administradores profissionais e experientes.

Remuneração Variável

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à remunerações variáveis através de bônus e programa de participação no resultado ("PPR"), cujo objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação de objetivos individuais e corporativos e resultados do negócio e promover a cultura de remuneração por desempenho.

Adicionalmente, os diretores estatutários fazem jus à remuneração baseada em ações, cujo objetivo está relacionado com o crescimento e geração de valor para a Companhia, alinhamento de interesses dos diretores estatutários com os interesses dos acionistas em resultados sustentáveis e de longo prazo, promoção do sentimento senso de “sócio” dos administradores e retenção dos principais talentos e líderes da Companhia.

Benefícios por Cessação do Exercício do Cargo

O Conselho de Administração da Companhia pode deliberar sobre o pagamento de valor adicional que reflita non-compete e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.

Diretoria Não-Estatutária

Remuneração Fixa

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal em linha com as práticas de mercado, com objetivo de atrair e manter administradores profissionais e experientes e refletir a reconhecer o cargo na Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus aos benefícios de assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica e vale refeição com o objetivo de oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.

Remuneração Variável

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus à remuneração variável PPR, cujo objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promovendo a cultura de remuneração por desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos são superados.

Adicionalmente, os diretores não-estatutários fazem jus à remuneração baseada em ações, cujo objetivo está relacionado com o crescimento e geração de valor para a Companhia, alinhamento de interesses dos diretores não-estatutários com os interesses dos acionistas em resultados sustentáveis e de longo prazo, promoção do sentimento senso de “sócio” dos diretores não estatutários e retenção dos principais talentos e líderes da Companhia.

Benefícios por Cessação do Exercício do Cargo

O Conselho de Administração da Companhia pode deliberar sobre o pagamento de valor adicional que reflita non-compete e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.

Conselho Fiscal

Tendo em vista a solicitação feita por acionistas minoritários detentores de ações representativas de 11,92% do capital social votante da Companhia, o Conselho Fiscal da Companhia foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2020 com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2021.

Remuneração Fixa

A política de remuneração estabelece que os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, fazem jus à remuneração fixa mensal fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Benefícios Diretos e Indiretos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A política de remuneração estabelece que os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, fazem jus aos benefícios de reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tinha os seguintes comitês estatutários: (i) Comitê de Auditoria, (ii) Comitê de Finanças, e (iii) Comitê de Gente e Gestão.

Com exceção dos membros que ocupam cargos na Companhia, os membros dos comitês estatutários fazem jus ao recebimento de remuneração fixa mensal.

Os membros dos comitês estatutários não fazem jus à remuneração variável, benefícios diretos, indiretos ou por Cessação do Exercício do Cargo.

Comitês Não-Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tinha um comitê não-estatutário: Comitê de Ética.

Todos os membros do Comitê de Ética são membros de Diretoria Estatutária ou Diretoria Não-Estatutária e, pelo exercício de membro deste comitê não-estatutário, não fazem jus ao recebimento de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos, indiretos ou por Cessação do Exercício do Cargo.

(ii) **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente e para os exercícios sociais encerrados em 29 de fevereiro de 2020, 28 de fevereiro de 2019 e 2018.

Previsão para o exercício social corrente (2020/2021) – 28 de fevereiro de 2021					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	**72,07%**	**83,33%**	**47,25%**	**39,23%**	**97,54%**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Participação em Comitês	-	-	-	-	-
Outros [1]	-	16,67%	14,07%	19,40%	2,46%
Remuneração Variável					
Bônus	-	-	1,86%	-	-
Participação nos Resultados	-	-	1,95%	4,27%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros[1]	-	-	0,37%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	27,93%	-	3,11%	2,51%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	21,35%	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	7,17%	13,24%	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	24,22%	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2020					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	72,88%	83,33%	58,99%	55,02%	
Participação em Comitês	-	-	-	-	100%
Outros[1]	-	16,67%	17,08%	20,36%	-
Remuneração Variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros[1]	-	-	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	27,12%	-	3,80%	3,78%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	7,22%	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	20,13%	13,62%	-

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00 %**

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019				
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	**71,55%**	**62,65%**	**66,73%**	-
Participação em Comitês	-	-	-	**100%**
Outros¹	-	**16,44%**	**24,69%**	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	**10,40%**	**-**	-
Participação nos Resultados	-	**-**	**-**	-
Participações em Reuniões	-	-	-	**-**
Comissões	-	-	-	-
Outros¹	-	**1,44%**	**-**	-
Benefícios Diretos e Indiretos	**28,45%**	**4,23%**	**3,98%**	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	**-**	**4,84%**	**4,60%**	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100%**

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018				
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	**84,86%**	**29,57%**	**51,12%**	**-**
Participação em Comitês	**-**	**-**	**-**	**-**
Outros¹	**12,99%**	**6,50%**	**18,92%**	**-**
Remuneração Variável				
Bônus	**-**	**14,17%**	**-**	**-**
Participação nos Resultados	**-**	**2,57%**	**27,99%**	**-**
Participações em Reuniões	**-**	**-**	**-**	**-**
Comissões	**-**	**-**	**-**	**-**
Outros¹	**-**	**2,83%**	**-**	**-**
Benefícios Diretos e Indiretos	**2,15%**	**1,39%**	**1,97%**	**-**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018				
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Benefícios Pós-Emprego	**-**	**-**	**-**	**-**
Cessação do Exercício do Cargo	**-**	**42,97%**	**-**	**-**
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**-**

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

(iii) **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A definição e reajuste da remuneração, fixa e variável, é realizada anualmente de acordo com desempenho individual dos administradores e os padrões adotados pelo mercado em geral e pelas empresas no mesmo ramo de atuação e porte da Companhia, constituído de um grupo de empresas específicas de bens de consumo, consistentes em seus negócios ao longo do tempo e que apresentam ao mercado boas práticas de gestão.

A remuneração tem como objetivo a manutenção de um custo sustentável para a Companhia e não comprometendo outros investimentos do negócio, sempre em linha com boas práticas de gestão.

Para tanto, são realizadas as pesquisas de mercado com empresas externas de consultoria especializada, coordenadas pelo Comitê de Gente e Gestão, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia e sendo proporcional às atribuições, responsabilidades, disponibilidade de tempo, proatividade, dedicação, alinhamento com os interesses da Companhia, conhecimento das particularidades das atividades desenvolvidas pela Companhia, sua cadeia de fornecedores, logística, modelo de negócios, conhecimento do potencial de seus colaboradores e lideranças, dentre outros.

Os valores de remunerações pagos aos diretores não-estatutários também são reajustados pelos índices de reajustes definidos nas negociações coletivas.

O Comitê de Gente e Gestão é responsável por examinar, discutir e recomendar para a administração da Companhia mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iv) **Razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração busca (i) atrair e reter profissionais; (ii) torná-la justa, equitativa e clara; e (iii) balanceamento entre remuneração de curto e longo prazo, visando ações e decisões que garantam a sustentabilidade de longo prazo da Companhia.

Os valores pagos a título de remuneração fixa são próximos aos padrões de mercado e de empresas que atuam no segmento da Companhia e visam a atração e retenção de profissionais. Com relação à parcela variável paga, a remuneração variável é definida com intenção de remunerar e compensar os administradores da Companhia em razão de objetivos individuais e corporativos, compartilhar o risco e o resultado com a Companhia e alinhar interesses entre administradores e acionistas, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto a longo prazo.

(v) **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Atualmente há 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia que renunciaram à remuneração pelo exercício do cargo por serem acionistas diretos e/ou indiretos da Companhia.

Adicionalmente, todos os membros do Comitê de Ética são membros de Diretoria Estatutária ou Diretoria Não-Estatutária e, pelo exercício de membro deste comitê não-estatutário, não são remunerados em razão do exercício de suas funções. Os membros do Comitê de Ética são remunerados exclusivamente por suas funções desempenhadas como membros de Diretoria Estatutária ou Diretoria Não-Estatutária da Companhia.

(c) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Os indicadores de desempenho que são levados em consideração na remuneração variável são o desempenho da Companhia e a consecução das metas individuais dos administradores da Companhia. Para auferir o desempenho da Companhia, são utilizados indicadores financeiros e operacionais, tais como EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas. Em relação à remuneração fixa e benefícios, a Companhia utiliza balizadores de mercado.

(d) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

A remuneração dos administradores, em especial a remuneração variável, considera o acompanhamento de indicadores durante o ano fiscal e a apuração final dos resultados feita no mês subsequente ao fechamento do exercício pela auditoria externa, sendo que os indicadores e metas financeiros e operacionais (EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas, por exemplo) tem um peso específico que, ponderados, consolidam a remuneração variável total.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(e) **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

A remuneração fixa estabelecida em linha com empresas do mesmo porte e mesmo segmento de atuação da Companhia, no curto prazo, auxilia na seleção, atração e manutenção de administradores qualificados e com experiência no mesmo segmento da Companhia. No médio prazo, a remuneração variável alinha os interesses dos administradores e da Companhia através da vinculação da remuneração variável com indicadores financeiros da Companhia auferidos por auditoria externa e com o desempenho individual dos administradores. No longo prazo, a remuneração baseada em ações alinha os interesses em resultados sustentáveis e de longo prazo entre administradores, Companhia e acionistas.

(f) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

A Companhia não possui atualmente membros de diretoria, comitês ou conselho de administração que recebam remuneração suportada por suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:**

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

(h) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

(i) **Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**

A assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia, mediante proposta do Conselho de Administração elaborada com base em recomendação do Comitê de Gente e Gestão, aprova o montante que será empregado na remuneração global dos membros da administração da Companhia, com relação ao exercício social corrente.

A partir do limite global da remuneração aprovado em assembleia geral ordinária da Companhia, o Comitê de Gente e Gestão examina, discute e recomenda mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, sendo submetido à análise e aprovação do Conselho de Administração, sempre dentro dos limites globais aprovados pela assembleia de acionistas da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) **Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:**

A remuneração individual dos administradores da Companhia é definida em linha com as práticas de mercado e a partir de estudos conduzidos pelo Comitê de Gente e Gestão, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado. Os valores da remuneração individual são readequados, quando necessário, sempre com base em nos desempenhos individuais e corporativo e em linha com os padrões adotados pelo mercado em geral e por empresas no mesmo segmento de atuação da Companhia.

(iii) **Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia:**

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, mediante recomendação do Comitê de Gente e Gestão para posterior aprovação em assembleia geral de acionistas.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 28/02/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	422.328,00	3.599.489,91	404.983,80	4.426.801,71
Benefícios direto e indireto	195.625,67	243.326,65	0,00	438.952,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	927.462,53	81.016,20	1.008.478,73
Descrição de outras remunerações fixas	Não Aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	Não Aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.661.157,50	0,00	3.661.157,50
Participação de resultados	0,00	1.514.949,04	0,00	1.514.949,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	732.231,50	0,00	732.231,50
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	INSS para Estatutários	Não Aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.994.052,00	0,00	2.994.052,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	617.953,67	13.672.669,13	486.000,00	14.776.622,79

Remuneração total do Exercício Social em 29/02/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,83	2,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	2,83	2,00	8,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	422.328,00	4.014.233,88	180.000,00	4.616.561,88
Benefícios direto e indireto	163.704,30	264.562,94	0,00	428.267,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.195.839,33	36.000,00	1.231.839,33

Descrição de outras remunerações fixas	Não Aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	INSS para Estatutários	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	157.657,50	0,00	157.657,50
Participação de resultados	0,00	165.623,04	0,00	165.623,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	31.531,50	0,00	31.531,50
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	INSS para Estatutários	INSS para Estatutários	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	608.974,80	0,00	608.974,80
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.057.859,39	0,00	2.057.859,39
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	586.032,30	8.496.282,38	216.000,00	9.298.314,68

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	421.595,00	4.563.713,00	360.000,00	5.345.308,00
Benefícios direto e indireto	156.905,00	293.929,00	0,00	450.834,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.321.616,00	72.000,00	1.393.616,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	INSS para Estatutários	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.557.019,00	0,00	1.557.019,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	578.500,00	7.736.276,00	432.000,00	8.746.776,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	5.672.199,00	0,00	6.032.199,00
Benefícios direto e indireto	143.113,00	382.861,00	0,00	525.974,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.488.415,00	0,00	1.488.415,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	941.876,00	0,00	941.876,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	130.124,00	0,00	130.124,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Encargos Legais		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	437.817,00	0,00	437.817,00

Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.		O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	503.113,00	9.053.292,00	0,00	9.556.405,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

Previsão para o exercício social corrente (2020/2021) – 28 de fevereiro de 2021				
revis	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.393.389,00	0,00	4.393.389,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.196.694,50	0,00	2.196.694,50
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.514.949,04	0,00	1.514.949,04
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	757.474,52	0,00	757.474,52

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2020				
xercí	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	2,83	2,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	2,83	2,00	8,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.204.200,00	0,00	4.204.200,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.102.100,00	0,00	2.102.100,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	189.189,00	0,00	189.189,00
Participação nos resultados				0,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.380.194,08	0,00	1.380.194,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	690.097,04	0,00	690.097,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	165.623,04	0,00	165.623,04

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.320.883	0	3.320.883
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.660.442	0	1.660.442
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.368.520	0	2.368.520
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.184.260	0	1.184.260
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.761.828	0	3.761.828
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.880.914	0	1.880.914
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	941.876	0	941.876
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.903.284	0	1.903.284
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	951.642	0	951.642
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possuía até 12 de dezembro de 2017 um Plano de Incentivo de Longo Prazo no modelo de *Phantom Shares* ("Plano ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017, e que podia conceder incentivos para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP ("Beneficiários ILP"). O Plano ILP foi cancelado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2017, com o consequente distrato dos contratos de outorga celebrados pela Companhia com os respectivos beneficiários.

Adicionalmente, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações ("*Stock Options Plan*") em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017, através do qual foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia para beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração nos termos do *Stock Options Plan*. O *Stock Options Plan* prevê um capital autorizado para outorga de opções até o limite de 4,00% do capital social da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.877.563 (dois milhões, oitocentas e setenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 1).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.944.008 (dois milhões, novecentas e quarenta e quatro mil e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 2).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de abril de 2019 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.191.270 (quatro milhões e cento e noventa e um mil e duzentos e setenta) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 3).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de abril de 2020 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.127.666 (quatro milhões e cento e vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 4).

As principais características do *Stock Options Plan* estão descritas a seguir.

(a) **Termos e condições gerais**

Plano ILP

O Plano ILP no modelo de *Phantom Shares* apresentava ganhos potenciais (prêmios) para os Beneficiários ILP, que estavam diretamente relacionados ao crescimento de valor da

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia viesse a ser listada como empresa de capital aberto.

Os Beneficiários ILP faziam jus ao recebimento de valores em dinheiro com base no preço por ação ordinária de emissão da Companhia, ou ao EBITDA consolidado, conforme o caso, à época do pagamento e no preço de referência inicial no momento da instituição da outorga.

Os pagamentos ocorreriam a partir do segundo aniversário de instituição do Plano ILP, em três parcelas, na proporção de 20%, 30% e 50%. A quantidade de ações utilizadas para o cálculo do pagamento devido ao Beneficiário ILP no âmbito do Plano ILP era calculada com base em múltiplos de salários, conforme o cargo do respectivo beneficiário. Por se tratar de pagamento em dinheiro, o Plano ILP não implicaria em diluição dos acionistas da Companhia.

Stock Options Plan

O *Stock Options Plan* confere aos Beneficiários SOP a opção de compra de ações de emissão da Companhia, fixando preço e condições de pagamento específicos para seu exercício, nos termos dos contratos de opção celebrados individualmente com cada beneficiário, conforme decisão do Conselho de Administração. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas. As opções não exercidas até o prazo máximo fixado nos contratos de outorga individuais serão consideradas automaticamente extintas.

(b) **Principais objetivos do plano**

Os planos de remuneração baseado em ações têm por objetivos: (i) convergência de interesses e objetivos dos acionistas e beneficiários na criação de valor sustentável no longo prazo; (ii) retenção dos principais talentos e líderes da empresa no longo prazo; (iii) alinhamento com as práticas de mercado no que tange à remuneração de executivos; (iv) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (v) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) **Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Os planos de remuneração baseado em ações contribuem para os objetivos acima, na medida em que, ao se tornarem acionistas da Companhia, os beneficiários alinham os seus interesses em resultados sustentáveis de médio e longo prazo com os interesses da Companhia e seus acionistas.

Caso o beneficiário se desligue da Companhia durante o prazo de carência, o beneficiário as opções outorgadas são automaticamente extintas. Portanto, os ganhos dos beneficiários com os planos de remuneração baseado em ações dependem diretamente

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

da manutenção do seu vínculo com a companhia e da valorização no médio e longo prazo da ação da Companhia após a outorga das opções, durante o prazo de carência.

(d) **Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Os planos de remuneração baseado em ações são complementares à remuneração dos beneficiários e se inserem na nossa política de remuneração ao alinharem os objetivos e interesses de médio e longo prazo beneficiários com os objetivos e interesses de médio e longo prazo da Companhia. Contribuindo, assim, para a sustentabilidade dos negócios, atividades e resultados da Companhia e para a retenção de talentos, além de estarem alinhados com as práticas de remuneração do mercado em geral e de empresas no mesmo segmento de atuação da Companhia.

(e) **Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

O ganho potencial dos Participantes ocorre conforme definido nos contratos de outorga e no período de carência (*vesting*) dos nossos planos que podem ser de até 4 anos, promovendo um alinhamento dos interesses de longo prazo, na criação de valor da nossa Companhia. Para ambos planos, a oportunidade de ganho é gradual na proporção de 20%, 30% e 50% para o segundo, terceiro e quarto ano, respectivamente. O valor de outorga é sempre baseado no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

(f) **Número máximo de ações abrangidas**

No âmbito do *Stock Options Plan,* as opções outorgadas não poderão exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do *Stock Options Plan*, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, contanto que o número total de ações ordinárias emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do *Stock Options Plan* esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

A Companhia efetuou 4 (quatro) outorgas cujo total de ações outorgadas através do Stock Option Plan era de 14.140.507 (quatorze milhões e cento e quarenta mil e quinhentos e sete), sendo 7.007.287 (sete milhões e sete mil e duzentos e oitenta e sete) para diretores e nenhuma para membros do Conselho de Administração.

(g) **Número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada opção dará direito ao Beneficiário SOP de adquirir 1 (uma) ação ordinária da Companhia e, portanto, o número máximo de opções a serem outorgadas não devem exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, nos termos descritos no item anterior.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(h) **Condições de aquisição de ações**

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). O Beneficiário SOP que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer. O contrato de opção individual estabelecerá duas janelas de prazo em cada exercício social para o exercício das opções cujas carências foram cumpridas.

(i) **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Para as outorgas de opções, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data de outorga, líquido dos proventos acumulados, corrigido pela variação do IPCA desde a data da outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção.

(j) **Critérios para fixação do prazo de exercício**

O prazo de exercício é definido considerando uma visão de longo prazo e alinhada às práticas de mercado, que permite o exercício (“*vesting*”) pleno conforme definido nos contratos de outorga e após 4 (quatro) anos, respectivamente. O exercício é gradual nas proporções descritas nos termos do item “e” acima.

(k) **Forma de liquidação**

O beneficiário poderá comprar as ações pelo valor de outorga quando estiverem “vestidas” e, poderá realizar sua posterior venda, pelo preço de mercado, respeitando as regras do referido *Stock Option Plan*.

(l) **Restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações ordinárias adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário SOP dessas mesmas ações ordinárias.

Atualmente, os contratos de outorgas celebrados preveem restrições para transferência de 50% das ações adquiridas que só poderão ser transferidas após o período de 1 (um) ano a contar da data do efetivo recebimento das ações.

(m) **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Conselho de Administração, no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever a qualquer momento as condições do Stock Options Plan, caso entenda que existe tal necessidade.

(n) **Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Em caso de desligamento do Beneficiário SOP da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas.

Caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, nas hipóteses previstas no *Stock Options Plan*, todas as opções, exercíveis ou não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese do desligamento da Companhia do Beneficiário SOP por aposentadoria, desde que estabelecida de comum acordo entre o Beneficiário SOP e a Companhia, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Por fim, se o Beneficiário SOP for desligado da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário SOP, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

Previsão para o exercício social corrente (2020/2021) – 28 de fevereiro de 2021		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**2**
N° de membros remunerados	**4**	**2**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017 Outorga 3: 01/04/2019 Outorga 4: 02/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063 Outorga 4: 1.555.315
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R$2,07 Outorga 2: R$1,68 Outorga 3: R$1,37 Outorga 4: R$1,57
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R$9,00 Outorga 2: R$9,00 Outorga 3: R$6,96 Outorga 4: R$7,98

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,89%

Nota: para os cálculos relativos à diluição potencial constante da tabela acima, consideramos a base acionária no final do período, líquida das ações mantidas em tesouraria.

Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**3**
N° de membros remunerados	**4**	**3**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017 Outorga 3: 01/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R$2,07 Outorga 2: R$1,68 Outorga 3: R$1,37

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R$9,00 Outorga 2: R$9,00 Outorga 3: R$6,96
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,95%

Nota: para os cálculos relativos à diluição potencial constante da tabela acima, consideramos a base acionária no final do período, líquida das ações mantidas em tesouraria.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019

Não houve outorga no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**5**
N° de membros remunerados	**4**	**5**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
		ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R$2,07 Outorga 2: R$1,68
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R$9,00 Outorga 2: R$9,00
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,86%

Nota: para os cálculos relativos à diluição potencial constante da tabela acima, consideramos a base acionária no final do período, líquida das ações mantidas em tesouraria.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as opções em aberto ao final do último exercício social encerrado refletem as informações em 29 de fevereiro de 2020.

Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**2**
N° de membros remunerados	**4**	**2**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	Outorga 1: R$2,07 Outorga 2: R$1,68 Outorga 3: R$1,37
Opções exercíveis:		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 (sete) anos a contar da Data de Outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	Outorga 1: R$9,00 Outorga 2: R$9,00 Outorga 3: R$6,96
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	Outorga 1: R$2,07 Outorga 2: R$1,68 Outorga 3: R$1,37
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	Outorga 1: R$1,896 Outorga 2: R$1,512 Outorga: 3: R$1,974

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. Nenhum dos beneficiários do Plano ILP e do Stock Option Plan exerceram opções outorgadas pela Companhia, tampouco receberam ações e/ou receberam pagamentos equivalentes a ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

(a) modelo de precificação:

O modelo utilizado por nossa Companhia para precificação das opções outorgadas aos beneficiários no âmbito do Stock Option Plan é o modelo Black-Scholes. O modelo de Black-Scholes é uma equação diferencial parcial parabólica que relaciona o preço de derivativos ao preço atual das ações subjacentes em termos de parâmetros de mercado, utilizando como premissas: (a) preço médio ponderado da ação; (b) preço de exercício; (c) volatilidade esperada; (d) rendimento esperado de dividendos; (e) prazo de vida esperada da opção; e (f) taxa livre de risco. A estimativa é realizada na data da concessão.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

	Outorga 1	Outorga 2	Outorga 3	Outorga 4
Preço Médio Ponderado	R$8,06	R$7,39	R$7,03	R$7,61
Preço de Exercício	R$9,00	R$9,00	R$6,96	R$7,98
Volatilidade Esperada	32%	32%	32%	33%
Prazo de Vida da Opção	20% - 2 anos 30% - 3 anos 50% - 4 anos	20% - 2 anos 30% - 3 anos 50% - 4 anos	20% - 2 anos 30% - 3 anos 50% - 4 anos	20% - 2 anos 30% - 3 anos 50% - 4 anos
Dividendos Esperados	0%	0%	0%	0%
Taxa de Juros Livre de Risco	7,24% 8,40% 9,17%	6,89% 8,24% 9,22%	7,40% 7,91% 8,46%	4,22% 5,90% 6,29%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado:

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não há possibilidade de exercício antecipado no âmbito das outorgas do Stock Option Plan.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não aplicável. Todas as características relevantes para a mensuração do valor justo foram descritas nesta Seção 13.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	Empresas	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
		Ações	Ações	Ações
Controlador	Camil Investimentos S.A.	516.176.474	258.088.237	0
Emissora	Camil Alimentos S.A.	6.812.964	12.197.300	0

	Empresa	Total Ações (1)
Controladas diretas ou indiretas da Camil Alimentos S.A (1)	Ciclo Logística Ltda.	32.386.895
	Camil Latam S.A.	1.188.474.861
	Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	1.651.525.027
	Empresas Tucapel S.A.	222.033.551
	Envasadora Arequipa SAC	4.332.906
	Consteño Alimentos SAC	35.445.846
	Molinos Arroceros Nacionales S.A. (SAMAN)	365.601.388
	Arroz Uruguayo S.A.	49.012.774
	Comisaco S.A	250
	Galofer S.A.	810.000
	Agencia Maritima Sur S.A.	1.629
	Tacua S.A.	2.851

Nota 1: a quantidade de ações informada, representa as ações detidas direta ou indiretamente pela Emissora e consequentemente detidas indiretamente pelos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Emissora.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia planos de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018
Nº de membros	2,83	3,67	5,00	7,00	7,00	7,00	2,00	4,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,83	3,67	5,00	4,00	4,00	4,00	2,00	4,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.477.309,15	3.785.460,00	3.649.813,00	242.328,00	241.595,00	180.000,00	60.000,00	120.000,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.605.768,68	403.311,00	866.805,00	60.757,05	59.354,00	496.500,00	12.000,00	24.000,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.023.897,98	2.107.977,00	1.810.658,00	146.508,08	144.625,00	125.778,00	108.000,00	108.000,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, não há mecanismo formal de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2020	27,93%	52,26%	0,00%
2019	27,12%	48,93%	0,00%
2018	28,45%	40,31%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme previsto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas na seção 13 consideram essas datas.

No item 13.2 foi informado o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 2/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração, com duas casas decimais. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Exercício corrente (2020/2021)

Meses	Nº de membros
março-20	2,00
abril-20	2,00
maio-20	2,00
junho-20	2,00
julho-20	2,00
agosto-20	2,00
setembro-20	2,00
outubro-20	2,00
novembro-20	2,00
dezembro-20	2,00
janeiro-21	2,00
fevereiro-21	2,00
Total	**24,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2,00**

Exercício encerrado (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	3,00
abril-19	3,00
maio-19	3,00
junho-19	3,00
julho-19	3,00
agosto-19	3,00
setembro-19	3,00
outubro-19	3,00
novembro-19	3,00
dezembro-19	3,00
janeiro-20	2,00
fevereiro-20	2,00
Total	**34,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2,83**

Exercício encerrado (2018/2019)

Meses	Nº de membros
março-18	5,00
abril-18	5,00
maio-18	5,00
junho-18	5,00
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	**44,00**
Média (Total/Nº de meses)	**3,67**

Exercício encerrado (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-17	5,00
abril-17	5,00
maio-17	5,00
junho-17	5,00
julho-17	5,00
agosto-17	5,00
setembro-17	5,00
outubro-17	5,00
novembro-17	5,00
dezembro-17	5,00
janeiro-18	5,00
fevereiro-18	5,00
Total	**60,00**
Média (Total/Nº de meses)	**5,00**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Conselho de Administração

Exercício corrente (2020/2021)

Meses	Nº de membros
março-20	7,00
abril-20	7,00
maio-20	7,00
junho-20	7,00
julho-20	7,00
agosto-20	7,00
setembro-20	7,00
outubro-20	7,00
novembro-20	7,00
dezembro-20	7,00
janeiro-21	7,00
fevereiro-21	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Exercício encerrado (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	7,00
abril-19	7,00
maio-19	7,00
junho-19	7,00
julho-19	7,00
agosto-19	7,00
setembro-19	7,00
outubro-19	7,00
novembro-19	7,00
dezembro-19	7,00
janeiro-20	7,00
fevereiro-20	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Exercício encerrado (2018/2019)

Meses	Nº de membros
março-18	7,00
abril-18	7,00
maio-18	7,00
junho-18	7,00
julho-18	7,00
agosto-18	7,00
setembro-18	7,00
outubro-18	7,00
novembro-18	7,00
dezembro-18	7,00
janeiro-19	7,00
fevereiro-19	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Exercício encerrado (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-17	7,00
abril-17	7,00
maio-17	7,00
junho-17	7,00
julho-17	7,00
agosto-17	7,00
setembro-17	7,00
outubro-17	7,00
novembro-17	7,00
dezembro-17	7,00
janeiro-18	7,00
fevereiro-18	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Conselho Fiscal

Exercício corrente (2020/2021)

Meses	Nº de membros
março-20	0,00
abril-20	0,00
maio-20	0,00
junho-20	0,00
julho-20	6,00
agosto-20	6,00
setembro-20	6,00
outubro-20	6,00
novembro-20	6,00
dezembro-20	6,00
janeiro-21	6,00
fevereiro-21	6,00
Total	**48,00**
Média (Total/Nº de meses)	**4,00**

Exercício encerrado (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	6,00
abril-19	6,00
maio-19	6,00
junho-19	6,00
julho-19	0,00
agosto-19	0,00
setembro-19	0,00
outubro-19	0,00
novembro-19	0,00
dezembro-19	0,00
janeiro-20	0,00
fevereiro-20	0,00
Total	**24,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2,00**

Exercício encerrado (2018/2019)

Meses	Nº de membros
março-18	0
abril-18	0
maio-18	0
junho-18	0
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	**24,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2,00**

Exercício encerrado (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-17	0
abril-17	0
maio-17	0
junho-17	0
julho-17	0
agosto-17	0
setembro-17	0
outubro-17	0
novembro-17	0
dezembro-17	0
janeiro-18	0
fevereiro-18	0
Total	**0**
Média (Total/Nº de meses)	**0**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

i. Brasil *(Número de funcionários ativos, sem considerar aprendizes)*

	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018
Número Total de Empregados	3.773	3.864	3.747	3.506
Por grupos				
Administrativo	764	766	867	648
Operacional	3.009	3.098	2.880	2.858
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	226	195	202	190
03 - Camaquã	344	357	336	349
04 - Itaqui	395	391	395	472
07 - Cambaí	45	151	71	60
08 - Maçambará	0	0	86	75
10 - Recife	101	102	113	88
12 - Uruguaiana	0	0	1	2
13 - Unaí	0	0	0	0
14 - Cuiabá	3	11	32	29
15 - Fortaleza	8	8	9	9
16 - Brasília	7	7	11	10
17 - Belo Horizonte	15	15	17	16
18 - Maceió	0	0	0	0
19 - Salvador	6	6	8	5
21 - São Luís	17	17	15	17
24 - Rio Grande	187	243	254	244
27 - Itapecuru	103	88	94	97
28 - Navegantes	1154	1107	1.030	1.098
29 - São Gonçalo	4	5	7	184
30 - Itajaí	0	0	0	0
32 - Santa Cruz	139	140	161	176
33 - Piedade	0	0	0	0
34 - Cachoeirinha	1	0	0	0
36 - Sertãozinho	0	2	83	108
37 - Tarumã	0	3	6	8
38 - Barra Bonita	354	318	29	4
39 - Araquari	0	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

41 - Camaquã processados	79	83	88	68
43 – Escritório Central	200	197	199	197
44 - Castro	16	0	0	0
45 – Ap. Goiânia	59	41	46	0
46 - Porto Alegre	0	0	16	0
47 - Capão do Leão	243	295	353	0
48 - Tocantins	67	82	84	0
49 - Caucaia	0	0	1	0

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas. As áreas de atuação dos trabalhadores terceirizados são restaurante, serviços gerais (manutenção, limpeza, lavanderia, carga e descarga, recepção, segurança patrimonial) e suporte/tecnologia da informação.

	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018
Número Total de Terceirizados	443	477	494	417
Por grupos				
Administrativo	20	20	20	23
Operacional	423	457	474	394
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	98	115	101	113
03 - Camaquã	38	61	58	1
04 - Itaqui	64	64	64	77
07 - Cambaí	4	4	4	0
08 - Maçambará	3	3	3	0
10 - Recife	10	10	11	8
12 - Uruguaiana	0	0	0	0
13 - Unaí	0	0	0	0
14 - Cuiabá	0	0	21	15
15 - Fortaleza	0	0	0	0
16 - Brasília	0	0	0	0
17 - Belo Horizonte	0	0	0	0
18 - Maceió	0	0	0	0
19 - Salvador	0	0	0	0
21 - São Luís	5	5	5	6
24 - Rio Grande	11	11	6	6
27 - Itapecuru	7	7	7	29
28 - Navegantes	49	48	64	53
29 - São Gonçalo	11	11	13	38
30 - Itajaí	0	0	0	0
32 - Santa Cruz	37	37	51	41

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

33 - Piedade	0	0	0	0
34 - Cachoeirinha	0	0	0	0
36 - Sertãozinho	0	0	1	15
37 - Tarumã	0	0	0	0
38 - Barra Bonita	23	23	8	0
39 - Araquari	0	0	0	0
41 - Camaquã processados	0	0	0	0
43 - Escritório Central	19	19	18	15
44 - Castro	5	0	0	0
45 – Ap. Goiânia	11	11	11	0
46 - Porto Alegre	0	0	0	0
47 - Capão do Leão	41	41	40	0
48 - Tocantins	7	7	8	0
49 - Caucaia	0	0	0	0

c. Índice de rotatividade

O índice de rotatividade é calculado considerando o número colaboradores desligados pela média colaboradores ativos. Demonstramos abaixo a evolução do índice de rotatividade da Companhia:

Data	Índice de rotatividade
30/06/2020	0,97%
29/02/2020	2,12%
28/02/2019	2,36%
28/02/2018	1,92%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018, o índice de rotatividade sofreu alteração significante em virtude da transferência do local de trabalho dos colaboradores da unidade 01 – São Paulo para a unidade 43 – Escritório Central.

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, o índice de rotatividade sofreu alteração significante em virtude do início a operação na unidade de Aparecida de Goiânia e da aquisição de duas unidades fabris (Capão do Leão e Tocantins) da empresa SLC Alimentos.

No exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, o índice de rotatividade sofreu alteração significante em virtude do encerramento das operações nas unidades de Maçambará e Cuiabá, ampliação da operação na unidade Cambaí e início da operação gradual na unidade de Barra Bonita.

Adicionalmente, a diminuição do número de funcionários entre os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2018 e 2019 ocorreu devido à sinergia gerada pela consolidação de unidades de negócio (por exemplo, deslocamento da produção da unidade do Rio de Janeiro para Navegantes), automatizações do processo produtivo (como palletizadoras eletrônicas) e outras ações de melhorias nos processos produtivos. Parceria com a Castrolanda Cooperativa em 1° de abril de 2020, assumindo sua unidade produtora de feijão.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração (salários e remuneração variável) da Companhia está em linha com as práticas de mercado, sendo que os ajustes são feitos para reconhecer desempenhos diferenciados, reter talentos e manter um pacote atrativo de remuneração. Os acordos coletivos de trabalho com os sindicatos são aplicados regularmente conforme as datas bases de cada localidade.

Através do Programa de Participação no Resultado – PPR e planos de remuneração baseados em ações, a política de remuneração variável estimula a busca de resultados pelos colaboradores e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas aprovadas no início do ano fiscal, gerando direcionadores e foco nos indicadores considerados críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que corresponde aos interesses dos acionistas.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

b. Política de benefícios

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e em linha com as práticas de mercado. A Companhia oferece os seguintes benefícios:

Assistência Médica: a Companhia oferece planos de assistência médica a todos os seus colaboradores, excetuando os empregados aprendizes e safristas, na modalidade de pré-pagamento com valor fixo mensal por vida, renovável a cada 12 meses. O valor pode sofrer reajuste em função de dois fatores que podem aparecer isoladamente ou somados: a sinistralidade do contrato e a variação dos custos médicos hospitalares.

Assistência Odontológica: a Companhia oferece plano odontológico a todos os seus colaboradores e o plano é custeado integralmente pelo empregado, com exceção das unidades de Itaqui, há coparticipação de 50% por parte dos colaboradores. A modalidade do plano é de pré-pagamento com valor fixo mensal por vida, renovável a cada 12 meses. O valor pode sofrer reajuste em função de dois fatores que podem aparecer isoladamente ou somados: a sinistralidade do contrato e a variação dos custos médicos hospitalares.

Seguro de Vida: a Companhia fornece seguro de vida em grupo através de um contrato empresarial feito com uma seguradora para garantir proteção financeira para os familiares e/ou pessoas que dependam dos colaboradores, no caso de infortúnios. A cobertura da apólice é destinada a todos os colaboradores da Companhia e sua concessão ocorre a partir da data de admissão até a data de desligamento, sem possibilidade de prorrogação.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Vale transporte: a Companhia concede vale transporte nos termos previstos na legislação aplicável, sendo concedido a todos os colaboradores que utilizem transporte coletivo.

Cesta Básica ou Vale Alimentação: a Companhia concede cesta básica ou vale alimentação depende de acordo sindical ou da estratégia da Companhia. O benefício é fornecido somente no mês subsequente a admissão do colaborador, ou seja, a entrega será feita na competência da folha de pagamento do mês seguinte.

Refeição no local: a Companhia fornece refeição em refeitórios localizados em suas unidades ou em locais administrados por uma empresa especializada fornecedora de refeições. Cada unidade da Companhia pode ou não manter uma estrutura destinada ao refeitório, dependendo do porte da unidade, localidade, quantidade de colaboradores os acordos ou convenção coletiva sindical, viabilidade econômica e estrutura para manutenção.

Vale refeição: nas unidades em que não há local apropriado, a Companhia fornece vale refeição com a coparticipação do colaborador de até 20% do valor total do vale refeição. A quantia varia de acordo com a localização da unidade em que o trabalho trabalha e os instrumentos coletivos negociados com entes sindicais.

Gympass: a Companhia fornece o benefício consistente em passe atividades físicas da plataforma Gympass que dá acesso a diversas atividades físicas em academias, personal trainer, grupos de corridas, e diversas outras atividades de saúde e bem-estar no Brasil e no mundo, por meio de uma assinatura mensal ou do pagamento de diárias com desconto concedido aos colaboradores no valor do plano escolhido na plataforma. Esse benefício é concedido para todos os colaboradores da Companhia, assim como seus dependentes legais.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações *Stock Options Plan*, cujas opções de compra de ações poderão ser outorgadas para empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, incluindo aqueles (a) que são considerados como empregados para fins legais ou tributários, ou (b) que trabalham para a Companhia sob sua direção da mesma forma que os indivíduos que são considerados empregados para fins legais ou tributários, ou (c) cujos serviços prestados são similares àqueles prestados pelos empregados, tais como o pessoal da administração que tem autoridade e responsabilidade para planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo diretores estatutários e diretores não estatutários.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando, se houve, paralizações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia celebra, anualmente, acordos diretamente com sindicatos dos trabalhadores ou através de participação em sindicatos patronais aos quais seus funcionários estão vinculados, estabelecendo as respectivas cláusulas, tais como reajuste salarial, benefícios sociais, Programa de Participação no Resultado – PPR, entre outros. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, a partir do qual empregador e colaboradores sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas, sem que haja tensões ou conflitos, mantendo a harmonia e o equilíbrio nas relações trabalhistas da Companhia.

A Companhia possui um bom relacionamento com seus colaboradores e os sindicatos aos quais estão vinculados. Com exceção de uma paralisação de 2 dias ocorrida em 2015, a Companhia não sofreu paralisações, greves e movimentos paredistas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 Outras informações relevantes

Com a finalidade de enfrentar os desafios causados pela pandemia global do novo coronavírus (Covid-19), originado na China no final de 2019 e declarada como pandemia global pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, a Companhia adotou diversas ações em todas as suas unidades produtivas, seguindo as orientações e medidas previstas pelas autoridades sanitárias e protocolos da Organização Mundial de Saúde.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia em todas as suas unidades para contribuir com a contenção da contaminação da população e preservação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, destacam-se adoção de home office para o time corporativo, fechamento das áreas recreativas de todas as unidades, intensificação na rotina de procedimentos de higienização das instalações física, bebedouros, refeitórios, vestiários, banheiros, postos de trabalho e áreas comuns, disponibilização de álcool gel, antecipação da campanha de vacinação contra a gripe, implementação de barreiras sanitárias nas entradas das linhas de produção com reforço de materiais para lavagem das mãos e desinfetantes como álcool gel, realização de reuniões em pequenos grupos para compartilhar as orientações do Ministério da Saúde sobre higienização e cuidados no convívio diário com parceiros de trabalho, alteração de horários para refeições para diminuir a concentração de pessoas nos refeitórios, aumento do intervalo de troca entre os turnos, a fim de reduzir a concentração de pessoas nos vestiários, reforço de comunicações internas sobre todas as medidas de higiene, fixando, nos quadros de avisos das áreas administrativa e de produção, comunicados sobre a campanha de conscientização e orientações de prevenção de contágio, dispensa de trabalho presencial sem prejuízo de remuneração para grávidas, maiores de 60 anos e demais colaboradores dos grupos de risco, aferição de temperatura dos colaboradores nas portarias de entrada das unidades e a criação de um comitê multifuncional responsável por monitorar diariamente a situação interna e externa.

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Thiago Maggi Quartiero					
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
3.344.482	0,904%	0	0,000%	3.344.482	0,904%
Templeton Investment Counsel, LLC					
		Não	Não	16/01/2018	
Sim	Franklin Templeton Investimentos		Juridica	04.205.311/0001-48	
20.553.200	5,555%	0	0,000%	20.553.200	5,555%
Luciano Maggi Quartiero					
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	03/05/2018	
Não					
13.000.000	3,513%	0	0,000%	13.000.000	3,513%
Camil Investimentos S.A.					
02.303.632/0001-50	Brasil	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
229.735.239	62,091%	0	0,000%	229.735.239	62,091%
Jacques Maggi Quartiero					
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
3.344.482	0,904%	0	0,000%	3.344.482	0,904%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
OUTROS					
97.464.997	26,341%	0	0,000%	97.464.997	26,341%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 22/12/2020					
2.557.600	0,692%	0	0,000%	2.557.600	0,692%
TOTAL					
370.000.000	100,000%	0	0,000%	370.000.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Camil Investimentos S.A.				**02.303.632/0001-50**	

Jacques Maggi Quartiero					
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Luciano Maggi Quartiero					
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Thiago Maggi Quartiero					
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Camil Investimentos S.A.				**02.303.632/0001-50**	
TOTAL					
774.264.711	100,000	0	0,000	774.264.711	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/01/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	38.975
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	142
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	105

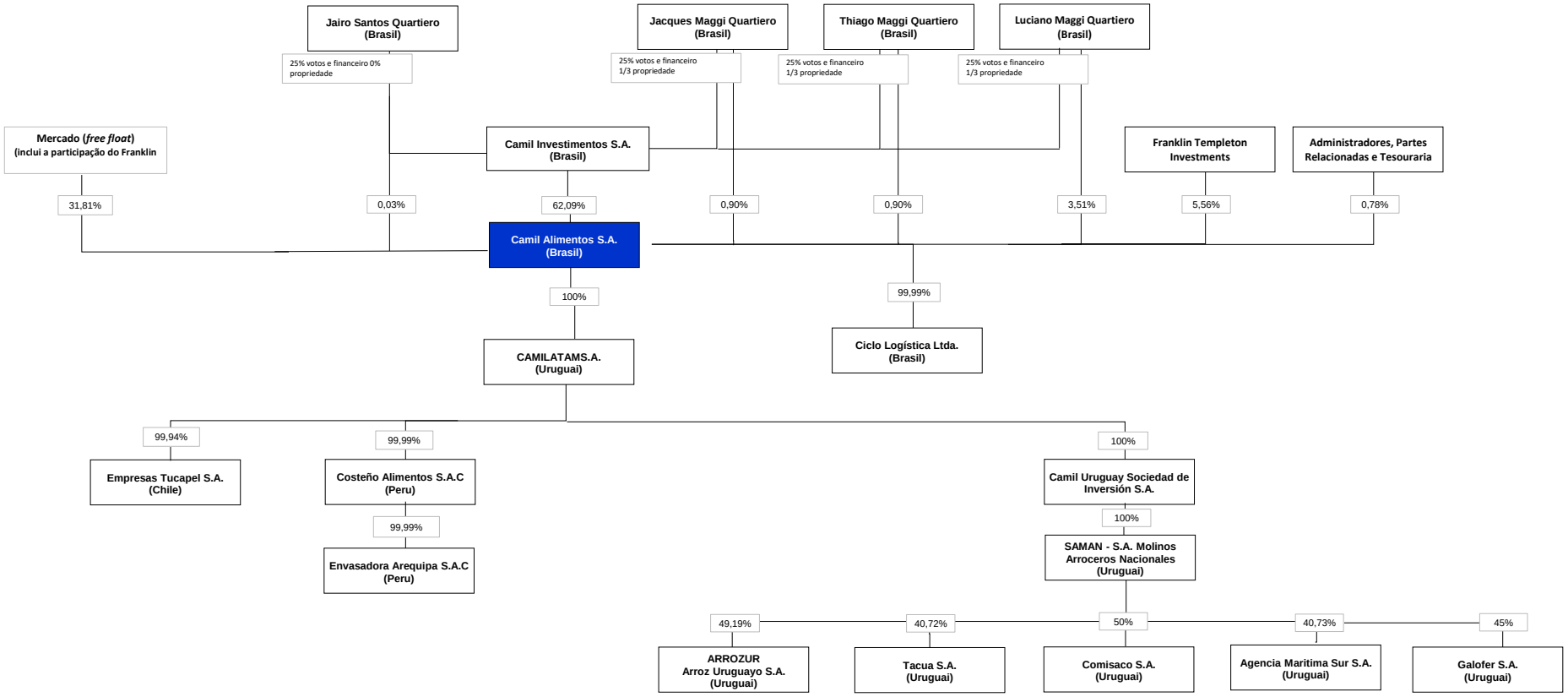
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	117.696.897	31,810%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	117.696.897	31,810%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA*



* Desconsidera participações detidas pela Camil Investimentos e seus repectivos acionistas em outras sociedades.

Atualizado em 18/jan/20

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- **a. partes**
- **b. data de celebração**
- **c. prazo de vigência**
- **d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**
- **e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**
- **f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**
- **g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Acordo de Acionistas da Camil Investimentos.

a. Partes

São partes do acordo de acionistas vigente da Camil Investimentos S.A. ("AA da Camil Investimentos"): (i) Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"); (ii) Luciano Maggi Quartiero ("Luciano"); (iii) Thiago Maggi Quartiero ("Thiago", em conjunto com Jacques e Luciano, "Acionistas da Camil Investimentos"); (iv) Jairo Santos Quartiero ("Jairo"); e ainda, como intervenientes anuentes, (v) Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"); (vi) Companhia; e (vii) os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero).

b. Data de celebração

O AA da Camil Investimentos foi celebrado em 27 de julho de 2017.

c. Prazo de vigência

O AA da Camil Investimentos é válido e eficaz por um prazo inicial de 20 (vinte) anos, o qual será automaticamente prorrogado por um prazo adicional de 10 (dez) anos, exceto se houver manifestação em contrário, por escrito, de qualquer Acionista da Camil Investimentos, durante o último semestre de vigência do AA da Camil Investimentos.

d. Descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas da Camil Investimentos e o Jairo, se comprometeram, por meio da celebração do AA da Camil Investimentos a exercerem seus respectivos poderes de voto na Camil Investimentos e, indiretamente, na Companhia e demais subsidiárias, de

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

forma a garantir a perpetuidade, o crescimento e a solidificação dos negócios de cada uma delas.

Cada um dos Acionistas da Camil Investimentos e Jairo deverão votar e fazer com que seus representantes votem, conforme o caso, nas assembleias gerais de acionistas, de modo a dar cumprimento e efeito aos termos e condições previstas no AA da Camil Investimentos.

Em determinadas hipóteses, tais como a convocação de uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração, ou a convocação de uma Reunião do Conselho de Administração para deliberar qualquer matéria, deverá ser realizada reunião prévia entre Jairo e os representantes dos Acionistas da Camil Investimentos ("Reunião Prévia") com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido: (i) pela Camil Investimentos, na Assembleia Geral da Companhia; e (ii) pelos membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pela Camil Investimentos, conforme determinado em Reunião Prévia e eleitos pela Assembleia Geral da Companhia ("Conselheiros Vinculados"), na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ficando a Companhia e os Conselheiros Vinculados obrigados a exercerem seus votos nas Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, em conformidade com as deliberações das Reuniões Prévias.

Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do conselho fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Adicionalmente, toda e qualquer matéria somente poderá ser aprovada na respectiva reunião do Conselho de Administração da Companhia se for previamente aprovada, em Reunião Prévia, pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) da totalidade das ações de emissão da Camil Investimentos, sendo que cada Acionista da Camil Investimentos e o Jairo terão um voto na respetiva Reunião Prévia para cada ação de emissão da Camil Investimento por eles detidas.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Conforme disposto no item 6.1 do AA da Camil Investimentos, sempre que for convocada (a) Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (b) Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia entre o Jairo e os demais Acionistas da Camil Investimentos (por meio de seus representantes), com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na Assembleia Geral da Companhia, e pelos membros do Conselho de Administração indicados pela Camil

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Investimentos ficando a Camil Investimentos obrigada a exercer seu voto em conformidade com a deliberação na Reunião Prévia.

Cada Acionista da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) terá o direito de indicar 1 (um) ou mais candidatos para ocuparem um cargo no Conselho de Administração da Companhia, desde que atendam aos requisitos previstos no AA da Camil Investimentos. Na hipótese de impasse na eleição dos conselheiros da Companhia a serem indicados pela Camil Investimentos, os candidatos propostos na Reunião Prévia pelos Acionistas da Camil Investimentos e pelo Jairo serão escolhidos mediante sorteio, até que se complete, pela ordem do sorteio, o número total de membros do Conselho de Administração que caiba à Camil Investimentos eleger na Assembleia Geral da Companhia.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferência de Ações

Conforme disposto no AA da Camil Investimentos, nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos poderá, de forma direta ou indireta, em qualquer nível, transferir ou de outra forma negociar ou onerar qualquer das ações de emissão da Camil Investimentos, exceto nas hipóteses abaixo:

(i) para outro Acionista da Camil Investimentos do seu próprio grupo (cada Acionista da Camil Investimentos em conjunto com *(a)* sua estirpe, *(b)* seus respectivos cônjuges, companheiros, curadores, herdeiros, legatários e sucessores que se tornem, por qualquer motivo ou razão, titulares das ações ("Sucessores"), e (c) aos cessionários permitidos que se tornem titulares de ações ("Cessionários Permitidos"), conforme procedimentos previstos no AA da Camil Investimentos ("Grupo de Acionistas");

(ii) para os sucessores dos Acionistas da Camil Investimentos e do Jairo; e

(iii) para qualquer sociedade de propósito específico ou fundo de investimento, cuja totalidade de seu capital social ou de suas cotas seja detida diretamente por Thiago, Jacques ou Luciano, e seus respectivos ascendentes, descendentes em linha reta e em qualquer grau, naturais ou civis (adotivos) e herdeiros testamentários, que sejam Cessionários Permitidos.

A transferência de ações entre Acionistas do mesmo Grupo de Acionistas deverá (i) ser previamente autorizada pelos Acionistas pertencentes ao Grupo em questão representando a maioria do capital social detido pelo Grupo, mediante instrumento escrito assinado pelos Acionistas representando tal quórum e entregue à Camil Investimentos, ou (ii) deverá ser feita em observância às disposições de acordo em separado celebrado pelo respectivo Grupo de Acionistas e arquivado na sede da Camil Investimentos.

Na hipótese de transferência de ações oneradas com usufruto para outro acionista, sucessor dos acionistas ou Cessionários Permitidos, o usufruto sobre tais ações

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

permanecerá em pleno vigor e efeito, sem qualquer modificação.

Direito de Preferência

Caso os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, recebam oferta firme e de boa-fé de acionista da Camil Investimentos (ou sucessores e Cessionários Permitidos deste) pertencente a outro Grupo de Acionistas da Camil Investimentos ou de terceiro ("Comprador Potencial da Camil Investimentos") para transferir direta ou indiretamente parte ou a totalidade de suas ações na Camil Investimentos ("Proposta"), o acionista ofertante deverá enviar uma notificação por escrito aos demais Acionistas ("Acionistas Ofertados da Camil Investimentos") de sua intenção de venda ("Notificação de Preferência da Camil Investimentos"). Os demais Acionistas da Camil Investimentos terão preferência para adquirir as Ações Ofertadas da Camil Investimentos nos mesmos termos e condições ofertados pelo Comprador Potencial da Camil Investimentos ("Direito de Preferência").

Tag Along (Direito de Venda Conjunta)

Caso as Ações objeto da Proposta recebida de um Comprador Potencial da Camil Investimentos representem o controle da Camil Investimentos, o(s) Acionista(s) Ofertante(s) somente poderá(ão) contratar a transferência de controle da Camil Investimentos sob a condição de que o Comprador Potencial da Camil Investimentos do Controle se obrigue a fazer oferta irrevogável e irretratável para adquirir a totalidade das ações de propriedade dos demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Alienantes da Camil Investimentos"), nos exatos termos e condições previstos nos instrumentos definitivos da transferência de controle, inclusive pelo preço por ação ("Direito de Venda Conjunta"). Se aplicável, a oferta de aquisição de até a totalidade das ações constará, obrigatoriamente, dos termos da oferta previsto no AA da Camil Investimentos.

Drag Along (Direito de Exigir a Venda).

Se os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos ("Acionistas Demandantes da Camil Investimentos") tiverem a intenção de vender a totalidade (e não menos que a totalidade) das ações de sua titularidade, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos poderão exigir que os demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Demandados da Camil Investimentos") vendam a totalidade das ações de sua titularidade, em conjunto com a totalidade das ações de titularidade dos Acionistas Demandantes da Camil Investimentos, por valor igual ou superior ao valor previsto no AA da Camil Investimentos ("Direito de Exigir a Venda"), para qualquer terceiro interessado, no âmbito de um procedimento de venda competitiva, desde que todos os termos e condições previstos no AA da Camil Investimentos sejam observados. Para tanto, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos deverão enviar uma notificação aos Acionistas Demandados da Camil Investimentos, com cópia para a Camil Investimentos, informando sobre o exercício do direito de exercer a venda.

Caso seja exercido o Direito de Exigir a Venda, e nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos exerça o Direito de Preferência, os Acionistas da Camil Investimentos deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias ou

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

razoavelmente desejáveis para a célere consumação da venda das ações conforme o procedimento previsto no AA da Camil Investimentos, comprometendo-se a celebrar e entregar, contra o pagamento do preço das ações a eles devido, quaisquer instrumentos razoavelmente especificados pelo comprador, incluindo, a assinatura dos termos de transferência de ações no livro de registro de transferência de ações, e, se aplicável, o contrato de compra e venda de ações com declarações e garantias usuais em operações dessa natureza, respondendo os acionistas vendedores por suas declarações, as quais deverão ser equivalentes às prestadas pelo(s) comprador(es).

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

O eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o AA Camil Investimentos ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Exercício Social de 2019:

Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração deliberou o primeiro cancelamento das ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, que na época totalizavam 9.386.846 ações, atendendo ao objetivo de aprovar a aquisição das 30.665.030 ações detidas pela acionista WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP WP"), por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, ao preço de R$6,25 por ação.

A participação acionária do FIP WP nesta data era equivalente a aproximadamente 7,48% do capital social e 20,19% do total de ações em circulação. O Conselho de Administração se manifestou favoravelmente à recompra e submeteu para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que aprovou a recompra em 7 de novembro de 2019.

Dessa forma, o FIP WP passou a ser titular de 6.537.445 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 1,758% do Capital Social.

Esse último programa de recompra foi realizado em 3 etapas, atendendo ao artigo 8º da Instrução CVM 567 de 17 setembro de 2015, o qual limita a manutenção de ações em tesouraria de emissão própria em 10% do total de ações em circulação, e concluído em 27 de novembro de 2019, totalizando R$191.656. Assim, o total de ações adquiridas no exercício foi de R$216.712.

A totalidade das ações adquiridas foi cancelada, conforme deliberações do Conselho de Administração, realizadas em 08, 14 e 21 de novembro de 2019, totalizando, respectivamente, 15.191.952 ações, 13.672.757 ações e 1.800.321 ações. Os cancelamentos de ações aprovados em outubro e novembro de 2019, totalizaram o montante de R$261.946, sendo R$70.290 através da Reserva especial de ágio, R$171.570 através da Reserva de retenção de lucros e R$20.086 através do saldo dos Lucros acumulados até a demonstração intermediária de 31 de agosto de 2019.

Exercício Social de 2018:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Exercício Social de 2017:

Em 20 de julho de 2017, o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), sucedeu, na qualidade de única acionista da WP Angra dos Reis Holdco S.A., todos os ativos e passivos da referida sociedade, incluindo a totalidade da participação detida por esta no capital social da Companhia. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 26 de julho de 2017, foi reduzido o capital social da Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"), controladora direta da Companhia, que alterou a estrutura acionária direta da Companhia, bem como promoveu uma alteração nos direitos políticos exercidos na Camil Investimentos, uma vez que, em razão do cancelamento de ações livres de ônus, o Sr. Jairo Santos Quartiero passou a deter 27,76% dos votos na Camil Investimentos e cada um dos acionistas da Camil Investimentos, Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, passaram a deter, cada um, 24,08% dos votos.

Em 26 de setembro de 2017, os Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero exerceram a opção de compra de que eram titulares com relação a 10.033.445 ações de emissão da Companhia, outorgada pelo XP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 20 de julho de 2017, na seguinte proporção: (i) 3.344.482 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Jacques Maggi Quartiero; (ii) 3.344.482 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Thiago Maggi Quartiero; e (iii) 3.344.481 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Luciano Maggi Quartiero.

Em 27 de setembro de 2017, foi registrada a oferta pública de distribuição secundária da Companhia, por meio da qual Jacques Maggi Quartiero, Thiago Maggi Quartiero e WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("WP FIP") alienaram ações ordinárias de emissão da Companhia, modificando o quadro acionário da Companhia da seguinte forma: Jaques, que inicialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82% do capital social total da Companhia; Thiago, que incialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82% do capital social total da Companhia e; WP FIP, que inicialmente detinha 31,75% do capital social total da Companhia, passou a deter 8,63% do capital social da Companhia após a realização da oferta pública de distribuição secundária da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. evento
b. principais condições do negócio
c. sociedades envolvidas
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
e. quadro societário antes e depois da operação
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

2019

1) Incorporação da SLC Alimentos Ltda.

a) Evento

Incorporação da SLC Alimentos Ltda.

b) Principais condições do negócio

Em 1º de março de 2019, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária: i) o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SLC Alimentos Ltda. pela Camil Alimentos S.A., celebrado em 13 de fevereiro de 2018 pelas administrações da Companhia e da sua controlada, SLC Alimentos Ltda. (“SLC Alimentos”), o qual estabeleceu os termos e condições da incorporação da SLC Alimentos pela Companhia com a consequente extinção da SLC Alimentos (“Protocolo e Justificação” e “Incorporação”, respectivamente); (ii) o Laudo de Avaliação, bem como foi ratificada a a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sociedade simples, com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 8º andar, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0002-06 e no CRC-2 SP sob o nº 015199/O-6 (“Avaliador”) como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da SLC Alimentos por seu valor contábil, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (iii) a Incorporação, nos termos e condições do Protocolo e Justificação.

c) Sociedades envolvidas

Companhia e SLC Alimentos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e no quadro acionário da Companhia em

15.7 - Principais Operações Societárias

decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2018

1) Alienação da controlada La Loma Alimentos S.A.

a) Evento

Alienação da La Loma Alimentos S.A.

b) Principais condições do negócio

Em 31 de agosto de 2018 foi efetivada a alienação da totalidade da participação acionária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na sua subsidiária argentina La Loma Alimentos S.A. A alienação foi realizada pelo montante de US$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares) ou R$22.744.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais).

c) Sociedades envolvidas

Companhia, Herba Foods, S.L.U. e Herba Ricemills, S.L.U.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e quadro acionário da Companhia em decorrência da alienação.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da alienação.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda.

15.7 - Principais Operações Societárias

a) Evento

Aquisição da SLC Alimentos Ltda.

b) Principais condições do negócio

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas da SLC Alimentos Ltda., pelo valor de R$180.000.000,00, dos quais R$140.000.000,00 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R$40.000.000,00 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a atos inesperados vinculados à operação adquirida. Neste contrato, ainda há previsão de pagamento aos vendedores a título de complementação de Preço de Aquisição, caso a Companhia, após a data de fechamento, receba ou aproveite, créditos concedidos em caráter definitivo decorrentes, exclusivamente, de homologação de acordo ou decisão transitada em julgado e relativos exclusivamente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, cujo fato gerador seja anterior à data de fechamento. Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da empresa SLC Alimentos Ltda.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, SLC Participações S.A. e SLC Alimentos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e no quadro acionário da Companhia em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2017

1) <u>Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A. para o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)</u>

15.7 - Principais Operações Societárias

a) Evento

Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A., representativa de 31,75% do capital social da Companhia, pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), em 20 de julho de 2017.

b) Principais condições do negócio

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. foi integralmente dissolvida e liquidada em 20 de julho de 2017, sendo que o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), na qualidade de único acionista da WP Angra dos Reis Holdco S.A., sucedeu todos os ativos e passivos da WP Angra dos Reis Holdco S.A., incluindo a participação por esta detida na Companhia.

c) Sociedades envolvidas

WP Angra dos Reis Holdco S.A. e WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia).

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. deixou de ser acionista da Companhia, sendo que a totalidade de sua participação, representativa de 31,75% do capital social da Companhia foi sucedida pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), que passou a ser acionista da Companhia.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes da Sucessão

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	-	-	68,25
WP Angra dos Reis Holdco S.A.	39.057.841	31,75	-	-	31,75
Total	**123.017.292**	**100,0**	-	-	**100,0**

15.7 - Principais Operações Societárias

Após a Sucessão

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	**total (%)**
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	-	-	68,25
WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)	39.057.841	31,75	-	-	31,75
Total	**123.017.292**	**100,0**	-	-	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia

a) Evento

Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("IPO") realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior e registrada na CVM em 27 de setembro de 2017.

b) Principais condições do negócio

A oferta pública primária envolveu a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias. nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, e a oferta pública secundária envolveu a alienação de 86.500.000 (oitenta e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, quais sejam Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"), Thiago Maggi Quartiero ("Thiago") e WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("WP FIP"), conforme informações constantes do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, WP FIP, Srs. Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero.

15.7 - Principais Operações Societárias

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Após o IPO, Jaques, que inicialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82%; ao passo que Thiago detinha, que incialmente detinha 2,00% da Companhia, passou a deter 0,82% e o acionista WP FIP, que incialmente detinha 31,75% da Companhia, passou a deter 8,63%, deixando ainda de fazer parte do bloco de controle da Companhia em razão do decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia (conforme explicação constante do item 15.5 deste Formulário de Referência).

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes do IPO

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	-	-	62,25
WP FIP	117.173.523	31,75	-	-	31,75
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	-	-	2,00
Jacques	7.381.038	2,00	-	-	2,00
Thiago	7.381.038	2,00	-	-	2,00
Total	**369.051.876**	**100,0**	-	-	**100,0**

Após o IPO

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	56,02	-	-	56,02
WP FIP	35.402.154	8,63	-	-	8,63
Luciano Maggi Quartiero	10.725.519	2,62	-	-	2,62
Jacques	3.344.482	0,82	-	-	0,82
Thiago	3.344.482	0,82	-	-	0,82
Outros	127.500.000	31,09	-	-	31,09
Ações em Tesouraria	0	0	-	-	0
Total	**369.051.876**	**100,0**	-	-	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Usufruto das Ações da Camil Investimentos S.A.

Conforme disposto no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 18 de março de 2013, conforme aditado em 1º de setembro de 2014, em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"), controladora da Companhia, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto político prevista no referido documento.

Não obstante, em observância ao enunciado no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos, controladora da Companhia, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto patrimonial prevista no referido documento. Em virtude da efetiva doação, todos os referidos acionistas exercem o direito de voto na Camil Investimentos.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia celebra, no curso normal dos negócios, operações com partes relacionadas em condições semelhantes àquelas que teriam sido obtidas se tais operações tivessem sido celebradas com terceiros. Compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre eventuais transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, observado também o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia instituiu política interna para transações com partes relacionadas, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017, visando estabelecer regras que assegurem que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. A política se aplica a todas as entidades do grupo da Companhia, bem como seus colaboradores, administradores e acionistas e suas controladas.

Conforme referida política, a Companhia poderá realizar transações com partes relacionadas, observando as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a política, as operações sejam contratadas em condições de mercado, observando durante a negociação os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmo princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, respeitando às normas legais e éticas. Independem de autorização do Conselho de Administração transações entre a Companhia e a sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios e transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, exceto quando, nestes casos, os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a ele vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

Adicionalmente, exceto em caso de deliberação em contrário dos órgãos competentes, com a abstenção de eventuais partes relacionadas envolvidas, a política constituída pela Companhia veda transações entre Partes Relacionadas: i) quando realizadas em condições que não sejam as de mercado; ii) que tratem da concessão de empréstimos ou garantias de qualquer espécie para os acionistas controladores, diretos ou indiretos da Companhia, sociedade sob controle comum ou a sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, ou para pessoa com influência significativa na Companhia; e iii) quando se tratarem de transações entre pessoas jurídicas que sejam Partes Relacionadas que não compreendam atividades regulares e comumente exercidas por tais pessoas jurídicas no curso normal dos seus negócios.

A política também trata de regras para tomada de decisões de seus administradores e

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. Caso um conflito de interesses, que importe em um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o administrador conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração, após devida avaliação do fato. Os administradores deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

A política interna de transações com partes relacionadas pode ser encontrada, em sua integralidade, no seguinte endereço eletrônico: http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/. Mais informações podem ser encontradas no site de Relações com Investidores, no endereço http://ri.camilalimentos.com.br/.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. (Cabo de Santo Agostinho)	15/05/2017	996.000,00	83.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há multa estipulada em caso de rescisão ou extinção, mediante comunicação por escrito com no mínimo 180 dias.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Climuy S.A.	01/11/2007	0,00	76.000,00	N/A	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Climuy tem firmado com a Saman contrato de compra e venda de lenha. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não Aplicável						
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2016	2.022.000,00	173.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Itajaí. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 50% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Arrozur S.A.	01/11/2007	13.770.000,00	2.712.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz. A Arrozur presta esses serviços para a Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	53.231.000,00	630.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão). Adiantamento referente a operação comercial.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Industrialização, comercialização local e exportação de arroz.						
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	52.231.000,00	31.323.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão).						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Industrialização, comercialização local e exportação de arroz.						
Ciclo Logística Ltda.	20/04/2016	88.274.000,00	2.435.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais: 1 Prestação de serviços logísticos, compreendendo projetos, armazenagem e distribuição; 2 Armazenamento e depósito inclusive Zonas Francas de todo o tipo de produto (sólido, líquido e gasoso) por conta de terceiros e por conta própria, bem como Armazéns Gerais com emissão de “Warrant”, de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903; 3 Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual, inclusive Container, por conta própria e por conta de terceiros; 4 Afretamento de navios para transporte de Cabotagem, importação e exportação; 5 Gerenciamento, assessoria e consultoria em organização e logística em geral; 6 Montagem e manuseio de Kits, embalagens normais e especiais, etiquetagem, em produtos de terceiros; 7 Locação de equipamentos de transportes e de movimentação de cargas; e 8 Fornecimento e Locação de Mão de Obra em Geral. A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20% calculada com base na média mensal dos pagamentos realizados à Contratada nos 6 (seis) meses anteriores à infração. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Ciclo Logística Ltda.	20/04/2016	88.274.000,00	10.905.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais: 1 Prestação de serviços logísticos, compreendendo projetos, armazenagem e distribuição; 2 Armazenamento e depósito inclusive Zonas Francas de todo o tipo de produto (sólido, líquido e gasoso) por conta de terceiros e por conta própria, bem como Armazéns Gerais com emissão de “Warrant”, de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903; 3 Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual, inclusive Container, por conta própria e por conta de terceiros; 4 Afretamento de navios para transporte de Cabotagem, importação e exportação; 5 Gerenciamento, assessoria e consultoria em organização e logística em geral; 6 Montagem e manuseio de Kits, embalagens normais e especiais, etiquetagem, em produtos de terceiros; 7 Locação de equipamentos de transportes e de movimentação de cargas; e 8 Fornecimento e Locação de Mão de Obra em Geral. A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20% calculada com base na média mensal dos pagamentos realizados à Contratada nos 6 (seis) meses anteriores à infração. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A Pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Galofer S.A.	01/11/2007	2.470.000,00	25.090.000,00	N/A	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviço de Energia com a queima da casca de arroz, adquirida inclusive da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Comisaco S.A.	01/11/2007	6.270.000,00	6.932.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviços de irrigação, inclusive para produtores da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Não Aplicável						
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda (SP)	20/08/2010	16.785.000,00	829.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em São Paulo, estado de SP. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20,844% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia, no que diz respeito às transações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Companhia informa que é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a este respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria a natureza e extensão do seu interesse, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a política de transações com partes relacionadas, mencionada no item 16.1 acima, trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. A não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da política de conflito de interesses da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para eventual ação corretiva. Caso solicitado, os administradores que tenham interesse na operação em questão podem participar da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverão ausentar-se na parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são todas realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, ou, ainda, quando inexistente parâmetro de mercado, deverão se pautar em negociações assemelhadas anteriores, em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações consideradas relevantes para o item 16 deste Formulário de Referência, que já não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
21/11/2019	950.373.789,63		370.000.000	0	370.000.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
21/11/2019	950.373.789,63		370.000.000	0	370.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
21/11/2019	950.373.789,63		370.000.000	0	370.000.000
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
21/07/2017	2.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/09/2017	Reunião do Conselho de Administração	26/09/2017	369.000.000,00	Subscrição pública	41.000.000	0	41.000.000	11,10954927	9,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a invetsidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de bookbuilding") e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º inciso III da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promove diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações foram distribuídas por meio da Oferta Primária.

Forma de integralização

Em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
28/08/2017	123.017.292	0	123.017.292	369.051.876	0	369.051.876

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Item 17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Não obstante, conforme disposto artigo 30, §2º, do Estatuto Social da Cia, por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Cia poderá: (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juro sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Por fim, referidos dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados a dividendo obrigatório distribuído aos acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Direito de Retirada: Quaisquer acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se do quadro de acionistas, com o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. O direito de retirada deverá ser exercido em 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral aprovando o ato originador do recesso. Os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia. O direito de retirada poderá ser exercido se a Companhia: (i) cindir; (ii) reduzir o dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudar de objeto social; (iv) fundir ou incorporar outra sociedade; e (v) participar em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem a Assembleia Geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Ver o item 18.2 deste Formulário de Referência para hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia. Não obstante, conforme disposto em seu Estatuto Social, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia. A Companhia poderá, ainda, emitir ações debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos no Estatuto Social da Companhia.

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia prevê, no artigo 7º, que a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **29/02/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	348.501.392	7,22	6,67	R$ por Unidade	6,93
30/08/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	580.702.241	7,69	6,37	R$ por Unidade	7,01
30/11/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	545.362.469	7,52	6,35	R$ por Unidade	6,75
28/02/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	826.044.028	9,83	7,33	R$ por Unidade	8,87

Exercício social **28/02/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	523.977.014	7,80	6,94	R$ por Unidade	7,30
31/08/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	324.506.790	7,94	5,75	R$ por Unidade	6,41
30/11/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	233.241.688	8,11	6,45	R$ por Unidade	7,20
28/02/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	408.907.875	7,73	6,43	R$ por Unidade	7,31

Exercício social **28/02/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/11/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.092.608.839	8,42	7,46	R$ por Unidade	7,88
28/02/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	727.854.947	8,10	6,84	R$ por Unidade	7,41

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	19/05/2017
Data de vencimento	19/07/2021
Quantidade (Unidades)	166.980
Valor total (Reais)	166.980.000,00
Saldo Devedor em Aberto	170.686.362,57
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) de ambas as Séries, em conjunto (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 6ª Emissão estão vinculadas à 117ª (centésima décima sétima) e à 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures – 1ª série
Data de emissão	14/01/2019
Data de vencimento	17/04/2023
Quantidade (Unidades)	271.527

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	271.527.000,00
Saldo Devedor em Aberto	273.631.290,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures emitidas pela Cia foram subscritas por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), e poderão ser negociadas entre investidores em geral, (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), ou adquiridas pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 400, e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 de referida instrução.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Resgate Antecipado Facultativo A Cia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As Debêntures da 8ª Emissão estão vinculadas à 1 ª(primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2020
Quantidade (Unidades)	188.350
Valor total (Reais)	188.350.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	190.764.651,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total - Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Resgate Antecipado Facultativo A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização” e “Securitização”, respectivamente). Resgate Antecipado Facultativo A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures – 2ª série
Data de emissão	14/01/2019
Data de vencimento	15/04/2025

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Quantidade (Unidades)	328.473
Valor total (Reais)	0,00
Saldo Devedor em Aberto	334.081.118,40
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A emissão das debêntures foi subscrita por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), que poderão ser negociadas entre investidores em geral, (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), ou adquiridas pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 400, e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 de referida instrução.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Resgate Antecipado Facultativo A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As Debêntures da 8ª Emissão estão vinculadas à 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei 11.076, e na Lei nº 9.514 e no Termo de Securitização.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	08/12/2017
Data de vencimento	08/12/2021
Quantidade (Unidades)	168.050
Valor total (Reais)	168.050.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	172.694.256,97
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado TotalExclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula Nona da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures 7ª Emissão estão vinculadas à 137ª(centésima trigésima sétima) série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”). Para demais informações, ver item 18.12 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	9a Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	08/10/2020
Data de vencimento	30/09/2025
Quantidade (Unidades)	350.000
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados.
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações (“Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de setembro de 2025. Os recursos líquidos captados pela Camil com a emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente para (a) a aquisição de arroz “in natura” diretamente de produtores rurais e/ou de cooperativas de produtores rurais, em volume correspondente a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (b) reforço de caixa da Companhia em volume correspondente a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	1246342	201	165976

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia possui ações de sua emissão admitidos à negociação em mercados brasileiros.

As ações de emissão da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) CAML3.

Para mais informações sobre as debêntures vide itens 18.1 e 18.4 deste Formulário de Referência.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Em 27 de setembro de 2017, foi concedido o registro da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, em mercado de balcão não organizado, por meio da qual (a) foram ofertadas para distribuição primária 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, e (b) foram ofertadas para distribuição secundária 86.500.000 (oitenta e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal detidas pelos Acionistas Vendedores (WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero) em oferta secundária, perfazendo o total de R$1.147.500.000,00 (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), em conformidade com a Instrução CVM 400/2003, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Instituições Consorciadas", respectivamente, e as Instituições Consorciadas, em conjunto com os Coordenadores da Oferta "Instituições Participantes da Oferta"), sendo que as Instituições Consorciadas participaram da oferta para efetuar esforços de colocação das ações exclusivamente junto aos investidores não institucionais. Simultaneamente, foram também realizados esforços de colocação das ações no exterior pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra144A do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), conforme alterada ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (non U.S. persons), com base na Regulation S ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 20% do total de ações inicialmente ofertadas

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

(excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 25.500.000 ações, das quais até 12.750.000 ações seriam, mas não foram, emitidas pela Companhia e até 12.750.000 ações seriam, mas não foram, alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de ações inicialmente ofertada poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 15% do total das ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 19.125.000 Ações, que seriam, mas não foram, alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pelo WP FIP ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A., celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3, as quais seriam destinadas, exclusivamente, a atender ao excesso de demanda eventualmente constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das ações é o Banco Bradesco S.A.

Para mais informações, vide item 18.1 e 18.4. deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Conforme previsto no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram utilizados para (i) suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições; (ii) internalização das atividades de empacotamento de açúcar; e (iii) reforço no capital de giro; e os recursos líquidos provenientes da oferta secundária foram integralmente destinados ao pagamento do WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, do Sr. Jacques Maggi Quartiero e do Sr. Thiago Maggi Quartiero. A Companhia não recebeu qualquer recurso proveniente da alienação das ações de sua emissão na oferta secundária.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos das ofertas públicas de distribuição e a propostas de aplicação divulgadas, conforme detalhadas acima.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de terceiro.

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não efetuou ofertas públicas de aquisição feitas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 91ª (nonagésima primeira) e da 92ª (nonagésima segunda) Séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (lastro: 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em novembro de 2016, a Companhia realizou a sua 5ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R$402.255.000,00 (quatrocentos e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais), com valor nominal unitário de R$1.000,00, sendo 213.905 (duzentos e treze mil novecentos e cinco) certificados de recebíveis do agronegócio da 91ª série (“CRA I Série A”) e 188.350 (cento e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 92ª série (“CRA I Série B”). Os CRA foram emitidos em 13 de dezembro de 2016, com vencimento em dezembro de 2019, para os CRA I Série A e em dezembro de 2020 para os CRA I Série B. Os recursos líquidos obtidos foram destinados pela Companhia por meio da emissão de debêntures foram destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos:

(a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Emissora (“Controladas”); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Emissora e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou por qualquer

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, fica permitida a aquisição de sociedades em processo de recuperação judicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado e efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas;

(i) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito no item 3.1.1. da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Emissora;

(k) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6. da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme constatado pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, com base nos relatórios,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

comprovantes de pagamento e/ou cópias de faturas, nos termos dos itens 3.6.3. e 3.6.4. da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Emissora e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão de CRA, que não seja liberado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias contados (i) de sua constituição no Livro de Registro de Debêntures, ou (ii) do envio, pela Securitizadora à Emissora, de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1. da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, da data do recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Emissora, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Emissora, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Emissora; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Emissora; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Emissora, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Emissora em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(d) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;

(e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(f) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1. da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante, bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

obra infantil (excetuados os aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;

(g) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Emissora), caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis, exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, desde que o *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(i) não manutenção do seguinte índice financeiro, o qual será anualmente apurado pela Emissora e analisado conforme procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índice Financeiro"):

> Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos).

Para fins do disposto na alínea (i) das hipóteses de Vencimento Antecipado Não-Automático, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde à somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

(ii) "EBITDA" corresponde ao [lucro (prejuízo) do período [(+) despesas com imposto de renda e contribuição social] (+) amortização e depreciação (-) receitas financeiras e (+) despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Para maiores informações, vide item 18.5 acima.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) Séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (lastro: 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

em 2 (duas) Séries, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em maio de 2017, a Companhia realizou a sua 6ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R$1.000,00, sendo 238.020 (duzentos e trinta e oito mil e vinte) certificados de recebíveis do agronegócio da 118ª série ("CRA II Série A") e 166.980 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 118ª série ("CRA II Série B"). Os CRA foram emitidos em 18 de julho de 2017, com vencimento em julho de 2020, para os CRA II Série A e em julho de 2021 para os CRA II Série B. Os recursos líquidos obtidos pela foram destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Hipóteses de Vencimento Antecipado :

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

(a) descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA de cada Série, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6 da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures,, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3 da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data da Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1 da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1 da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de rating em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo rating atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

> Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) “Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) “EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Para maiores informações, vide item 18.5 acima.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) Série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A (lastro: 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em dezembro de 2017, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures, simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada no valor de R$200.000.000,00 ("CRA III"). As Debêntures são vinculadas a certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. O valor nominal unitário das Debentures é de R$1.000,00 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI, com amortização integral e prazo de vencimento em 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de dezembro de 2021. Os recursos líquidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático

(a) descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6 da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3 da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1 da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (inclusive, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1 da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures, em especial, mas sem limitação a legislação e a regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1 da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índices Financeiros"):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) "EBITDA" lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Para maiores informações, vide item 18.5 acima.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Série da 5ª (quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (lastro: 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em abril de 2019, a Companhia realizou a sua 8ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

(a) descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação, dissolução ou extinção das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; para fins desta cláusula, fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, sem que a referida aquisição seja considerada como um Evento de Vencimento Antecipado, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto, conforme devidamente comprovado à Securitizadora no mesmo prazo;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de (i) decisão ou sentença judicial exequível de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas, desde que não tenha seus efeitos suspensos por qualquer tipo de recurso ou medida judicial, ou (ii) decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA de cada Série, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures, conforme constatado pelo Agente Fiduciário dos CRA, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, qualquer documento relativo à Operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão ou qualquer documento da Operação de Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) caso sejam realizadas cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula 5 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, e não seja sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário dos CRA; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário dos CRA à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico estabelecido nesta Escritura de Emissão;

(g) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provarem-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido no item 4.20.3.1 da Escritura da 8ª Emissão de Debêntures), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia, desde que mantidas as bases de remuneração usualmente praticadas e divulgadas pela Companhia no Formulário de Referência vigente na data de aprovação dos referidos pagamentos), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de rating em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo rating atribuído aos CRA não seja inferior a brAA-; e

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável("Índices Financeiros"):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) "EBITDA" lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Caso tenha ocorrido alguma operação societária que resulte na aquisição de outra sociedade pela Emissora nos 12 (doze) meses anteriores à apuração e revisão dos Índices Financeiros, exclusivamente para fins de apuração e revisão dos Índices Financeiros será considerado no cálculo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da sociedade adquirida.

Para maiores informações, vide item 18.5 acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
27/08/2020	28/08/2020 à 27/08/2021	980.882.000,00	Ordinária		4.000.000	3,331251	2.557.600	12,34	R$ por Unidade	63,940000
O 4o Programa de Recompra tem o objetivo de realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para atendimento das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. A Companhia poderá adquirir até 4.000.000 de ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. A instituição financeira intermediária do Programa de Recompra é a Ágora Investimentos.										
07/11/2019	08/11/2019 à 21/11/2019	207.467.000,00	Ordinária		30.665.030	24,919813	30.665.030	6,25	R$ por Unidade	100,000000
O objetivo do 3º Programa de Recompra da Companhia foi de realizar a recompra no âmbito das ações detidas pelo acionista WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos e condições aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Camil Alimentos no dia 07/11/2019, para posterior cancelamento do saldo total de ações em tesouraria, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. Os acionistas da Companhia aprovaram, nos termos do art. 3º, I, da Instrução CVM nº 567/15, a aquisição, pela Camil, em três etapas, de 30.665.030 ações de sua emissão detidas pelo acionista WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em operações realizadas fora de bolsa de valores, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Camil e o FIP WP em 22 de outubro de 2019, divulgado como anexo à Proposta da Administração para a AGE.										
01/04/2019	01/04/2019 à 08/08/2019	871.015.000,00	Ordinária		3.565.275	0,869469	3.565.275	7,02	R$ por Unidade	100,000000
O objetivo do 2º Programa de Recompra da Companhia foi de realizar a recompra no âmbito das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. A quantidade de ações em circulação na data de aprovação era de 155.460.302 ações ordinárias e 5.821.571 ações em tesouraria. A quantidade de ações adquiridas foi de 3.565.275 ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. O programa deu início em 2 de abril de 2019 e encerrou-se em 8 de agosto de 2019. O encerramento ocorreu antes do prazo máximo autorizado (6 meses), com a aquisição de 100% do montante autorizado de recompra das ações ordinárias. A instituição financeira que atuou como intermediária do Programa de Recompra foi a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar - São Paulo/SP.										
12/12/2017	13/12/2017 à 12/06/2018	569.481.000,00	Ordinária		5.821.571	3,634054	5.821.571	7,77	R$ por Unidade	100,000000
Aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. As Instituições Financeiras Autorizadas que atuarão como intermediárias do Programa de Recompra são (i) Bank of America Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 - São Paulo/SP, (ii) Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 7º andar - São Paulo/SP; (iii) Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar - São Paulo/SP; (iv) J.P. Morgan CCVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar - São Paulo/SP; (v) Santander CCVM S.A., com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 2235 - Parte, 24º andar, São Paulo/SP.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 29/02/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	5.821.571	
Quantidade adquirida	34.230.030	6,33
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	40.051.601	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para a seção 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**11/01/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) Acionista Controlador; (ii) Alta Administração da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes; (iii) Empregados; (iv) Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

Principais características e locais de consulta

A Política de divulgação e negociação da Camil Alimentos S.A. tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas pessoas sujeitas à presente Política tanto na divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante sobre a Camil quanto na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações, bem como assegurar a regularidade e transparência das negociações de Valores Mobiliários de emissão da Camil. Todas as pessoas sujeitas à presente Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras nela estabelecidas, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia. A Política e quaisquer alterações subsequentes serão divulgadas na forma do item 3.9.2 abaixo, bem como por meio do canal de comunicação interno adotado pela Companhia e, uma vez tornada pública: (i) todas as Pessoas Vinculadas estarão obrigadas a observá-la; (ii) a contratação pela Camil de Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais deverá prever regra pela qual a parte contratada se obrigue a observar a presente Política; e (iii) a troca de informações privilegiadas com Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais será sempre acompanhada da formalização de um acordo de confidencialidade. A Política de Divulgação e Negociação alterada foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Camil http://ri.camilalimentos.com.br/) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (http://www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Vide descrição inserida no item 20.2 deste Formulário de Referência.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Vedação de Negociação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com Valores Mobiliários de sua emissão e de emissão de suas Controladas e Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas), ou a eles referenciados, pela própria Companhia, e pelas Pessoas Vinculadas. A vedação também prevalecerá: (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (ii) em relação ao Acionista Controlador, Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. Sempre que a Companhia decidir pela manutenção da vedação de negociação, o DRI divulgará a decisão em comunicado interno.

A vedação se aplica também aos ex-Administradores e ex-membros (efetivos e suplentes) do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, sendo aplicável ao ex-administrador, se for o caso, a determinação de abstenção de negociação que lhe será previamente comunicada pelo DRI.

Vedação de Negociação Antes da Divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia e de Outras Informações Relevantes

É vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas) pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos: (i) 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e das informações anuais (DFP) da Companhia; e (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários da Companhia, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. É vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas) por aqueles que tenham conhecimento do conteúdo das demonstrações financeiras antes de sua divulgação.

Determinação de Períodos de Bloqueio

É facultado ao DRI, independentemente de justificação, fixar períodos em que a Companhia e as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que

20.2 - Outras Informações Relevantes

sejam companhias abertas) ("Período de Bloqueio"). Caso exerça essa faculdade, o DRI deverá indicar expressamente o termo inicial e o termo final do Período de Bloqueio, devendo a Companhia e as Pessoas Vinculadas manter sigilo sobre tais períodos.

Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou Alienação de Ações de Emissão da Camil pela Própria Companhia

Caso seja verificada uma das seguintes hipóteses, o Conselho de Administração da Camil não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto a operação não for tornada pública por meio da divulgação de fato relevante: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário de Controlada ou Coligada da Companhia que constitua investimento relevante, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária das sociedades referidas na alínea "a" acima.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação e Negociação aprovada em 11 de janeiro de 2018 está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.camilalimentos.com.br/) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

O documento que contém as normas seguidas pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva é a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 ("Política").

Todas as pessoas sujeitas à Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras estabelecidas na Política, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia.

Para o propósito de preservação de informações que constituam atos ou fatos relevantes nos termos da Política, recomenda-se que a pessoas sujeitas à Política observem os seguinte procedimentos quando tenham acesso a informações que constituam atos ou fatos relevantes, sem prejuízo de outras medidas que se mostrem apropriadas: (i) somente divulgar informações privilegiadas às pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir as informações privilegiadas (ii.a) em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ou (ii.b) em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar informações privilegiadas com terceiros, inclusive familiares.

Adicionalmente, para o tratamento das informações a serem divulgadas publicamente, a Política determina que, sempre que estiverem diante de qualquer informação que considerem ato ou fato relevante, as pessoas vinculadas à Política deverão comunicá-lo formalmente, de modo claro e preciso, ao diretor de relações com investidores ("DRI"), a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

A divulgação de atos ou fatos relevantes deverá ser feita simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, em todos os mercados onde os valores mobiliários da Companhia sejam negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja necessária a divulgação: (i) antes da abertura do pregão, deve ser observada, sempre que possível, a antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora, a fim de evitar atrasos no início das negociações e permitir a disseminação da informação prestada; ou (ii) durante o horário de negociação, o DRI deverá comunicar o ato ou fato relevante à CVM e às bolsas de valores e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, a tais bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário a sua adequada disseminação.

A Companhia faz as divulgações de ato ou fato relevante em português e inglês, simultaneamente, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, nos termos da regulamentação aplicável ou caso a área de Relações com Investidores da Companhia julgue necessário.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Excepcionalmente, a Companhia pode deixar de divulgar o ato ou fato relevante caso os acionistas controladores ou os administradores entendam que sua revelação poderá pôr em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia caso o acionista controlador informe o DRI e/ou a área de relações com investidores. Nesta hipótese, caberá ao DRI acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente. Além disso, caso qualquer informação que não tenha sido divulgada, por qualquer razão, venha a escapar do controle da Companhia e deixe de existir o sigilo, tal ato ou fato relevante deverá ser amplamente divulgado imediatamente.

Caso constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, as pessoas vinculadas à Política deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato relevante à CVM, nos termos do § 2º do art. 3º da Instrução CVM nº 358.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada:

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 ("Política"), objetiva, entre outros aspectos, estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado. A Política pode ser consultada: (i) no site de Relações com Investidores da Companhia (www.camilalimentos.com.br/ri); e (ii) no site da CVM (http://www.cvm.gov.br/).

A comunicação de ato ou fato relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, são negociados, bem como ao mercado em geral, deverá ocorrer imediatamente após conhecimento a seu respeito, de forma simultânea em todos os mercados, de modo claro e preciso e contendo, em linguagem acessível ao público investidor, com as informações exigidas pela regulamentação, mediante: (i) envio à CVM e às bolsas de valores do ato ou fato relevante; e (ii) publicação do ato ou fato relevante nos portais de notícias utilizados pela Companhia nos termos da Política, quais sejam, (i) www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes; e (ii) www.portalneo1.net.

Adicionalmente à divulgação aos órgãos e nos veículos citados acima, a informação será disponibilizada, também, no site de relações com investidores da Companhia. Sempre que possível, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ocorrer simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios na bolsa de valores em todos os mercados onde os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Até a divulgação ao mercado do ato ou fato relevante relacionado à Companhia, as pessoas vinculadas à Política deverão guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo, observando os seguintes procedimentos: (i) somente divulgar informações privilegiadas estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir a informação privilegiada em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento ou em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar tais informações com terceiros, inclusive familiares.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Além do tratamento dado às informações privilegiadas descrito acima e constante da Política, a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem orientar suas condutas segundo regras especiais na hipótese de realização de oferta pública de distribuição de valores mobiliário de emissão da Companhia. Neste caso a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem, sem prejuízo de outras obrigações previstas na regulamentação expedida pela CVM: (i) limitar a revelação de informações ao que for necessário aos objetivos da oferta, bem como a utilização das informações reservadas para fins de preparação da oferta; (ii) abster de se manifestar na mídia sobre a oferta ou ofertante no período previsto na Política; e (iii) esclarecer as suas ligações com a Companhia ou o interesse na oferta em suas manifestações em assuntos que envolvam a oferta, a partir do momento em que esta se torne pública.

A Companhia e todas as pessoas vinculadas à Política cumprem, ainda, um período de silêncio nos 15 (quinze) dias que antecedem a entrega à CVM e à bolsa de valores da divulgação pública das informações trimestrais e anuais ("*Quiet Period*"). A Companhia informará ao mercado por meio de seu Calendário Anual a data da divulgação do ITR e DFP e, na mesma oportunidade, divulgará internamente o início do *Quiet Period*.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política") é atribuição do Diretor de Relações com Investidores ("DRI"), que a exercerá com o assessoramento da área de Relações com Investidores da Companhia.

A decisão sobre a necessidade de divulgação de ato ou fato relevante é exclusiva da área de Relações com Investidores da Companhia, que realizará as divulgações necessárias sempre sob a supervisão do DRI.

Entre as atribuições do DRI no âmbito da Política, destaca-se a condução dos procedimentos listados a seguir:

(a) enviar à CVM, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação;

(b) prestar as informações solicitadas, caso a CVM ou as bolsas de valores venham a exigir esclarecimentos sobre a comunicação e a divulgação de ato ou fato relevante;

(c) avaliar a necessidade de solicitar às bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação do ato ou fato relevante;

(d) na hipótese de a informação privilegiada escapar ao controle da Companhia, inquirir as pessoas com acesso a ato ou fato relevante, inclusive, se for o caso, os administradores e/ou representantes do acionista controlador que tenham decidido pela manutenção de sigilo, e providenciar a imediata divulgação, devendo manter registro deste procedimento;

(e) analisar eventuais rumores ou especulações sobre a Companhia e avaliar se uma comunicação oficial da Companhia ao mercado se faz necessária; e

(f) uma vez que se constate a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação privilegiada ou a veiculação de notícia que acrescente fato novo sobre uma informação já divulgada, analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM.

Adicionalmente, o DRI é responsável por esclarecer eventuais dúvidas a respeito da qualificação de determinada situação como ato ou fato relevante, bem como ao tratamento necessário de tal situação nos termos da Política.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 21 deste Formulário de Referência.